

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE E AGRICULTURA

TESE DE DOUTORADO

Desafios da Participação Social em um País de Conflito
Agudo: Estudo a partir da ONG Angolana Acção para o
Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)

Rodrigo de Souza Pain

2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE
E AGRICULTURA**

**DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM UM PAÍS DE CONFLITO
AGUDO: ESTUDO A PARTIR DA ONG ANGOLANA ACÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE (ADRA)**

RODRIGO DE SOUZA PAIN

Sob a Orientação do Professor

Renato Sérgio Jamil Maluf

Tese de doutorado submetida como
requisito parcial para obtenção do grau
de Doutor em Ciências, no Curso de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Agricultura e Sociedade

Seropédica, RJ
Maio de 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE
E AGRICULTURA**

RODRIGO DE SOUZA PAIN

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura, área de Concentração em

TESE APROVADA EM _____/_____/_____

Prof. Dr. Renato Sérgio Jamil Maluf
Orientador

Profº Dr. Nelson Giordano Delgado (UFRRJ)

Profº Dr. Jorge O. Romano (UFRRJ)

Profª Drª Luciane Burlandy C. de Alcântara (UFF)

Profº Dr Marcelo Bittencourt Ivair Pinto (UFF)

Este trabalho é dedicado a todos que sofreram com as guerras em Angola e também aos que hoje enfrentam as desigualdades no país.

AGRADECIMENTOS:

A CAPES pela bolsa de estudos;

Aos familiares por todo apoio, principalmente ao meu pai, pois sem sua ajuda essa tese não sairia;

Ao meu orientador, Professor Renato Maluf, pela dedicação ao meu trabalho ao longo desses quatro anos;

Aos amigos da turma de doutorado (2003);

Aos funcionários do CPDA/ UFRuralRJ;

Aos amigos angolanos, em especial a família Mamede, a família Peão - principalmente ao meu “Kamba” Mario – estamos juntos.

À Juliana Mfuno;

Ao Professor Peão da UAN (in memorian);

Aos amigos portugueses, principalmente à Isabel Moura e José Graça;

Aos “brazucas” em Angola pelo apoio, em especial ao “Kota” Teo e ao Augusto;

À antropóloga Virgínia Ferreira da Silva, que tanto me estimulou a fazer o doutorado;

Aos amigos da Pontifícia Universidade Católica do Rio e do Colégio Pedro II;

À Elenise pela companhia;

Ao Domingos pela força no momento difícil;

E as outras pessoas que direta ou indiretamente ajudaram na conclusão desse trabalho.

RESUMO

PAIN, Rodrigo de Souza. **Desafios da Participação Social em um País de Conflito Agudo: Estudo a partir da ONG Angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)**. 2007. 291. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

A tese tem por objetivo apresentar este trabalho de doutoramento centrado análise dos desafios da sociedade civil angolana em termos de participação social no contexto do conflito agudo. A população que sofreu com repressão colonial, também vivenciou o autoritarismo do Partido Único após a independência e sentiu a guerra civil quase ininterrupta de décadas entre o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e forças militares da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Dessa maneira, percebe-se que ainda hoje os traumas de tanta instabilidade estão presentes em boa parte da população. Meu objeto de estudo está na experiência da ONG angolana Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). Essa importante instituição atua na área rural, com significativos trabalhos no campo da segurança alimentar e no desenvolvimento rural, sempre buscando valorizar a participação da sociedade angolana, trazendo diversos atores sociais em prol do desenvolvimento do país. Além disso, darei também destaque a sua atuação no campo das políticas públicas em Angola, principalmente nos trabalhos realizados com o Fundo de Apoio Social (FAS).

Palavras-chave:

Angola, desenvolvimento, ONG, participação social, segurança alimentar e ADRA.

ABSTRACT

PAIN, Rodrigo de Souza. Challenges of the Social Participation in a Country of Acute Conflict: Study from the Angolan NGO Action for the Agricultural and Surrounding Development. 2007. 325p, Thesis (Doctored in Agriculture and Society Development). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

The thesis has the objective to present the work of doctorate that was centered in the analysis of the challenges of the angolan civil society in terms of social participation in the context of the acute conflict. The population that suffered with colonial repression also lived deeply the authoritarianism of the Unique Party after independence and felt the civil war almost without interruptions per decades between the government of the Popular Moviment of Freedom of Angola and military forces of the National Union for the Total Independence of Angola. In this way, onde perceives that still today the traumas of as much instabilty are presents in large part of the population. The objective of this work is based on experience of Angolana NGO – Action for the Agricultural and Surrounding Development. This imporatant instituition acts in the agricultural area, with significant works in the field value the participation of the angolan society, bringing diverse social actors in favor of the development of the country. Moreover, we also will detach its performance in the field of the public politics in Angola, mainly in the works achieved with the Deep one of Social Support.

Key – words: development, Not Governmental Organization; social participation; food security; ADRA.

LISTA DE ABREVIACOES

ADRA	Aco para o Desenvolvimento Rural e Ambiente.
ACCORD	Associao para a Cooperao, Pesquisa e Desenvolvimento.
CCA (ADRA)	Conselho de Coordenao da Antena.
CEA (ADRA)	Conselho Executivo da Antena.
CFB	Caminho de Ferro de Benguela.
CONSEA	Conselho Nacional de Segurana Alimentar e Nutricional (Brasil).
DW	Development Workshop (ONG canadense).
ECP	Estratgia de Combate  Pobreza.
EDA	Estaaes de Desenvolvimento Agrário.
FAA	Foras Armadas Angolanas.
FAO	Organizao para a Agricultura e Alimentao (Organizao da ONU).
FAS	Fundo de Apoio Social.
FESA	Fundao Eduardo dos Santos.
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.
FLEC	Frente de Libertao do Enclave de Cabinda.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FNLA	Fora Nacional de Libertao de Angola.
FRELIMO	Frente de Libertao de Moambique.
GSA	Gabinete de Segurana Alimentar.
GURN	Governo de Unidade e Reconciliao Nacional.
HRW	Human Rights Watch (ONG americana em defesa dos direitos humanos).
MIAA	Missão de Inquritos de Agrícola de Angola.
MINADER	Ministrio da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
MINPLAN	Ministrio do Planejamento.
MFA	Movimento das Foras Armadas.
MONUA	Missão de Observao das Naes Unidas em Angola.
MPLA	Movimento Popular de Libertao de Angola.
MPLA-PT	Movimento Popular de Libertao de Angola – Partido do Trabalho.
MSF	Mdicos Sem Fronteiras.
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.
OGE	Oramento Geral do Estado.
ONG	Organizao Não Governamental.
ONU	Organizao das Naes Unidas.
OMA	Organizao das Mulheres Angolanas.
PAIGC	Partido Africano Para a Independncia da Guin e Cabo Verde.
PAR –EU	Programa de Apoio a Reabilitao da União Europia.
PCRRP	Programa de Reabilitao e Reconstruo Pós-Conflito.
PDI	ADRA – Programa de Desenvolvimento Institucional da ADRA.
PMA	Programa Mundial de Alimentao.
PNUD	Programa das Naes Unidas para o Desenvolvimento.
RPA	Repblica Popular de Angola.
SADC	Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral.
SADF	Foras de Defesa Sul – Africanas.
SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustveis de Angola.

SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano (Namíbia).
UNACA	União Nacional dos Camponeses Angolanos.
UNAVEM	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola.
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola.
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.
UPA	União das Populações de Angola.
UTCAH	Unidade Técnica de Coordenação de Ajuda Humanitária.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

CAPÍTULO I - A AGRICULTURA E O MUNDO RURAL NA CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA. **15**

1 - O CONTEXTO ANGOLANO **15**

2 - O DESENVOLVIMENTO COLONIAL DA AGRICULTURA EM ANGOLA NO SÉCULO XX. **17**

2.1 - AS CULTURAS AGRÍCOLAS EM ANGOLA 31

2.2 - SISTEMA DUAL DE PRODUÇÃO: AGRICULTURA EMPRESARIAL E AGRICULTURA TRADICIONAL 35

3 - O DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA NOS ÚLTIMOS ANOS PRÉ-INDEPENDÊNCIA **39**

3.1 - OS CONFLITOS QUE MARCARAM O ANO 1961 39

3.2 - TENTATIVAS DE REORDENAMENTO RURAL EM ANGOLA APÓS 1961 43

4 - A AGRICULTURA DE ANGOLA INDEPENDENTE **49**

4.1 - OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS APÓS 11 DE NOVEMBRO DE 1975 49

4.2 - ESTRUTURA POLÍTICA PÓS-INDEPENDÊNCIA 56

4.3 - A SITUAÇÃO ECONÔMICA-POLÍTICA E MILITAR E SUA INFLUÊNCIA NA AGRICULTURA ANGOLANA 61

5 - AS ELEIÇÕES DE 1992, AS TRÊS TENTATIVAS DE PAZ E A AGRICULTURA PÓS-CONFLITO ARMADO. **72**

6 - A QUESTÃO DA TERRA EM ANGOLA. **83**

6.1 - VELHOS PROBLEMAS, VELHAS SOLUÇÕES. 84

7 - A SEGURANÇA ALIMENTAR EM SEUS DIVERSOS ASPECTOS. **92**

7.1 - QUESTÕES CONCEITUAIS 92

7.2 - AS MINAS E SEU IMPACTO NA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM ANGOLA. 103

7.3 - PAPÉIS DA AGRICULTURA NA SEGURANÇA ALIMENTAR 105

7.3 - MANIFESTAÇÕES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR 109

CAPÍTULO II - A SOCIEDADE CIVIL ANGOLANA **127**

1 - ASPECTOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO EM DEBATE **127**

2 - O CRESCIMENTO DO PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO **134**

3 - A TRANSFORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: O PAPEL DO ESTADO E DO MERCADO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO **146**

4 - A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS OLHARES DE AMARTYA SEN E A. HIRSCHMAN **153**

5 - A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ANGOLANA NA RECONSTRUÇÃO DO PAÍS **160**

6 - POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL **177**

6.1 - O FUNDO DE APOIO SOCIAL E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO LOCAL 183

6.2 - A ESTABILIDADE POLÍTICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A ECP – ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA 191

<u>CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DA ADRA – ACCÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE</u>	196
1 - ADRA: UMA ONG ANGOLANA. CONTEXTO HISTÓRICO.	197
2 - ADRA E O MICRO CRÉDITO	206
3 - A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA ADRA	213
3.1 - ADRA E UM NOVO TEMPO INSTITUCIONAL, MUDANÇAS NO CAMINHO	219
4 - ADRA E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	227
5 - ADRA E A SEGURANÇA ALIMENTAR.	239
6 - PROGRAMAS TRANSVERSAIS	244
6.1 - PROGRAMA ONJILA	244
6.2 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CÍVICA	249
<u>CONCLUSÕES</u>	252
<u>CRONOLOGIA</u>	268
<u>ANEXO 1</u>	277
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	306

REPÚBLICA DE ANGOLA



INTRODUÇÃO

A escolha do tema para a tese de doutoramento, a saber, os desafios colocados para a participação social em Angola num contexto de conflito agudo, a partir da experiência da ADRA, surgiu ao longo de reflexões sobre a atuação das organizações não governamentais e outras associações naquele país.

Minha dissertação de mestrado intitulada “*A inserção do Brasil no processo de independência e desenvolvimento da República Popular de Angola (1975-1986) na perspectiva da cooperação entre os países em desenvolvimento*”, defendida nessa casa (CPDA /UFRRJ), em abril de 2002, aproximou-me mais da temática angolana, iniciada já na minha monografia de graduação (Ciências Sociais – PUC – Rio) e na especialização (História da África – UCAM).

Com as disciplinas cursadas ao longo do doutoramento, o tema da segurança alimentar, da participação social e a atuação da sociedade civil começaram a chamar-me atenção. Como minha vontade era trabalhar o contexto angolano, comecei então a analisar possíveis condições que esse assunto era tratado naquele país.

Dessa maneira, com o início da pesquisa, fui percebendo a condição diferenciada da ONG angolana ADRA pela sua dimensão, seriedade, metodologia de trabalho, e compromisso de desenvolvimento participativo junto à população angolana. Através de contatos feitos no Brasil, consegui bastante material sobre a instituição que me ajudou a iniciar meus primeiros escritos sobre a organização.

Além disso, facilitou-me também o trabalho desenvolvido pelo meu orientador com a ADRA, através do Projeto CIDA – UPCD (Programa de Parceira Universitária para a Cooperação e Desenvolvimento da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional) sobre Capacitação em Segurança Alimentar no Brasil e também em Angola, através do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do Centro para Estudos em Segurança Alimentar, da Universidade Ryerson, em Toronto, no Canadá.

Todavia era necessário fazer um trabalho de campo para uma melhor investigação dos trabalhos desenvolvidos da ADRA. Nesse sentido, pude ficar mais de um mês visitando a instituição (entre outras), fazendo entrevistas, colhendo material, e assim aprofundando a pesquisa. Antes disso, eu tive a oportunidade de ficar alguns dias em Portugal com o objetivo de

buscar referências históricas do contexto angolano no período colonial. Valeu-me também a ida até a biblioteca da Casa de Angola na Bahia (Salvador), instituição essa financiada pelo governo angolano.

Depois dessa temporada em terras angolanas, comecei a esquematizar uma linha de trabalho no que diz respeito à elaboração da tese.

No entanto, ao longo da pesquisa, surgiram dúvidas em diversos pontos correspondente ao trabalho da ADRA. Era necessário um novo trabalho de campo, pois a dificuldade de contato com a instituição era latente. Até o momento observa-se a dificuldade da organização em manter uma página na rede mundial de computadores para contatos. A busca de uma estrutura eficaz de comunicação é uma das dificuldades enfrentadas pela instituição.

Assim, aproveitei o IX Congresso Afro-Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Luanda, entre os dias 28 de novembro e primeiro de dezembro de 2006, no qual tive a oportunidade de apresentar o encaminhamento da minha tese.

Ademais, pude também participar da Conferência Sobre Participação, Cidadania e Novos Desafios Democráticos, no dia 01 de dezembro daquele ano, organizada pela ADRA, em Luanda, que contou com a participação de diversos representantes da sociedade civil organizada angolana. Nesse evento pude sentir a idéia de participação e metodologia de trabalho que a instituição desenvolve nos seus encontros periódicos.

Mesmo assim surgiram inúmeras dificuldades ao longo da tese. A distância geográfica que me separa do objeto analisado, foi, sem dúvida, a principal. No entanto, em Angola, outros problemas aconteceram como a dificuldade de marcar entrevistas, a desconfiança de um estrangeiro que está a pesquisar um tema tão vibrante na sociedade angolana, problemas estruturais de permanência no país e acesso a bibliografia foram outros aspectos que dificultaram significativamente o caminhar da pesquisa.

A intenção da tese era explorar mais a questão da segurança alimentar. Esse foi o tema que me atraiu inicialmente. No entanto, se viu frustrada pela dificuldade de pesquisa nessa área em Angola. O tema ainda é muito novo e são poucos os estudos nesse campo, seja governamental, seja em instituições internacionais ou locais. Apesar do país ter vivido durante muitos anos com regiões em estado de insegurança alimentar (e ainda passa por problemas dessa ordem em diversas áreas, como mostra a tese), poucos trabalhos foram desenvolvidos nesse campo. A análise não foi feita da forma planejada inicialmente, ficando refém da falta de dados,

pois a guerra proporcionou um desconhecimento muito grande das diversas realidades angolanas. A ocupação de parte do território pela UNITA, a péssima condição de infra-estruturas - o que dificultava a locomoção entre as regiões -, a colocação de minas terrestres, enfim, todo cenário de conflito armado que Angola enfrentou causou essa falta de conhecimento do país.

O próprio Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER) tem uma frágil estrutura em termos documentais (as poucas publicações são em parceria com a FAO) e também no número de funcionários (poquíssimos estavam disponíveis para serem entrevistados).

Além disso, outra dificuldade para quem estuda Angola está em dar conta teoricamente do amplo leque de complexidade da situação política-econômica e institucional vivido ao longo dos últimos anos. Ainda assim, compreender a conjuntura, as dinâmicas e a diversidade dos atores sociais envolvidos no contexto da tese também foi outro desafio.

A definição de sociedade civil que utilizo fica restrita a condição de “sociedades formais organizadas”, excluindo dessa idéia as organizações de base das comunidades. Sabe-se que os diversos movimentos associativos da sociedade civil angolana não ficam restritas as ONGs. No entanto, a idéia foi apresentar a experiência da ADRA como uma instituição que faz parte da sociedade civil formal e organizada no contexto daquele país.

Contudo, trinta anos após a independência política, os angolanos ainda não conseguem se sentir cidadãos em seu próprio país, pelo menos não ainda de forma inclusiva (Abreu, 2006:03). Basta lembrar a grande quantidade de pessoas ainda deslocadas das suas áreas de origem, refugiadas em países estrangeiros, desmobilizados de guerra, mutilados em função do conflito, órfãos e pessoas traumatizadas e ainda não integradas na sociedade.

Os angolanos permanecem reféns de um passado recente, no qual o discurso político foi polarizado após a independência pelos dois protagonistas da guerra civil, a vida quotidiana foi militarizada (basta sentir o culto ainda hoje presente aos militares), e a sociedade silenciada. Assim, nesses quase cinco anos após a assinatura do Acordo de Luena, um cessar-fogo acordado pelas altas patentes do exército angolano e das forças militares da UNITA, demonstrou que a chave para a solução do prolongado conflito era militar (com a morte do líder da UNITA Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002).

Dessa forma, pode-se afirmar que a evolução da política angolana é marcada por uma série de conflitos de diversas ordens, com variados atores e em momentos distintos.

Isso tudo gerou um impacto muito grande na sociedade, que é caracterizada pela dificuldade de participação, diante de um contexto de autoritarismo por parte dos governantes, seja no período colonial, seja no período posterior à independência.

Portanto, a história do conflito armado em Angola é longa e complexa. As diversas tentativas para acabar com os constrangimentos não podem, por isso, ser encontradas de forma simples e linear.

Dessa maneira procuro pensar sobre a importância do mundo agrário e rural para Angola. O país tem uma enorme potencialidade no campo, e está longe de ser explorada de forma sustentável por diversos aspectos que serão tratados ao longo da tese.

Além disso, o trabalho realizado pela ADRA deve ser visto como algo muito relevante. Sua metodologia de ação, que inclui participação social das comunidades em prol do seu próprio desenvolvimento, numa conjuntura geralmente tão difícil, como é a realidade angolana, é digna de reflexão.

Para abordar as questões que envolvem a sociedade civil organizada de Angola, o desenvolvimento agrário ao longo dos anos, o trabalho da organização não governamental ADRA, a segurança alimentar no país, enfim, os diversos aspectos que nessa tese, é necessário passar pelo conflito armado que tanto marcou essa região em praticamente quatro décadas sem interrupção.

Ao longo dos anos 1960, na penúltima década do período colonial, Angola tinha três movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA e UNITA) que combatiam o exército colonial português e também se enfrentaram em diversas ocasiões, nunca conseguindo efetivamente uma unificação, apesar de algumas fracassadas tentativas.

Diversos interesses estavam envolvidos nesses movimentos, com muitas influências, tanto de países vizinhos, como também de potências internacionais diretamente ligadas ao contexto bipolar de guerra fria. Isso foi um fator que marcou significativamente o conflito de Angola durante algumas décadas.

Com a Revolução dos Cravos em Portugal (abril de 1974), e a saída do exército português de Angola, o país que nascia (como Estado nacional independente) viu-se numa condição de dificuldade justamente pela indefinição de que movimento deveria assumir o poder naquele momento. Alguns encontros aconteceram e culminou com o Acordo de Alvor, que foi estabelecido com representantes dos três movimentos e da ex-metrópole. Nesse Acordo foi criado

um governo de transição, com representantes das três organizações e de Portugal até as eleições gerais (que marcaria o início da independência do país), com responsabilidades a serem assumidas pelos movimentos.

No entanto, o não cumprimento das regras pelos movimentos foi marcante, resultando no fracasso do Acordo e a continuação da guerra em território Angolano.

Portanto, com Angola independente (11/11/1975) e a vitória militar do MPLA (apoiada por cubanos e soviéticos, e com grande apoio da população de Luanda e arredores) os conflitos permaneceram, sendo que o único componente abandonado foi à luta contra o domínio colonial. Os três movimentos continuaram a se combater, e o clima de instabilidade permaneceu no país que nascia.

Ademais, a saída de cerca de trezentos mil portugueses ao longo dos anos de 1974 e 1975 teve um impacto muito significativo no desenvolvimento da economia, pois os portugueses ocupavam os principais quadros técnicos em Angola.

O marxismo - leninismo foi o modelo de sistema sócio-político-econômico adotado pelo governo do Partido Único no poder. Isso traduziu-se em repressão e autoritarismo, que só veio a aumentar com a tentativa fracassada de golpe de Estado por Nito Alves (maio de 1977) e de outros dirigentes do próprio MPLA.

De 1975 até ao final da década de 1980, a sociedade angolana foi moldada pelas regras clássicas soviéticas. O setor estatal dominante era centralizador e fechado. A iniciativa privada, a exceção das atividades das companhias petrolíferas estrangeiras, era restrita e as religiões organizadas, incluindo as igrejas católicas, que no regime colonial detivera um lugar oficial, foi suprimida.

Nesse momento não emergiu qualquer “sociedade civil organizada” (talvez com exceção de alguns poucos grupos literários), o Estado controlava os meios de comunicação social e criou organizações de massas, seja para as mulheres (OMA), a juventude (JMPLA), trabalhadores (UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola) e algumas profissões.

Problemas sérios no campo da segurança alimentar começaram a surgir em fins dos anos 1970. Com as instabilidades surgidas no interior do país, muitas pessoas em busca de segurança e melhores condições econômicas passam a migrar até os grandes centros como refúgio, principalmente a capital, Luanda. Isso gerou um progressivo inchaço urbano provocando dificuldades na produção agrária.

Durante os anos de guerra, as ligações econômicas entre as cidades do litoral e o interior agrícola enfraqueceram a ponto de quase desaparecerem. As cidades, em especial, Luanda, sobreviviam com alimentação importada, em lugar da produzida nacionalmente. Os bens de consumo eram pagos com os royalties do petróleo. As zonas rurais foram negligenciadas e deixadas às suas próprias estratégias de sobrevivência (Meijer e Birmingham, 2004: 02).

Dessa maneira, o país que era exportador de alimentos tornou-se, em pouquíssimos anos de independência, um importador de produtos até então produzidos internamente e, rapidamente, chegou-se à situação de necessidade de ajuda alimentar.

A guerra, nesse período, atingiu seu auge em meados dos anos 1980. Uma de suas contradições estava no rendimento em dólares gerados pelas companhias petrolíferas americanas, que pagava tropas cubanas pela proteção do governo angolano e de suas instalações petrolíferas dos ataques das forças sul-africanas a mando da UNITA, e em parte financiada pelos EUA (Meijer e Birmingham, 2004: 04).

Depois de intensas negociações no final dos anos 1980 e início de 1990 chegou-se aos Acordos de Bissese, em maio de 1991. Esses Acordos, entre outros pontos, previam as eleições gerais em setembro de 1992 para decidir o legítimo governo democrático angolano e seus representantes no legislativo.

É nesse contexto que surge a ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente,

“uma organização angolana não -governamental, apartidária, não confessional e sem fins lucrativos (...) Angola vivia, então, um clima político favorável à mudança e à implementação de projectos alternativos, na perspectiva da construção de um novo projecto nacional. Surgiu, no novo ambiente político angolano, a necessidade sentida por um grupo de pessoas, de uma actuação qualitativamente diferente, na resolução dos graves problemas gerados pela guerra, com o propósito de contribuir para uma maior actuação da sociedade civil na consolidação da paz, reconciliação nacional, harmonização dos espíritos, reconstrução econômica e social e recuperação dos valores culturais” (Adra, 1999: 02).

A instituição busca pelo desenvolvimento econômico e sócio-cultural das comunidades rurais e “peri-urbanas” (geralmente esse termo é usado para descrever os extensos assentamentos que cresceram dentro e em volta dos principais centros urbanos em Angola) e pela construção de uma sociedade democrática em Angola, com uma grande capacidade de intervenção da sociedade civil. Portanto, a ADRA pretende um desenvolvimento participativo (com envolvimento dos atores em questão), endógeno, baseado fundamentalmente na valorização dos recursos humanos;

integrado (por contemplar os vários aspectos da vida econômica, social e cultural) e sustentável, pois valoriza o meio ambiente natural e humano, em estreita ligação com o reforço dos processos de democratização da sociedade angolana. Assim, como princípios, segundo o documento da instituição (1999), a ADRA defende a independência em relação aos partidos políticos, a valorização dos recursos naturais e das potencialidades econômicas e sócio-culturais, o respeito pela diversidade e pelo pluralismo, a partilha do conhecimento e das vivências, a qualidade e a relevância do trabalho, a participação e a cultura democrática. A ADRA busca também a defesa dos direitos humanos no seu sentido mais amplo, o que implica também o direito à alimentação, à saúde, à educação e ao desenvolvimento. Como Missão Institucional, a ADRA definiu -se em: pesquisar caminhos que permitam um melhor conhecimento da realidade angolana e construir uma proposta alternativa de desenvolvimento sustentável para Angola; contribuir para a transformação da realidade da vida das camadas mais desfavorecidas e marginalizadas da população; e finalmente, promover a participação das comunidades no processo de democratização do país e no reforço da sociedade civil.

Dessa maneira, para alcançar esta missão, a organização selecionou seis áreas temáticas de trabalho: segurança alimentar, gênero, criança, micro - empreendimentos, educação para desenvolvimento e tecnologias alternativas. Propõe-se nesse sentido, contribuir para a melhoria de vida das populações desfavorecidas (os pobres rurais e peri-urbanos); atenuar os efeitos da guerra, ajudando a reinstalação das populações deslocadas e a reconstrução do tecido social e econômico das comunidades; promover um desenvolvimento sustentável através do conhecimento, reflexão e análise da realidade angolana e procura de modelos adequados ao nível local e nacional; e contribuir para o reforço da sociedade civil, apoiando e promovendo a participação ativa das comunidades.

Retomando os Acordos de Bicesse, em 1991, Angola entra de vez na economia de mercado, abandonando o ideal socialista, situando-se como Estado democrático de direito, com abertura ao multipartidarismo, e com diversas Leis que mudam completamente o quadro político no país, como a Lei das Associações, que fez nascer organizações da sociedade civil de forma mais intensa.

Como resultado de Bicesse, em 1992 são realizadas as eleições. O candidato derrotado, da UNITA, Jonas Savimbi, não aceita os resultados alegando fraude, o que gera novamente uma sangrenta guerra, só que desta vez em maiores proporções.

O conflito armado alastra-se por quase Angola inteira. A UNITA domina boa parte do país, mas perde terreno ao longo dos meses.

Novamente depois de muitas negociações, chega-se em 20 de novembro de 1994, ao Protocolo de Lusaka, que também pretendia acabar com as hostilidades entre as tropas do governo e da UNITA. No entanto, registros de diversas violações militares e de direitos humanos entre as duas partes são apontados, sem que nada se fizesse na prática.

Desta forma, a UNITA recebe diversas sanções da ONU, mas que pouco adiantaram, porque a organização possuía terras com diamantes que abasteciam seu exército com a exportação ilegal para países vizinhos, e de seu lado o governo financiava suas armas com vendas antecipadas de petróleo (Vines, 1995: 28).

Ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, aconteceram diversas manifestações pela paz da sociedade civil angolana. Esses episódios foram marcantes, pois outras partes que não estavam envolvidas no conflito armado (como a sociedade civil organizada) não sentaram-se à mesa das negociações de paz, nem nos Acordos de Bicesse, nem no Protocolo de Lusaka, sendo possível considerar como uma das causas dos fracassos de ambos.

Finalmente, em 22 de fevereiro de 2002 Jonas Savimbi é morto em operações militares no Moxico. O Vice Presidente da UNITA, António Dembo, morre três dias depois com alegação de doença – embora tenham surgido rumores que ele fora morto por companheiros da UNITA porque, não sendo ovimbundo, seria uma escolha inaceitável para líder (Griffiths, 2004:01).

Seguiram-se contatos discretos entre as partes em guerra, e deu-se um avanço público no dia 13 de março, quando o governo declarou uma cessação unilateral das movimentações militares ofensivas e apresentou um “plano de paz”. Este plano exigia a resolução dos assuntos militares pendentes em conformidade com os Acordos de Bicesse e o Protocolo de Lusaka, a desmilitarização e reintegração da UNITA na vida política, e uma anistia de todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado (a ONU não reconheceu a anistia, uma vez que os crimes de guerra não seriam julgados). Existia também o compromisso de trabalhar, em todo processo, com toda a sociedade, em especial, as igrejas, partidos políticos e grupos da sociedade civil (Griffiths, 2004:01).

Dessa maneira é assinado o Memorando de Luena - a capital provincial foi escolhida por ter instalações do governo mais próxima do campo de batalha, o que era um local prático para acolher as negociações – entre as Forças Armadas Angolanas (FAA) e os generais da UNITA.

Enquanto que no Protocolo de Lusaka apelava-se a uma participação acrescida da ONU, em Luena, o governo angolano deixou clara a sua determinação de conduzir sozinho o processo de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração. Chamou para si integralmente a responsabilidade pela administração e financiamento dos processos de desmobilização e desarmamento. Criou-se uma nova organização, a Comissão Militar Conjunta (CMC), para supervisionar a implementação de Luena, dirigida pelo governo e composta por militares representando o governo e a UNITA, mas sendo permitida a presença de observadores militares internacionais (Parsons, 2004: 01).

Permaneceu a sensação de que o Memorando de Luena fora um pacto entre os dois partidos - lembro da UNITA - RENOVADA, ou seja, dos dissidentes da UNITA, que após Lusaka, fundaram o Partido, sendo acusados de receberem fundos para abandonarem Jonas Savimbi -, excluindo outras forças políticas. Apesar do fracasso em terminar a guerra através de negociação, e apesar das palavras amigáveis do Plano de Paz, as outras forças políticas e sociais novamente foram deixadas de fora.

No entanto, nem todos os conflitos em Angola se encerraram com o Memorando de Luena. Em Cabinda, região norte do país, e um enclave territorial rico em Petróleo, permaneceram as tentativas da FLEC¹ de separação da região do restante de Angola.

O conflito militar da FLEC na busca da autonomia em relação ao resto do país ocorreu numa escala bem menor do que a UNITA, o que explica porque ele tenha recebido menos atenção. Nem os Acordos de Bicesse, nem o Protocolo de Lusaka abordaram o conflito em Cabinda, limitando-se entre os governo angolano e a UNITA.

Vale dizer que as eleições de 1992 foram extensivamente boicotadas na Província. A razão do boicote, como aponta Michael Comerford (consultor dos programas de paz do Development Workshop e com tese de doutoramento intitulada, “Narrativas angolanas da paz, de Bicesse até a morte de Savimbi”) foi que a participação eleitoral teria dado legitimidade ao *status quo*, e também teria confirmado a identidade daqueles na província como “angolanos”, enquanto

¹Surgida em 1963 com a fusão do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda, sob a liderança de Roque Franque, com outros movimentos autônomos, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda tentou manifestar-se mais politicamente que militar durante o final do período colonial. Essa manifestação se dava através da identidade daquela população, trazidas por fatos históricos (como no século XIX o Tratado de Simulambuco, no qual a região é colocada sobre a proteção de Portugal) que dava autonomia diferenciada ao Congo Português. Em 1956, com o objetivo de administrar com menos despesas as suas colônias, Portugal decide por Cabinda e Angola sob o mesmo Governador Geral, e em 1964, a Organização da Unidade Africana (OUA) coloca Cabinda como o 39º país a ser descolonizado, distintamente de Angola.

eles se achavam “cabidenses” (é comum os angolanos irem até Cabinda e serem chamados de “estrangeiros” pela população local) (2005: 93).

Portanto, enquanto o governo angolano tenta acenar com a possibilidade de dar mais autonomia para a região, a FLEC ainda discute a possibilidade de independência do Enclave. O Governo junto com o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) assinaram recentemente (agosto de 2006) um Memorando de Entendimento, colocando fim a última etapa do conflito armado em Angola. No entanto, de acordo com alguns analistas, é ainda muito cedo para confirmar o fim dos conflitos na região².

Mesmo assim, percebemos que Angola é um país muito diferente hoje do que há poucos anos atrás. O fim do conflito armado entre o governo do MPLA e da UNITA trouxe finalmente para boa parte da população uma sensação de paz e estabilidade.

No entanto, ainda não se pode afirmar que existe uma democracia consolidada em Angola. A tese não pretende fazer um debate sobre a democracia em Angola. No entanto, quanto maior liberdade democrática, maior vai ser a participação da sociedade civil no contexto da formulação, participação e monitoramento das políticas públicas e de ações concretas.

Todavia, dessa maneira, pode-se afirmar que no campo democrático alguns avanços foram dados (ao analisar o passado recente), mas deve-se lembrar que o atual Presidente José Eduardo dos Santos está desde 1979 no poder. Além disso, recentemente a Associação Cívica de Cabinda Mpalabanda, organização de direitos humanos, a única que opera na região foi fechada pelo governo angolano no dia 20 de julho de 2006, e o Tribunal Provincial de Cabinda decretou sua extinção. Isso gerou protesto na Anistia Internacional que afirmou “(...) urge o governo a respeitar e proteger a fruição do direito à liberdade de associação e de expressão” (Anistia Internacional, 2006: 01-02).

Outra situação preocupante foi o atentado contra o líder do “Galo Negro” (UNITA), Isaías Samakuva, principal adversário do Presidente nas eleições presidenciais previstas para 2009, no dia 05 de março, no Kwanza Norte, e no qual foram acusados agentes das da polícia.

²Ausente do Memorando de Entendimento, Bonifácio Zenga Mambo, presidente do Movimento Popular de Libertação de Cabinda (MPLC) disse que o Fórum Cabindês para o Diálogo não é uma formação política para negociar o caso Cabinda, e buscar uma maior autonomia para o Enclave. Já a UNITA também lamentou pela ausência do líder histórico N’Zita Tiago, e também a exclusão de setores e figuras importantes para o Entendimento. Fonte: Jornal Folha 8, em 5 de agosto de 2006.

Assim, a tese aborda a participação social em Angola, que sofre dos dilemas de uma sociedade em conflito agudo. Mesmo com o fim da guerra entre o governo e a UNITA, continuam os constrangimentos e principalmente os traumas na população do extenso conflito armado.

A experiência da ADRA, como objeto de estudo desta tese, torna-se mais importante nesse contexto. A justificativa está no campo das políticas públicas, pois dentro dos temas que me interessa, ou seja, segurança alimentar e desenvolvimento rural em Angola, a ADRA se destaca entre as outras instituições da sociedade civil. Além disso, aponto também como a instituição enfrentou os desafios mais gerais da participação social no país. Nesse sentido, existem pelo menos dois planos de desafios. O primeiro, dos processos mais amplos (como a globalização e os reflexos no plano nacional, na relação governo-sociedade e na construção da esfera pública em Angola), e também os desafios dos processos locais (pois a ADRA atua no plano comunitário – como a exclusão das mulheres na prática do Onjangos).

A ONG angolana é uma das mais antigas no país e a principal referência em termos agrários. A instituição sofreu com as dificuldades de atuação na década de 1990 e início de 2000 com o violento conflito armado instalado em Angola. Mesmo assim buscou dar valor a participação social da população angolana.

O primeiro capítulo vai procurar mostrar o panorama da agricultura e do mundo rural angolano ao longo dos anos, passando pelo período colonial e suas diferentes políticas até o contexto de independência, analisando a experiência do marxismo-leninismo do partido único até as políticas para o campo na Segunda República. Outrossim, abordei questões relevantes que caracterizam o espaço agrário em Angola e que envolvem os problemas das minas terrestres, a problemática das terras no país a dificuldade de escoamento da produção, o que cria obstáculos para a condição de segurança alimentar da população.

No segundo capítulo entrarei em diversos aspectos ligados à sociedade civil angolana e a dificuldade de participação social no país. Para isso, começo salientando contexto do processo de globalização, com a transformação do capitalismo no momento posterior à Segunda Guerra Mundial e o reflexo das mudanças no papel do Estado, do mercado e da própria sociedade. Ainda nesse capítulo abordo algumas políticas públicas, em especial o Fundo de Apoio Social e a inserção da sociedade civil, principalmente a ADRA.

O terceiro capítulo traz o objeto de estudo, a organização não governamental angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), que nasceu com a vocação para o trabalho no campo, pois seus principais fundadores eram agrônomos e com algum conhecimento do mundo rural em Angola.

Além disso, também era idéia da instituição o questionamento em relação aos processos do conhecimento da realidade e ao desenvolvimento de Angola. Buscava-se um trabalho adequado e sustentado, e com estreita relação com o processo de democratização (favorável após os Acordos de Bicesse).

A valorização das comunidades em que a ADRA atua é uma característica marcante da instituição. Ademais, a recuperação dos valores culturais, a preservação dos recursos naturais, o respeito à diversidade, ao pluralismo e a partilha do conhecimento de vivências, na participação e respeito pela defesa dos direitos humanos e na construção de uma cultura democrática também estão colocados como aspectos relevantes no trabalho da organização. Diante disso, a visão de desenvolvimento das comunidades, para a ADRA, parte da perspectiva da participação social, principalmente pelo fato de Angola ter passado por tantos anos de repressão e autoritarismo, seja no período colonial, ou Partido Único.

A ADRA possui uma visão diferente das outras organizações da sociedade civil em Angola. A perspectiva de ações de longo prazo foi fundamental em termos de participação social. Pelo fato da organização ter sobrevivido ao conflito armado no país, ela não apenas passou a conhecer melhor os terrenos de atuação, como também adquiriu credibilidade. A participação social no contexto do conflito armado necessita de instituições estáveis. Por ter durado a esse período turbulento, a ADRA conquistou experiência em participação social.

A sua sobrevivência nesse momento de instabilidade deve-se, em primeiro momento, ao fato dela ter sido tolerada pelo MPLA - os principais quadros da ADRA eram agrônomos vindo do Partido Único; em segundo lugar a sua estratégia, pois desde do início da instituição era desejo dos líderes realizar trabalhos em longo prazo; o contato com outras organizações internacionais deu a ADRA maior experiência no terreno, e passando com isso a desenvolver pesquisas de investigação; e por fim, essa credibilidade conquistada por suas ações chamou atenção de financiadores para desenvolverem parcerias.

Suas ações não se limitam num curto prazo, pois seus programas são elaborados pela equipe e não pelos doadores, contrariando as tendências em Angola (lógica imediatista nas

ações), mesmo numa conjuntura de conflito armado. Essa é uma especificidade emblemática da ADRA, já que muitas ONGs angolanas têm projetos feitos por doadores, que muitas vezes não levam em considerações a diversidade cultural da região. Não é tarefa fácil criar uma equipe forte e coesa por dezesseis anos, como conseguiu a ADRA (mesmo com uma crise importante em 1990, também com problemas de fuga de quadros técnicos, que marcaram a instituição ao longo do tempo).

Dessa maneira, a ADRA também se orgulha de ser uma instituição que investe na formação de quadros e no diagnóstico de pesquisa. As Organizações Não-Governamentais não tem a tradição da investigação nas suas ações, mas a ADRA procura criar mecanismos de pesquisa, incluindo biblioteca, produção própria (como os boletins humbi-humbi e a série Divulgação), tanto para promover suas ações, como para conhecer melhor a diversidade do povo angolano.

Assim sendo, posso afirmar que a influência de trabalhos de pensadores do campo da pedagogia, como o brasileiro Paulo Freire, foi importante na metodologia de trabalho ligado à educação, e também na pesquisa, principalmente no que diz respeito à tentativa de compreender a diversidade da população no terreno de atuação.

A instituição ganhou prestígio e respeito ao longo dos anos pelos seus trabalhos, e também por promover palestras, debates, seminários, workshops, visando contribuir para criar uma atmosfera democrática, sempre com temas relacionados aos problemas da sociedade angolana, estimulando sempre a participação social e convidando outras organizações da sociedade civil, como também autoridades governamentais.

Dessa maneira, a experiência da ADRA comprova a busca da valorização da participação da sociedade civil na própria realização dos trabalhos que a instituição desenvolve (através de parcerias com organizações de base ou associações de camponeses), e também estimula as ações em termos de políticas públicas, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos para o Fundo de Apoio Social (FAS).

A ADRA também busca a ética utilizando-se de características consagradas que envolvem aspecto de boa governança, da transparência. Questões relacionadas ao empoderamento também estão presentes no trabalho da instituição.

É importante ressaltar que apesar do crescimento da produção de petróleo (que basicamente são explorados em *off-shore*, portanto, menos vulneráveis as crises sociais) e do

maior controle e expansão do setor dos diamantes, as necessidades mais elementares de diversos setores da sociedade angolana ainda permanecem sem solução. O trabalho desenvolvido pela ADRA é um sinal de que, em Angola, a sociedade civil organizada pode atuar de forma significativa com o governo, propondo melhorias para a condição de vida da população.

Qualquer jovem estudante sobre Angola irá se perguntar o porquê do país, tão rico em petróleo e diamantes, ter um povo sofrido e em situação tão miserável. As respostas são muitas e não são simples. Esta tese pretende apresentar algumas respostas, tentando apontar possíveis soluções.

CAPÍTULO I - A AGRICULTURA E O MUNDO RURAL NA CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA.

1 - O CONTEXTO ANGOLANO

A região que hoje conhecemos por Angola abrigou diversas etnias, com variados reinos, sendo a grande maioria deles pertencentes aos povos bantus. A agricultura era bastante valorizada em alguns desses reinos.

A chegada dos portugueses teve um importante impacto nas relações sociais daquelas populações, principalmente com o aumento do aprisionamento e exportação dos escravos capturados no interior. Não era intenção dos portugueses o desenvolvimento agrário na região até basicamente o início do século XX e sua presença se fazia presente apenas no litoral.

Na efetiva tentativa de colonização portuguesa, diversas políticas foram tomadas para o aumento da produção agrária, com resultados significativos nos últimos anos pré-independência de Angola, apesar de enormes dificuldades enfrentadas.

Com a independência, o modelo marxista-leninista do Partido Único, apesar do discurso favorável a agricultura, não conseguiu encontrar caminhos que favorecessem o agricultor. Contribuiu para isso a saída de técnicos portugueses e o início do conflito entre o governo e os militares da UNITA – com participação de diversos países em ambos os lados. Com isso rapidamente Angola passou a ser importador de alimentos que até então eram produzidos nacionalmente, isso gerou um aumento significativo na insegurança alimentar da população, que culminou com a necessidade de ajuda alimentar.

O fim da guerra fria teve impacto na política angolana. Após os primeiros acordos de cessar-fogo entre as partes beligerantes, o país entrou na chamada “Segunda República”, no qual a nova constituição contemplou a multipartidarização, a liberdade de imprensa, a economia de mercado, a Lei de Associações, entre outros pontos.

Foi nesse momento que surge a organização não governamental angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) que buscava a democracia em Angola, atuando em prol do estímulo da capacidade de intervenção da sociedade civil em termos de participação social, com influência na formulação de políticas públicas, e voltada para questões ligadas ao mundo rural, como desenvolvimento agrário e segurança alimentar.

Destarte, com a influência do contexto favorável com o surgimento da Segunda República, algumas pessoas decidiram criar uma ONG que trabalhasse para o desenvolvimento rural, e fundamentalmente, assumisse uma atitude questionadora em relação aos processo de aquisição de conhecimento da realidade e ao desenvolvimento do país, que se pretendia adequado, sustentado, e em estreita ligação com o processo de democratização que estava em andamento naquele momento.

Com vocação para o mundo rural, essa instituição é relevante para a tese porque está no seio das minhas preocupações em Angola. Ou seja, o desenvolvimento agrário tem um impacto muito grande na condição alimentar da população, principalmente depois da queda da produção nos primeiros anos de independência, provocando a insegurança alimentar para centenas de milhares de pessoas e fazendo com que o país necessitasse de ajuda alimentar internacional.

Além disso, a ADRA pretendia também aproveitar o momento de abertura e o espírito de mudança existente no surgimento da Segunda República para contribuir, com o trabalho da organização, para a formação (ou reforço) de uma sociedade civil dinâmica e ativa.

A participação social foi valorizada pela instituição mesmo com as enormes dificuldades trazidas com o reinício dos conflitos após as eleições de 1992. Vale lembrar a fase mais sangrenta e que afetou mais a sociedade civil foi justamente na década de 1990. É campo da participação social no contexto de conflito agudo que a tese se insere.

O presente capítulo pretende apontar inicialmente o desenvolvimento da agricultura colonial angolana, com grande ênfase a partir do século XX, momento de tentativa maior de ocupação portuguesa no interior de Angola, com programas de desenvolvimento rural. Pretendo salientar aspectos relevantes da agricultura colonial, como o impacto dos conflitos de 1961, a dualidade nas estatísticas e na produção (agricultura tradicional e empresarial), as culturas produzidas nos últimos anos que antecederam à independência e o programa de extensão rural.

Em seguida, apresento os desdobramentos da agricultura de Angola independente. Para isso, faz-se necessário analisar as dificuldades do processo de independência e as políticas adotadas pelo governo marxista-leninista.

No capítulo também estará presente uma abordagem sobre o contexto de guerra civil, com participação de países estrangeiros (tanto daqueles que estavam na frente no conflito bipolar – que fazia de Angola como uma espécie de tabuleiro de xadrez -, como também os países vizinhos), nos anos 1980 e 1990. Esse conflito teve forte impacto na produção agrária no país,

com enorme efeito na segurança alimentar da população (como consequência da destruição de infra-estruturas básicas para o escoamento da produção e a colocação de minas terrestres em boa parte do território), principalmente em áreas de conflito e próximo das grandes cidades.

A mudança de política para uma economia de mercado também teve efeitos significativos na agricultura angolana e será trabalhada nesse capítulo. Outro ponto importante são os elementos que envolvem aspectos relacionados à problemática da terra no país, e que também terá seu espaço no primeiro capítulo da tese.

2 - O DESENVOLVIMENTO COLONIAL DA AGRICULTURA EM ANGOLA NO SÉCULO XX.

Não se sabe ao certo quando começou a prática da agricultura na região que hoje compreende a República de Angola³ No Congo, no Ndongo, na Matamba e entre os Ovimbundu do Planalto Central angolano, a terra e os seus produtos pertenciam à comunidade. Os principais instrumentos de trabalho agrícola eram a enxada, as foices e as facas, sendo as mulheres que se ocupavam dos trabalhos de campo e da manutenção das plantações, cabendo basicamente aos homens preparar os terrenos para as sementeiras. Parte da produção, que se destinava ao consumo das comunidades era encaminhada para outras regiões cujas autoridades impunham uma determinada percentagem como tributo (Parreira, 1990:39).

A produção de alimentos e o seu consumo não se destinavam somente a preencher as necessidades alimentares do grupo, mas também a garantir um excedente reservado ao funcionamento das instituições sociais, que, desde a preparação dos terrenos à escolha dos produtos, as sociedades apelavam às forças sobrenaturais a fim de assegurarem a sua proteção, através de rituais e de cerimônias religiosas, a cargo de especialistas ou dos próprios chefes (Parreira, 1990:41).

No entanto, na maior parte do seu período de contato com os portugueses, Angola foi mais explorada pela mão de obra escrava do que pelas suas potencialidades agrícolas⁴ (Galli, 1987: 141). A produção na colônia era no início bastante insignificante. Era muito mais lucrativo

³Segundo Basil Davidson, a historiografia do povo de Angola é notavelmente deficiente. É praticamente desconhecida a arqueologia deste país, prolongando por um outro desconhecimento dos períodos formativos da primitiva Idade de Ferro no seu desenvolvimento, durante o primeiro milênio depois de Cristo (1974: 60).

⁴Duffy estimou que cerca de três milhões de angolanos foram obrigados a trabalhar nas plantações brasileiras (Duff apud Galli, 1987: 141).

para os colonos andarem nas feiras para obter escravos e marfim do que se dedicarem à produção agrária ou artesanal. Por isso, grupos de pombeiros (pessoas que penetravam no interior do sertão em busca de escravos) aumentavam gradualmente, enquanto os vários esforços feitos pelos governadores no sentido de desenvolver a produção fracassavam.

Ainda nos últimos anos do século XVII, surgiram junto do rio Bengo e da lagoa Quilunda, ao norte de Luanda, algumas hortas e plantações de cana-de-açúcar, tabacos e frutas, pertencentes a alguns colonos e jesuítas. Nelas a utilização era da mão-de-obra escrava. A produção resultante bastava para algumas necessidades da população de Luanda, enquanto o comércio externo fornecia outros produtos vindos do Brasil, como o peixe, farinha de mandioca e de milho, aguardente, entre outros. Ainda no século XVII foram feitos projetos para a fixação de novos colonos nos vales dos rios Bengo, Lembo e Lucala, mas que não se concretizaram. Joseph Miller discorre sobre o crescimento das populações dedicadas à agropecuária na Angola central e sul no século XVII. Fruto de pesquisas em história oral, o autor salienta que pastores de língua bantu teriam ocupado seletivamente as terras mais cobiçáveis. Naquelas regiões teriam buscado os territórios mais bem irrigados, ao converter para formas mais sedentárias alguns caçadores e pastores que encontraram e ao direcionar bandos de recalcitrantes para as montanhas e os desertos mais arenosos. A quantidade de pessoas teria crescido ao longo dos rios e do chapadão central, forçando gradualmente algumas delas a utilizar as regiões cada vez mais marginais em termos de tecnologia agrícola e pastorais à sua disposição (Miller, 1997: 09).

Muito lentamente foram sendo introduzidos alguns produtos alimentares de origem americana, como a mandioca, o milho e goiaba, e construíram-se os primeiros engenhos de açúcar, à semelhança do que tinham feitos os europeus no Brasil.

A propriedade privada do solo, embora de forma lenta, foi-se alargando. No século XVIII, devido às dificuldades resultantes da concorrência estrangeira, da resistência dos povos do Planalto e da falta de alimentos na colônia, alguns governadores procuravam incentivar a produção agrícola e artesanal. Contudo, estas medidas não foram suficientes para desenvolver a agricultura, nem garantir a alimentação básica da colônia⁵. Grandes fomes aconteceram em 1783, 1799 e 1816 na região.

⁵Nos anos 1950, com as pressões anticoloniais sobre Portugal após a Segunda guerra mundial, há uma certa imposição para a mudança de nomenclatura de expressões como “Colônias” e “Império” para “Províncias” e “Ultramar”. Nesse trabalho vou procurar usar todas as formas, de acordo com que os autores abordaram dentro de seu contexto histórico.

Os portugueses estavam concentrados em Luanda já no século XVI, mas tendiam a se espalhar ao longo da costa e penetrar no interior. Afonso Mendes, importante gestor da administração colonial, afirmava que Portugal possuía quando iniciou os descobrimentos no século XV, cerca de um milhão e meio de habitantes. O número e a limitada capacidade de transporte dos seus navios, aliados à morosidade das viagens, estas dependentes de impulsos dos ventos e das correntes, obstaram à ocupação e povoamento efetivo dos territórios que iam descobrindo. Desta maneira, os territórios da África sentiam a presença portuguesa em certos portos do litoral, que eram portos de escala das viagens para o Oriente. Angola ainda foi afetada pelos chamados ciclos da pimenta e do açúcar que atraíram boa parte dos esforços portugueses para o Oriente e para a América Portuguesa. Desta maneira, a sua ocupação só muito tardiamente foi além do litoral. A própria constituição geomorfológica de Angola, formada por um extenso planalto interior, separado do oceano por uma montanha marginal com altitude média de 1700 metros, não favorecia a penetração do continente⁶ (Mendes, 1966: 110).

Durante o século XVIII aumenta o interesse da administração colonial portuguesa na tentativa de colonização do interior. Principalmente após a independência do Brasil já no século XIX, que lembrou os governantes portugueses das suas possessões africanas, então quase esquecidas a favor desta, e alguns a esperança de vir a transformar Angola num outro Brasil (Matias, 1997: 286). Nicásia Casimiro Matias aborda sobre a importância da tentativa de colonização dos Boers no final do século XIX em Angola. Em 1876, quando o Transvaal foi declarado província inglesa, várias famílias boers foram à direção ao deserto de Kalahari, iniciando uma longa peregrinação durante a qual foram perdendo gado e alguns dos seus membros. Diz-se terem sido em princípio de 600 famílias que caminhando e dispersando, tendo alguns dos seus membros regressados, ao fim de algum tempo, ao Transvaal, e outros continuando a sua marcha, sempre para o Norte, até chegarem ao Cunene, no Sul da atual República de Angola (1997: 284). Os boers entraram em contato com a administração colonial, e fixaram-se na Humpata (hoje conhecida como Huíla). O interesse da administração colonial

⁶Um exemplo está na abordagem de Pereira. O autor afirma que o Planalto de Benguela não conhecera no seu passado um grande número de estabelecimento de colonos portugueses. Isolado das correntes comerciais do litoral de Benguela, e marcado por algumas esporádicas penetrações européias, o Planalto de Benguela foi a meados do século XIX, uma ótima terra de caça para aventureiros que continuavam envolvidos na exportação de escravos para o Brasil, apesar da proibição de tal prática no Decreto de 1836, de Sá Bandeira. Por outro lado, os problemas entre os sobas locais e as autoridades portuguesas, obstaram qualquer sério movimento migratório. Foi só depois do desfecho da guerra do Bailundo (1902), que o governo de Angola começou a controlar o território, pelo que apenas no início do século XX se começou a levar a sério a colonização da região (Pereira, 2001: 157)

portuguesa em Angola no seu estabelecimento em territórios considerados sobre sua influência está ligado à necessidade de colonização branca no Planalto de Huíla⁷, e de fomento da sua produção interna, o que já parecia ponto assente por volta de 1879⁸. Conforme aponta Matias, diversas tentativas de colonização branca dirigida do Planalto de Huíla foram feitas a partir de 1857, e o estabelecimento de uma colônia boer na Humpata é mais uma destas tentativas, e também fracassada⁹. Aponta-se por culpa dos próprios boers que eram rudes, orgulhosos, racistas, irrequietos, independentes e insubmissos qualidades que fizeram fracassar todas as tentativas de “aportuguesamento” dos membros da colônia¹⁰ (Matias, 1997: 287-288).

Conflitos de terras aconteceram também nos finais do século XIX. Em 1881, o Governador-Geral de Angola, António Eleutério Dantas, num ofício enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar sobre o estado da Província acerca dos conflitos entre fazendeiros e indígenas em Cazengo e as hostilidades em Gambos, dava conta que

“(...) nos Gambos cessaram completamente as hostilidades. O chefe do Concelho da Huila, Capitão José Maria da Silva Macedo entrou sem maiores dificuldades nas terras do sobado¹¹, à frente de primeira linha e depois de captar a confiança do gentio que a princípio mostrara suspeito e hostil, investiu em outro sobba, sobrinho do falecido Caconde, o qual o apaziguamento da maior do estado prestou vassalagem com juramento de fidelidade e submissão ao Governo Português”¹².

Percebe-se, dessa forma, que a administração colonial optava pelo esmagamento de revoltas ou pela substituição de um soba por um outro mais dócil aos interesses do poder.

⁷Algumas tentativas de colonização naquela região: a colônia alemã da Huila (1857); a colônia militar-agrícola (1857); a Companhia do Batalhão de Caçadores número 3 de Angola; e a Colônia Júlio de Vilhena, de Pungo Andongo, de colonos portugueses. As causas do fracasso, de acordo com Matias, uma má política de colonização, nomeadamente desconhecimento das condições concretas das áreas a ocupar, dando como resultado, entre outros problemas, culturas fora de época; desconhecimento das variações do clima; instabilidade militar na região escolhida; falta de condições que pudessem garantir o mínimo desenvolvimento desejável, como transportes, comunicações e mercado; e a má qualidade dos colonos (Matias, 1997: 297).

⁸Ano em que os Boers fizeram a primeira tentativa de contato com autoridades portuguesas.

⁹As condições que as autoridades portuguesas colocavam ao estabelecimento eram: concessão de terras, isenção de pagamentos de impostos por um tempo determinado e respeito e submissão à suserania portuguesa. A colônia seria agrícola e de criação de gado, atividade esta que deveria ficar ligadas as grandes extensões de terreno concedidas aos colonos. O esperado desenvolvimento agrícola da região não se deu nos moldes esperados porque, entre outras coisas, as dificuldades de comunicação com o litoral dificultavam o escoamento dos produtos, e a falta de mercado local fez com que os boers praticassem uma agricultura praticamente de subsistência. A agricultura como fonte de rendimentos tornaram-se dessa maneira impraticável, para além de que as cotações eram baixíssimas (Matias, 1997: 288-294).

¹⁰Por outro lado, os Boers também se queixavam de serem despreitados pelas autoridades portuguesas e incomodados pelos nativos que roubavam o gado (Matias, 1997: 293).

¹¹Referente a região do Soba, espécie de autoridade tradicional local.

¹²Jornal Opinião do Fundo de Apoio Social (FAS). Janeiro/Junho, 2001, Luanda.

A presença portuguesa no território angolano se tornou mais presente após o processo de Conferência de Berlim (1884/1885). Bittencourt salienta que a corrida para África já estava lançada antes da Conferência. “Por esse motivo o encontro pretendia, entre outros objetivos, servir como freio, capaz de regular os interesses e impedir o desentendimento entre as nações européias” (Bittencourt, 2003: 73). No texto da Ata Geral da Conferência de Berlim não fala em África partilhada, e sim na liberdade do comércio, da navegação nos rios Congo e Níger, e na interdição da escravatura. Africanistas como Robert Cornevin e Yves Person, não consideram a idéia da partilha. No entanto, Cornevin sublinha que “a verdadeira missão da conferência consistiu no reconhecimento dos direitos soberanos da Associação Internacional do Congo e no nascimento do novo Estado: l’Etat Independant du Congo” (Cornevin apud Oliveira, 1999: 47). Portanto, ao que tudo indica, a Conferência não tinha como objetivo principal a partilha da África (Oliveira, 1999: 47). Consoante Oliveira, a partilha prolongou-se no tempo. Se o essencial realizou-se na última quinzena do século XIX, novas remodelações foram efetuadas posteriormente sob pressões de fatos ligados à rivalidade inter-européia. A corrida para o máximo de territórios, desencadeada pelas diferentes potências coloniais, conduziu a um recorte territorial desafiando toda a realidade africana. É nesse contexto que a história do continente africano foi contrariada (Oliveira, 1999: 59).

Ao analisar a conquista colonial no final do Século XIX, Boubacar Barry afirma que esta produziu uma ruptura na transmissão da história pela via da tradição oral. Tornando um princípio que as sociedades africanas não tinham história, a escola colonial desenvolveu uma ciência ambígua (estudos africanos) enfatizando a etnologia ao custo da história. Dessa maneira, a ideologia colonial elaborou uma forma de escrever uma história que era específica para a sociedade colonial emergente e se alimentava no passado da Europa e da África (2000:39).

O princípio central da política colonial portuguesa de ocupação estava associado a melhor maneira de garantir a soberania portuguesa e “civilizar” a população “indígena”, e desenvolver a economia colonial era a instalação de agricultores portugueses no interior do império português. Para Gerald J. Bender, em Angola, a incapacidade dos sucessivos regimes portugueses para atrair um número suficiente de agricultores brancos livres engendrou uma série de inúteis tentativas de usar deportados para a colonização no interior do país (Bender, 1980: 137). Além disso, a carência da mão de obra em Angola caracterizava-se pelo lado angolano pelas péssimas condições de trabalho, pela fraca densidade populacional, a difícil adaptação do trabalhador a um

serviço contínuo e regular e ainda determinados condicionalismos de ordem cultural, que terão no passado, constituído fatores suficientes para ausência do africano ao trabalho (Mendes, 1966: 49). Dessa forma, segundo o administrador colonial Afonso Mendes (conhecido pela intensa exploração do trabalhador angolano que fugia do serviço pesado), embora o conjunto populacional não facilitasse um afluxo avultado de mão de obra em procura de trabalho, também nunca constituiu impedimento bastante ao emprego de cerca dos 300.000 assalariados que a província teve, em média, nos anos 1945-1965 (Mendes, 1966: 49-50).

No início do século XX aumenta a preocupação portuguesa em penetrar e desenvolver o interior angolano. Não obstante, o debate sobre as grandes questões ultramarinas, nomeadamente aquelas que diziam respeito à província de Angola, não ocuparam, no início da década de 1910, grande espaço de debate na Câmara de Deputados. Conforme afirma Pereira, pode-se dizer que em todos os assuntos debatidos no Parlamento relacionados com as províncias ultramarinas, estiveram sempre subjacentes às ameaças externas aos domínios portugueses na África, algo que era agravado pela instabilidade política e pela incerteza a respeito do destino do novo regime em Portugal. Neste contexto, submetida a uma pressão que provinha do exterior, a República necessitava atrair créditos para a presença portuguesa na África, pelo que o saneamento financeiro das colônias, a transparência e rigor da administração colonial, o controle das redes ferroviárias em Angola por parte do Estado, assim como uma política mais vigorosa de colonização, eram os meios de tornar mais efetivo o domínio português naquela região, assim como de dar uma imagem de credibilidade a esse mesmo domínio no exterior¹³.

Nos anos vinte, já no regime Salazarista¹⁴, a metrópole instituiu uma política de extração de excedentes agrícolas e minerais das colônias destinadas a fornecer matérias primas para as indústrias portuguesas. De acordo com Galli, esses produtos eram vendidos nos mercados mundiais em troca de divisas que ajudassem a equilibrar a balança comercial portuguesa. O

¹³Pereira conclui que num ambiente interno de intriga que ilustrava crescentes rivalidades entre republicanos, o Parlamento foi incapaz de concretizar medidas destinadas a valorizar o patrimônio ultramarino (Pereira, 2001: 171).

¹⁴Salazar começou a desenvolver seu poder em Portugal já nos anos 1920. A Constituição do “Estado Novo” que ele redigiu em 1932 criou um regime “corporativo” nos moldes do que Benito Mussolini acabara de instituir na Itália. Apesar de vernizes facistas como a lei trabalhista de proibição de greves inspirada em Mussolini e a implacável polícia secreta, o Estado Novo era essencialmente um regime autoritário católico. Salazar sempre demonstrou extrema aversão pela mudança. O confinamento de Portugal a padrões econômicos e sociais tradicionais foi deliberado. Arcaico e isolado, rejeitando a industrialização por considerá-la um arauto de conflitos de classe e problemas trabalhistas, glorificando uma tradição folclórica e camponesa, o Portugal salazarista estava firmemente escorado contra o Século XX. A maioria da população ainda era agrícola e o regime promovia a família como fonte primária da harmonia social (Maxwell, 2006: 35-36).

regime também mantinha um controle estreito sobre as receitas de exportação de cada colônia, convertendo-as em escudos para encorajar a importação de produtos portugueses (1987: 122-123). A exploração predominantemente era constituída por matérias – primas, e, portanto, a importância do trabalho rural nesse contexto. No entanto, Vergílio Pereira da Costa, em publicação no boletim geral das colônias, de 1932, fazia um significativo relato das condições dos colonizadores naquele momento,

“A colonização em 1928 foi especialmente tentada em terrenos da Quibala, no Cuanza Sul. Construiu-se para cada colono com sua família um prédio que seria uma bonita e boa vivenda mesmo em Lisboa; depois entregou-se prédio e terra a cada colono, entregou-se-lhe, dinheiro, bois, alfaias, sementes (...) E então o colono, que na sua terra era um modesto trabalhador de enxada, vivendo em casa coberta a colmo, instalou-se na casa que lhe davam e que para êle era um verdadeiro palácio e cogitou sôbre o que havia de cultivar nessas terras já aradas e prontas para a fecundação da semente. Raciocinou como raciocinaria na Metrópole e escolheu as culturas a que estava habituado: aqui um bocadinho de trigo, além o feijão ou as favas, aqui os tomates, as abóboras, os pepinos, noutra parte o cebolo, mais adiante as batatas, próximo da casa as hortaliças (...). Tudo aquilo começou a crescer e bem, o colono estava radiante, embora não se entendesse bem com a terra nem com o regime das chuvas, até que, a certa altura, começou a colher fartamente. Mas aqui começou a tragédia. Quem lhe havia de comprar as batatas, as cebolas, as abóboras, os feijões, as favas, as hortaliças, e tudo mais que êle cultivara e que agora colhia em tão grandes quantidades!? Na região não havia outros brancos senão os colonos cultivadores como êle; os pretos não compravam êsses produtos; no litoral haveria consumo, mas era preciso enviar tudo em caminho de ferro e a estação mais próxima ficava a 60km! E aquela fartura que noutra local seria uma benesse, qual cornucópia da fortuna, para ali ficou a estragar-se a levar à ruína, ao desânimo, ao abandono o colono que tão esperançado estava” (Costa, 1932:92-93).

Com o objetivo de estimular o comércio com Portugal, Salazar elevou os preços de importação do algodão, do açúcar e dos óleos vegetais ligeiramente acima dos níveis do mercado mundial. Tratava-se, assim, de uma política de mercados administrados com pouco investimento na produção rural. O caráter imposto dessa política ajudou a manter os níveis de exportação quando, na década de 1940, se permitiu que os preços das mercadorias descessem em relação aos preços do mercado mundial. Os camponeses foram obrigados a cultivar produtos como o algodão em Angola. Outra política utilizada, conforme traz-nos Galli, foi de encorajar a produção em grande escala de colheitas tais como o açúcar, derivados da palmeira, sisal, e chá. Esperava-se dessa maneira que os camponeses fornecessem a mão-de-obra nessas plantações, e o regime estabeleceu uma legislação de trabalho que, para muitos, era uma forma moderna de escravatura (Galli, 1987: 123).

Nesse contexto, no início do século XX, o professor Lupo Vaz de Sampaio e Melo ao analisar o trabalho dos africanos e o perfil dos colonizadores, afirmava:

“Sendo, porém, os negros geralmente indolentes, e apenas propensos ao trabalho indispensável à satisfação das suas limitadas necessidades, é necessário que os colonizadores tenham meios de os incitar a trabalhar mais regular e intensamente. Esses processos de desenvolver a mão de obra indígena podem condensar-se em dois métodos principais: diretos e indiretos. No método direto estão compreendidos: o restabelecimento da escravidão e o trabalho obrigatório; no método indireto: a educação profissional, o desenvolvimento das necessidades, a elevação da taxa dos impostos, a expropriação das terras, a proibição da vadiagem e o contrato de trabalho livremente consentido” (Melo apud Mendes, 1966: 77-78).

Já o General Norton de Mattos, governante ultramarino, reconhecia as condições de trabalho do africano e salientava: “quando em meados de 1912, cheguei a Angola como governador-geral, encontrei na província um sistema de trabalho indígena que, com raras exceções, não se podia chamar de trabalho livre (...)” (Mattos apud Mendes, 1966:78)

Ainda de acordo com Mattos, em “Memórias e trabalhos de minha vida” (1944), verificou-se em 1930-1931, que “do valor da exportação, 75% representa produção direta indígena, isto é, indígenas que trabalham por conta própria, 20% da produção pelo sistema de trabalho indígena contratado, 5% da produção direta dos europeus”, e continua a afirmar que “e ainda há quem diga e escreva que os indígenas de Angola são indolentes e mandriões. Povo de trabalhadores lheis chamei eu, desde a primeira hora em que os vi despertar” (Mattos apud Mendes, 1966:78-79) Ao calcular o ano de 1942, Fernando Morna traz a produção agrícola da província em pouco mais de dois milhões de toneladas, das quais apenas 28,9% eram de origem europeia, considerava o africano avesso ao trabalho, pois essa produção destinou-se quase exclusivamente à sua própria alimentação (Morna apud Mendes, 1966: 79).

Dentro do contexto da ocupação portuguesa, principalmente na necessidade de povoamento através de colonos europeus na província de Angola, um grupo argumentava que o Governo deveria intervir diretamente, selecionando os futuros colonos e facultando-lhes transporte gratuito, terra, animais, habitação sementes, subsídios e (ocasionalmente) apoio técnico. No dicionário colonial português, referia-se esse fato como colonização dirigida ou planificada. Os adversários desse tipo de colonização defendiam a idéia da colonização livre ou espontânea, na qual os futuros colonos seriam responsáveis por si mesmos e teriam de suportar as suas próprias despesas. A teoria desse tipo de colonização implicava que o emprego mais eficaz

dos fundos do Governo para encorajar o povoamento rural de europeus deveria ser para desenvolver as infra-estruturas de Angola, e, por conseguinte, atrair as levas anuais de emigrantes portugueses, destinados a outras partes da Europa e das Américas¹⁵ (Bender, 1980: 172).

Bender divide os assentamentos planejados, que surgem também no início do século XX, em 3 períodos dessa ocupação: entre 1900-1950¹⁶ foi o período do assentamento planejado, com o sonho português de transplantar a vida rural portuguesa para Angola rural. Para os altos funcionários, toda presença branca na província era bem sucedida, pois tinha como princípio “civilizar” a população africana. No entanto, várias foram as dificuldades encontradas, como a terra infestada de insetos, o pouco desenvolvimento do capitalismo naquela região, e o pouco interesse pela atividade agrícola demonstrado pelos portugueses¹⁷ (a maior parte dos colonos nunca tinha trabalhado na agricultura antes de chegar à Angola). Além disso, mesmo aqueles que tinham exercido atividade agrícola na metrópole falharam muitas vezes na província - ou porque eram os piores agricultores metropolitanos, ou porque foram incapazes de se adaptar às novas colheitas e aos diferentes métodos exigidos em África¹⁸ - pois tendiam a se estabelecer nas cidades, a pouca qualificação dos portugueses (pobres, analfabetos e sem recursos), a falta de experiência dos colonos, e a idéia destes de que não iriam para Angola para ser residentes, e sim a esperança de fazer fortuna rapidamente¹⁹ também correspondem características deste momento (Bender, 1980: 139-143). É importante lembrar que, em 1940, a população urbana era apenas de 128.568 pessoas, e em 1950 fixava-se nos 247.073, o que representava apenas 5,9% da população angolana (Mendes, 1966: 177).

Em 1932, Vergílio Pereira da Costa, afirmava a disposição pessoal de muitos portugueses em buscar uma vida melhor na África, “se hoje possuímos em Angola uns vinte e cinco mil

¹⁵As diversas políticas que marcaram o século XX de colonização portuguesa em Angola deram mais ênfase e gastos no povoamento planificado que o planeamento espontâneo.

¹⁶Por volta de 1900, havia alguns casos de comerciantes, missionários e soldados estacionados no interior de Angola, mas quase nenhum colono agrícola europeu. Segundo Bender, a falta de dados é marcante nesse período. O primeiro levantamento do censo organizado pela agricultura européia em Angola foi feito em 1950. Concentrou-se, sobretudo nas grandes colheitas de exportação, que tinha um baixo consumo interno, como o café e o trigo. Já o primeiro censo dos métodos agrícolas africanos data apenas de 1960 (Bender, 1980: 174)

¹⁷Segundo Galli, em 1914 havia apenas treze mil colonos portugueses em Angola (1987: 142).

¹⁸Galvão afirmava que os agricultores metropolitanos, agarrados aos seus preconceitos, à sua experiência metropolitana, falhavam na agricultura colonial. Nem sempre o homem que foi agricultor na metrópole, necessariamente seria um bom colono agricultor nas colônias (Galvão apud Bender, 1980: 177).

¹⁹Outros aspectos apontados pelo autor: não havia nenhum estudo de terra por parte do governo colonial, faltava infra-estrutura necessária na maior parte do período de 1900-1950 para levar a cabo a política de assentamentos decretada por lei; a tensão entre europeus e africanos, estes últimos sempre marginalizados na questão do trabalho e da terra (Bender, 1978: 143-148)

portugueses, isso deve-se quási que exclusivamente à iniciativa individual, á decisão isolada de portugueses de vários que se resolveram a ir tentar fortuna em terras de África” (Costa, 1932: 85). Vicente Ferreira, teórico defensor da colonização, afirmou “A Europa necessita encontrar em África territórios adaptados ou adaptáveis a fixação da raça branca, para neles colocar o excedente das populações brancas” (1955:124). Em outra passagem, o autor traz um importante relato sobre o pensamento colonizador da época “(...) o progresso e a defesa da civilização européia, em África, são motivos de solidariedade da Europa, mediante o resto do mundo” (1955:125).

Além de tudo isso, o topo de assistência governamental que chegava até o colono desencorajava muitas vezes a iniciativa do indivíduo de se tornar um agricultor independente e bem sucedido. De modo a convencer os metropolitanos para o programa de povoamento, o governo oferecia ao candidato ao colono passagem gratuita para Angola, casa e algum mobiliário, gado, sementes, terra e um subsídio para um período inicial²⁰. Essa dependência do Estado, de acordo com Bender, fez do “colono mais um funcionário do que um agricultor independente” (1980: 180). Tal como estava, Angola carecia de infra-estrutura necessária, durante a maior parte do período compreendido entre 1900 e 1950, para executar as políticas de colonização legisladas. Até meados da década de 1920-1930, por exemplo, Angola não dispunha praticamente de estradas ou de caminhos de ferro²¹, o que significava que os colonos tinham de transportar os seus produtos agrícolas do interior por meio de dispendiosos carros de bois ou de carregadores africanos (Bender, 1980: 181). Mesmo em 1953, Angola tinha apenas 85 quilômetros de estradas

²⁰Tais subsídios eram habitualmente iguais ou menores do que o rendimento que o colono conseguia dos seus trabalhos na metrópole e, por vezes, eram suficientes para pagar a mão de obra africana, “poucos são os colonos que, podendo, não descarregam para cima dos ombros do indígena o menor esforço físico”(Mendes apud Bender,1980:180). Norton de Mattos sentia repulsa por este padrão que chegou a defender a proibição da mão de obra africana, porque logo que o colono tinha africanos ao serviço, deixava de trabalhar e transformava-se em patrão(Bender, 1980:180). Existia uma idéia de que só os africanos deveriam trabalhar na África

²¹O Caminho de Ferro de Benguela só foi terminado em 1929. Em 1932, Costa já afirmava “(...) a obra de colonização deve começar a realizar-se ao logo e para um e outro lado dêsse valioso e importante elemento da economia de Angola, que é o caminho de Benguela, ao qual se deve o incremento da região que atravessa e a formação de vários núcleos de colonos já existentes, como são os da Ganda, de Lunigenge, do Cuma, do Lepi, do Caala, do Huambo, da Bela Vista, do Chinguar, de Silva Pôrto, do Munhango, de Vila Luso, etc.” (Costa, 1932: 98). Em 1935, numa tentativa de deslocar parte do custo de financiamento da colonização planificada para o setor privado, o Governo solicitou à Companhia de Caminhos de Ferro de Benguela, que estabelecesse colonatos agrícolas ao longo da via férrea, nos planaltos centrais de Angola. Nos dois primeiros anos, a Companhia despendeu 2,8 milhões de dólares. Apesar de uma melhor planificação e de mais vastas despesas, os resultados foram sombrios como as tentativas do Governo: entre 1935 e 1949, a Companhia conseguiu atrair um total de dezenove colonos, dos quais só nove se mantiveram em 1949 (Bender, 1980: 182). Segundo Barbosa, as instalações fornecidas pela Companhia de Caminhos de Ferro de Benguela eram melhores do que tudo quanto antes se tinha tentando.(Barbosa apud Bender, 1980: 182).

asfaltadas (Niddrie apud Bender, 1980: 181). Costa, ao falar sobre o papel do Estado, em 1932, apontava “É certo que o Estado se não tem poupado a esforços para instalar em Angola núcleos de colonização portuguesa; mas a despeito desses esforços e dos correspondentes sacrifícios de dinheiro, pouco, quási nada, tem conseguido” (Costa, 1932: 85).

O segundo período apontado por Bender, está nos anos de 1951-1960, ou seja, uma época de novos planos. Os fracassos do passado haviam aumentado o número de opositores do assentamento planejado, mas não haviam diminuído a convicção dos funcionários oficiais de que o programa poderia ser útil se corrigissem alguns problemas anteriores, como a melhoria na infraestrutura para que os assentamentos fossem viáveis, a localização dos assentamentos de terras que poderiam ocupar-se de trabalhos agrícolas, e também fazer uma cuidadosa seleção dos colonos.

Em meados do século XX, Portugal teve algum sucesso em convencer os camponeses a emigrar para Angola. No entanto, contrariamente às intenções do Governo, eles continuavam a estabelecer-se nas cidades de Angola, em especial, Luanda, e não no interior. Além disso, de acordo com Bender, apesar das intenções declaradas do Governo, os dois problemas mais importantes e que já aconteciam antes de 1950, ou seja, a fraca seleção e a falta de preparação dos colonos e a má qualidade das terras, continuaram a afetar os esquemas de colonização planificada em Angola (Bender, 1980: 187).

Outro aspecto relevante foi à proibição do trabalho autóctone nos colonatos europeus. A impedimento do trabalho agrícola dos africanos, segundo alguns críticos impediu Portugal de levar a bom termo a missão civilizadora. Portugal nunca desistiu da defesa da política multirracial que afirmava desenvolver na África. Um exemplo dessa visão idealista e romântica está na conclusão do livro do coronel José Ribeiro da Costa Junior, publicado em 1963, com o título: “Branços e Pretos na ocupação do sul de Angola”, de João de Almeida (1909) e Pereira de Eça (1915), que segundo ele,

“A ocupação sul de Angola foi, pois executada por brancos com o auxílio voluntário de pretos seus naturais, em tal solidariedade e fraternidade que, numa extensa região, fizeram um pedaço de Portugal, em concurso comum, para uma Pátria comum. A aliança assim nascida poderia ter por emblema: a sepultura dum branco que deu a vida pela ocupação e as lágrimas e flores com que essa sepultura foi coberta por um preto seu colaborador e amigo” (Junior, 1963: X).

Bender afirma que tais colonatos segregaram ainda mais a sociedade rural angolana e exacerbaram o ressentimento da população local contra os colonos brancos (Bender, 1980: 188).

Nos primeiros anos da década de 1950, o governo decidiu criar grandes assentamentos agrícolas, os colonatos, em Angola - como na região de Cela, por exemplo,²² - (Bender, 1980: 148-152). A idéia era transformar o conhecimento tradicional autóctone de cultivo, nas práticas agrícolas portuguesas. Segundo documento do governo provincial de Angola (1951),

“não se ignoram as dificuldades que o problema se apresenta, pois no fundo trata-se de modificar sistemas ancestrais de cultura e transformar os cultivadores nômades em verdadeiros agricultores. Uma tal obra, por certo, não se processa em prazo curto, mas, antes, há de exigir uma continuidade de esforços e dedicação sem limites, por longo tempo, a todos quantos nela cooperarem” (Angola, 1951: 105).

De outra maneira, o sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, afirmou, baseado no trabalho realizado pelo professor Henrique de Barros, que:

“entre os usos indígenas, que mais e melhor carecemos de entender, figuram os que dizem respeito à cultura da terra. Só agora, talvez há não menos de duas dezenas de anos, o europeu ou os seus descendentes começaram a aperceber-se deste facto singular: que os seus conhecimentos de fazer agricultura nas regiões temperadas do globo não serviam para os trópicos (...) que a mera transplantação para terras tropicais da sua arte e da sua técnica acaba quase sempre por ocasionar a depredação da fertilidade da terra, senão mesmo a irreversível esterilização” (Freyre, 1964: 06).

Além disso, não existe, de acordo com Freyre, progresso agrícola possível nas zonas tropicais que não se apóie no estudo profundo das condições do equilíbrio biológico em que viviam a terra, as plantas, os animais e os homens, antes da intervenção dos europeus²³ (Freyre, 1961: 07).

Em 1950 promulgaram-se as ações que deveriam condicionar a ação dos colonatos autóctones. Seus objetivos visavam essencialmente: constituição e defesa da família e da propriedade; orientação da produção agrícola, no sentido dos agricultores angolanos obterem

²²Segundo o Documento do Governo Provincial de Angola (1951), “Todos os colonos serão assistidos por um sacerdote, cinco professores de instrução primária, um agrônomo, um regente agrícola e um enfermeiro. Este colonato dedicar-se-á às culturas de milho, feijão, soja e arroz” (1951: 108-109).

²³Freyre desenvolve suas teses luso-tropicais, basicamente em três livros: “O mundo que o português criou” (1940), primeiro a analisar uma possível teoria sobre o “mundo” luso-tropical; “Aventura e Rotina e um brasileiro em terras portuguesas”, o diário sócio-antropológico de uma viagem de seis meses a Portugal e as colônias a convite do governo de Salazar, e as conferências feitas ao longo dessa mesma viagem; e finalmente, “O luso e o trópico” (1960), uma versão mais acabada de sua teoria.

maior rendimento, em conformidade com os interesses “superiores” da economia da Província (Angola, 1951: 105).

Do mesmo modo, nesse contexto, conforme aponta o Documento do Governo Provincial de Angola (1951),

“(…) depois de feito o reconhecimento do planalto de Amboim e elaborado o plano geral dos trabalhos para o estabelecimento do primeiro núcleo de povoamento europeu, na área do posto da Cela, em fins de 1951(…) nele se instalaram 25 famílias vindas da metrópole (…) em fins do ano em curso espera-se ter tudo em condições para receber as restantes 225 famílias, que completarão o núcleo. Além de moradias, terrenos desbravados e cultivados, gado e alfaias agrícolas que o colono recebe ao chegar, o colonato dispõe duma cooperativa, dum parque de máquinas (semeadoras, debulhadoras, etc.), de veículos automóveis de carga, de oficinas de ferreiro e carpinteiro, de uma fábrica de laticínios, de outra de descasque de arroz e de um moinho de martelos” (Angola, 1953: 108-109).

Ainda de acordo com o documento, deveria ter em cada colonato:

“(…) grupo de famílias, armazéns, currais e nitreiras, bem como, para usufruição em comum por todos, parques de material agrícola, moinhos e outras instalações, tudo isso com o fim de tornar possível a exploração racional da terra (…) o povoamento europeu, por seu lado, tem em vista atrair a Angola e fixar nela o maior número possível de elementos de origem metropolitana, por forma a descongestionar a Mãe-Pátria dos seus excedentes demográficos e a permitir-lhes melhorar as suas condições de vida, promovendo ao mesmo tempo, o desenvolvimento económico da província” (Angola, 1953: 106).

No entanto, Cela se difere dos outros colonatos, pois a média anual bruta de cada família naquela área era dez vezes maior que os restantes colonatos no período de 1964-67. Somente nos últimos anos do colonialismo, começaram a dar lucros, no sentido de proporcionar aos colonos europeus rendimentos razoáveis (Bender, 1980: 210 e 214).

Outros colonatos merecem destaque, como o Colonato Indígena de Caconda, iniciado em 1948 com 20 famílias e uma centena de hectares, em fins de 1952 estavam já instaladas 730 famílias de agricultores²⁴, com produção de milho, arroz, trigo e amendoim; e o Colonato indígena da Damba, iniciado em 1950, em 1951 estavam instaladas 234 famílias, cultivando uma área de 4500 hectares de terras, para a cultura do amendoim, mandioca e batata doce (Angola, 1951: 106-108). Último período apontado por Bender, é relacionado aos anos de 1961-1968. A integração nos colonatos esteve presente nas idéias desse momento, com a criação de

²⁴Num total de 3484 africanos de ambos os sexos, distribuídos por oito núcleos de aldeamento; e também com 5680 cabeças de gado, entre bovinos, suínos e caprinos (Angola, 1951: 106-107).

comunidade multirraciais em Angola (inclusive com a presença de colonos vindos de Cabo Verde). Em 1961 começa a guerra de libertação colonial em Angola²⁵, que força Portugal, determinado como nunca a permanecer em Angola, a integrar racialmente os colonatos. A inclusão de africanos no programa de povoamento rural planificado tinha uma explicação tanto econômica, como política. A produtividade agrícola africana declinara antes da guerra por uma variedade de razões derivadas dos seus padrões tradicionais de cultivo móvel e agravadas pela confiscação europeia das suas terras em algumas áreas. Da mesma maneira, além dos preços extremamente baixos que eram pagos pelos seus produtos agrários, forçou muitos africanos, especialmente no Planalto Central, à emigração em busca de trabalho como trabalhadores rurais²⁶ (Bender, 1980: 189).

Em 06 de setembro do mesmo ano, diversas leis são decretadas:

- a) Eliminar o estatuto de indigenato, abolindo dessa forma, a distinção entre não-cidadãos e “não-civilizados”, ou seja, 99% da população africana; e cidadãos “civilizados”, que em 1950, incluíam todos os brancos, 89% dos mestiços e 0,7 dos africanos²⁷;
 - b) Alargar o regulamento das concessões e ocupações de terras;
 - c) Criar organismos administrativos locais;
 - d) Coordenar as leis “gerais” e não-escritas (usual, habitual);
 - e) Criar a Junta Provincial de Povoamento de Angola (como também de Moçambique)
- (Bender; 1980: 190-191).

Um plano para trazer cabo-verdianos para Angola como colonos foi uma das primeiras inovações da Junta Provincial de Povoamento. Essa inclusão visava diminuir a pressão demográfica nas ilhas de Cabo Verde, mas também os caboverdianos, no qual três quartos são mestiços e contavam com instrução relevante se comparado ao resto da população africanas de outras colônias, e, por conseguinte considerados “civilizados” (a luz dos estatutos indígenas de 1946) também servissem como perfeitos intermediários raciais e culturais entre africanos e

²⁵Com o ataque à cadeia de São Paulo em Luanda, que provocou um banho de sangue com a morte de muitos nacionalistas angolanos.

²⁶Muitos angolanos deixaram de fato Angola em busca de trabalhos mais bem remunerados como no Zaire(hoje República Democrática do Congo), na Namíbia e na África do Sul. Depois de 1961, a grande maioria dos africanos das zonas de combate ao norte do Rio Cuanza fugiu para o Zaire ou escondeu-se no mato (Bender, 1980: 189-190).

²⁷Em 1950 foi o último ano em que o censo oficial dividiu a população angolana entre “civilizados” e “não civilizados”

européus, ajudando inclusive a estabilizar os colonatos multirraciais²⁸. Bender salienta que a instalação desses cabo-verdianos nos povoamentos foi tão limitada que, na prática, não existia para eles nenhuma oportunidade de cumprirem o tão esperado papel de intermediários raciais, mesmo que tivessem sido capazes de tal²⁹ (Bender, 1980: 203).

Nesta mesma altura, Correia de Araújo, professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina Portuguesa, começa a pensar na valorização das cooperativas agrícolas em Angola. Partindo da importância que as cooperativas desenvolviam na Metrópole: “a organização corporativa tem patrocinado e apoiado a constituição de cooperativas e suas uniões, pondo por tal via ao serviço da lavoura um magnífico instrumento de valorização da actividade agrícola” (Araújo, 1964: 194), Araújo comenta na necessidade de valorizar as cooperativas na colônia,

“(…) em Angola, os factos vêm demonstrando que alguns agricultores mais esclarecidos se estão a compenetrar dos seus problemas e necessidades (…) tentativas dignas de apreço para a criação ou melhor estruturação de cooperativas. Acontece, todavia, que tais iniciativas nem sempre são apoiadas como convinha pela maioria dos agricultores das respectivas zonas e que, regra geral, os próprios iniciadores não sabem exactamente como proceder para alcançar os objectivos em vista”³⁰ (Araújo, 1964: 201).

2.1 - As Culturas Agrícolas Em Angola

Diversas culturas eram produzidas em Angola no século XX. Todavia, como em outros lados da África colonial, a ênfase na produção era dada no crescimento dos produtos de exportação, e isso gerou um correspondente declínio no cultivo de produtos alimentares (Davidson, 1974: 166). Em 1964, Araújo indicava o Estado como responsável para “(…) desenvolver a ação conveniente no sentido de facilitar a associação dos mesmos agricultores, bem como a estruturação e consolidação das respectivas cooperativas” (1964: 2002). No entanto,

²⁸Bender afirma que antes da criação da Junta, eram muito escassos os dados concretos sobre os indivíduos trazidos para se estabelecerem nos povoamentos planificados em Angola (Bender, 1980: 193).

²⁹Os registos da Junta estão cheios de casos de comportamentos anti-social de grande parte dos colonos cabo-verdianos em relação aos africanos vizinhos não colonos e também aos restantes colonos. A maioria desses cabo-verdianos tinham sido pescadores em Cabo Verde e nem sempre recebiam terras em Angola que propiciassem actividades agrícolas, nem lhes eram facultadas instruções técnicas adequadas acerca da utilização do solo. Segundo Bender, os colonos cabo-verdianos foram um fiasco (1980: 206-207)

³⁰O autor aponta o Estado como responsável para “(…) desenvolver a ação conveniente no sentido de facilitar a associação dos mesmos agricultores, bem como a estruturação e consolidação das respectivas cooperativas (Araújo, 1964:202). No entanto, pode-se perceber a dificuldade do Estado colonial em desenvolver a agricultura em Angola, sendo tarefa mais difícil conseguir dar uma maior organização cooperativa naquela região.

pode-se perceber a dificuldade do Estado colonial em desenvolver a agricultura em Angola, sendo tarefa mais difícil conseguir dar uma maior organização cooperativa naquela região.

Após a Segunda Guerra Mundial as cotações do café elevaram-se. Conforme o documento do governo provincial de Angola (1951):

“Depois dum longo período de crise – não muito distante ainda – dominado pelo desinteresse dos compradores e aviltamento dos preços, o café voltou a enfileirar, especialmente a partir dos fins de 1949, entre os produtos agrícolas mais ricos. Esta viragem profunda resultou, por um lado, do declínio processado na produção (basicamente o Brasil), e, por outro lado, do substancial aumento ocorrido no consumo, principalmente nos Estados Unidos (...) não é de se estranhar que esta cultura seja a mais importante e mais rica de Angola, não só pelos capitais investidos, mão de obra que emprega e área que ocupa, como também por ser a sua principal fonte de divisas”. (Angola, 1951: 80).

Sobre a cultura do café (*Coffea Canephora* e *Coffea Arabica*), Mariano Feio aponta sua importância da cultura mais rentável na “jóia da Coroa”. Segundo ele, a necessidade de mão-de-obra exigida por essa cultura era exatamente o que se estava a buscar (vide necessidade de colonização do interior de Angola). Além disso, a semelhança com a vinha, ajudou na relativa adaptação dos colonos. Os declives da zona do café impediam quase totalmente a mecanização e os cerca de cinco anos de espera até dar rendimento também representavam grandes inconvenientes (Feio, 1998: 75).

Daquele modo, muitos europeus fixados em Angola, sobretudo comerciantes e funcionários, lançaram-se numa grande corrida às concessões de terrenos para fazendas de café (ou roças) na região própria. As plantações só eram econômicas sob coberto de mata natural convenientemente clareada³¹ (Feio, 1998: 75).

Em 1941, os agricultores nativos produziram 39% da colheita total. No entanto, tudo isso mudou com a subida do preço do café pós-guerra. A área cultivada elevou-se de 120.000 hectares em 1948, para 500 000 ha , em 1961. A produção de 1960 foi de 87.000 toneladas. Angola tornou-se o maior fornecedor mundial de café robusta (Galli, 1987: 143). Existiam simultaneamente plantações em grande escala e pequenas fazendas familiares juntamente com os 263.300 pequenos proprietários africanos (Wolfers e Bergerol apud Galli, 1987: 143). Em

³¹De acordo com o autor, apenas determinadas situações de savana, confinante com esta mata e de características de clima e solo semelhantes, podem permitir a implementação de cafezais ordenados, mas sempre sob coberto da plantação de espécies de sombra próprias. As produções em Angola eram baixas e exigiam muita mão-de-obra, pois nada era mecanizável (Feio, 1998: 75).

meados da década de 1960, Mendes dizia que a agricultura contava com 56,8% de toda mão de obra rural e os trabalhadores distribuíam-se irregularmente pelas diferentes culturas. A cafeicultura era a principal atividade absorvente de mão de obra com 42,9% de todos os trabalhadores rurais. A seguir, mas com significativa diferença, estavam as culturas do sisal com 11,0%, da cana sacarina (2,9%), da palma (1,2%) e tabaco (0,6%)³². As pequenas fazendas dos colonos funcionavam ao mesmo tempo como postos comerciais e como empresas agrícolas. Os produtores locais trocavam o seu café por bens de consumo e de produção aos colonos /comerciantes brancos³³. Em 1974 foram exportadas 217.532 toneladas de café (Galli, 1987: 143).

Dentro desse contexto, a paz social nos meios rurais no Norte cafeeiro de Angola foi muito afetada pela corrida ao café por parte dos colonos. Os direitos das populações autóctones sobre os terrenos por elas ocupados e explorados foram dramaticamente atropelados, diminuindo muito as suas terras e criando um clima de grave conflito (Feio, 1998: 75). A par disso, antes de 1961 as autoridades portuguesas não encorajavam (ou proibiam mesmo) o cultivo de bens alimentares para forçar o aparecimento de mão de obra abundante e barata³⁴ (FAO, 1998: 15).

Outras culturas também foram importantes na produção agrária em Angola no período colonial. O sisal (*Agave sisalana*), era depois do café, a cultura de maior entusiasmo entre os colonos, estimulados pela fácil colocação da fibra e preços remuneradores. Os altos preços que esta cultura atingiu a seguir à Segunda guerra mundial também atraíram a população de colonos, particularmente no Planalto de Benguela, aonde chegou a concentrar-se 60% da produção. Apesar do consumo interno ser insignificante, em 1953, em toda Angola, havia 170 produtores europeus, atingindo as áreas plantadas 100.523 hectares, dos quais 51.307 em produção. Angola

³²Estimativas do autor obtidos no Instituto do Trabalho. Ainda segundo Mendes, naquele momento começava a desenhar-se um movimento de fuga da mão de obra para as atividades industrializadas em prejuízo da agricultura (Mendes, 1966: 61-62).

³³Vale lembrar que a produção autóctone possuía alguma assistência técnica. A Junta de Exportação do Café, a partir de 1943, tomou o encargo de fomentar e organizar a produção local, instituindo as “brigadas cafeeiras”. O progresso foi significativo em termos de produção, passando de 5.412 toneladas naquele ano, para 9.571 toneladas em 1951. A Junta também era extensiva aos europeus, sendo efetuada por intermédio dos regentes agrícolas das “brigadas” e dos agrónomos dos “Postos de Fomento”, que visitam as suas fazendas e os orientam com os seus conselhos técnicos, fornecendo, ao mesmo tempo, plantas para sombreamento e sementes de café das espécies “Robusta” e Arábica (Angola, 1953: 85-86).

³⁴Segundo documento da FAO, produzido em 1999, muitos relatos dos camponeses, ainda hoje, nos municípios de Uíge e Songo, apontam para essas questões como importantes na justificativa das rebeliões do norte de Angola em 1961.

tornou-se o segundo maior produtor da África, de 23.000 toneladas em 1961 passou para 66.719 toneladas em 1974 (Galli, 1987: 144).

O Algodão (*Gossypium hirsutum*) é uma cultura antiga e tradicional praticada basicamente pelos autóctones. Também havia um setor de assistência técnica desenvolvida pela Junta de Exportação de Algodão, através de “Brigadas técnicas”, instaladas nas regiões algodoeiras e dirigidas por regentes agrícolas, sob superintendência de um agrônomo³⁵; O milho (*Zêa Mays*), estava em sua grande zona econômica, o planalto de Benguela e na área ovimbundu do centro de Angola, em particular nas imediações do caminho de ferro de Benguela.. A grande massa da produção ficava com a população autóctone, cerca de 400.000 toneladas, mas havia também muitos agricultores europeus. Os comerciantes/plantadores da área forneciam bens essenciais tais como sal, açúcar, peixe, óleo de cozinha, roupas e ferramentas em troca de milho dos camponeses. Este milho era enviado para uma junta de comércio do governo. O milho, em 1953, em termos de tonelagem, era o primeiro produto da exportação angolana. Em 1973, os camponeses ovimbundu produziam 700.000 toneladas (Galli, 1987: 145).

A cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) concentrou-se na planície costeira do norte e centro de Angola, em plantações em grande escala e possuía apenas três grandes empresas de exploração. Essas empresas tinham as suas açucareiras situadas nas margens do Rio Dande, Cuanza, Catumbela, Cavaco e Coropolo, ocupando, em 1953, em conjunto, uma superfície cultivada de 10.174 ha, dos quais cerca de 8.700 correspondem à área de cana para corte; A exploração da Palmeira “dem dem” (*Elaeis Guineensis*), em Angola, era por vezes era intenso, especialmente no Norte do Cuanza. Em 1953, algumas eram regularmente exploradas, outras praticamente inexploradas porque seu aproveitamento dependia da condição, das facilidades de acesso e mão de obra local disponível. Existem também palmeiras de plantação, mas todas pertencentes as empresas européias; A mandioca (*Manihot esculenta*) era essencialmente uma cultura produzida pelos autóctones, assim como o arroz (*Oryza Sativa*), e diferente do feijão (*Phaseolus sp.*) que também era produzido pelas fazendas de europeus (Angola, 1953: 86-96)³⁶.

³⁵As zonas principais da cultura do algodeiro: baixa de Cassagne(Malange) com mais de 50% da produção em 1953, e Catete(20%) (Angola, 1953: 90).

³⁶Outras culturas relevantes na Província de Angola: amendoim(*Arachis hipotaca*), cacau(*Theobroma cacao*), trigo (*Triticum sativum*), tabaco (*Nicotiana tabacum*), gergelim(*Sesamum indicum*), centeio(*secale cerale*), cevada(*Hordeum vulgare*), aveia(*avena sativa*), massambala(*orghum caffrorum*), massango(*pennisetum sp.*), soja (*glicina hispida*), grão de bico(*cicer arietinum*), ervilha(*pisum sativum*), fava (*vícia fuba*), batataa doce (*pomea batatas*), bananeira (*Musa sp.*), abacateiro (*Persea gratissima*), ananaseiro (*ananassa sativa*), limoeiro (*Citrus limónia*), entre outras.

2.2 - Sistema Dual De Produção: Agricultura Empresarial E Agricultura Tradicional

Ao longo do colonialismo português no século XX, surge uma divisão significativa, inclusive no campo estatístico (presente nos dados do governo colonial português), entre uma agricultura empresarial, dirigida pelos colonos e por pouquíssimos assimilados; e uma agricultura tradicional, de base autóctone.

Acredito ser importante a conceituação de Cardoso no que diz respeito às duas agriculturas utilizadas como referências para o colonizador naquele momento. Para o autor, a agricultura empresarial, ou seja, a agricultura segundo o modelo europeu, produzia valiosos bens de exportação, que por sua vez produziam reservas de divisas para a política monetária e solvência internacional de Portugal. Já a agricultura tradicional, por outro lado, participava na produção dos bens de exportação e fornecia alimentos básicos para o mercado interno. Porém, seu mérito principal residia no fato de que era a vida da grande maioria do povo angolano (Cardoso, 2004: 03).

Além disso, é ainda importante afirmar que a agricultura empresarial tinha como característica um limitado número de produtos, com certa tendência para certa diversificação, muito em função das exportações. Por outro lado, a agricultura tradicional procurando, acima de qualquer coisa, garantir a sua subsistência, revelava uma importante preocupação em gerar excedentes para o processo de permuta e um desejo crescente pela procura de bens que não podiam produzir.

De acordo com o documento do Plano de Desenvolvimento do Distrito de Huambo³⁷, da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA), órgão colonial português (1971), o setor tradicional caracterizava-se fundamentalmente por técnicas de “adaptação ao meio”. Essa técnica agrária “(...) é sem dúvida o resultado lógico do meio ambiente (...) e dos recursos limitados” (Bandini apud MIAA). Por isso visa, conforme continua o documento, a

“(...) maximização da segurança. Embora esse setor se enquadre no circuito comercial, continua a manter paralelamente, mais ou menos intacta, a organização para a produção de subsistência. Esta estrutura múltipla de empresas agrícolas resume, só por si, a atitude de adaptação. Atitude afinal,

³⁷Vale lembrar que no recenseamento geral da população da província de Angola de 1960, Huambo era a cidade mais populosa com 597.332 pessoas, e com a maior densidade por quilômetro quadrado, com 19,48 (Mendes, 1966: 85).

conseqüente da limitação dos meios de produção disponíveis, que se resumem praticamente a terra e ao trabalho”.

Outro relatório da Metrópole salientava essa diferença, segundo o documento da administração colonial sobre a província de Angola (1953),

“a falta de conhecimentos técnicos, leva-os a praticar um sistema de agricultura nómada, que compromete a conservação do revestimento florestal nalgumas regiões, com grave dano para a conservação do solo, do seu potencial de fertilidade e importantes alterações no regime hidrológico (...) dirigem, muitas vezes, a sua actividade para uma cultura industrial ou de maior rendimento e essa preferência condu-los a não cuidarem das suas culturas alimentares em extensão e qualidade, de que resulta o desequilíbrio das suas rações diárias” (Angola, 1953: 104-105).

Já o dito setor empresarial, de acordo com o documento do MIAA, em oposição ao tradicional, orienta a sua economia para a “maximização do lucro”. Os investimentos visam praticamente, só o mercado, pelo que se verifica uma especialização de produções (1971: 69-70).

Ainda sobre Huambo³⁸, na análise do panorama sócio -econômico de Angola, produzido pelo governo colonial português (1971), a região tinha os solos de um modo geral pouco férteis, pobres em elementos nutritivos e em matéria orgânica, baixa capacidade de troca catiônica, sendo de reear a falta quase sistemática de fósforo, azoto, enxofre, magnésio no que se refere a macronutrientes e de boro e zinco no que diz respeito a micronutrientes; o clima, pouco favorável para a agricultura. A precipitação, bastante elevada, de regime torrencial, concentra-se em metade dos meses do ano o que conduz a uma maior erosão do solo. Há normalmente excesso e deficiência de água no solo em épocas alternadas do ano; os cursos de água, numerosos em Huambo, são pouco volumosos se bem que permanente na maior parte deles, o que permite a realização de pequenas obras de hidráulica agrícola para o estabelecimento de regadios (República Portuguesa – Estado de Angola, 1971: 212).

A análise da situação da estrutura agrária dos setores tradicional e empresarial em Huambo (1971) permite revelar alguns aspectos importantes:

³⁸É importante apontar que a cidade de Huambo foi inaugurada em 1912, embora naquela altura não existisse qualquer construção. Coincidiu com a chegada do Caminho de Ferro de Benguela ao Planalto Central. Previa-se que a cidade viesse a ser a capital de Angola. No entanto, a migração europeia foi menor que a esperada e até os anos 1950, a cidade era pouco mais que um posto comercial e um centro administrativo ligado aos trabalhos do CFB. A cidade tinha, nesse momento, a forma de assentamento colonial, com uma visão social e racial mais rígida, diferente das cidades mais velhas, como Luanda e Benguela. A legislação de 1928 deu-lhe o nome de Nova Lisboa, e realmente a cidade de Huambo nunca foi efetivamente a capital de Angola e até os anos 1940 não tinha sequer eletricidade, água corrente e esgotos (DW, 2005: 77).

- a) O número total de empresas do setor tradicional é de 137.871 (cerca de 99,5%) ocupando uma área aproximada de 783.800 ha (1969-1970) dos quais 521.206 cultivados (66,5%).
- b) A área vinculada a cada empresa do setor tradicional era em média 5,6 ha, repartidas por várias parcelas.
- c) O número de empresas do setor empresarial é de 699, apenas 0,5% do total de empresas agrícolas, ocupando uma área de aproximadamente 249.000 ha. Importante é notar que desta área, representando 24% da superfície agrícola do distrito, apenas cerca de 30.000 ha, ou seja, menos de 15%, se encontrava agricultados em 1968. Não obstante, a área média por exploração agrícola do setor empresarial eleva-se a 365 ha, existindo empresas com áreas superiores a 20.000 ha;
- d) Apenas para as explorações do setor empresarial de menos de 50 ha, se verifica uma produtividade da terra aceitável, o que traduz a fraca capacidade empresarial do agricultor e a injustificada posse de terra na maioria dos casos (República Portuguesa - Estado de Angola, 1971: 214).

Com isso, os aspectos acima referidos evidenciam, entre outros fatores:

- a) Uma estrutura agrária deficiente, com existência de numerosas e pequenas explorações familiares parceladas, em face de grandes latifúndios na maior parte improdutivos;
- b) Área média no setor tradicional era extremamente reduzida e insuficiente.

A própria pecuária também se manifestava de forma dual, pois no setor tradicional o gado tem uma função fundamentalmente voltada para os trabalhos da empresa agrícola, enquanto que no setor empresarial destinava-se principalmente à produção de carne, em regime extensivo³⁹ (República Portuguesa – Estado de Angola, 1971: 215). No entanto, Cruz de Carvalho demonstrou que os criadores de gado africanos do sul de Angola eram mais produtivos do que

³⁹É aos Serviços de Veterinária e Indústria Animal que competia prestar assistência técnico-sanitária e promover o fomento do rebanho angolano, exercendo essa ação através da seção de Higiene e de Sanidade Pecuária e da Seção de Economia Pecuária e de Fomento Zootécnico (Angola, 1953: 114).

seus homólogos europeus, que mantinham grandes ranchos de gado. Novamente, os africanos se viram fortemente pressionados a deslocar-se das suas pastagens a fim de deixar espaço para novos ranchos europeus (Cruz de Carvalho apud Bender, 1980: 221).

Portanto, Angola herdou do período colonial um sistema “dualista”, com dois tipos agrários com padrões culturais, sociológicos e econômicos distintos, quer do ponto de vista dos objetivos, quer das formas de representação social da terra, do relacionamento entre as unidades de produção e agrupamentos humanos a ela ligados, da posição perante o mercado, da atitude perante o cálculo econômico, da estruturas dos custos de produção e dos fluxos de energia. Conforme aduz Pacheco, a realidade entre agricultura familiar e empresarial era mais complexa, com zonas intermediárias devido às influências recíprocas e a outras dinâmicas sociais que justificam diferenças significativas dentro de cada um destes tipos, pois agricultura familiar não é sinônimo de agricultura de subsistência, recorrendo muitas vezes a mão de obra assalariada de forma não regular, nem a agricultura empresarial diz respeito apenas aos grandes latifúndios (2004: 01).

Outro elemento importante na conjuntura agrária no período colonial logo depois de meados do século XX foi o programa de extensão rural, que tinha como objetivo o desenvolvimento das populações do meio rural de Angola, e teve como base a transmissão de conhecimentos, cuja atividade estava virada para a vertente agrícola, pecuária e economia doméstica.

Dessa maneira, para a população eram fornecidos adubos, sementes e enxadas, gadanhas e inseticidas. De acordo com Gusmão Chicosse, coordenador do projeto Luvemba (Bailundo) da ADRA, numa produção habitual de 250-300 quilos por hectare a população chegou a colher três toneladas por hectare. Da parte feminina, um dos pontos mais fortes foi o fabrico do sabão, da extração de óleo e a culinária. Outro aspecto importante foi à introdução dos clubes agrícolas, pois ajudaram as pessoas a desenvolver em termos de conhecimentos, a ponto de elas perceberem a importância de um banco. Enquanto o dinheiro no passado era guardado em cabaças, foi a partir dos clubes agrícolas que o dinheiro passou a ser depositado no banco. Dessa forma, o clube agrícola era um organismo de crédito e todas as quotizações, todos os reembolsos entravam para o banco, pois tinham juros e os membros ficavam sabendo que ao colocar o dinheiro no banco tinham o dinheiro em movimento (2003: 09).

Como características do programa de extensão rural, segundo documento da ADRA que analisa tal programa pode-se apontar: o desenvolvimento das comunidades sendo promovido a partir de fora, ou seja, pelos funcionários coloniais; o agente externo transmitia o conhecimento à comunidade; a identificação das áreas de intervenção era feita sem a participação da comunidade; a metodologia de trabalho era bem estruturada; a ação era dirigida ao homem (família); a questão do gênero era diferenciada no trabalho; não se levou em conta a dimensão da cidadania (naturalmente devido ao contexto ditatorial de Salazar); promoveu-se à indústria caseira; desenvolveu-se a pesquisa técnica; possuía objetivo político com a idéia de travar o avanço dos movimentos de libertação nacional; e finalmente, existia a distinção do papel dos extensionistas pelo gênero (Adra, 2003: 17).

3 - O DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA NOS ÚLTIMOS ANOS PRÉ-INDEPENDÊNCIA

3.1 - Os Conflitos Que Marcaram O Ano 1961

O dia 04 de Janeiro de 1961 foi marcado pelo massacre por parte do exército colonial português contra cerca de dez mil agricultores da ex-companhia de Algodão de Angola (COTONANG), que exigiam a isenção de impostos e a abolição de trabalhos forçados.

Conhecido como o “massacre da Baixa de Kassange” ou a “Guerra de Maria” é enquadrada como uma revolta dos trabalhadores, não tido pela historiografia como “nacional”. A região é uma zona de expansão do catolicismo e o confronto teve um caráter religioso, porque no entender dos revoltosos podia-se lutar contra os colonos, pois estavam protegidos por Maria.

Foi marcante a influência do Tocoísmo⁴⁰ (vide: Simão Toco), que anos antes passou a defender que não se deveria trabalhar todos os dias.

⁴⁰ O Tocoísmo surge em 1949 com a prisão de Simão Toco e seus seguidores, pois este pediu a descida do Espírito Santo para os africanos durante a Conferência das Missões Protestantes, em Leopoldville, onde participaram 49 delegações, sendo 19 africanas, começando assim a sua evangelização. Simão Toco é expulso da Igreja Protestante e do ex-Congo Belga acusado pelas autoridades coloniais de realizar atividades subversivas. A educação cristã de Toco fora feita numa escola Batista, no Ocidente do Congo Belga. Mas tudo era desenvolvido do Norte de Angola. Considerando como “nativo estrangeiro”, na curiosa gíria colonial daqueles tempos, os belgas entregaram-no aos portugueses, com um grupo de seus discípulos. Os portugueses mandaram Toco para degredo perpétuo, nos confins do sul de Angola, mas puseram os seus discípulos trabalhando nas estradas do Norte com exceção dos que tinham alguma instrução: estes foram despachados para Luanda, onde foi permitido empregarem-se, mas ficavam presos durante a noite. Com instrução, ou sem ela, os discípulos de Toco trataram de escapar a tempo ao degredo e ao

Basicamente o caráter do Tocoísmo é apenas religioso, mas aos poucos vai ganhando um caráter anticolonial. De acordo com Basil Davidson, muito ainda está obscuro sobre os meses de turbulência da “Guerra de Maria”. No entanto, parece que nos princípios de 1961, um nativo chamado Antonio Mariano, chefe padroeiro de uma seita Cristã dissidente chamada Maria, começou uma campanha contra a autoridade européia e contra todo o sistema de obrigatoriedade no cultivo do algodão (Davidson, 1974: 236).

Ao citar missionários africanos, Marcum salienta:

“Janeiro era o mês do plantio. Muitos, contudo, em vez de semear neste ano, queimaram as sementes, amontoaram as ferramentas agrícolas ao lado da estrada, e a cantar os seus hinos militantes a Lumumba⁴¹, Pinnock⁴² e Maria, meteram-se numa cruzada pela independência. Destruíram barcaças nas passagens dos rios, barricaram as estradas, mataram gados, invadiram armazéns e missões católicas e expulsaram europeus⁴³ (...) quando a Guerra de Maria ganhou ímpeto e se estendeu desde as remotas áreas periféricas, que pareciam ter gozado algumas semanas de independência, para o centro do Distrito de Malange, a administração tocou a rebate. Aviões e tropas portuguesas correram a bombardear e arrasas aldeias, a esmagar toda a oposição. A autoridade portuguesa foi restaurada na área, embora a custo de centenas, talvez milhares, de vidas africanas” (Marcum apud Davidson, 1974: 236-237).

O Reverendo Malcom Mc Veigh, em “*Présence Africaine*”, de 1962, fez um relato sobre a revolta da Baixa de Kassange:

“(...) os africanos, é verdade, quebraram as janelas e devastaram as lojas dos comerciantes europeus; é exato que eles atacaram uma missão católica e a residência de representantes oficiais de autoridade local (...) foi uma demonstração espontânea contra os abusos da companhia COTTONANG, e a maior parte dos refugiados brancos da região admitem que os africanos tinham razão de queixa (...) A repressão brutal da revolta da Baixa do Cassange mergulhou na consternação a população africana do distrito de Malange, mas nem uma única palavra sobre esse assunto foi publicada nos jornais portugueses. Continuaram a dizer aos seus leitores que tudo ia bem, e que os africanos estavam satisfeitos. Fazendo isso acabavam por contribuir para a morte de seus próprios compatriotas europeus, isolados nas fazendas do Norte de Angola” (Mc Veigh apud Freitas, 1975: 130-131).

Isto sucedeu em fevereiro e março de 1961, e não era o fim, mas apenas o começo.

trabalho contratado e começaram a espalhar as suas esperanças e crenças através do norte de Angola (Freitas, 1975: 97).

⁴¹Congolês, morto no dia 18 de janeiro de 1961, um líder carismático que lutou contra o colonialismo belga no Congo.

⁴²Militante do Norte de Angola que buscava a valorização do antigo Reino do Congo.

⁴³Isso era caracterizado pelos nacionalistas africanos como protesto pacífico, visto que os nativos não empregavam catanas, nem “canhangulos”(espingardas de carregar pela boca e utilizadas na caça, muitas vezes tão rudimentar que matavam o seu próprio possuidor, pois explodiam ao disparar), no ataque a pessoas, mas só arrasavam propriedades e matavam gado(Marcun apud Davidson, 1974: 236-237)

Em fevereiro de 1961 acontece o famoso ataque contras as prisões de Luanda. A explosão na capital não foi, de modo algum, a maior das sublevações de 1961. Contudo, de certo modo, no que respeita ao desenvolvimento de um nacionalismo revolucionário, foi sem dúvida a mais importante (Davidson, 1974: 242). Principalmente pela valorização da data pelo MPLA ao longo dos anos.

Na madrugada de 04 de fevereiro de 1961, um grupo de mulheres e homens, munidos de paus, catanas e outras armas “brancas” atacaram a casa de reclusão e a cadeia de São Paulo para libertarem presos políticos. O regime colonial reagiu brutalmente e respondeu com uma ação de repressão em boa parte da colônia.

Não se sabe ao certo o número de mortos nesses dias de fevereiro de 1961. Davidson afirma que é de toda evidência que estes ataques de Luanda foram feitos sem preparação eficiente ou plano bem concertado. Com Agostinho Neto na prisão em Cabo Verde, com Cruz e Andrade, em Conacry, capital da recente República da Guiné⁴⁴, e com outros chefes em prisões angolanas, os nacionalistas que permaneciam em Luanda atuavam com pouca ou nenhuma experiência política, e deixava-se levar pela raiva concentrada (Davidson, 1974: 243-244). Para Amadeu José de Freitas, as opiniões são muito discordantes, e o desastre que se deu à ação, leva-nos a pensar que o ataque não estava apoiado em realidades palpáveis (Freitas, 1975: 66).

Essa é uma posição diferente do ex-ministro do Planejamento e Finanças do MPLA, Saydi Mingas, que afirmou, em depoimento a Freitas,

“O ataque às prisões de Luanda foi realmente fruto de um plano organizado, mas a base de todo o processo residiu, inegavelmente, nos trabalhadores. Não surgiu por acaso. Durante meses tudo foi estudado pelo falecido comandante Tomás Ferreira que esteve preso na casa de reclusão e desenhou todo o plano de assalto às prisões (...) Às quatro horas da manhã foi dada a ordem de avançar (...)” (Mingas apud Freitas, 1975: 67).

Ao analisar o que se passou, a conclusão que Freitas chega é que a ação não atingiu os fins em vista: os presos continuaram atrás das grades, os guerrilheiros primitivamente armados foram destroçados e as populações foram flageladas. As Forças Armadas alargaram-se

⁴⁴ A vizinha, Guiné Portuguesa (Guiné Bissau) já demonstrava grande inquietação com o colonialismo desde os finais dos anos 1950.

“rapidamente e em força”, como tinha determinado Salazar. Além disso, o movimento foi, naquela altura, estrangulado⁴⁵ (Freitas, 1975: 67).

No entanto, a rebelião em março do mesmo ano nas fazendas do norte do país, desencadeados por grupos informais, causaram perplexidade à administração colonial.

Em 15 de março de 1961, cinco semanas e meia após o ataque à prisão de São Paulo, e com a “Guerra de Maria” praticamente terminada, o Norte de Angola foi cenário de uma insurreição maior por parte de grande número de fazendeiros do Congo, ligados aos trabalhadores contratados das plantações locais, cujas casas estavam em outros distritos. Estes homens estavam fracamente armados, ou totalmente desarmados, mas foi a sua fúria súbita que tomaram rápido o controle de largas áreas em torno do centro de cultivo cafeeiro de Carmona: esmagaram fazendas européias, estabelecimentos comerciais, postos de polícia; bloquearam o acesso, derrubando árvores ao longo das estradas, destruindo pontes e afundando barcaças. Milhares estavam empenhados no movimento. Durante algum tempo, de acordo com Davidson, a autoridade portuguesa desapareceu (1974: 248).

Não obstante esses rebeldes, ao contrário dos da “Guerra de Maria” e da revolta de Luanda, também atacaram civis, assassinaram e mutilaram homens, mulheres, crianças, europeus, num total não conhecido ao certo. Atacaram com a mesma selvageria “assimilados”, pretos ou mulatos⁴⁶, que consideravam evidentemente como agentes dos portugueses. No entanto, objetivos militares e políticos de longo alcance parecem que não tiveram grande efeito (Davidson, 1974: 248). As principais razões que levaram a rebelião estão na usurpação de terras férteis, principalmente das matas propícias à cultura do café; no trabalho forçado nas plantações dos colonos e na construção de estradas, o que incluía, por vezes, também as mulheres; no pagamento de impostos considerados injustos; e na obrigatoriedade da cultura do café em prejuízo das culturas alimentares (FAO, 1998: 05).

Correia chama atenção para a barbárie do movimento de libertação colonial no norte de Angola. A União dos Povos de Angola (UPA), antecessora da FNLA, iniciou uma luta armada e provocou milhares de mortes em março de 1961. Estes africanos de raça negra eram chamados de “bailundos”, ou seja, ovimbundos contratados do Planalto Central, já que entre as populações da

⁴⁵Daí que um observador não poder deixar de pensar que a atuação ou foi precipitada ou subestimou o poder do adversário, como bem salienta Freitas (1975: 67).

⁴⁶Tendo os mulatos exercidos comumente papel de intermediários e auxiliares da dominação branca, muitos deles recusavam-se participar da luta pela descolonização por não quererem se opor à raça de um dos seus pais.

própria região (ou seja, norte de Angola), quase sempre deslocadas e espoliadas das suas terras de origem, mais produtivas, que eram objeto de concessões onde nasciam às fazendas dos europeus, era muito difícil recrutar mão-de-obra.

Esse movimento predominantemente bakongo, pretendia eliminar, em sua área de influência, pelo início da década de 1960, todos aqueles que fossem mulatos, já que “esses trabalhavam para os pais brancos que escravizavam o povo”, podendo escapar apenas “os mulatos filhos dos mulatos (...) que fossem iguais aos pretos nos seus hábitos⁴⁷”.

Foi contra os ovimbundos, que também orientou o terrorismo do UPA, aliás, de acordo com o autor, o único movimento de todas as colônias portuguesas que verdadeiramente utilizou a arma do terrorismo na sua luta de libertação (Correia, 1996: 77). Segundo relato de Punza, trazido por Davidson, um assimilado deste tempo:

“Quando tudo começou em 1961, eu estava a trabalhar em São Salvador (atual Província do Zaire) como enfermeiro de um hospital do governo. Depois da revolta de Luanda, passei a ser observado pelos portugueses. Mas pude entrar em contato com vários sobreviventes do caso de 4 de fevereiro que estavam em fuga para o Congo, através de São Salvador (...) Por isso, pus-me a organizar um pequeno grupo que fugisse para o Congo. Quando ainda estávamos a quarenta quilômetros da fronteira, a UPA começou a semear pânico, a matar “assimilados”, brancos, católicos, nas “senzalas”, que eram o seu próprio povo. Pareceu-me uma confusão total. A princípio pensei que tudo isto era espontâneo. Mas depois notei que os próprios chefes da UPA davam ordens para que as coisas fizessem assim” (Davidson, 1974: 248).

3.2 - Tentativas De Reordenamento Rural Em Angola Após 1961

Por consequência, após a crescente onda de manifestações que geraram a luta armada de libertação de Angola, em 1961, o governo colonial lançou uma série de reformas na tentativa de travar a luta e melhorar sua imagem ao nível interno e internacionalmente. Na aparência, o objetivo era melhorar a situação da população rural, que se reconhecia em estado de profunda degradação e pauperização. Mas no fundo, de forma mais ou menos assumida, buscava-se a criação de uma burguesia rural, constituída por pequenos agricultores angolanos. Para tal, decidiu recorrer a uma técnica de reordenamento rural que, no essencial, era definida como

⁴⁷Filho, Silvio de Almeida Carvalho. “As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)”. In http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm.

“um processo de melhorar as condições de vida das populações rurais, sob os aspectos econômico, social e cultural, realizando com a participação ativa das mesmas populações e sob orientação e com a colaboração dos diversos órgãos de administração pública e, quando necessário, por iniciativa desses” (RPA,1991: 2).

Em 1961, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) efetuou um inquérito em face de denúncias em relação ao trabalho forçado em Angola, ação do qual resultou em pressão ao governo colonial português no sentido de rever a sua política a respeito, e que originou a aprovação do Código do Trabalho Rural, estabelecendo o princípio da liberdade de trabalho e a não discriminação. O mesmo estabelecia ainda a existência do contrato de trabalho, que tinha como característica a deslocação forçada e obrigatória dos trabalhadores agrícolas em regime de “contratado” para diferentes áreas do território, ou seja, fora do seu habitat, longe de suas origens étnicas, sociais e culturais. Portanto, em uma estratégia usada que era comum no colonialismo português com o intuito de “dividir para melhor reinar”.

De acordo com Galli, a legislação que separava africanos rurais indígenas de africanos brancos, crioulos, colonos brancos e administradores coloniais (classificados como “civilizados”) foi abolida, bem como a prática de trabalhos forçados. Estabeleceram-se medidas destinadas à melhoria dos níveis de vida tanto das populações rurais, como das populações urbanas, medidas essas que incluíam certos tipos de desenvolvimento rural. O objetivo era o mesmo, ou seja, explorar os recursos humanos e materiais das colônias, mas só mudava a aparência. Em Angola, trouxe também uma rápida urbanização e o alargamento das oportunidades educacionais e de emprego tanto para os imigrantes brancos, como para os africanos (Galli, 1987: 123). Foi criado em 1961, o Instituto do Café de Angola (ICA), que substituiu a anacrônica Junta de Exportação de Café dos anos 1940 e iniciou um novo tipo de relacionamento com os cafeicultores negros⁴⁸ (FAO, 1998: 06).

Um dos objetivos desse reordenamento era a “reorganização” administrativa do espaço rural, com a definição de regedoria como unidade administrativa fundamental, com uma autoridade reconhecida pela administração e que, na maioria dos casos, não tinha ligações com as chefias tradicionais (RPA, 1991: 3).

⁴⁸No município do Uíge, consta-se a criação, pelo ICA, de oito cooperativas agrícolas (mais duas no Songo) que surgem com o propósito de eliminar a dependência dos cafeicultores negros em relação aos comerciantes portugueses na linha de reformas melhor pensadas que caracterizam a administração portuguesa no período após o afastamento de Salazar e que englobou também a introdução da Extensão Rural no Planalto Central. Foi muito realçada também a importância conferida aos mercados rurais e ao sistema de crédito bancário a que os agricultores passaram a ter acesso na época (FAO, 1998: 06-07).

Dessa maneira, o sistema colonial nos últimos anos anterior a independência de Angola, procurava transformar-se. Registrava-se um surto importante de industrialização e um relativo crescimento econômico. Daí a necessidade de integrar as comunidades camponesas, que viviam em regime de quase subsistência, no sistema de economia de mercado. Por outro lado, a administração começava a convencer-se de que através do desenvolvimento econômico e da promoção social das populações, seria possível diminuir ou eliminar o impacto do movimento de libertação nacional e manter o status por tempo indeterminado⁴⁹. Nesse sentido foram criadas condições para se ensaiarem técnicas de desenvolvimento rural de feição não paternalista e participativa numa ruptura importante com os métodos anteriores (RPA, 1991: 11), como exemplo o programa de extensão rural. No entanto, o panorama sócio-econômico de Angola produzido pelo governo colonial português sobre o distrito de Huambo⁵⁰ (1971), demonstrava a dificuldade da população local naquela região, e reconhecia na urgência de

“interferir na população rural do distrito, criando-lhe condições de promoção sócio-econômica que permitam uma vida decente, através do aproveitamento das potencialidades econômicas da região, da criação de algumas infra-estruturas fundamentais no domínio da educação, saúde e extensão do conhecimento. Na realidade, na análise feita do setor tradicional ressaltou como fator impeditivo predominante do progresso e da evolução social da população rural e seu fraco poder econômico, fulcro desencadeador de todo um vasto leque de causas conducentes ao estabelecimento dos conhecidos círculos viciosos da pobreza: fraco poder econômico, aproveitamento defeituoso dos recursos naturais, fracas produções, alimentação de sobrevivência ao nível da fome permanente, falta de energia e conseqüente falta de vontade para produzir mais e para romper o círculo”. (República Portuguesa – Estado de Angola, 1971: 219).

Ainda no documento, existia uma preocupação de identificar os principais fatores que mais decisivamente impedia o desenvolvimento do distrito dos quais salientam os seguintes:

⁴⁹Vale lembrar que as colônias portuguesas foram às últimas a conseguirem independência no continente africano.

⁵⁰A cidade de Huambo foi inaugurada em 1912, embora na altura não existisse qualquer construção. Coincidiu com a chegada do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) ao Planalto Central. Previa-se que a cidade viesse a ser a capital de Angola. Estava reservada uma grande área para a cidade do Huambo, dentro do qual era proibida a construção de “barracas, ou casas de adobe, ou qualquer outro material que desfigurasse o caráter europeu que a cidade tinha de ter”(Neto apud DW, 2005: 76-77). No entanto, a migração europeia foi menor que a esperada até os anos 1950, e a cidade era pouco mais que um posto comercial e um centro administrativo ligado aos trabalhos do CFB. A cidade de Huambo tinha, naquele instante, a forma de assentamento colonial, com uma visão social e racial mais rígida, diferente das cidades mais velhas como Luanda e Benguela. A legislação de 1928 tornou Huambo em capital de Angola, e deu-lhe o nome de Nova Lisboa e Luanda passou a ser capital provisória. Concretamente Nova Lisboa nunca foi efetivamente a capital de Angola e até os anos 1940, não tinha sequer água corrente, eletricidade e esgotos (DW, 2005: 77). No entanto, por acreditarem que Huambo era o “celeiro” de Angola, muitas produções foram feitas naquela região em termos de investigação científica agrícola.

- a) Estruturas agrárias deficientes;
- b) Insuficiência das áreas vinculadas às empresas, face ao tipo de exploração de terras praticado;
- c) Baixa renda individual e por empresa;
- d) Analfabetismo em elevado grau;
- e) Dificuldades no acesso ao crédito agrícola;
- f) Insuficiência das estradas de apoio técnico e de extensão de conhecimentos;
- g) Sub utilização dos fatores: terra e capital;
- h) Baixo nível de vida numa grande massa populacional;
- i) Circuitos comerciais defeituosos (República Portuguesa – Estado de Angola, 1971: 221-222).

Outro estudo sobre Huambo mostra alguns problemas fundamentais relacionados com as principais culturas produzidas na região. Segundo documento do MIAA (1971), o desenvolvimento das principais culturas é prejudicado por seguintes problemas:

- a) Reduzida produção por unidade de superfície;
- b) Reduzida superfície por agricultor;
- c) Cultura em áreas marginais;
- d) Deficiência na comercialização dos produtos,
- e) Deficientes estruturas de apoio técnico e de extensão de conhecimentos (MIAA, 1971: 16).

No que diz respeito à reduzida produção por unidade de superfície, as causas principais estão na baixa fertilidade dos solos; na nula ou quase nula utilização de adubos; no uso das sementes de má qualidade, nem sempre das variedades mais indicadas, e em quantidade inadequada; na insuficiente ou quase inexistente preparação de terrenos; na falta de oportunidade na época de sementeira e de outras operações culturais; no controle praticamente inexistente em relação às pragas e às doenças; no deficiente controle das infestantes; na não utilização de rotações culturais; e na dificuldade ou quase impossibilidade na obtenção de crédito para a compra dos bens de produção, nomeadamente adubos e alfaias (MIAA, 1971: 17).

No segundo ponto, referente à reduzida superfície por agricultor, o documento salienta as seguintes causas principais: a inadequada distribuição da terra; o reduzido recurso à energia animal (cerca de 50% das empresas utilizam exclusivamente energia humana) e praticamente inexistência de energia mecânica; o baixo preço da venda de produtos os quais se tornam pouco lucrativos; a falta de crédito para compra de animais e alfaias; as vias de comunicação deficientes; e a falta de organização dos agricultores para facilitar a aquisição dos bens de produção e a venda dos produtos (MIAA, 1971: 18).

O terceiro aspecto, relacionado à cultura em áreas marginais, o documento salienta como problemas principais: a inadequada distribuição de terras; o excesso de população e a falta de disponibilidade de terrenos nas áreas com maior interesse para as culturas; a falta de conhecimentos acerca da utilização da terra e das necessidades da cultura, o que ocasiona a sua exploração em zonas muito declivosas onde a cultura é impraticável; zonas declivosas sem defesas do solo contra erosão e solos com reduzida espessura efetiva pela existência de materiais lateríticos próximo à superfície (MIAA, 1971: 18).

Quanto às deficiências na comercialização dos produtos, o documento aponta como causas principais: os circuitos de comercialização deficientes; o sistema tradicional de troca (permuta) entre os agricultores e os comerciantes; a falta de organização dos agricultores e de conhecimentos quanto aos processos de armazenamento e conservação; a inadequada distribuição dos silos e dos armazéns em relação às áreas produtoras; a inexistência de estruturas que permitam a conservação dos produtos perecíveis ou a sua transformação; as deficiências nas vias de comunicação e nos transportes; e a falta de crédito e de rendimentos que possibilitem o armazenamento do produto e a venda em tempo oportuno (MIAA, 1971: 19), e finalmente, o documento aponta também as deficientes estruturas de apoio técnico e de extensão de conhecimentos⁵¹.

Vale ressaltar a presença significativa de brancos europeus em Angola naquele momento. Em 1974, Angola tinha a maior população branca do continente fora da África do Sul. A emigração de portugueses para Angola, e mais significativamente para o Brasil e os países da Comunidade Européia tiveram reflexos na produção agrária na metrópole.

⁵¹Nesse sentido, Pacheco faz duras críticas aqueles que pensam em Huambo como o “celeiro de Angola”. Conforme aponta o autor, diversos interesses estão em jogo para tentar criar uma tradição que baseie essa região como potencialmente a mais rica em termos de terra em Angola (2004: 77).

Não obstante os relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômica (OCDE) em Portugal alertassem constantemente, nesse período, que a base econômica de produção agrícola estava sendo destruída, Lisboa pouco fez para reagir ou corrigir os problemas. Um dos resultados da crise agrária foi a escassez de alimentos. No início da década de 1970, as safras em Portugal foram excepcionalmente pequenas⁵² (diferente da produção para exportação de Angola). A extrema escassez de mão-de-obra nas grandes propriedades rurais, em vez de trazer a mecanização, resultou em queda de produção, apesar dos grandes proprietários receberem créditos agrícolas e subsídios para a produção de cereais⁵³.

Em Angola, apesar de tantas dificuldades registradas nos documentos coloniais, mas com o impulso da produção dos brancos que se aventuraram na produção agrária na colônia (muito em função do declínio da produção em Portugal), foram marcados avanços significativos no campo da produção material, como demonstram algumas cifras referentes aos anos de 1970-1973: Angola chegou a ocupar o 4º lugar, ao nível mundial, na produção de café, com a cifra de 228.000 toneladas em 1971; e o 3º lugar como maior produtor de sisal, chegando a produzir 72.270 toneladas, em 1972; Entre outras produções, existe o registro de cifras máximas em relação ao algodão 86.015 toneladas, em 1971; tabaco, 5000 ton. , em 1971; pescado, 599.109 ton. , em 1972; farinha de peixe, 89.500 ton. , em 1973; madeira, 555.149 metros cúbicos, em 1973; diamantes, 2.413 quilates, em 1971; minério de ferro, 160.256 ton. , em 1971; rebanho, 8.230.000 cabeças, das quais, 58% bovinos, 26,2% suínos, 15,8% caprinos, entre outros⁵⁴ (Amaral, 2004: 49). No que toca a produção agrária, Huambo e grande parte do Planalto Central foi importante na produção, mas não no que diz respeito à região ser favorável, ou pelas condições de solo ou clima, e sim, como sustenta Pacheco, pela habilidade extraordinária dos seus camponeses para a agricultura, e a sua capacidade em se inserirem em circuitos comerciais, na linha da tradição secular (Pacheco, 1997: 07). Além disso, como aponta o Relatório Especial

⁵²A produção de trigo não chegou nem à metade da média europeia; a de centeio foi três vezes menor, e a de cevada quatro vezes menor (Maxwell, 2006: 43).

⁵³Os emigrantes preferiam investir em imóveis, especialmente no Norte e no Algarve, o que tirava mais terras da produção e ao mesmo tempo elevava seu valor especulativo no mercado (Maxweel, 2006: 44)

⁵⁴Outros dados relevantes, empresas mineiras, dependentes de grandes monopólios instalaram-se em Angola, cinco empresas de diamantes, uma dezena de empresas petrolíferas e outras ligadas aos fosfatos, enxofre, etc.; Cinco bancos viram juntar-se ao Banco de Angola, que até 1957 deteve o exclusivo do comércio bancário no país, e ao Banco Comercial de Angola; a produção de energia elétrica saltou de 181 milhões para 984 milhões de kWh de 1961 a 1973, e que corresponde a uma elevada taxa de crescimento anual na ordem de 15%; os transportes e comunicações também sofreram um grande incremento. As duas centenas de quilômetros de estradas asfaltadas em 1960 deram lugar a 7.777 quilômetros pavimentados em 1973; e os portos movimentaram 2,8 milhões de toneladas em 1960 e 18,8 milhões em 1973 (Amaral, 2004: 49-50).

da FAO / PAM na avaliação da produção interna e das necessidades alimentares em Angola, a fertilidade do solo hoje em dia do Planalto é fraca porque ele foi explorado em demasia durante um longo período de tempo, necessitando dessa forma, a fertilização dos seus solos empobrecidos (2004: 32).

Vale salientar que a luta de libertação nacional (1961-1975) não provocou danos substantivos à produção do país, pois ela foi travada basicamente em áreas sem grande importância econômica e jamais alcançou níveis de alta intensidade como nos conflitos armados que se seguiram alguns anos após a independência (Conceição, 1999: 60-61).

A instabilidade que se seguiu no período de independência não permitiu que os processos de industrialização e crescimento econômico tivessem continuidade. O sistema dualista de uso da propriedade de terras e do desenvolvimento da agricultura continuou a influenciar socialmente e politicamente o contexto angolano mesmo após a independência. Segundo Pacheco, a sociedade angolana não se libertou desse dualismo. Com efeito, os sucessivos governos no MPLA têm - se vindo a pautar por uma posição que privilegia os centros urbanos, remetendo as populações rurais para uma crescente situação de exclusão que se traduz em vários domínios: político, social, econômico, institucional, territorial e das referências simbólicas. Isso explica em grande medida, para Pacheco, o desenvolvimento da guerrilha da UNITA entre 1976 e 1991. É verdade que a independência permitiu aos camponeses o resgate de boa parte das suas terras de forma quase natural, na sequência da fuga dos portugueses e apenas uma parte delas foi integrada nas empresas do Estado que se vieram a constituir. No entanto, esse mesmo abandono também provocou um retrocesso na integração das economias rurais familiares nos seus circuitos mercantis – um dos grandes objetivos da política colonial portuguesa nos seus últimos tempos (Pacheco, 2004: 02)

Esse fato contribuiu para o fortalecimento da UNITA no interior do país, ainda que a adesão das populações às mensagens políticas da UNITA não fossem uma constante.

4 - A AGRICULTURA DE ANGOLA INDEPENDENTE

4.1 - Os Desdobramentos Políticos Após 11 De Novembro De 1975

Os movimentos de libertação colonial (MPLA⁵⁵, FNLA⁵⁶ e UNITA⁵⁷) estavam divididos e enfraquecidos na altura da Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), no qual o Movimento das Forças Armadas de Portugal derrubou o regime salazarista de Marcelo Caetano⁵⁸.

Naquela altura, em Angola, conforme aponta o embaixador americano Carlucci, diferente da Guiné ou de Moçambique, as forças portuguesas controlavam praticamente todo o território⁵⁹. Os movimentos, em certa medida, estavam sendo derrotados (Carlucci apud Maxwell, 2006: 146).

Essa divisão da luta em prol da independência deu lugar aos três movimentos, e consistiu, talvez, num bom exemplo da força do divisionismo imposto pelo colonialismo português. Os movimentos correspondiam a mundos coloniais bem diferentes⁶⁰, mas, no entanto, aconteceram diversas tentativas de unificação dessa luta, porém, como afirma Bittencourt, na sua maioria realizadas para da satisfação aos desejos dos países africanos, já independentes, e sempre fracassadas⁶¹ (2005: 01-02).

De acordo com Pedro Pezarat Correia, membro do “movimento de abril”, a guerra colonial em Angola, na sua complexidade, compreendia quatro componentes:

⁵⁵A origem do MPLA data-se como partido político em 10 de dezembro de 1956, fundado como resultado da fusão de outros partidos e organizações. Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e Kimbundu (ou Ambundu, como dizia Agostinho Neto, primeiro presidente da nação, uma das lideranças do MPLA e educado fora de Angola).

⁵⁶A FNLA surgiu entre o povo Bacongo, do norte de Angola. Suas origens vêm da fundação da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), em julho de 1955, que mais tarde se tornou UPA(excluindo a referência do norte). Inicialmente o idealismo da UPA partia da idéia de reativar o antigo Reino do Congo. Em março de 1962 forma-se a FNLA com a unificação da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA).

⁵⁷A UNITA foi o último dos três movimentos a ser fundado. Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da FNLA de regionalismo e faccionismo quando trabalhavam juntos. Sua base de apoio principal é entre o povo Ovimbundu do Planalto Central, e principal grupo étnico de Angola. Sua fundação data o dia 13 de março de 1966.

⁵⁸Essa divisão dos movimentos nacionalistas em Angola é uma particularidade se comparado às outras colônias portuguesas.

⁵⁹Lembrando que em agosto de 1974, o MPLA havia se dividido em três facções, de Agostinho Neto, de Daniel Chipenda e de Mário de Andrade; a UNITA tinham menos de mil guerrilheiros treinados, com armas velhas e inadequadas; e a FNLA sofria com as ligações estreitas entre o general Spínola e Mobuto tentando cercar com soldados portugueses a fronteira com o Zaire (Maxwell, 2006: 144-147)

⁶⁰Acusações entre os movimentos aconteciam de forma freqüente a FNLA era apresentado pelo MPLA como um movimento tribalista bakongo, de caráter racista, que pretendia eliminar no início da década de 1960, todos brancos e mestiços de suas áreas de influência. Por outro lado a FNLA acusava o MPLA de estar ligada ao colonizador porque seus líderes estudaram na Europa, além do significativo número de brancos, e principalmente, mulatos na cúpula do Movimento.

⁶¹Exemplo da Declaração de Compromisso, realizada em Tunis, no dia 30/01/1960, no último dia da Conferência dos Povos Africanos, que os movimentos MPLA, UPA, PAI (Partido Africano da Independência da Guiné) e a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colônias Portuguesas), decidiram lutar contra o colonialismo português numa ação conjunta (Bittencourt, 1999).

- a) A primeira era a luta de libertação, que opunha os movimentos de libertação ao regime colonial português e, no terreno, às Forças Armadas Portuguesas. Foi uma guerra de guerrilha típica, que percorreu as sucessivas fases que os compêndios assinalam, sem nunca ter à última fase, que é aquela em que os guerrilheiros estão prontos a organizar-se em unidades tipo regular;⁶²
- b) Uma segunda componente da guerra colonial era o conflito regional, materializado nos apoios antagônicos que os países vizinhos prestavam aos movimentos de libertação e na colaboração, inclusive no plano militar, da África do Sul com Portugal⁶³;
- c) O contexto do quadro geral da guerra fria, com as duas superpotências a disputarem em Angola o alargamento das suas áreas de influência da África Austral. Esta disputa foi conduzida através dos apoios diversificados e antagônicos aos movimentos de libertação, por países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e do Pacto de Varsóvia, e de alguns compromissos dos primeiros com Portugal, especialmente a partir dos finais da década de sessenta, quando os Estados Unidos pontificava a dupla Nixon - Kissinger;
- d) A última componente da guerra colonial, como nos diz Correia, está na própria guerra civil entre os angolanos, que possui vários elementos caracterizadores. O primeiro era a rivalidade entre os movimentos de libertação e a luta armada entre eles. FNLA e MPLA travaram combates violentos nos distritos do Zaire e do Uíge, e mesmo no território da República do Zaire⁶⁴. A UNITA e o MPLA e, em menor grau a FNLA, disputavam e confrontaram-se militarmente pela ocupação no interior centro-leste. O

⁶²Só a FNLA, apoiada na república do Zaire ameaçava e dispunha de condições para poder passar a esse patamar, mas carecia de áreas libertadas suficientemente seguras, no interior de Angola, para a entrada nessa fase tivesse significado (Correia, 1996: 28).

⁶³O conflito regional também se manifestava no aproveitamento por Portugal, como uma forma de pressão sobre governos vizinhos que apoiavam os movimentos de libertação, de alguns dissidentes refugiados em Angola, zairenses e zambianos e que, como forças auxiliares, cooperavam com o Exército português. Esse contexto conferia a Portugal um instrumento de dissuasão sobre os governos vizinhos, mantendo permanente ameaça de intervenção nos seus países em caso de agravamento da situação em Angola a partir das suas fronteiras; além disso, enquadráveis no conflito regional, eram ainda as ligações do MPLA e da UNITA com a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), na luta pela independência da Namíbia, e ao apoio do MPLA ao Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, no seu combate contra o *apartheid* na África do Sul respectivamente (Correia, 1996: 28-29).

⁶⁴Sempre que o MPLA procurava passar com as suas colunas, das suas bases na República do Congo – na República do Zaire eram-lhes negada – para a sua Primeira Região Militar na zona de Catete (Correia, 1996: 29)

que levou a UNITA a aliar-se com parte portuguesa contra os outros dois. De 1971 até finais de 1973, a UNITA manteve um acordo com as autoridades portuguesas, e em particular com o comando da Zona Militar Leste, em troca da garantia de não ser incomodada numa área limitada e bem definida no interior de Angola, junto ao Rio Lungué-Bungo e da cedência de algum apoio logístico, a UNITA favoreceu as forças portuguesas no combate ao MPLA e a FNLA contribuindo para a total eliminação das bases daqueles dois movimentos no interior da área desta zona militar (Correia, 1996: 29-30).

Isso aponta, como salienta Gourgel, que a guerra em Angola, não teve ligações com rivalidades históricas entre os movimentos nacionalistas, mas com muitos outros fatores endógenos e exógenos (2000: 07). Apesar das características étnicas que tinham os movimentos, principalmente o FNLA e a UNITA, o que impulsionou realmente os conflitos foi à busca pelo poder em Angola e a vontade de hegemonia de cada um dos três movimentos.

Nesse ponto, parece-me pertinente apontar a posição de Bittencourt que afirma sobre a questão étnica que o importante não é partir dessa questão como um componente natural, insuperável, que pode ser transposto para o terreno político de forma automática, sem que existam ponderações. Essa postura de sobreposição, da qual o autor pretende se afastar em seus trabalhos, ao mesmo tempo em que retira a importância do estudo de como se desenvolveram os movimentos⁶⁵, já que esse crescimento ou definhamento estaria ligado simplesmente à força do comportamento étnico de seus membros, assumindo, portanto uma perspectiva a-histórica, implica ainda uma visão até certo ponto estática das sociedades africanas, associadas a lideranças tradicionais congeladas, o que no caso angolano, não corresponde certamente ao acontecido (2005: 06).

Assim, para Bittencourt, o fato de privilegiar uma certa visão étnica e racial a respeito das crises enfrentadas por Angola no período colonial e pós-colonial, dificulta a percepção de outros fatores bem mais nuançados⁶⁶. Por consequência, mesmo reconhecendo a forte vinculação,

⁶⁵A tese não pretende desenvolver minuciosamente essa questão, mas também não busca uma explicação simplista da complexidade desses movimentos ao longo do tempo, o que fica claro ao longo da tese.

⁶⁶O autor vai além e afirma que tal forma de encarar a história dos movimentos de libertação angolanos criou obstáculos para o estudo mais aprofundado das rivalidades internas desses movimentos, agora partidos. Tais rivalidades, quando destacadas, tendem a ser enquadrada no esquema maior, pautado em fatores étnicos e raciais.

assinalada pelo MPLA entre os Ambundu, e a FNLA com os Bakongos, como prova do estreitamente étnico do seu oponente, ainda assim é possível afirmar que uma visão centrada unicamente na etnia demonstra, também inúmeras limitações. Essa ligação precisa ser acrescida de outros elementos na esfera social, como lingüísticos, religioso, regional, ocupacional, familiar, entre outros (2005: 06).

Deste modo, após diversas negociações logo a seguir a Revolução dos Cravos em Portugal, como a cimeira de Mombaça, chegou-se ao Acordo de Alvor, que previa um governo de transição com representantes do governo português e dos três movimentos até a independência⁶⁷, prevista para 11 de novembro de 1975.

O acordo não apontava expressamente a entidade para qual o Estado português deveria transferir a soberania no ato da proclamação da independência. Estipulava, todavia, nos termos dos artigos quadragésimo segundo e quadragésimo quarto, que o Governo de Transição deveria aprovar uma Lei fundamental, que vigoraria transitoriamente até à aprovação da Constituição de Angola, e que essa lei seria elaborada por uma Assembléia Constituinte que deveria ser eleita e instalada até 3 de outubro de 1975 (Correia, 1996: 26).

A Lei Fundamental foi de fato promulgada em 13 de junho de 1975, e nela se previam, como órgãos de soberania do novo Estado no momento da independência, a própria Assembléia Constituinte e um Presidente da República, que seria eleito por essa Assembléia até o dia 08 de novembro e entraria em funções do momento da independência, a 11 de novembro de 1975. É claro que deveria ter sido para estes órgãos de soberania eleitos que o Estado português, através da proclamação da República, a transferência formalmente o poder (no seu artigo quarto) (Correia, 1996: 26).

No entanto, esse governo de transição não consegue por fim as hostilidades entre esses três movimentos, que aumentam o contingente limitado em oito mil militares para cada um, guerreiam entre si e colocam Portugal sem condições suficientes para impor o previsto no Acordo, enquanto em Lisboa, flutuações da política interna portuguesa impedem uma solução de outro tipo (Pereira, 1999: 14).

Assim, em outras palavras, muitos historiadores parecem reproduzir acriticamente argumentos e categorias utilizadas pelos envolvidos nos conflitos angolanos, anteriores e posteriores à independência (2005: 06)

⁶⁷Vale lembrar da importância da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que não entrou nas negociações, pois queria a violação do território angolano, buscando dessa maneira, a autonomia de Cabinda.

Assim, o Acordo foi sistematicamente violado pelos três movimentos e estava já, realmente, irremediavelmente ultrapassado em muitas de suas disposições, e fora parcialmente suspenso pelo Governo Português, em 22 de agosto de 1975, através do Decreto – Lei nº 458 – A / 75. Entretanto alastra-se a guerra civil entre os movimentos internacionalizada por intervenções externas armadas em apoio de todos eles e por eles próprios solicitados, o que fizera subir o patamar do conflito regional (Correia, 1996: 27). O MPLA vence a “batalha de Luanda” , em Julho de 1975, e passa a ser o único movimento no governo, controlando militarmente doze das então dezesseis províncias do país (Pereira, 1999: 14).

Próximo ao dia marcado para a independência, o Alto Comissário e demais membros portugueses de governação e do exército se retiram de Angola, entregando o poder de soberania “nas mãos do povo angolano”. O MPLA proclama então a independência, em Luanda, sob a liderança de Agostinho Neto, no meio de conflitos armados generalizados. Dessa maneira, a independência, conforme aponta Conceição, nasce dessa forma, no interior de uma crise generalizada (1999: 14).

No próprio dia 11 de novembro de 1975, são criados dois Estados: a República Popular de Angola, com a capital em Luanda e dirigido pelo MPLA; e a República Democrática de Angola, com capital em Huambo e com governo encabeçado pela FNLA e UNITA⁶⁸. De acordo com Acosta “(...) os observadores da cena política local concordam em que o MPLA tem o apoio da maioria da população (...) e FNLA e UNITA por seu lado, são mais forte em tribos do interior” (1976: 11).

Apesar de Alvor, o conflito prosseguiu. Mas mudou de natureza, uma vez que desaparecera a componente “luta de libertação nacional” que era a mais influente na caracterização da guerra colonial. (Correia, 1996: 32). O conflito permaneceu entre os três movimentos, ganhando contornos influenciados pelo contexto bipolar de guerra fria, além também da presença de países vizinhos com diferentes motivações em território angolano.

Naquele contexto, os Estados Unidos deram ajuda aos movimentos anticomunistas em Angola durante a guerra civil de 1975-76. Contudo, numa fase decisiva do conflito, em dezembro de 1975, o Senado americano aprovou à Emenda Clark, que decretou o fim da assistência clandestina às forças anticomunistas em Angola. Com a FNLA efetivamente derrotada e perante a impossibilidade de aceitar um regime marxista, os EUA começam a voltar-se para UNITA no

⁶⁸Essa aliança manteve-se apenas por oitenta dias.

final da década de 1970, e com a revogação da Emenda Clark (em 1985), enviam uma ajuda substancial para o movimento.

O certo é que, após Alvor, a posição de Angola como palco do conflito regional se acentuou, passando a contar com a intervenção direta de forças armadas regulares dos países vizinhos no interior do país. A República do Zaire de Mobutu e a República da África do Sul foram os protagonistas desta escalada. O Zaire em apoio ao FNLA, que sempre foi seu aliado preferencial⁶⁹. Na base de intervenção da África do Sul estava uma estratégia de intervir contra o MPLA. Isso ficou claro em diversas ocasiões motivado pelo desejo de ter um regime amistoso e não-comunista em Luanda que negasse santuário aos guerrilheiros da Organização dos Povos do Sudeste Africano (SWAPO), o movimento de libertação da Namíbia, com laços estreitos com o MPLA.

O envolvimento da África do Sul começou com uma intervenção em pequena escala em 1975, em nome da defesa de seus investimentos no projeto hidroelétrico do Rio Cunene, mas empenhou-se cada vez mais no treino de forças da UNITA e do FNLA. Em outubro do mesmo ano, Forças de Defesa Sul – Africanas (SADF) juntaram-se à ofensiva dos dois movimentos. Inicialmente a estratégia era ajudar a UNITA a reivindicar tanto território quanto possível na corrida para possíveis negociações e então retirar-se. Porém, o foco se transformou, e ao invés disso, passou a atacar para cima, até Luanda já que o Zaire e a FNLA atacavam por baixo partindo do Norte de Angola. A operação não conseguiu impedir que o MPLA conservasse o controle de Luanda. A SADF saiu de território angolano em março de 1976, mas a África do Sul manteve durante os anos que se seguiram uma política agressiva de baixa intensidade, e voltou a ser um protagonista significativo ao longo da década de 1980. Em 1987-88, a luta no sul de Angola culminou no cerco de Cuito Cuanavale por tropas sul-africanas e da UNITA.

Por outro lado, a União Soviética contou com a intervenção militar de Cuba (já antes da independência) como agente externo na intensificação do conflito leste-oeste no tabuleiro angolano e, como aliado interno do MPLA, movimento que apoiou desde o início da luta armada e que veria esse apoio substancialmente reforçado (Correia, 1996: 34). Assim, durante a guerra civil de 1975-76, a URSS enviou armamento pesado para o MPLA, e também nos meses

⁶⁹No entanto, poucos anos depois (agosto de 1978) o governo de Angola e do Zaire (Mobutu) firmaram um acordo que acabou com o apoio zaireense as forças do FNLA.

decisivos, imediatamente antes e depois da independência, ajudando assim a garantir a vitória do movimento de Agostinho Neto⁷⁰.

Mesmo nos primeiros anos de Angola independente, com o grande enfraquecimento do FNLA, e o apoio da África do Sul para a UNITA, foram raras as operações em áreas centrais da economia ou densamente povoadas, embora no início da década de 1980 importantes sabotagens atingiram navios no porto de Luanda e a refinaria de petróleo da capital, provavelmente, conforme aponta Gonçalves, execução de comandos das forças armadas sul-africanas (SADF), que penetravam em Angola para combater a SWAPO da Namíbia, apoiada pelo MPLA.

Dessa maneira, devido ao clima de instabilidade na época da independência, Angola sentiu com o êxodo de mais de 300.000 colonos brancos⁷¹. Isso teve um impacto muito grande na construção do país que nascia, pois muitos desses portugueses ocupavam quadros técnicos. A ausência desses profissionais vai marcar de forma decisiva Angola nos anos que seguiram após a independência.

4.2 - Estrutura Política Pós-Independência

O funcionamento de Angola, como um país nascente foi sentido muito pela saída dos colonos brancos, basicamente porque ocupavam os principais quadros técnicos da região. Nos anos a seguir à independência, Cuba forneceu também apoio não-militar indispensável ao regime do MPLA, enviando arquitetos, engenheiros, professores, médicos, funcionários civis e outros para construir o novo país⁷².

Em parte da Angola independente, o movimento de libertação que assumiu o controle do poder, o MPLA, tornou-se partido único e, dois anos depois, adotou o marxismo-leninismo como sua doutrina e de Estado, transformando-se em MPLA-PT (Partido do Trabalho)⁷³. De acordo com Conceição, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado estava localizado no partido. Isto significa, pelo menos na teoria, para o autor, que é o partido quem

⁷⁰Vale lembrar da crise americana por causa da guerra do Vietnã que teve impacto direto em sua atuação em Angola, e com isso a URSS estabeleceu estreitas relações com o MPLA, assinando diversos acordos de cooperação e amizade.

⁷¹Para Galli foram 300.000 (1987: 146) e para Conceição foram cerca de 340.000 (1999: 61).

⁷²Ainda hoje ao caminhar pelas ruas de Luanda percebe-se muito da arquitetura cubana da época, e grandes construções como o Estádio da Cidadela também foi construída pelos cubanos.

⁷³O MPLA antes da independência podia ser considerado como uma coalização de várias facções nacionalistas e socialistas, e era fortemente influenciado pelo marxismo. No entanto, a construção de uma economia e sociedade socialista não consta na versão original da Lei Constitucional de 1975.

comanda o Estado⁷⁴ (1999: 124). O governo esteve formalmente subordinado ao MPLA. Na mesma linha, segue Amaral, ao afirmar que a política econômica foi conduzida por um “partido-Estado” que via na nacionalização dos meios de produção uma forma de democratização das estruturas econômicas do país (Amaral, 2004: 52).

Os órgãos governamentais em funcionamento ao nível nacional eram o Comitê Central, a Divisão Política do MPLA e o Conselho de Ministros, responsável pela implementação das políticas do partido. No que diz respeito ao judiciário⁷⁵, a Constituição adotada em 1975 estipulava um judiciário independente, mas de 1976 até o início dos anos 1990 a principal instância jurídica foi o Tribunal Revolucionário do Povo que interrogava prisioneiros acusados de por em perigo a segurança do Estado, ou de algum tipo de sabotagem econômica. Eram comuns arbitrariedades e um tribunal de apelação não seria criado até 1980. Cortes militares foram estabelecidas em 1983 (Tvedten apud Liberatti, 1999: 62).

Na área educacional, na altura da independência, 85 % da população angolana era iletrada e a saída radical dos colonos significava também a saída de professores. Na verdade, a educação colonial herdada, no qual um dos principais objetivos, segundo o educador brasileiro Paulo Freire, era a “desafricanização” das populações autóctones, sendo discriminadora e em nada poderia concorrer no sentido da reconstrução nacional, pois era para isto não fora construído⁷⁶. A escola colonial era antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era, por isso mesmo, uma escola de poucos, para poucos e contra as grades maiorias. Selecionava até mesmo a pequena minoria dos que a ela tinham acesso, expulsando grande parte deles após os primeiros encontros com ela, e, continuando a sua filtragem seletiva, ia aumentando o número dos renegados. Esses renegados em quem enfatizavam o sentimento de inferioridade, de incapacidade, em face do seu “fracasso” (Freire, 1978:15).

Dessa forma, o setor educacional converteu-se na grande prioridade nacional para o novo governo socialista. Em 1977 foi adotado o Programa Nacional de Educação abolindo as taxas de escola, e introduzindo quatro anos de educação obrigatória. Ao mesmo tempo, numerosos centros

⁷⁴ Simbolicamente ao analisar a bandeira do país recém independente e do partido, já nota-se semelhanças; assim como a idéia socialista presente no hino angolano.

⁷⁵ A dificuldade para desenvolver o sistema judiciário foi muito grande, em Angola tinham apenas quatro advogados e 2 juizes no exato momento da independência.

⁷⁶ Apesar de analisar a experiência na “Guiné portuguesa”, pode-se muito bem falar na semelhança da política colonial em Angola.

de alfabetização foram ligados a empresas, mercados e outras zonas de trabalho onde se concentrava a população adulta. Porém, o “boom” alfabetizador desvaneceu progressivamente com a chegada cada vez mais agressiva da guerra civil. A violenta conjunção dos legados coloniais e bélicos deixou as infra-estruturas educacionais devastadas, uma contínua falta de professores, muitas crianças fora da escola, e claro, uma profunda incapacidade do governo na solução destes problemas.

Também foram criados grupos políticos filiados ao MPLA, organizações que congregam de formas abrangentes categorias sociais, considerados genericamente como organizações de massa, e serviam de elo entre o aparato burocrático - administrativo do Estado angolano e sua sociedade. Como exemplos, a Organização das Mulheres Angolanas (OMA), a Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), a União dos Jornalistas de Angola, e na área sindical, União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)⁷⁷.

No campo econômico, a estruturação do setor industrial estatal a partir de confiscos, nacionalizações e da criação das unidades econômicas estatais marcou o início da Primeira República. As mais diversas formas de organização⁷⁸ criadas em substituição ao aparelho do Estado colonial português não encontravam dinamismo necessário à consolidação e desenvolvimento das estruturas do Estado, objetivando a construção do socialismo (Amaral, 2004: 53-54). A intenção naquele momento, para Ferreira, era primeiro de promover a industrialização socialista baseada na indústria pesada e, depois, a industrialização pela substituição de importações⁷⁹.

Apenas em março de 1976 começam a ficar claro os objetivos de desenvolvimento econômico e social e da correspondente política econômica, ou seja, a chamada “política de resistência”. Essa política era caracterizada pela: a) resposta firme ao bloqueio econômico e à

⁷⁷A UNTA talvez tenha sido a organização mais relevante em face ao desafio da reconstrução nacional e da transição para economia socialista. Era importante para o MPLA ter uma força de trabalho eficiente e organizada. Por volta de 1984, a UNTA contava com 600 mil trabalhadores (em uma população economicamente ativa de cerca de quatro milhões). No entanto, seu impacto foi limitado pelas tarefas contraditórias de criar um sistema sindical forte e independente e de manter a produtividade e a disciplina no trabalho de acordo com as diretivas do partido (Tvedten apud Liberatti, 1999:63). Vale lembrar que no sistema monopartidário angolano havia uma certa obrigatoriedade imposta por lei para que todos os trabalhadores, e em especial, os funcionários públicos se filiassem na UNTA (Espírito, 2006: 118).

⁷⁸ Amaral salienta algumas formas como: Comissões de Coordenação, Gerais, Administrativas, Diretivas, Gestão, Controle, Emergência, Intervenção, Dinamização, Reestruturação, Provisórias, Reclassificação, Disciplina, Executivas, Extinção, Adjuntas, Nacionais, Provinciais, Comunaís, Bairro, entre outras (2004: 53).

⁷⁹ Nesse contexto, Ferreira chega a uma dupla constatação: não só pareciam ser inexistentes as condições necessárias à adoção de tais estratégias, como, e, sobretudo, o conjunto de medidas tomadas no âmbito da política econômica parecia inconsistente e inadequado promover essas estratégias de industrialização em Angola (1999: 05).

destruição sistemática do aparelho produtivo nacional por parte dos “inimigos do povo angolano, interno e externo, nesse último caso, o “imperialismo”: b) criação da base material e técnica que exigia o alargamento da cooperativização e do alargamento do setor estatal que efetivasse o controle das grandes e médias indústrias estratégicas; c) maximização do aproveitamento dos recursos existentes, muitos deles “abandonados pelos colonos” e momentaneamente improdutivos; d) encorajamento e apoio por parte do Estado ao setor privado, desde que respeitasse as linhas gerais da política econômica e laboral definida pelo MPLA (Ferreira, 1999: 21-22).

Ao analisar o crescimento econômico de Angola pré-1973, Dilolwa conclui que “(...) o período 1961-1973 se caracterizou por uma forte implementação do capitalismo em Angola (...)”⁸⁰ (Dilolwa apud Amaral, 2004: 50). Portanto, agora a força política no poder em Angola (MPLA), inicia um processo de desenvolvimento baseado na criação de condições materiais conducentes à construção de uma sociedade socialista – numa opção que viria colidir frontalmente, no plano econômico, com a estratégia de desenvolvimento colonial então delineada pelos Planos de Fomento (Amaral, 2004: 51).

Além do plano econômico, no campo político o país vivia uma grande instabilidade. Antes da independência, momentos de instabilidade marcaram o MPLA. A primeira foi a dissidência protagonizada por Viriato da Cruz, em 1963/1964. A segunda foi a “Revolta do Leste” (1969-1974), que teve em Daniel Chipenda, uma das principais figuras e assinalou, para boa parte da historiografia, a primeira ruptura entre o movimento e sua base rural. A terceira, ao contrário da anterior, a “Revolta Activa” foi desencadeada em maio de 1974, em Brazaville (Congo), por Mário Pinto de Andrade e seu irmão mais velho, Joaquim Pinto de Andrade, afetou as bases intelectuais, tendo resultado no afastamento dos citados e de Gentil Viana. Em torno da Revolta Activa se agrupavam militantes nacionalistas de direita, sociais-democratas, maoístas, cristãos progressistas e até alguns libertários, além de pessoas que apenas receavam uma ditadura. O grupo converteu-se no principal alvo dos ataques de todas as áreas políticas que defendiam a

⁸⁰Simões, em 1972, chama-nos atenção sobre os mercados rurais: “apesar da fraca receptividade inicialmente manifestada pela população do sector tradicional, e da obstinada má vontade de alguns comerciantes (...) os mercados rurais têm-se firmado bem nos hábitos das gentes de algumas regiões, de tal maneira que, hoje (1972), os resultados são palpáveis em consequência de uma monetarização mais acentuada da economia de subsistência (...) a maior familiarização com a moeda tem concorrido para o desenvolvimento de uma nova mentalidade do camponês pelas maiores possibilidades de opção como elemento consumidor e de compreensão da utilidade de um número de bens cada vez maior postos ao alcance (Simões, 1972: 153).

presidência de Agostinho Neto⁸¹. Dirigentes e militantes da Revolta Activa foram presos em abril de 1976. (Gonçalves, 2004: 23-25). Assim, percebe-se que o MPLA era muito mais uma ampla frente nacional que uma verdadeira aliança de classes, conforme aponta Daniel dos Santos. O partido era dirigido por uma pequena burguesia angolana cujo processo de formação e desenvolvimento a havia transformado na classe social colonial mais avançada economicamente. Entretanto, essa pequena burguesia estava longe de ser homogênea, conhecendo diversas divisões em seu próprio seio⁸² (1997:210).

No entanto foi a tentativa de golpe de Fito Alves que abalou de forma mais significativa à sociedade luandina. Em 1977, contradições aparentemente irreduzíveis sobre as formas da construção do socialismo conduziram a uma tentativa de golpe de Estado, cuja resposta em defesa da “causa socialista” decapita uma parte significativa da “burguesia nacionalista angolana”, o que viria a fazer de Angola um país mais fragilizado nas vertentes política, econômica e militar (Amaral, 2004: 53). O número exato daqueles que foram mortos ainda é desconhecido. Conforme salienta Comerford, uma fonte governamental (Iko Carreira, jornal privado Angolense, 11 de a 18 de novembro de 2000) é citada de ter afirmado que cerca de 200 pessoas foram mortas, enquanto que a Fundação 27 de maio clama que a cifra ronda entre as 40.000 e 82.000 pessoas. A Fundação interpreta o 27 de maio não como uma data singular, mas como um período de tempo que vai do 27 de maio de 1977 ao “carnaval da vitória” de 27 de março de 1979⁸³ (Comerford, 2005: 100).

A Assembléia do Povo é estabelecida em 1980 e era eleita por um sistema de voto indireto por membros do MPLA. Com 350 membros, tinha pouca influência, e não representava adequadamente as mulheres, camponeses e trabalhadores. Marco Antonio Liberatti afirma que as maiorias dos membros eleitos eram provenientes das áreas urbanas e eram, em grande medida

⁸¹ A “Revolta Activa” transformou-se num grupo precursor em Angola ao propor um sistema político pluralista e uma “democracia econômica. Esmagada pela repressão cerca de seis meses após a independência, a sua influência fez-se sentir em seguida, na formação de grupos informais democráticos e em idéias que mais tarde se tornariam dominantes na opinião pública e no próprio seio do MPLA (Gonçalves, 2004: 24).

⁸² O autor cita cinco segmentos como os nacionalistas que não participaram da luta armada, pequenos proprietários e uma parte dos quadros, dos assalariados e dos funcionários do Estado colônial; o segmento étnico, que formava um microcosmo da sociedade angolana pelo fato de pretender representar a região natal do primeiro presidente; o segmento tecnocrata composto por outra parte dos quadros, dos técnicos das empresas públicas e altos funcionários, que buscava consolidar suas posições na cúpula do aparelho do Estado; outro segmento ascendente saído dos quadros intermediários formados na luta de libertação aliava-se aos novos quadros que aderiram ao MPLA no momento da onda populista após a independência; e finalmente o segmento radical, composto por intelectuais que viam as classes populares como força motrizes da luta de libertação nacional e social, luta essa antisistêmica que deveria condizir o país ao desenvolvimento justo e autocrático (Santos, 1999:210)

⁸³ O significado desse acontecimento será mais bem explorado no capítulo referente à sociedade civil angolana.

militares e funcionários do governo. Além disso, a característica mais acentuada do sistema político vigente em Angola era a forte concentração de poder nas mãos do Presidente, que era líder do Partido, Chefe do Estado e Comandante – chefe das Forças Armadas (1999: 61).

É esse momento que o africanista Nelson Pestana chama de Estado-Força. Segundo ele, entre 1975 e 1985, este Estado foi caracterizado, em primeiro lugar, pela figura central do chefe carismático (tanto Agostinho Neto, quanto José Eduardo dos Santos) e pela sua permanente procura de personalização do poder, num quadro de ditadura oligárquica, pela força da doutrina como meio de legitimação do poder, pela existência de corpos da polícia ao serviço do partido-Estado (e do chefe), pela procura de uma economia coletivista através da mobilização revolucionária cuja eficácia e rentabilidade é submetida a um critério político (2004:03).

4.3 - A Situação Econômica-Política E Militar E Sua Influência Na Agricultura Angolana

A Lei Constitucional de 1975, em seu artigo número 8, apontava “a República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como fator decisivo no seu desenvolvimento”. Em 1978, o governo decidiu chamar esse ano como o “ano da agricultura”, com a finalidade de aumentar a produção agrícola, com todas as vantagens que daí poderiam ocorrer para a satisfação das necessidades alimentares da população. Também para o abastecimento de matérias primas, para a indústria ou ainda para melhorar a balança comercial (pela diminuição das importações e pelo aumento dos produtos agrícolas exportáveis). Procurou-se assim mobilizar toda a força de trabalho disponível (Ferreira, 1999: 33-34).

Todavia, a partir da independência percebeu-se uma queda acentuada na produção agrícola. De acordo com a FAO, estima-se que a produção agrícola tenha decaído sucessivamente desde 1974/1975. Não se possuem dados relativos às produções de 1974, 1975 e 1976 devido à situação de guerra. Em 1977 as primeiras informações são obtidas, apesar de insuficientes (MINPLAN apud Amaral, 2004: 56). Em 1983, por exemplo, as colheitas atingiram o índice 77 quando comparadas a 1973. A mesma tendência se verificou na produção de cereais, índice 66 em 1983⁸⁴ (Ferreira, 1993: 35). O MPLA instituiu um sistema estatal de comercialização que,

⁸⁴Em face de 1973, de forma marcante: sisal, tabaco, café e algodão atingiram 10%, 2%, 5% e 0,35% em 1987 (Ferreira, 1993: 35), e conforme o MPLA/PT, já em 1980, a produção mercantil controlada pelo Estado não tem permitido senão satisfazer cerca de 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e de cerca de 15% das necessidades da indústria de matérias primas (MPLA apud Ferreira, 1993: 35).

segundo Galli, não oferecia preços convenientes para estimular a produção. Também não era capaz de fornecer aos camponeses transportes ou abastecimentos regulares quer de bens de consumo, quer de bens de capitais (Galli, 1987: 146).

Por consequência, as políticas econômicas traçadas ao longo do período que sucede a independência de Angola mostraram-se nas práticas desajustadas aos objetivos preconizados e à realidade concreta do país, com reflexos mais acentuados no campo. O documento produzido pelas ONGs ACORD (*Association Pour la Cooperation, recherche et developement*) e ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), elaborado por Júlio de Moraes e Fernando Pacheco, apontam que tal fato foi agravado pelo distanciamento entre as estruturas de concepção e de orientação global e as de execução, mostrando-se essas últimas incapazes de seguir e materializar as políticas traçadas. Esta situação, no caso concreto do setor agrário, conduziu à marginalização dos camponeses em relação à vida econômica, social e política do país. Além disso, as medidas de política agrária foram condicionadas pelas distorções de caráter macroeconômico, traduzidas pelas falta de incentivos à produção, na inadequação dos preços, na falta de prioridade e oportunidade dos meios de produção e dos investimentos, na política de formação de quadros e também na ausência de uma legislação fundiária que permitisse um correto ordenamento das diferentes formas de propriedade ou usufruto da terra (Acord e Adra, 1991: 67).

Dessa maneira, pode-se afirmar que declínio da agricultura angolana teve início logo após a sua independência. No entanto, vale dizer, não somente angolana. Como salienta Negrão (2002), ainda que a questão da apropriação da terra africana pelos africanos estivesse na ordem do dia dos recém criados Estados modernos, as problemáticas da dimensão da exploração agrícola e do papel do mercado internacional, foram ignoradas pela maioria dos políticos das décadas de 1960 e 70. As terras foram desprezadas, os saberes produtivos e mercantis das populações rurais foram ignorados, a substituição das elites coloniais pelas emergentes africanas tomou corpo através da hiper-intervenção do Estado e a rápida transformação dos camponeses em trabalhadores rurais foi tida como a única alternativa para se fazer face à crescente deterioração dos termos de troca. Nesse contexto, o dualismo colonial foi mantido e os Estados continuaram a

selecionar as melhores terras ou para elites locais ou estrangeiras ou para empresas geridas por esse mesmo Estado⁸⁵ (Negrão, 2002: 03-04).

São quatro os elementos apontados por Cardoso, e que caracterizam o declínio da agricultura angolana. Para o autor, logo após a independência, a população rural, mal preparada, com baixos índices de formação profissional e com elevadas taxas de analfabetismo, ficou sem o apoio das infraestruturas científicas, técnicas econômicas e de formação profissional, devido à fuga maciça dos técnicos agrários qualificados e dos colonos que detinham a rede de comercialização e drenagem dos produtos agro-pecuários⁸⁶; outro elemento está associado aos colonos que abandonaram as fazendas e a maior parte foi nacionalizada. O Estado procurou assumir a sua gestão sob a forma socialista, tentando garantir, no mínimo, o salário dos trabalhadores que lá se haviam mantido e assegurar a continuidade do fluxo produtivo, principalmente em relação ao café. Mas tudo isso resultou em fracasso; o terceiro ponto foi o aumento geral da população, que depois da independência cresceu em cerca de cinquenta por cento, conjugado com as quebras da produção de culturas alimentares essenciais, veio acentuar o desequilíbrio produção / necessidade de consumo; e por fim, as áreas rurais, mesmo quando relativamente auto suficientes em produtos agrícolas, não encontravam estímulos para a produção de excedentes, devido não só a acentuada deficiência nas comunicações e transportes, como à inadequada política de preços e mercados. Nessas circunstâncias, Angola perdeu completamente a sua posição no mercado internacional para os produtos agrícolas de exportação. Passou de exportador líquido de produtos agrícolas para importador de grande parte dos produtos que consome (Cardoso, 2004: 07).

O que marca esse contexto é a incapacidade do setor estatal responder às necessidades básicas do país. O setor agrícola, apesar de contar com 80% da população, foi o menos beneficiado em termos de investimento. Como aconteceu em muitos países subdesenvolvidos, as cooperativas e associações foram vistas basicamente como instrumentos a serviço do Estado e não como estruturas de autopromoção, geridas pelos próprios camponeses na base do

⁸⁵Em países da África Oriental e Austral como Quênia, Malawi e Botswana, os pobres foram deixados em terras marginais onde à economia rural, desde que para lá foram, se encontrava estruturalmente distorcida. Na África Ocidental, a estrutura da economia rural do tempo colonial e com ela o padrão de distribuição da terra, manteve-se, tendo-se tão somente mudado a nacionalidade das direções das empresas e dos serviços (Negrão, 2002: 04)

⁸⁶Até 1975, Angola dispunha de bons estudos relacionados com a sua disponibilidade de recursos naturais, como o Instituto de Investigação Agronómica de Angola (IIAA), o Instituto de Investigação Veterinária de Angola (IIVA), o Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), A Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA), entre outros (Cardoso, 2004: 04).

voluntarismo e da participação. Mesmo como instrumentos a serviço do Estado, as organizações camponesas apresentavam-se como uma realidade apenas para as instituições diretamente ligadas ao processo, estabelecendo-se, de acordo com a ACORD e ADRA, a contradição entre as organizações camponesas e as estruturas de direção global, para as quais as associações tinham uma compreensão pouco clara e eram conseqüentemente preteridas na concepção e priorização de programas (1991: 68).

Dentro da concepção socialista, segundo os autores russos, Timochenko, Gatavlline, Nikíforov e Morózov (1984), em Angola assistia-se à formação e ampliação da forma social de propriedade. Esta forma de propriedade deveria regular, limitar e subordinar aos interesses da sociedade a propriedade privada. Nos países de opção socialista desenvolvia-se também a forma cooperativa de propriedade como componente da propriedade estatal de toda a nação que assegurava nestes países a dominação dos interesses sociais sobre os privados (1984: 115).

No entanto, nem sempre a idéia representa a realidade. Nos primeiros anos de independência, em 1976 e 1977, mais de 92.000 camponeses tinham respondido ao apelo do governo para formarem cooperativas. Gerou-se grande entusiasmo, mas o governo não forneceu nenhum apoio de fato (Wolfer e Berger apud Galli, 1987: 148). Conforme traz Conceição, de acordo com um cooperante brasileiro:

“a opção cooperativa inicial foi angolana, mas depois, os assessores (búlgaros) a trocaram pelas fazendas estatais (...). Para eles, as cooperativas agrícolas eram suspeitas na medida em que mantém o processo de comercialização nas mãos dos camponeses (...) que passam a ter não somente força econômica, como política” (Sarapu apud Conceição, 199: 142).

O controle estatal atingia não somente as empresas industriais, agrícolas e de comércio, mas igualmente os pequenos camponeses individuais que não estavam organizados em cooperativas e empresas estatais, conforme se depreende das afirmações do Presidente angolano, Agostinho Neto, “o camponês tem em si, um gérmen capitalista. O sonho de um camponês qual é? É ter uma grande propriedade... para ter muitos lucros. E o seu lucro aumenta à custa dos trabalhadores que ele assalariou. É um explorador”⁸⁷ (Neto apud Ferreira, 1999: 24).

⁸⁷Ferreira salienta que esta forma de entender tal problema não é do que a transposição direta e acrítica do discurso soviético. No caso africano um tal discurso revela, em muitos aspectos, um desconhecimento da realidade e está em contradição com os estudos de antropologia e economia africana, onde o camponês e a sociedade tradicional se regem por princípios e no quadro de estruturas que só em parte têm a ver com a propriedade privada e os mecanismos “puros” do mercado (1999: 24).

O argumento do Partido ao atribuir prioridade ao setor estatal da agricultura era o de que ele oferecia melhores possibilidades para uma rápida introdução de técnicas modernas de produção, e o resultado foi que o setor estatal só forneceu já em 1979, 12% dos bens alimentares e apenas 15% das matérias primas para a indústria (Meyns apud Conceição, 1999: 142).

Ao caracterizar o movimento cooperativo e associativo da agricultura angolana, as ONGs ACORD e ADRA diferem momentos de ação nos primeiros anos da independência. Durante os primeiros meses após novembro de 1975, e no seguimento do que havia acontecido na última fase de transição, a responsabilidade do movimento cooperativo esteve a cargo da CADCO (Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas, criadas pelo Governo de Transição) como estrutura multisetorial. As primeiras ações da CADCO, com relação às cooperativas nas áreas rurais, visaram o apoio às iniciativas em curso, caracterizadas, de forma genérica, pela existência de “uniões” de cooperativas viradas para o abastecimento em bens de consumo e geridas por funcionários públicos, responsáveis políticos ou pessoas ligadas às instituições sociais e religiosas. As cooperativas integrantes dessas “uniões” eram constituídas por camponeses que não tinham praticamente intervenção na gestão da mesma nem qualquer outro tipo de participação. Do mesmo modo constituiu prioridade da CADCO procurar, através da prática da participação, modificar a situação vigente o que provocou obviamente contradições com as direções das “uniões”, acabando estas desaparecendo por dificuldades de gestão ou imposição administrativa (Acord e Adra, 1991: 11).

Com a extinção dessa instituição alguns meses após à independência, a responsabilidade passou para os vários Ministérios, assumindo o Ministério da Agricultura, a tarefa de não só tutelar o setor cooperativo, mas também de apoiar a sua ampliação, organização e consolidação. Nesse sentido foi criada a DNACA (Direcção Nacional de Cooperativização Agrícola e Apoio aos Camponeses Individuais), que revela através de estatísticas oficiais, um crescimento contínuo do número de associações e associados até 1981. No entanto, tal evolução não correspondeu a um aumento da importância das cooperativas e associações tanto ao nível das comunidades rurais, como na participação do Produto Agrícola Bruto do país⁸⁸ (Acord e Adra, 1991: 13-14).

⁸⁸Como exemplo, em 1979, o setor cooperativo participava apenas com 11,4% na produção comercializada pela empresa estatal que detinha oficialmente o monopólio da comercialização de produtos agrícolas, o que é agravado pela constatação de que a produção total comercializada em 1979 representava apenas 7% da produção mercantil alcançada em 1973 (Cruz apud Acord e Adra, 1991: 14).

Entretanto, ao nível de base, a intervenção por parte do Estado foi atribuída as EDA (Estações de Desenvolvimento Agrário) que, tuteladas pela DNACA e mais tarde pelo IDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário), ficaram dessa maneira com a responsabilidade do apoio técnico - material aos camponeses e suas associações. Num período em que o setor estatal deixou de ter significado (com exceção do setor do café), era tarefa da EDA promover a produção camponesa destinada aos circuitos mercantis (Acord e Adra, 1991: 20) e também de chegar até os camponeses os serviços encarregados da distribuição de meios, incluindo sementes, fertilizantes, maquinarias, pesticidas, entre outros. Assim, consistia também na mobilização e agrupamento das cerca de 700. 000 famílias camponesas em associações pré-cooperativas fundamentalmente com o objetivo de receber assistência técnica (Galli, 1987: 147).

A mais importante inovação das EDAs, conforme aponta Galli, foi a tentativa do governo em descentralizar os serviços em lugar de confiar exclusivamente nas entidades nacionais e provinciais que tinham ignorado os camponeses (1987: 148). Nas áreas de intervenção das EDAs⁸⁹ assiste-se a uma relativa melhoria do apoio técnico e material às associações que ganham uma nova dinâmica e começam a apresentar resultados produtivos significativos, como no caso das culturas de milho, algodão e tabaco.

No entanto, as Estações de Desenvolvimento Agrárias basearam a sua intervenção num esforço de modernização da agricultura camponesa, para a qual não havia a necessária capacidade em termos de organização, gestão e recursos. Recorria-se muitas vezes à mecanização e promovendo os blocos culturais como forma de organização da produção, as EDAs não providenciaram outras medidas complementares de carácter técnico e organizativo que permitisse a modernização pretendida. Criou-se, dessa maneira, um ambiente de dependência mais fincado nas associações em relação ao Estado, o que foi, agravado por uma degradação progressiva das outras estruturas do setor agrário. A fim de preencher um vazio político, o MPLA-PT decidiu pela criação da UNACA (União Nacional dos Camponeses Angolanos), por forma a permitir uma maior participação dos camponeses na vida económica, social e política do país, o que veio a acontecer em fevereiro de 1990⁹⁰ (Acord e Adra, 1991: 20-21).

⁸⁹Inicialmente em Malanje, esse movimento alarga-se para outras províncias, principalmente Huíla, enquanto em Huambo, a situação de segurança já era bastante precária, foi constituída apenas uma EDA (Acord e Adra, 1991: 16).

⁹⁰Era estruturada ao nível nacional, na província e nos municípios, tentou orientar e dirigir o movimento cooperativo dinamizando seu desenvolvimento e promovendo a realização de assembleias camponesas (até hoje existe).

A criação da UNACA, apesar de ser uma emanção do MPLA - Partido do Trabalho, e não o resultado de um processo de organização a partir da base gerou determinadas expectativas. No ato de sua constituição, a UNACA definiu atitudes e traçou programas de ação que poderiam resultar numa maior aproximação aos problemas do campo e, conseqüentemente, a uma maior aproximação dos camponeses na resolução de assuntos do seu interesse. No entanto, na prática não se cumpriam essas intenções, tendo aumentado a burocracia e o distanciamento em relação ao campo (Acord e Adra, 1991: 20-21).

Portanto, se com a independência, Angola ficou liberta dos condicionalismos legais (lei do condicionamento industrial, regime de pagamentos externos, entre outros) impostos pela ex-metrópole ao seu desenvolvimento industrial, - então considerados pelo novo poder instituído (MPLA) como a causa da situação terrível do caos econômico, situações objetivas como: a guerra de agressão imperialista e o eclodir da guerra civil, a pilhagem efetuada pelos exércitos invasores (África do Sul, por exemplo), a opção do poder popular e a conseqüente política de confiscos e nacionalizações levada ao extremo, a ausência de estruturas administrativas, a criação de tribunais populares revolucionários, o êxodo dos portugueses que detinham o poder econômico, entre outros aspectos menos relevantes (Amaral, 2004: 52) estavam presentes diretamente no colapso econômico que se assistiu após 1975.

Ferreira sugere - nos outras causas que foram fundamentais para a baixa produtividade em quase todos os setores, e que foram, inclusive, oficialmente atribuídos à: fraca capacidade organizativa das empresas⁹¹; carência generalizada de quadros, e especialmente quadros qualificados⁹²; decrescente disciplina laboral; deficiente abastecimento de matérias-primas e outros meios necessários às empresas; falta de engajamento no domínio da direção da economia, particularmente no que respeita às empresas do Estado, e finalmente, especulação dos preços no mercado negro (Ferreira, 1999: 35-36).

É claro que a agricultura sofreu de modo direto e intenso os efeitos da situação de guerra. Esses efeitos fizeram-se sentir em diversos níveis: impedindo o trabalho agrícola direto; impossibilitando o funcionamento dos mecanismos de comercialização e distribuição; e dificultando o acesso de meios de produção, fertilizantes, entre outros, ao campo. Portanto, não é

⁹¹O índice de industrialização passou de 100 em 1974 (base de partida) para 24,3 em 1989 e para 13,2 em 2000 (Rocha, 2004: 65).

⁹²Nesse contexto, o ano de 1979 é considerado pelo governo o ano da formação de quadros. Mas para Ferreira, “esta excelente oportunidade de sensibilização perdeu-se e o problema foi enviesado desde o primeiro momento” (1999: 36)

de estranhar, de acordo com Ferreira, o impacto desestabilizador da situação de guerra. Se por um lado criaram-se enormes dificuldades às grandes produções agrícolas para exportação (café, sisal, algodão, bananas, etc), por outro, a pequena produção comercializável não encontram canais de escoamento (mercados rurais ou outras formas de comercialização /distribuição). A quebra dos níveis de produção e o autoconsumo são, desta maneira, duas consequências inevitáveis (Ferreira, 1993: 34-35). A produção alimentar desceu em 26% em 1981, sendo preciso importar 200.000 toneladas de milho. Enquanto nas cidades se faziam sentir carências, no campo passou a haver fome (Galli, 1987: 146).

Do mesmo modo, com o abandono dos campos agrícolas e a paralisação da quase totalidade da indústria transformadora e extrativa, sobreviveram basicamente em termos de produção, o café, o petróleo e o diamante. De maneira diferenciada, esses viriam a suportar a estratégia de uma “economia de resistência” centralmente dirigida, cujos reflexos, no desenvolvimento econômico e social do país, não se faz sentir, além do fato do esforço de guerra que a situação exigia (Amaral, 2004: 56).

O café teve resultados catastróficos por parte do governo, que não conseguiu atingir os níveis de produção obtidos em 1973. O declínio do setor estatal a favor do setor privado na comercialização do café torna-se latente no final da década de 1980⁹³. Em 1992, o Estado deixa de ter o monopólio das exportações do café.

O diamante também entrou em declínio após a independência. A Companhia de Diamantes de Angola, S.A.R.L (DIAMANG) não conseguiu se reabilitar durante a Primeira República (até 1991 com a passagem para Estado Democrático de Direito). Amaral aponta que os investimentos efetuados nesse setor obedeciam mais a critérios de natureza política e militar do que econômica, quer por razões do exercício da soberania em áreas de ações de guerra, quer por se tratar de um recurso estratégico que era necessário preservá-lo do acesso ao inimigo, pela sua importância como fonte de financiamento de ações armadas da UNITA contra o Governo (Amaral, 2004: 64).

⁹³Nos cinco anos que antecederam 2ª República, o setor estatal comercializou 56,9% contra 43,1% do setor privado. Já no ano de 1992, a comercialização do privado foi de 92,9% contra apenas 7,2% do setor estatal. Pode-se pensar que esses números se devem à estratégia do Governo, consubstanciada no Programa de Redimensionamento Empresarial do Setor Cefécula, cujos efeitos práticos se traduziram já, na restituição do setor privado de cerca de 300 fazendas com uma área superior a 100.000há. Só no Kwanza Sul foi negociado 90 fazendas com uma área de 33.727há (Amaral, 2004: 62).

Depois da independência, o Governo considerou prioritária a formulação de uma política nacional para o setor petrolífero. Na Primeira República, a gestão do setor petrolífero não obedeceu aos desígnios de uma estratégia para a construção do “socialismo científico”⁹⁴, pois, por força dos acordos existentes com as empresas multinacionais, assistiu-se à implementação de uma estratégia subordinada aos interesses do capitalismo, por isso mesmo, contrária à criação de uma sociedade socialista em Angola (Amaral, 2004: 67). Essa situação, Conceição chamou de “paradoxo angolano”, pois sua economia dependeu, desde do tempo colonial, sobretudo em tempo mais recente, do Ocidente, tanto em termos de mercado, quanto de investimentos e tecnologia. O petróleo (nunca inferior a 80% na aquisição de divisa no período pós-independência) tinha, e continua a ter⁹⁵, nos Estados ocidentais, o seu maior comprador e investidor, através das petrolíferas americanas como a Chevron, Texaco e outras, incluindo também as européias (1999: 02).

O curioso é que os centros de decisão das multinacionais petrolíferas estavam sediados em países capitalistas que apoiavam a guerra contra o governo que proclamara a independência do país (apoio a UNITA e a África do Sul). Estes financiavam “o desenvolvimento econômico e social do Angola” em troca de garantias dadas pelo potencial de produção petrolífera (reservas), inviabilizando, dessa maneira, o “socialismo científico”, e hipotecando para o futuro das gerações angolanas vindouras, ficando o país aprisionado aos interesses estratégicos e vitais do capitalismo (Amaral, 2004: 67-68).

No Segundo Congresso Ordinário do MPLA-PT, realizado em Luanda no início de dezembro de 1985, foi apontado uma pauta de reformas econômicas. Foi aí que, pela primeira vez, dirigentes interessados em mudanças econômicas mais profundas expressaram-nas em público, com o apoio do Presidente. Nessa reunião foi anunciada uma reforma econômica que, pela primeira vez, proclamava a necessidade de adaptação às leis do mercado (Melo apud Conceição, 1999: 170).

⁹⁴O socialismo científico ou socialismo marxista foi desenvolvido no século XIX por Karl Marx e Friedrich Engels. Ele rompe com o socialismo utópico por apresentar uma análise crítica da realidade política e econômica, da evolução da história, das sociedades e do capitalismo. Marx e Engels enaltecem os utópicos pelo seu pioneirismo, porém defendem uma ação mais prática e direta contra o capitalismo através da organização da revolucionária classe proletária. Para a formulação de suas teorias, Marx sofreu grande influência do filósofo alemão do final do século XVIII, Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

⁹⁵Nota-se hoje um grande investimento chinês em diversos setores da economia angolana. Inclusive com atividades que podem indicar desrespeito às leis angolanas. Semanário Angolense, edição número 193, 09-16 de dezembro de 2006.

O agravamento constante da situação política, econômica, social e, sobretudo militar produziu uma conjuntura favorável à intervenção na regulação social de outros atores, para além do partido-Estado e das suas projeções organizativas de massas. Pestana aponta que para debelar a crise econômica e o agravar das condições de vida das populações que cada vez se afastam mais da miragem da base econômica do socialismo, o poder foi constrangido a fazer uma reforma econômica que, tendo por base um discurso crítico (ainda que envergonhadamente crítico) em relação ao desempenho da “economia socialista”, se propôs uma mudança nas formas de mobilização dos angolanos, pelo menos, para as tarefas de produção⁹⁶ (2004: 15).

O lançamento, em 1987, do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), marca um novo momento na conjuntura econômica angolana. Ele foi uma significativa indicação da vontade, do governo e de amplos setores da sociedade de mudar os rumos da economia angolana⁹⁷. Ele revelou uma opção para uma economia de mercado, ou para usar a expressão oficial, “uma economia social de mercado”, enquadrado no que se chamou na época de “socialismo democrático” (Conceição, 1999: 74).

O colapso do modelo socialista mundial no final dos anos 1980 provocou várias mudanças na política e na estratégia do MPLA. A construção de uma economia de mercado exigia uma classe empresarial dinâmica, que pretendeu-se criar a partir das elites políticas e militares. Foi nesse contexto que se decidiu redimensionar as propriedades do Estado, com a privatização e o adequar a dimensão das empresas às capacidades técnicas e de gestão de novos proprietários. No entanto, para Pacheco, esse segundo componente foi esquecido. No caso das empresas agrícolas, a ausência de um cadastro atualizado foi determinante para que as propriedades fossem privatizadas de acordo com a situação e a dimensão anteriores, ainda que as terras fossem cedidas apenas em termos de direito de uso (Pacheco, 2004: 02).

Não havia, nesse contexto, uma verdadeira intenção de reforma, uma renúncia ao projeto político autoritário, mas tão somente um espírito de sobrevivência do poder, uma permanente

⁹⁶José Eduardo dos Santos, foi levado, a partir de 1986, com o choque da crise do petróleo, reconheceu no discurso de abertura do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), no dia 01 de abril de 1987, que, “a degradação do poder de compra, a redução da produtividade do trabalho, a insuficiência do setor do Estado e das empresas (basicamente públicas), o déficit do Orçamento Geral do Estado, a incapacidade do sector bancário de remunerar capitais estrangeiros, o endividamento exterior crescente (...) as causas da estagnação são provenientes em boa parte do sistema de economia, da excessiva centralização, da burocratização subsequente, da desorganização e má gestão das empresas, da indisciplina e da corrupção galopantes, da pilhagem da propriedade social”.

⁹⁷Ferreira aponta a conjuntura desfavorável da época, com a queda brusca dos preços do petróleo em 1986 (de 27 para 13 dólares o barril). No entanto, o próprio autor aponta que o SEF não foi só o resultado desse fator externo (Ferreira apud Conceição, 1999: 173).

“reconversão da nomenclatura burocrática” (Ferreira apud Pestana, 2004: 16), uma procura de atualização do repertório político de legitimação e, conseqüentemente, da base social de apoio, até porque se desenvolveu, à margem do Estado planificador, mas beneficiando da sua extorsão, um setor de negócios que se juntou aos empresários privados que resistiam à política de exclusividade social (Pestana, 2004: 16).

Assim, no plano social, o regime aceitou a intervenção de outros atores sociais, como as Organizações Não Governamentais, primeiramente as estrangeiras, vindas dos países ocidentais. Este exemplo foi imediatamente seguido pelos nacionais que viria a permitir um discurso de cidadania para lá do respectivo movimento no campo da cultura que ultrapassava a idéia de “cidadania revolucionária”, consubstanciada nas duas únicas figuras admitidas pelo poder (ou seja, do “cidadão-soldado” e a do “cidadão-militante”, sendo o que primeiro é pouco continuação do segundo), para se colocar, por um lado, fora do partido único (e de todas as suas extensões) e por outro, para lá do reduzido espaço político consentido.

A cidadania expressou-se, sobretudo nos grupos de reflexão, ainda que semiclandestinos e informais, e deslocou-se abertamente para o terreno da solidariedade social com o surgimento das primeiras Organizações Não Governamental nacional⁹⁸. Essas associações inscrevem-se na linha direta dos grupos culturais dos anos 1980 que, não se colocando no terreno político de combate ao partido único senão por formas suaves, procuraram no espaço da cultura combater o pensamento do partido único, o que era por si só algo de “subversivo” em relação à ordem autoritária instituída (Pestana, 2004: 16-17).

Em janeiro de 1990, com a proclamação da Associação Cívica Angolana (ACA)⁹⁹, a ação de outros atores sociais não ligados ao partido-Estado passou ao terreno cívico e inaugurou-se, o que Pestana chama da era da sociedade civil nacional. A consagração formal, em 1991, do

⁹⁸Associações como a Acção Angolana para o Desenvolvimento (ADD) e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) apresentaram propostas de intervenção no espaço público, até aí completamente controlado pelo partido único, trabalhando em programas de desenvolvimento sustentado junto das comunidades, nomeadamente rurais e também, no caso da ADRA, em projetos de educação cívica onde ocupavam espaços privilegiados os direitos humanos e reforço da sociedade civil (Pestana, 2004: 16)

⁹⁹A ACA nasceu de um apelo público lançado em carta aberta aos cidadãos por um grupo constituído em Comissão instaladora em Outubro de 1989 e escorou o seu direito à liberdade associativa na Lei Constitucional (revolucionária) e no código civil, rompendo com a prática do partido único que obrigava as associações a sua prévia autorização. A ACA teve seu reconhecimento outorgado pelo Ministério da Justiça somente em 1991 (Pestana, 2004: 17)

sistema multipartidário, da liberdade de imprensa¹⁰⁰ e de associação, vai alargar o espaço de intervenção destes novos atores sociais e estimular seu crescimento (Pestana, 2004: 17-18).

5 - AS ELEIÇÕES DE 1992, AS TRÊS TENTATIVAS DE PAZ E A AGRICULTURA PÓS-CONFLITO ARMADO.

“Me levaram em 1999, quanto eu tinha treze anos. No início, me ocuparam no transporte de armas, suprimentos e outros materiais. Mais tarde, me mostraram como combater. Aprendemos a atirar comos fuzis AK – 47 e outras armas. Eu era o mais jovem de uma tropa com cerca de setenta crianças e adultos. Estávamos na linha de frente e eu fiquei doente, tive surtos de malária e às vezes não tinha o que comer. Só fiquei na tropa porque foi aí que me colocaram depois de me capturarem. Não fui eu que tomei essa decisão”. Manoel P., ex-criança-combatente da UNITA, 03 de dezembro de 2002, In. Human Rights Watch. O contingente esquecido. Crianças-soldado de Angola. Volume 15, nº 10, abril, Nova Iorque, 2003.

A história do conflito armado em Angola é complexa, tem ligação direta com a produção agrária e o desenvolvimento da sociedade civil no país. Desta forma, é necessário apontar o encaminhamento que se seguiu após os Acordos de Bicesse, o primeiro das três tentativas (Protocolo de Lusaka e Memorando de Luena) de entendimento entre o Governo e a UNITA.

Após muitos anos de impasse, um acordo tripartite entre Angola, África do Sul e Cuba foi assinado, sob os auspícios da ONU, em fins de 1988, conduzindo à retirada de cerca de cinquenta mil soldados cubanos de Angola e à independência da Namíbia, sob supervisão da ONU¹⁰¹.

O Acordo pretendia a resolução do conflito em Angola, mas não citava em nenhum ponto do fim do apoio da União Soviética e dos Estados Unidos aos movimentos, mesmo sabendo do declínio da URSS naquele momento.

A guerra continuava fazendo estragos no país¹⁰², até que em abril de 1990, o Secretário do Estado Português para Assuntos Estrangeiros, José Durão Barroso, convocou o governo angolano

¹⁰⁰ Apesar de vozes questionarem até hoje esse tipo de liberdade. Como exemplo a prisão sem motivo de Raul Danda, jornalista, ator e ativista político de Cabinda, da Associação Cívica Mpalabanda ocorrido em 29 de setembro de 2006. Jornal Semanário Angolense, edição número 185, de 14 a 21 de outubro de 2006.

¹⁰¹ A resolução 626 do Conselho de Segurança estabeleceu a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) abrangendo setenta observadores militares e vinte funcionários civis de dez países. A UNAVEM foi extinta com a assinatura dos Acordos de Bicesse.

do MPLA e a UNITA a fim de começar um processo de negociação que resultou nos Acordos de Bicesse, que por um curto espaço de tempo, pôs fim à guerra. Conhecido coletivamente como Troika, Portugal, Estados Unidos e a antiga URSS foram importantes para se obter o acordo. De acordo com Hodges:

“Os acordos trouxeram um cessar-fogo, o aquartelamento das tropas da UNITA, a formação de uma nova Força Armada, a desmobilização da tropa não requerida, a restauração da administração do Estado em áreas controladas pela UNITA e as eleições multipartidárias e presidenciais”¹⁰³ (Hodges apud Comerford, 2005: 10-11).

Os acordos de Bicesse, de maio de 1991, foram assinados por José Eduardo dos Santos e por Jonas Savimbi, e estipulou que seriam realizadas as primeiras eleições livres e democráticas em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas, assim como todas as forças em guerra seriam integradas nas Forças Armadas Angolanas (FAA).

Os Acordos de Paz angolanos assemelham-se, para Messiant bastante a outros acordos naquele momento em muitas de suas características, tais como o objetivo de democratização das instituições políticas e de escolha entre os dois lados em conflito através de um processo eleitoral precedido por uma “transição”. Os atores angolanos, o MPLA no governo e os rebeldes da UNITA, como é claro, eram belicosos e ditatoriais, mas não mais do que seus homólogos em lugares como Camboja ou Moçambique. O que torna diferente no caso angolano é a interligação das questões nacionais e internacionais em jogo (Messiant, 2004: 02).

Nas conversações eram sentidos os maiores poderes dos Estados Unidos devido ao seu peso na conjuntura internacional. As negociações obrigavam logo à partida o MPLA a abandonar o marxismo-leninismo e adotar um sistema multipartidário e, mais tarde, em maio de 1991, e apesar de continuar sendo o “governo, a assinar um acordo de paz com uma UNITA que era reconhecida como um “partido” em pé de igualdade com o MPLA. Os atores não armados em Angola não tiveram qualquer desempenho nas negociações, nem na implementação dos Acordos.

¹⁰²Os avanços militares da UNITA nos anos 1980 foram significativos. Por volta de 1982, Savimbi declarava que seis das dezoito províncias angolanas eram zonas de guerra. No final de 1983, com o apoio aéreo da África do Sul, a UNITA tomava a cidade de Cangamba, então considerada como o último baluarte do Governo no sudoeste de Angola. Em 1984, a UNITA anunciava o início de uma campanha de guerrilha urbana e já realizava atos de sabotagem em Luanda e Cabinda. As regiões de fronteiras com a Zâmbia e o Zaire passavam para o controle dos insurgentes, o que possibilitava o desenvolvimento de linhas de abastecimento relativamente seguras, além de rotas de infiltração e fuga. Entre 1984 a 1987, a UNITA não apenas dava continuidade ao seu avanço em direção ao norte e ao noroeste, como também combatia as ofensivas do MPLA, que contavam com forte apoio militar e logístico por parte de cubanos e soviéticos (Liberatti, 1999: 77-78)

¹⁰³A Troika também implementou uma “Opção Tripla Zero” que obrigou a comunidade internacional a parar o apoio a ambos os lados logo que houvesse um cessar-fogo (Comerford, 2005: 11).

Naquele momento, os princípios de gestão de conflitos, em geral, não os reconheciam, já que se resumiam essencialmente à utilização dos meios eleitorais para ajustar as contas deixadas pela Guerra Fria.

Contudo, em Angola, este esquema era mais complicado e originou uma situação mais curiosa: embora as Nações Unidas tivessem envolvido na implementação dos Acordos de Nova Iorque, não foi chamado a não ser no final das negociações de Bicesse¹⁰⁴. Este Acordo foi assinado numa altura em que se falava muito numa nova ordem internacional e em que a ONU, após a contexto bipolar da guerra fria, podia reconquistar o seu papel proeminente. Porém, a organização internacional permaneceu à margem das negociações e do processo estabelecido pelo acordo de paz: no próprio texto aparecia apenas como “convidada”. A Troika, dessa maneira, instalou-se na direção do processo, na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Dessa forma, os interesses dos três países membros prevaleceram sobre a ONU (Messiant, 2004: 02).

Nem o MPLA, nem a UNITA, com os quais a Troika e a ONU tinham de partilhar a responsabilidade pelo processo de paz abandonara ainda a sua procura pela hegemonia. Os dois não estavam interessados na reconciliação ou na democratização. Acima de tudo, o MPLA queria evitar a derrota, e aceitara certas condições com relutância e sob pressão. A UNITA apenas queria a paz, porque tinha a certeza, como quase toda a gente naquela altura, incluindo o MPLA, que iria vencer as eleições, e atingir seu objetivo, o poder do Estado (Messiant, 2004: 03). Isso contradiz a idéia de Gramsci que na visão da sociedade civil como política, articula-se em torno da idéia de que a autoridade (no caso, o governo) deve ser compartilhada entre os membros de uma comunidade contrapondo-se e desafiando a hegemonia do Estado, que não é mais a instituição que domina ou que seja crucial para o desenvolvimento da sociedade civil.

Depois uma trégua de alguns meses, as eleições realizaram-se em setembro de 1992¹⁰⁵, apesar do processo de desmobilização não se encontrar terminado. Na votação presidencial, José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA, obteve 49,57% dos votos contra 40,07% do líder da UNITA, Jonas Savimbi¹⁰⁶. Como nenhum candidato ganhou uma maioria absoluta, um segundo turno votação foi necessário entre os dois candidatos mais votados, mas a UNITA não aceitou o

¹⁰⁴Os principais pontos do Acordo de Bicesse podem ser visto na página:

<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/bicesse-accords.php>

¹⁰⁵Os municípios e as Comunas (menor organização administrativa) nunca tiveram eleições para seus representantes.

¹⁰⁶Nas eleições legislativas, o MPLA obteve 54% dos votos, contra 34% obtidos pela UNITA.

resultado, acusando o MPLA de fraude eleitoral e o reinício dos combates fez com que este segundo turno não acontecesse.

Depois de terminar a sua missão como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, em 1993, Margaret Anstee, formulou a seguinte lista de lições a tirar para o envolvimento da ONU em processos de paz:

- a) Trabalhar para o longo prazo. Não existe solução rápida para um conflito duradouro e enraizado. A comunidade internacional deve estar preparada para o longo prazo, caso contrário, não deve envolver-se;
- b) Envolvimento nas negociações. A ONU deve estar sempre envolvida na negociação dos acordos de paz que vai supervisionar;
- c) A ONU deve possuir um mandato claro e forte, e recursos adequados, ajustados à missão e fornecidos a tempo;
- d) O compromisso dos antagonistas com a paz é essencial, mas é necessário um árbitro forte;
- e) O Secretário-Geral deve poder recusar as operações para as quais não existem as condições, mandato e recursos necessários. Isto é mais fácil de enunciar do que aplicar, devido aos pesos pesados do Conselho de Segurança;
- f) Não devem ser realizadas eleições enquanto não forem cumpridas condições mínimas estabelecidas nos acordos de paz. Não deverá existir um prazo arbitrário;
- g) Evitar os sistemas eleitorais do gênero “quem vence, vence tudo”;
- h) É essencial tomar medidas paralelas de construção da confiança e da paz, ou seja, direitos humanos, forças policiais neutras, medidas econômicas e sociais e reintegração social;
- i) Deve ser considerada a importância da comunicação social ao nível interno e externo. É essencial a criação de uma operação eficaz de informação pública da ONU;
- j) A logística é um fator político (por exemplo, a ponte aérea durante as eleições);
- k) As condenações verbais do Conselho de Segurança à UNITA, em 1993, não obtiveram resultados nenhuns. As sanções de setembro de 1993 foram muito pouco, muito tarde,

tendo sido contornadas. Teria sido melhor testar a sinceridade da UNITA, aceitando as suas exigências, em Abijan, de uma presença simbólica de mil capacetes azuis;

- l) A comunidade internacional deve estar genuinamente interessada e empenhada. Angola estava em desvantagem, pois a Iugoslávia e a Somália eram as prioridades; houve um desencanto crescente com a manutenção da paz e com Angola; esta deixara de ser uma prioridade para os que exacerbaram o conflito durante a guerra fria (Anstee, 2004: 01).

Comerford salienta que apesar destas críticas ao encaminhamento do Acordo de Bicesse e do mandato das Nações Unidas, a razão pelo fracasso dos Acordos tem que ser atribuída aos próprios partidos angolanos¹⁰⁷ (2005: 15).

Por consequência, é importante ressaltar que o Bicesse foi criticado também por excluírem os setores não militares da sociedade angolana que poderia ter jogado um papel pacificador positivo entre os dois lados (Comerford, 2005: 132).

No dia 31 de outubro de 1992 a guerra explode em Luanda. Três dias depois, a batalha de Luanda teria matado dezenas de milhares de vidas, afastado a UNITA da capital e eliminado alguns de seus líderes. No entanto, rapidamente o exército da UNITA apodera-se de mais da metade do país, que antes estivera sob o controle de forças do governo e captura áreas de diamantes angolanas, no nordeste das províncias dos Lundas.

A guerra após a eleição em Angola não foi apenas um reatar do conflito da Guerra Fria, pelo contrário, marcou uma fase inteiramente nova na luta, com conseqüências terríveis para a população civil. Os dois exércitos, as Forças Armadas Angolanas (FAA) e as Forças Armadas para a Libertação de Angola (FAPLA) da UNITA confrontaram-se frente a frente sem o apoio dos exércitos cubanos ou sul-africanos. As batalhas campais foram substituídas por combates sangrentos com o intuito de capturar e controlar as áreas mais populosas. A guerra tornou-se uma guerra de cidades, e os civis tornaram-se os primeiros alvos e as principais baixas.

A agricultura, nesse cenário, não tinha vez. A produção agrária limitou-se a poucas regiões em que não havia conflitos. O escoamento dos produtos era impraticável. O investimento

¹⁰⁷ Antes de assinar os Acordos, a UNITA tinha querido eleições para 12 meses, enquanto o MPLA tinha querido para 36 meses. Chegou-se a conclusão de 16 meses, o que era pouco para preparação de eleições em um país já com grande nível de pessoas deslocadas e refugiadas fora de Angola (Comerford, 2005: 15).

estatal em agricultura era irrisório, o orçamento estava muito comprometido com a resolução do conflito armado.

A luta concentrou-se naquelas capitais de província onde as forças governamentais ainda se mantinham firmes. Centenas de milhares de civis viram-se capturados em cidades como Huambo, Malange e Luena, cercados por todos os lados pelas forças da UNITA. Aos bombardeios, seguiram-se a fome e doenças. Em outubro de 1993, quando a ajuda humanitária chegou a Malange pela primeira vez desde as eleições, a organização “Médicos Sem Fronteiras” encontrou entre 1.000 a 1.500 crianças que por mês morriam de fome na cidade. Um relatório do MSF relativo ao ano de 1993 declarava, “a situação em Malange é indiscriminável: as pessoas tentam sobreviver comendo as folhas das sebes, milhares de crianças esfomeadas vagueiam pelas ruas da cidade. Perderam os pais durante a guerra (...)” (MSF, 2004: 10).

A partir de 1992, a UNITA imperava em quase todas as vastas zonas rurais angolanas, e concentrou-se em fixar o governo nas poucas cidades e vilas. Quem quer que a UNITA perceba que tinha colaborado com o governo – e inclui professores, trabalhadoras de saúde, chefes tradicionais, e quem quer que tivesse um parente na polícia, no exército ou nas milícias da “Defesa Civil” – era identificado e executado. As viagens por estradas entre as cidades tomadas pelo governo eram extremamente arriscadas, devido às minas terrestres e às emboscadas. Durante anos, só os verdadeiros desesperados viajavam pelas estradas. A economia rural morreu porque as áreas campesinas tornaram-se campos de batalha, e o pouco que se produzia deixou de poder ser transportado para o mercado¹⁰⁸. Os preços dos bens mais básicos subiram de forma alucinante. À medida que os alimentos se tornaram mais caros e menos disponíveis, as taxas de má nutrição começavam a elevar-se, especialmente nas cidades e vilas do interior (MSF, 2004: 14).

Ainda assim, a partir de 1992, aumentava a população civil a girar ao redor das vilas e cidades controladas pelo governo (MSF, 2004: 14). Esta migração deveu-se em primeiro lugar, às oportunidades econômicas, mas também à falta de oportunidades nas zonas rurais, as mudanças climáticas e ambientais e à guerra e outras formas de insegurança. Nesse caso, Angola não difere dos outros países, embora a guerra tenha levado a uma significativa aceleração do processo (DW, 2005: 63).

¹⁰⁸Sem contar os saques, tanto por parte da UNITA, como por parte do MPLA.

A guerra, portanto, desencadeou numa imensa violência. Como a UNITA permanecera armada enquanto o exército governamental se desintegrava, de início conseguiu uma vantagem considerável. Enquanto a UNITA detivesse a superioridade militar, rejeitaria quaisquer novos termos de acordo propostos pela comunidade internacional. Contudo os tempos mudaram e o governo usou de sua legitimidade (ter vencido as eleições) crescente para exigir apoio à comunidade internacional. O fim da guerra fria e a descoberta de reservas de petróleo consideráveis ao largo da costa angolana, que até aí tinham sido exploradas em parceria com o governo do MPLA, constituíram fortes fatores adicionais em seu favor, ao mesmo tempo em que parecia evidente que a UNITA seria incapaz de manter o controle em vastas áreas do território De acordo com Messiant, os EUA, totais apoiantes da UNITA até as eleições, davam agora sinal de mudança. Quando a UNITA rejeitou um acordo (o Protocolo de Abidjan), os EUA reconheceram finalmente o governo de Angola, abrindo caminho para as sanções à UNITA por parte da ONU. Este realinhamento geral em favor do “governo legítimo” implicou uma gradual inversão das forças políticas, diplomáticas e militares em seu favor (Messiant, 2004: 04).

Com o reinício da guerra, autoridades tentaram novamente a negociação de um cessar-fogo. Com a nomeação de um novo Representante Especial das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, novas conversações de paz começaram em Lusaka (Zâmbia) que demoraram mais de um ano, antes de dar fruto no Protocolo de Lusaka de Novembro de 1994¹⁰⁹.

Enquanto que o Protocolo procurava retificar erros nos acordos de Bicesse, a tolerância mostrada pela ONU diante das violações de direitos humanos por ambos os lados enfraqueceu o Protocolo e gerou um clima de impunidade (Comerford, 2005: 17). Na opinião do governo angolano a ONU tinha falhado no desarmamento da UNITA pela segunda vez.

As causas atrás do conflito tinham mudado ao longo da década desde a assinatura dos Acordos de Bicesse. A sede pelo poder político de Jonas Savimbi era considerada a razão pelo retorno à guerra em 1992, mas a luta pelo controle dos recursos naturais, tais como petróleo e diamantes, também gerou grande importância e se tornou um motivo muito significativo. Finanças estatais do setor de petróleo foram investidas fortemente na compra de armamento a fim

¹⁰⁹Este protocolo foi significativamente baseado no Protocolo de Abidjan, mas naquela altura, as conversações tinham uma importância secundária diante dos conflitos. Os primeiros avanços da UNITA fizeram com que ela controlasse 60% do território incluindo áreas urbanas importantes como Huambo e Uíje. Quando o governo conseguiu reorganizar-se militarmente, tendo abandonado a “tripla opção zero”, conseguiu retomar muitas posições, como por exemplo, a segunda maior cidade do país, Huambo. Com a UNITA recuando depois da queda de Huambo, e as tropas governamentais a ganhar uma ascendência, o Protocolo de Lusaka foi assinado, e contra a vontade das forças governamentais reanimadas, achando que poderiam derrotar a UNITA (Comerford, 2005: 16).

de resistir e acabar com a ameaça da UNITA. Por sua vez, o “galo negro” procurou controlar uma grande parte dos negócios em diamantes, a fim de rearmar e manter a sua capacidade militar. Em muitos aspectos a luta pelo poder político, ou mantê-lo, tornou-se sem distinção com a luta para controlar os benefícios financeiros vindo do petróleo e diamantes(Comerford, 2005: 19).

Em fins de 1994, a UNITA tinha perdido o conflito rapidamente, estava ansiosa por assinar um acordo de cessar-fogo. Por outro lado, o governo, que estava bem no campo de batalha, só assinou o Protocolo de Lusaka depois de muitíssima pressão diplomática. Os maiores representantes das duas partes, da UNITA, Jonas Savimbi e o Presidente José Eduardo dos Santos se recusaram a assinar pessoalmente o documento, tendo colocado seus subordinados a fazerem, o que demonstra um sinal na falta de confiança no processo de paz.

Embora o Protocolo de Lusaka, com mais recursos da ONU se comparado a Bicesse, continha ainda deficiências importantes. Novamente não atribuía qualquer papel as forças não-armadas – as que não faziam parte da luta pelo poder, que eram as que estavam mais preocupadas com a paz. E embora tivesse sido atribuído um papel mais importante à ONU, a Troika continuava no cerne da operação. O acordo foi assinado num contexto de total desconfiança entre as partes, e ignorava o fato de ambos os partidos estar muito mais determinado em não cumprir as regras do jogo, se tal fosse necessário. Segundo Messiant, a liderança da UNITA ainda acreditava na força das armas. A eliminação de seus dirigentes e apoiantes na guerra de 1992 apenas serviram para a organização se radicalizar ainda mais politicamente e consolidar essa convicção. Nunca desarmaria primeiro, nem unilateralmente, enquanto a sua sobrevivência e posição política não estivessem asseguradas nas condições pretendidas. Para Savimbi e parte da liderança, isto conseguira funcionar tal como antes, mesmo num sistema multi -partidário no seio do qual criara, logo após as eleições, um denominado mais fictício “governo de unidade nacional” com pequenos partidos aliados. Por essa razão rejeitava completamente a idéia de ser considerado responsável e apenas acordava em partilhar formalmente o poder com a UNITA no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) estabelecido por Lusaka para não alienar a comunidade internacional¹¹⁰. Sob estas novas circunstâncias, que lhe eram muito favoráveis, lançou-se em práticas comerciais altamente lucrativas embora predatórias e oportunistas. Apesar

¹¹⁰A sua formação foi em abril de 1997, e esse governo era “unido” e “reconciliado” apenas no nome. Continha membros da UNITA, que tinham sido cooptados, através dos termos do acordo, para um governo que era exclusivamente dirigido pelo MPLA. A partilha de poder era tão fictícia quanto a desmilitarização do movimento rebelde (Messiant, 2004: 06).

do conflito armado, conseguiu atrair parceiros interessados no petróleo, importações de guerra e todo o comércio viável. Estas práticas de enriquecimento e corrupção desenfreados não eram penalizadas e eram acompanhadas pela imensa e crescente miséria da população (Messiant, 2004: 05).

Assim, a UNITA viu-se forçada a depender apenas dos diamantes sob o seu controle de forma a preservar o seu aparelho militar. Determinada em não desarmar, adiou e violou sistematicamente um acordo que considerava desfavorável, esperando ser capaz de o renegociar com base na sua força militar contínua. Mas abusando de sua posição o governo subverteu e ultrapassou o Protocolo e não cumpriu algumas obrigações importantes relativas à polícia e as forças armadas. Consoante um oficial da ONU, “a UNITA violava o acordo de dia e o governo de noite”. Estas interações não eram penalizadas e alimentaram desconfianças mútua, conduzindo a um rearmamento dos dois lados. Em 1998, o governo lançou o que denominou a sua “guerra pela paz” contra um inimigo “que nunca respeitara os acordos” e tudo fez para que o líder inimigo, Savimbi, fosse internacionalmente criminalizado (Messiant, 2004: 06-07).

O Processo de Paz em Lusaka durou três anos e meio, um período que os angolanos chamaram “nem de guerra, nem de paz”, “falsa paz”, ou “paz armada” (muito em função das várias violações do cessar-fogo de ambas as partes). A partir de março de 1998, proliferaram novos e violentos ataques em grande parte do país, e a UNITA recuperou o controle de dezenas de cidades entregues ao Governo durante o processo de paz. A partir de setembro de 1998, o Governo quebrou todo o diálogo e contatos com a UNITA, declarando que nunca mais negociaria com Jonas Savimbi. A comunidade reforçou o ostracismo da UNITA e a ONU impôs fortes sanções ao movimento, ilegalizando todo o comércio e até o diálogo com a UNITA¹¹¹. Não faziam idéia se os civis nessas áreas sobreviviam, nem como (MSF, 2004: 11). Em julho de 1999, a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), que substituiu a UNAVEM III¹¹², deu por encerradas as suas atividades depois de ser forçada a retrair quando as últimas esperanças de paz se desvaceceram.¹¹³

¹¹¹ A partir desse ponto, e ao longo da duração do conflito, os atores humanitários, incluindo as agências humanitárias da ONU, o MSF e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha não puderam trabalhar em áreas pertencentes a UNITA (MSF, 2004: 11).

¹¹² A Missão de Verificação Angolana das Nações Unidas (UNAVEM I, de dezembro/1988 até maio/1991) foi estabelecida para verificar a retirada, por fases das tropas cubanas do território de Angola; a UNAVEM II (de maio/1991 até fevereiro/1995) pretendia verificar as atividades acordadas pelo governo de Angola e a UNITA referentes à monitorização do cessar-fogo e da polícia angolana durante o período de “tregua”, além de observar e

De 1998 a 2002, as Forças Armadas Angolanas (MPLA) lutaram para tirar o “apoio” dos civis a UNITA, enquanto este lutou para manter. Ambos os exércitos forçaram milhares de civis a abandonarem as suas casas, e a mudar-se para áreas sob seu controle. Quando esta tática falhou, os dois exércitos recorreram então a matar, com regularidade, aqueles que não os acompanhavam. No início de 2002, as FAA conseguiram dominar a guerra devido ao despovoamento de vastas áreas campestres. As populações, que deslocavam à força, eram amontadas em vilas e cidades onde muitos milhares morriam de fome, porque sendo-lhes negado o acesso às lavras, não tinham recurso a qualquer fonte alimentar alternativa. Por outro lado, aquelas populações que haviam ficado no mato com a UNITA, afastadas da sua fonte de alimentos, também morriam de fome. As operações das agências humanitárias ficaram confinadas a umas poucas vilas e a cidades chaves controladas pelo governo, longe do conflito. A guerra só acabou quando o fundador e líder da UNITA, Jonas Savimbi, foi morto em batalha, no dia 22 de fevereiro de 2002. Os seus deputados¹¹⁴, eles próprios à beira da morte pela fome, quiseram a paz poucos dias após seu desaparecimento (MSF, 2004: 12).

Em 4 de abril de 2002 é assinado o Memorando de Luena que marcava o final da guerra do governo contra a UNITA.

Na verdade, este Memorando marcou a derrota militar de uma das partes sem um cessar-fogo através de uma negociação política ou como algo relacionado ao diálogo democrático.

À redução da paz à lógica militar, dois anos após o Memorando vem dificultando o desenvolvimento do processo de democratização no país, pois este está entrelaçado com a paz social, condição reciprocamente efetiva a democracia. A falta de transparência e seriedade para uma paz concreta é patente na situação de guerra que ainda decorre no enclave de Cabinda (Lopes, 2004: 02).

Dois sintomas começam a observar-se na situação do pós-guerra para Filomeno Vieira Lopes, secretário para as Relações Exteriores, Assuntos Parlamentares e Cívicos do Partido Frente para a Democracia (FpD). A dificuldade em concluir de forma não problemática as tarefas supervenientes do Memorando de Luena como processo de desmobilização e reintegração social

homologar as eleições; a UNAVEM III (fevereiro/1995 até junho/1997) tinha objetivo de dar assistência à restauração de paz e ao processo de reconciliação nacional, sendo substituído pela MUNUA em junho de 1997.

¹¹³Em 1999 foi criada uma pequena representação da ONU em Angola (UNOA – Escritório das Nações Unidas em Angola), sendo substituída após o Memorando de Luena por uma missão de maior relevância (UNMA – Missão das Nações Unidas em Angola).

¹¹⁴Aqueles que não assumiram o parlamento e acompanharam a UNITA no mato.

dos militares, o não desarmamento da população civil e a própria participação da UNITA em cargos públicos, bem como o ressurgimento da intolerância política, patente em vários pronunciamentos dirigidos ao governo de militares e políticos da UNITA; por outro, indiciam-se reações do povo, algumas das quais violentas, contra a política do governo e de abusos das autoridades, nomeadamente, a transferência compulsiva de moradores de uma área para outras devido aos interesses imobiliários¹¹⁵, a destruição de mercados sem que novas infra-estruturas sejam construídas¹¹⁶, o roubo descarado de agentes policiais dos bens das Kinguilas (as cambistas informais) e as zungueiras (vendedores ambulantes), e outros casos de natureza repressiva. Nas Províncias, em particular, não há, na generalidade a mínima liberdade política, nem a difusão de idéias em debates, nem questionamento das medidas governamentais lesivas da democracia, perdurando o medo como atitude normal dos cidadãos (Lopes, 2004: 02).

Os efeitos de trinta anos de guerra, incluindo as más estradas, pontes partidas e ameaça de minas, causaram obstáculos importantes à movimentação de pessoas e bens. Isso é especialmente verdade durante a estação de chuvas, quando muitas estradas se tornam intransitáveis durante vários meses do ano. Deste modo, embora as estradas ao longo dos principais corredores de transporte a partir da faixa costeira para o interior estejam agora aberta, falta ainda muita a ser feito antes que se retome o comércio normal. Os elevados custos dos transportes e os altos juros dos créditos também dificultam o comércio de produtos agrícolas, já que os comerciantes têm tendência em favorecer os bens que sejam altos em valor, baixos em peso unitário e para os quais haja uma alta margem de lucro – tais como pequenos bens industriais de consumo como roupas, sabão, cigarros, bens enlatados e outros produtos alimentares processados. O mercado para gêneros alimentares básicos permanece fragmentado em resultado desta situação. No entanto, lentamente estão a se reconstituir redes comerciais e a circulação está a melhorar na medida em que as estradas possam estar em condições favoráveis para escoamento (FAO / PAM, 2004: 08).

A seguir do processo de paz, Angola não viveu uma recuperação imediata da produção. Muitas pessoas viram falhar acordos de paz anteriores. Elas estão à espera de sinais concretos e positivos tanto da economia, quanto da estabilidade política.

Uma rígida política de reassentamento que tentou forçar as pessoas a regressarem só para as suas áreas de origem, não permitindo a reinstalação em áreas vizinhas, provou ser, de acordo

¹¹⁵Caso marcante foi a transferência de moradores no bairro de Boavista há dois anos atrás, o que gerou muitos protestos.

¹¹⁶Como o mercado de Estalagem, no bairro da Estalagem.

com a FAO e a PAM, totalmente desencorajadora. Às vezes as áreas de origem não tem quase instalações ou serviços públicos nenhuns; assim não apresentam mais nenhuma atração para aqueles que se tinham mudado para as áreas urbanas e mudaram seu padrão de vida (FAO / PAM, 2004: 10). Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad chama-nos atenção para o exemplo da Argélia, que pode muito bem ser trazido para o caso angolano. O contato com a sociedade urbana - e recorde que Luanda, com o conflito armado cresceu muito e em pouco tempo em termos de população – desenvolveu a consciência das disparidades que separam o nível de vida das cidades e das regiões rurais assoladas pela subnutrição, pobres em recursos de saúde e em escolas. Todos os camponeses que passaram um tempo na cidade puderam viver concretamente o que as estatísticas estabelecem objetivamente, ou seja: que as cidades (especialmente as maiores) oferecem maiores oportunidades de trabalho assalariado, isto é, trabalho “de verdade”, ao contrário da agricultura que não proporcionando (ou proporcionando pouco) rendimentos monetários, aparece somente como uma mera ocupação (2006: 47).

Este fenômeno não é a única explicação para a lenta recuperação da agricultura após o conflito armado. O maior obstáculo ao crescimento desse setor é o fraco desenvolvimento dos mercados rurais e a sua fraca integração com os mercados urbanos. O fator custos também bloqueia a rápida recuperação. Embora os sinais positivos do mercado (a procura urbana) devessem estimular um aumento na oferta e impulsionar a produção, o sinal negativo dos elevados custos do transporte para e das áreas rurais desencoraja qualquer investimento na agricultura. Os custos extremamente altos dos insumos agrícolas importados, como fertilizantes e maquinaria, também dificultam investimentos na agricultura, e têm que ser analisados como obstáculos para as famílias e mesmo para os interesses da agricultura comercial privada (FAO / PAM, 2004: 10).

Após essa abordagem sobre a questão da agricultura em Angola ao longo dos anos, passarei agora para aspectos relevantes que envolvem a problemática das terras no país, pois existe uma ligação entre o desenvolvimento agrário e a disponibilidade de terras, principalmente para os pequenos agricultores, a base da produção em Angola.

6 - A QUESTÃO DA TERRA EM ANGOLA.

6.1 - Velhos Problemas, Velhas Soluções.

A distribuição e propriedade de terra, assim como as receitas desta, têm sido fonte de conflitos ao longo dos anos, trazendo uma enorme desigualdade entre a população angolana. Após o período colonial, a propriedade de terra tem-se concentrado nas mãos da minoria elite política, membros das forças armadas e homens de negócios, excluindo, dessa maneira, a população desfavorecida, principalmente mal informada e aumentando sua marginalização.

Tendo os acordos de paz lidados essencialmente com a atribuição do poder do Estado, este problema antigo e estrutural só foi tratado de forma concreta com a criação de uma nova Lei de Terra, em 2002. Esta Lei cria oportunidade crucial para a implementação de uma reforma agrária inclusiva que poderia permitir o desenvolvimento democrático, participativo e sustentável no país. No entanto, esta Lei esbarra em diversos constrangimentos, desde a dificuldade de implementação na forma jurídica e institucional, até a diminuta participação na sociedade civil em todo processo de construção pontos relevantes. Além, é claro, dos interesses econômicos das elites que muitas vezes vão de encontro com essa grande maioria da população excluída.

A questão dos problemas que envolvem as terras na região que hoje conhecemos como Angola data do período anterior à própria independência e a chegada dos portugueses. Não se pode afirmar que antes da chegada dos europeus não existia conflito de terras, pois aconteceram migrações, fixações, revoltas, enfim, hostilidades para a ocupação de espaços.

No entanto, com a chegada de europeus, estranhos àquela realidade, provocou mudanças de hábitos e costumes e que provocaram distúrbios logo nos primeiros anos de colonização (mesmo os portugueses tendo fixado basicamente no litoral, no entanto, com o comércio de escravos, a região interiorana foi afetada).

Entre os anos 1880 e 1920, foi momento que começou o desenho do atual mapa angolano que conhecemos, como consequência das companhias militares de ocupação e a consolidação mais efetiva do poder colonial em grande parte do território, com maior ou menor resistência por parte de antigos Reinos e das chefias políticas africanas.

Essas ações foram acompanhadas por medidas político -administrativas que visavam à submissão dos angolanos à soberania portuguesa. Assim, os camponeses ou autóctones aceitavam (muitas vezes com resistência) as regras de comportamento impostas pela parte mais forte, as

autoridades administrativas coloniais. Além disso, também forçarem a integração na economia monetária e no mercado colonial.

Os aspectos mais marcantes dessas medidas diziam respeito ao pagamento de impostos, as produções de culturas obrigatórias (visadas basicamente para a exportação) e às diferentes modalidades de trabalho forçado. Nessa altura já se faziam presentes relatos de conflitos entre as populações nativas e a administração colonial portuguesa por causa da ocupação abusiva de terras por parte de comerciantes ou de empresas coloniais, principalmente no território entre Luanda e Malanje.

O princípio da ocupação portuguesa pautava-se na diferenciação administrativa, contrapondo os “indígenas”, ou seja, os autóctones não-europeus nascidos em territórios ultramarinos e que tenderiam a buscar a “assimilação cultural ocidental portuguesa”, e os portugueses chamados de “civilizados”.

Assim constava, de maneira repressiva, o primeiro Código de Trabalho Indígena, de 1899: “Todos os indígenas das Províncias Ultramarinas são sujeitos à obrigação moral e legal de procurar e adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltam, de substituir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprem de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhes o seu cumprimento” (Andrade, 1997: 28).

O Estatuto do Assimilado foi definido nos anos 1920, e partia do princípio que os nativos deveriam aprender o “modo de vida português” para conquistar esse Estatuto, e assim finalmente, passando a ter direito.

Dessa forma, como aponta Perry Anderson, contrariando o pensamento luso-tropicalista de Gilberto Freire no que diz respeito ao colonialismo português, um sistema colonial necessita de uma população com certo mínimo de europeização, para fins de ordem e exploração. De outra maneira, uma assimilação excessiva da cultura é técnicas europeias ameaçaria diretamente o sistema de iniquidade sobre o qual repousa todo o próprio sistema colonial. Para o autor, a religião cristã oferece o recurso quase perfeito para garantir os frutos do primeiro sem incorrer nos erros do segundo. A religião resulta o seu exponencial valor como instrumento de aculturação rigorosamente limitada e controlada. O nativo adquire suficientes elementos da cultura portuguesa para ser “obediente” e “disciplinado”, porém não obstante para ser “competente” e “empreendedor” (1966: 67).

A especificidade do ultracolonialismo português, de acordo com Anderson, residia no seu sistema econômico “arcaico” e “irracional”, baseado na exploração extrema e brutal da mão-de-obra africana, e em sua ideologia “bizarra” de “um Portugal” e sua concomitante política de assimilação. Desprovidos de capital, os portugueses não conseguiram desenvolver suas economias coloniais de forma que o seu mercado interno se tornasse um estímulo para os africanos procurarem emprego. Portanto, instituíram a mão-de-obra forçada para a produção agrícola que exportavam para a Metrópole. A intensidade da crueldade “não teve paralelo em qualquer outra parte do continente” e representou o “ápice da miséria africana” (Anderson apud Fry, 2003: 275).

Anderson trabalha também com a idéia de uma ideologia colonial portuguesa, que estava fundamentada no lema “Um Estado, uma raça e uma civilização” e construída sobre uma “missão civilizadora” não racista que operava através da conversão ao cristianismo, da miscigenação e da assimilação. Anderson conclui que a ideologia colonial portuguesa era “injustificável” e “inefável”, uma “falsificação sistemática da realidade”. A ideologia portuguesa, em suma, representaria um modo de pensar “primitivo”, “pré-racional” e “pré-industrial”, um “esforço imenso para abolir diferenças étnicas, lingüísticas, geográficas, econômicas e sociais concretas, fundido tudo em uma unidade mística singular”. O desprezo de Anderson pelo “luxo verbal” do discurso português e por sua “ideologia que trai a verdade” tem, para Fry, discordando do autor, a marca dessa forma particular do esnobismo e do etnocentrismo britânico. O ideal de assimilação no Império português foi suficientemente carismático para incendiar a imaginação de algumas pessoas, para enfurecer outras e para limitar as ambições daqueles que teriam preferido abandoná-lo a favor da segregação (Fry, 2003: 278-281).

Esse era o contexto que se inseria o regime de Terras, de acordo com as Legislações datadas de 1919, que de acordo com Pacheco, mostrava-se muito confusa e passível de várias interpretações. Ao longo do século XX as fazendas dos colonos foram instaladas em locais favoráveis ao escoamento de produtos e as terras neles incorporadas retiradas em grande parte do uso conjunto das populações, ignorando de forma significativa os direitos de posse ancestrais, os sistemas de uso praticados e os valores culturais ligados à presença de cemitérios onde se encontravam os antepassados (Pacheco, 2003: 02).

Com a imposição dessa lei de terras na época da consolidação do regime colonial, ao longo do tempo novas leis foram sendo ajustadas e adaptadas às mudanças dos interesses políticos em Angola e também na África colonial.

Uma das conseqüências do período da guerra da independência (principalmente entre a Revolução dos Cravos e a data da independência, ou seja, o onze de novembro) foi o abandono maciço dos portugueses de terras angolanas. As terras ocupadas por eles, e por alguns estrangeiros foram deixadas de lado quase na totalidade. Como a política agrícola do Partido Único naquele momento não encorajava a iniciativa privada, muito menos familiar, as áreas efetivamente agricultáveis foram drasticamente reduzidas, aumentando por outro lado, as terras efetivamente vagas.

Com isso, o acesso à terra urbana e rural não foi uma fonte de preocupação em Angola nos primeiros anos pós-independência. A nacionalização foi o caminho encontrado.

Outro elemento muito importante depois da independência foi a crescente migração para as cidades, especialmente para Luanda. O colapso da economia angolana pouco depois da independência, que abrangeu plantações coloniais e as redes de comerciantes do mato, levou, tal como a intensificação da guerra no país, um número considerável de habitantes das áreas rurais para as cidades. O conflito militar agravou o isolamento e a crise econômica nas zonas rurais e, sobretudo os jovens deixaram as áreas rurais pelas cidades, mesmo onde a segurança física não estava em causa. No entanto, a deteriorização gradual da situação militar e o aumento da insegurança nas zonas rurais tornaram-se a principal razão da migração para as cidades (DW, 2005: 67).

Assim sendo, como aponta Pacheco, as comunidades camponesas que permaneceram em suas regiões deixaram de estar confrontadas pela falta de terras, quer para a agricultura, quer para a criação de animais. O problema de terras deixou aparentemente de existir. Assim, o governo não sentiu necessidade de legislar sobre terras, nem sofreu qualquer pressão da sociedade nesse sentido (2003: 04).

Como em grande parte do período colonial existia a clara diferença entre os “indígenas e assimilados”, o governo angolano do Partido Único, sob pretexto de respeitar os usos e costumes das populações, nunca procurou, de forma séria, legislar com base na realidade sócio-cultural existente, mas sim, impor regras de um complexo cultural estranho às populações, que resistiam na medida do possível (Pacheco, 2003: 04). Vale lembrar que a falta de pesquisa em ciências

sociais em Angola nos período antes e após a independência determinou um baixo nível de conhecimento sobre os mecanismos de gestão de terras na prática e sobre os potenciais conflitos existentes (DW, 2005: 32).

Em 1992, depois de passar por uma economia planificada, a abertura para o mercado representou uma mudança significativa da situação¹¹⁷. Foi votada uma Lei de Terra (Lei 21 – c / 92) com relativamente pouco debate político. A lei era similar à legislação colonial e licenciava concessões de terra. Isso provocou a privatização das empresas agrícolas estatais e gerou uma corrida a terra por parte dos novos empresários, principalmente aqueles próximo dos principais centros urbanos consumidores e nas Províncias menos afetadas pela guerra. Tratou-se de um processo sem muita coordenação, e do qual o Estado angolano não se beneficiou em praticamente nada, excluindo o setor do café – no qual as plantações foram vendidas pelo Estado a preços simbólicos.

Esta Lei responsabilizava o Estado pela gestão do acesso a terra, embora as instituições de regulação do acesso à terra do Estado fossem frágeis e não tivessem a capacidade necessária para implementar a legislação e os regulamentos existentes, de forma transparente e responsável. A gestão de terras por parte do Estado estava desorganizada e sujeita a abusos. Para, além disso, existia dispersão e sobreposição de responsabilidades e registros pouco claros (DW, 2005: 62).

A alienação das terras tem sido realizada aparentemente de acordo com as “autoridades tradicionais”, mas trata-se de um processo entre elites e muito pouco transparente. O resultado é a reconstituição de antigas propriedades, a reposição da ordem que chocará com os interesses dos camponeses.

A privatização das empresas aconteceu antes e depois da aprovação da primeira lei relativa ao uso de terras após a independência, ou seja, a Lei 21-c / 92, sobre a concessão de titularidade do uso e aproveitamento da terra. Segundo Fernando Pacheco, trata-se de uma lei com aspectos positivos no que respeita à defesa dos direitos das comunidades rurais, mas que mantinha essa diferença entre a idéia de “civilizados” e “indígenas”, sem apresentar vias de

¹¹⁷Vale dizer que o reacender do conflito após 1992, ao contrário de outras guerras anteriores, teve um impacto direto sobre as grandes cidades de Angola, especialmente no interior. Entre fins de 1992 e 1994, o conflito se estendeu a uma grande parte do país provocando muitos deslocados. A população das cidades mais seguras como Luanda, Benguela, Lobito e Lubango cresceram muito rapidamente. Luanda era um refúgio para a maior concentração de deslocados internos. Mesmo no contexto da “paz armada” após o Protocolo de Lusaka, a população de deslocados continuava a crescer. De acordo com Allan Cain, diretor da DW, em entrevista no dia 08 de dezembro de 2007, mesmo com a paz, ainda continua um fluxo migratório significativo para Luanda.

superar. Os conflitos entre práticas tradicionais e o direito positivo continuavam presentes (2004: 02).

A implementação da Lei, desta maneira desorganizada e pouco transparente, teve como consequência: as terras comunitárias destinadas às povoações rurais (como “reservas comunitárias”) continuavam por definir, tal como acontecia no tempo colonial, o que conferia grande vulnerabilidade às famílias rurais; os beneficiários dos títulos foram basicamente dirigentes do MPLA, governantes, ex-governantes, altos oficiais das Forças Armadas, altos funcionários do Estado, tanto ao nível nacional, como local, empresários, entre outros; as terras concedidas estavam geralmente improdutivas¹¹⁸, mas não foram retirados os títulos como prevê a lei; começa a surgir um mercado de terras que pode conduzir ao empobrecimento e aumento da vulnerabilidade das famílias; surgimento de sinais de conflito social devido ao confronto de interesses entre os setores empresarial e familiar; o regresso de populações deslocadas (em função da guerra) às suas áreas de origem, com o receio de verem as suas terras ocupadas; e finalmente, a maior preocupação das populações com os títulos, pelo que eles representam em termos de segurança, mas também pelo reconhecimento gradual da primazia do direito positivo e escrito, sobre o direito costumeiro (Pacheco, 2004: 02-03).

Em 2002, com o fim da guerra, o governo apostou na elaboração da nova Lei de terras. Esse processo iniciou-se com a nomeação de uma Comissão Técnica de Terras, pelo Conselho de Ministros. Um primeiro esboço do anteprojeto foi publicado em junho daquele ano e apresentado a consulta pública. Um segundo esboço foi feito pela Comissão Técnica em Novembro de 2003 e enviado à consideração da Assembléia Nacional. Esta procedeu à sua revisão e aprovou uma versão remodelada da Lei, em agosto de 2004. Esta versão foi assinada pelo Presidente e publicada em novembro de 2004. A Lei especificava que os regulamentos ou decretos deveriam ser elaboradas e aprovados nos seis meses subsequente à publicação da Lei. O anteprojeto, da Lei de Terras, tal como foi concebida, em 2002, visou sobre tudo conceder poderes consideráveis ao Estado para gerir a terra e determinar quem tem direito a que terra e em que modalidades. Ignora,

¹¹⁸Há uma crença errada de que existe muita terra disponível em Angola para habitação e desenvolvimento. Na realidade, terras boas para o desenvolvimento rural e urbano, com bons meios de acesso e serviços adequados, são limitadas. Existe um potencial conflito nas regiões onde haja terra boa para o desenvolvimento ocupada por mecanismos tradicionais e informais, procuradas por instituições modernas ou formais (DW, 2005: 65). Isso fica claro na região de Gambos, Lubango, no qual a população reivindica as suas terras pelo fato de nunca terem sido consultadas no período colonial sobre a instalação de fazendas; os recursos hídricos dessas fazendas sempre foram seus; a propriedade, tendo sido submetido a grandes transtornos quando estas áreas foram concedidas; e a inexpressiva comercialização do gado, determinou o aumento das manadas, cuja compensação em termos de espaço, foi a área das antigas fazendas (Acord e Adra, 1996: 13).

dessa maneira, conforme publicação da *Development Workshop* as experiências de outros países de África e os múltiplos defeitos de sistemas de gestão administrativa centralizada. Por exemplo, os princípios enunciados na versão preliminar da Lei não fazem referência a qualquer gestão participativa da terra, mesmo a obrigações sociais dos proprietários da terra – ou seja, um princípio de propriedade de terra mais ou menos universalmente aceito nos dias de hoje (DW, 2005: 48-149).

A Lei de Terras aprovada pela Assembléia Nacional, em finais de 2004, parece ser um passo importante no caminho certo. Mas algumas dúvidas se colocam, nomeadamente no referente à sua aprovação antes da nova Constituição, pelo fato de não ter sido mais divulgada e discutida publicamente e pela falta de respectivo regulamento. Algumas críticas são feitas sobre o seu conteúdo, e dúvidas são colocadas, das quais se destacam: a posse comunitária; sobre a possibilidade de o Estado forçar ou limitar culturas; a proteção dos direitos coletivos tradicionais; a transmissão de terras; a não definição dos direitos da mulher na posse de terras (fator importante para a minimização da pobreza das famílias, principalmente as separadas).

O documento da *Development Workshop* afirma que algumas melhorias foram introduzidas nas últimas propostas, na seqüência de um processo de advocacia junto da Assembléia Nacional, e tornaram-se partes integrantes da Lei final. Essas recomendações incluíram a proteção dos direitos coletivos tradicionais, bem como a extensão para três anos do período concedido aos ocupantes informais de terras para regularização e obtenção de títulos das suas parcelas. O Ministério do Urbanismo e Ambiente, que deverá implementar esta Lei, está procurando desenvolver um quadro de regulamentação ao nível local para facilitar o processo de regularização (DW, 2005: 151).

Porém, a dificuldade da inserção da sociedade civil no debate sobre a questão das terras ainda está presente. A forma centralizadora com que o governo conduz todo processo da Lei das Terras reflete toda dificuldade da sociedade em ser ouvida e propor alternativa.

No processo de aprovação da nova Lei de Terra, no qual a Rede Terra¹¹⁹ realizou debates, com a recolha e análise de opiniões de cidadãos e organizações sociais e económicas, com vista à elaboração de um documento refletindo a posição da sociedade civil sobre a gestão de recursos naturais do país. A consulta, conforme mostra-nos Abreu, realizou-se em comunidades de dez Províncias do país, e recolheu informações, opiniões e propostas para enriquecer o debate e melhor adequar o anteprojeto da Lei de Terras à diversidade sócio-cultural e económica do contexto angolano. O seu principal objetivo era contribuir para a elaboração de um instrumento legal, eficaz e efetivo no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento das potencialidades do país, mas poucas das suas propostas e sugestões foram, realmente, acomodadas na lei aprovada (Abreu, 2006: 35).

A ocupação anárquica de terras tem sido um fato, em alguns casos com o aproveitamento das normas da nova lei. Existem exemplos com finais diferentes. Assim, no Município de Caála, um fazendeiro tentou ocupar, sem consultar a população local, uma grande extensão de terreno, o que foi bloqueado judicialmente, após queixa da comunidade lesada, que se cotizou pagar a um advogado, acabando por ganhar o caso no tribunal. Já nas áreas de Malanje, tem ocorrido tentativas de ocupação de terras pertencentes às comunidades, utilizando a disposição da Lei de Terras que dá às autoridades tradicionais grandes poderes para a sua possível transação, autoridades essas que, muitas vezes, podem ser manejadas ou corrompidas¹²⁰ (Rede Terra apud Barros e Njele, 2006: 46).

Como a elaboração de leis é, geralmente, controlada pelos grupos políticos e económicos dominantes, os interesses desses grupos tendem a ser o foco da reforma da lei. É nessa ótica que as recentes reformas de leis de terras se dirigiram, em grande medida, à proteção dos interesses das elites nacionais contra a competição internacional. Elas tentaram também integrar o direito

¹¹⁹ A partir da constatação que a Lei 21-C / 92 era uma lei que não considerava os múltiplos usos a que a terra está sujeita; considerando a urgente necessidade de ordenar e harmonizar os diversos interesses que recaíam sobre a terra, o governo da República apresentou em abril de 2002 um anteprojeto de Lei de Terras, para que fosse discutido e melhorado pelos diversos segmentos da vida nacional. Nesse contexto que um grupo de ONGs nacionais e internacionais juntou-se para dar sua contribuição no processo de elaboração de uma nova Lei de Terras. Desta forma, a Rede Terra tornou-se então, num consórcio de Organizações Não Governamentais (entre elas, a ADRA) que trabalham em questões ligadas ao desenvolvimento rural e de defesa dos direitos dos cidadãos, cuja apresentação oficial deu-se numa Conferência para a imprensa em novembro de 2002.

¹²⁰ Acrescem problemáticas do registo imobiliário urbano, tributação e receitas fiscais relativas ao pagamento dos impostos prediais, que deverão constituir fatores decisivos nas políticas visando o reordenamento do território, o fomento da habitação e a contenção da especulação fundiária (Barros e Njele, 2006: 46).

costumeiro a terra, ainda por uma prática extensa. No entanto, a tendência é integrá-lo, mais por razões econômicas, do que sociais (DW, 2005: 146).

Há muitos constrangimentos à implementação de qualquer nova Lei de Terras em Angola, devido, entre outros, à fragilidade da capacidade judicial ao nível nacional. Segundo documento da Development Workshop, uma Lei tem pouco valor se não for implementada ou implementável em larga escala. Isso pode acontecer porque são necessários recursos institucionais e outros, muito aquém da capacidade atual em Angola. Em qualquer dos casos, a lei, por si só, não é suficiente e necessita de se basear, o mais possível, no que é praticável – incluindo práticas informais alargadas e capacidade institucional (DW, 2005: 151).

Depois de dar ênfase na produção agrária ao longo dos anos e salientar os aspectos importantes que envolvem a problemática das terras no país, o capítulo agora vai trazer a segurança alimentar em Angola. Para isso desenvolvo os diversos aspectos que envolvem esse conceito, e em seguida abordo como a questão é tratada em Angola.

7 - A SEGURANÇA ALIMENTAR EM SEUS DIVERSOS ASPECTOS.

Nessa parte da tese apresentarei a questão da segurança alimentar em Angola. Para isso, inicialmente trabalho com as questões mais relevantes que envolvem o conceito. Em seguida abordo a importância e os impactos que as minas terrestres têm em Angola, devido a tantos anos de guerra.

7.1 - Questões Conceituais

O debate sobre o conceito e as políticas de desenvolvimento com base na segurança alimentar é importante para tentar compreender melhor a realidade angolana e o trabalho desenvolvido pela ADRA em Angola.

Nesse sentido, faz-se necessário uma abordagem sobre o conceito de segurança alimentar. Este ganhou força após a crise de mercado de grãos, ocorrida no período 1972/1974. Na Conferência Mundial sobre a Alimentação de 1974, existia uma preocupação geral sobre a grande escassez de alimentos disponíveis no mundo. No início dos anos 1970, os mercados mundiais de cereais apresentaram um significativo déficit de ofertas, e como consequência uma enorme subida nos preços. A busca da explicação geral dessa crise alimentar estava ligada ao crescimento

da população que não dava conta se comparado ao crescimento da produção. A questão do abastecimento era o ponto central dos debates¹²¹.

O conceito de segurança alimentar se multiplicou desde a Conferência Mundial sobre a Alimentação, identificando em torno de duzentos diferentes definições para o termo. O autor aponta três importantes mudanças na conceituação de segurança alimentar ocorrida desde 1974, porém que não são necessariamente sucessivas em termos cronológicos. A idéia do nível global e nacional, para o nível domiciliar e individual; a mudança de uma perspectiva de alimentação imediata para uma perspectiva centrada na existência dos indivíduos; e finalmente, a mudança de indicadores objetivos para uma percepção subjetiva (Pereira, 1999: 01).

Já da década de 1980, a condição do mercado internacional se reverte completamente. A super oferta generalizada passa a sobrepor diante da escassez de alimentos sentida na década anterior. Tal situação reflete numa sensível redução dos preços reais, principalmente aqueles produtos que possuem ampla procura. A visão da segurança alimentar naquele momento estava ligada a idéia de universalização de acesso a certos mínimos nutricionais.

Já na XII Conferência Mundial da FAO, em 1989, a instituição propõe um conceito ampliado de segurança alimentar, “o objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam [...] a segurança alimentar deve ter três propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada; conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam” (Meneses, 1996: 55) e (Pessanha, 1998: 58).

A FAO, em 1996, estabeleceu um ambicioso conceito ao afirmar que se trata de assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o momento, em quantidade e qualidade suficiente para garantir uma vida saudável e ativa. As ONGs estiveram presente na Cúpula Mundial sobre Alimentação em Roma (1996) e reforçaram a idéia que a presença de instituições das sociedades civis devem ser valorizadas no intuito de participar na busca da segurança alimentar em vários contextos¹²². A organização alemã FIAN – *Foodfirst Information & Action Network* -, fundada

¹²¹ Essa análise partia da tese de Thomas Robert Malthus, que no ano de 1798, demonstrou de maneira matemática porque a humanidade, algum dia, esgotará os meios de subsistência (FIAN, 1997: 16).

¹²² Joseph Nye sugere-nos uma metáfora para o entendimento da nova dinâmica hegemônica mundial: o jogo de xadrez do poder global em três níveis. O autor fala de um jogo de xadrez tridimensional. No tabuleiro de cima está o poderio militar, basicamente o EUA como única potência mundial. O tabuleiro do meio é do poderio econômico, com EUA, Europa e Japão ocupando 2/3 do PIB mundial, com a China chegando próximo. Finalmente, o tabuleiro

em 1986, que promove o direito a alimentação e também participa dos encontros promovidos pela FAO, aponta a segurança alimentar como “el derecho que tienen todas las personas a proveerse en todo momento y por la propias fuerzas de una alimentación cuantitativa, cualitativa y culturalmente adecuada para una vida sana y activa. La seguridad alimentaria y el derecho humano a alimentarse son por tanto dos cosas inseparables”¹²³ (FIAN, 1997: 5).

Os conteúdos da segurança alimentar estão sempre relacionados à problemas específicos de insegurança alimentar, e a superação desses problemas obriga a implementação de conjunto distintos de políticas. Pessanha (1998) identifica quatro conteúdos distintos para o conceito da segurança alimentar: a garantia de conservação e o controle da base genética; a garantia de qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; a garantia do direito de acesso aos alimentos, relacionado à distribuição desigual de alimentos nas economias de mercado; e a garantia da produção e da oferta agrícola, relacionada ao problema de escassez da produção e de oferta de produtos alimentares (Pessanha, 1998). Para a autora, a garantia da oferta e a garantia da qualidade, mantêm um forte vínculo com o sistema agroalimentar e o complexo agroindustrial, portanto mais próximo das preocupações com a segurança alimentar nos países de economia avançada. Já a garantia de acesso permanece como tema de extrema importância para grande parte dos países do Sul, onde as questões relacionadas à grande desigualdade distributiva podem estar adicionados aos problemas de oferta e qualidade¹²⁴. A garantia da oferta e da produção agrícola pode ser alcançada por meio de instrumentos de políticas agrícolas, seja via do estímulo

inferior é o reino das múltiplas relações internacionais. Lá estão Organizações da sociedade civil, grandes e médias empresas, terroristas, pacifistas, intelectuais e outras forças complexas, dinâmicas e razoavelmente autônomas. A idéia aqui é que, participando desse jogo tridimensional, a potência hegemônica pode perdê-lo se não olhar o segundo e terceiro tabuleiro com muita atenção. É no terceiro tabuleiro – que não é dos poderes militar e econômicos convencionais – que podem ocorrer lances decisivos para abalar a arrogância imperial. A tecnologia da informação, desenvolvida nos dois primeiros tabuleiros, mas difundida pela própria lógica da globalização, garante esses atores instrumentos poderosos que podem se voltar brutalmente contra seus criadores (Nye apud Dupas, 2003: 277-278).

¹²³ O relatório brasileiro de 1996 aponta que a “segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana” (Pessanha, 1998: 21). Porém, aprender o significado preciso do conceito é tarefa complexa, pois o termo pode comportar significados e interpretações distintos, que refletem a sua apropriação por diferentes atores, de acordo com suas aspirações e visões de mundo; com vista nos problemas relacionados à oferta e consumo de alimentos enfrentados pelos diferentes países em distintas condições históricas (Maluf, 1995).

¹²⁴ Atualmente um grande debate na África é a entrada de produtos geneticamente modificados, como o algodão na África Ocidental. Segundo Amílcar Henrique Dunduma, direito para área alimentar da secção alimentar da Angola Serviços Limitada (DNV), “para Angola, interessa travar os alimentos convencionais mediante a criação de mecanismos de controlo na produção agrícola e a circulação mercantil. Esse aspecto impede a entrada de produtos geneticamente modificados no país, assim como a sua origem, no sentido de se estabelecer o direito do consumidor”. Jornal de Angola, Luanda, 24 de março de 2005.

à auto-suficiência da produção doméstica, seja pela via da autocapacidade de aquisição de *commodities* no comércio internacional (Pessanha, 1998: 266-267).

Após a Conferência Mundial sobre a Alimentação de 1974, muitos países em desenvolvimento não conseguiram elevar a produção per capita no período anterior a CMA, registrando na maioria deles, claros descensos no período 1972-1996 (FAO/WFS96/TECH/1). A liberalização e o ajuste estrutural das economias tiveram impacto direto na forma de operação dos sistemas alimentares nos espaços nacionais. Para os países em via de desenvolvimento, a desregulação dos mercados aumentou significativamente as desigualdades sociais, tornando mais difícil o acesso ao alimento.

É em função desse ponto, que nasce o debate entre auto-suficiência e autocapacidade. A produção, a distribuição e o consumo de alimentos constituem um sistema alimentar de âmbito mundial, que têm como características a prevalência de um padrão de produção agrícola intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos e fortes impactos sociais e ambientais; o processamento crescente dos produtos, muitas vezes com perda da qualidade original dos alimentos; a crescente padronização de hábitos alimentares, apesar também de promover a difusão, apesar de promover a difusão de produtos típicos de determinadas regiões; e finalmente, a ampliação do peso do comércio internacional no abastecimento alimentar doméstico, com elevado controle de grandes empresas internacionais. Então, a produção e o comércio de alimentos em escala mundial trouxe a questão da “segurança alimentar global”¹²⁵. Para alguns organismos internacionais, especialistas e agentes de grandes empresas, este modelo tem capacidade de abastecer o mundo, dada à quantidade de alimentos disponíveis. Portanto, o comércio internacional é valorizado como fonte geradora de emprego e renda, inclusive como instrumento de obtenção de alimentos de boa qualidade e baixo custo¹²⁶ (CONSEA, 2004: 16).

¹²⁵Para Mc Michael, em nome da idéia de segurança alimentar global é postulada a eliminação de agriculturas existentes e modelos agro-ecológicos alternativos. No entanto, resistências para a interpretação global de segurança alimentar estão crescendo rapidamente (2003: 11).

¹²⁶O atual mundo rural da Ilha Maurício, na África Índica, não faltam estruturas: drenagem, água, eletricidade, escola, etc. O açúcar, o têxtil e o turismo ajudaram no desenvolvimento rural da região. As aldeias tornaram-se pequenas cidades. Hoje encontra-se supermercados e hipermercados até nas aldeias. Contudo, as bolsas de pobreza subsistem em algumas regiões. Continua existindo família pobre mesmo com os indicadores econômicos mostrando que todos vivem bem nas ilhas. O desenvolvimento rural teve um efeito negativo na auto-suficiência alimentar: antigamente todos os aldeãos cultivavam seus próprios frutos e legumes em seus quintais. Agora todos compram produtos em supermercados. O que se pergunta: o que comerão os trabalhadores dispensados pela indústria e pelo setor têxtil, e mais tarde, do turismo, que atravessa uma fase difícil, se não se desenvolver a economia local, pois todos vivem no mundo rural? MANGAR, Eric. “Globalização, e depois?” In. Revista Esporo. Informação para o desenvolvimento agrícola dos países da ACP. Ed. 70, Lisboa, nº 64, dez, 2004.

Por outro lado, os críticos desse modelo apontam seu caráter excludente, pois, apesar da abundância de alimentos produzidos, o número de pessoas que sofrem de fome e desnutrição no mundo não só se manteve, como em alguns casos, aumentou, como parece ser o caso de Angola, que passou a ser importadora de alimentos no pós -independência. No entanto, eleger o comércio internacional como base para a segurança alimentar implica abandonar a perspectiva da auto-suficiência nacional na produção de alimentos. Propõe, na verdade, na especialização da produção agrícola em alguns itens de exportação e a importação de alimentos sempre que ela for mais barata que a produção doméstica. Existe a imaginação que os exportadores tenham mercados crescentes para seus produtos e os importadores encontrem no mercado mundial uma fonte confiável e eficiente de oferta de alimentos (CONSEA, 2004: 16).

O ponto dessa questão é o papel atribuído à produção própria de alimentos e aos mercados no enfrentamento da questão alimentar. Renato Maluf salienta que a produção doméstica de alimentos sempre foi econômica e politicamente relevante mesmo nos países dependentes do comércio exterior, assim como as exportações de alimentos fazem parte do abastecimento de todos os países, em maior ou menor grau, como recurso permanente ou eventual. Analogicamente, segue o autor, a reprodução das unidades familiares sempre envolve relações mercantis em maior ou menor grau, assim como a produção para autoconsumo é um componente não desprezível na lógica de reprodução das famílias rurais que produzem regularmente para o mercado. Portanto, Maluf questiona esse falso dilema de “produzir internamente todo alimento necessário versus especializar naqueles produtos (alimentares ou não) que se é mais competitivo (Maluf, 2000: 38-39). Segundo ele, admitir o suposto da economia aberta não implica abandonar toda e qualquer referência à auto-suficiência produtiva e aderir, incondicionalmente, ao enfoque da autocapacidade, como sugere o falso dilema “auto-suficiência versus autocapacidade”. Trata-se, na verdade, de reconhecer o papel estratégico cumprido pela produção doméstica de alimentos, e de atribuir um papel definido, porém realista, às trocas internacionais no abastecimento alimentar, em simultâneo à busca por estabelecer novas formas de regulação das mesmas (Maluf, 2000: 59-60).

Com a idéia do fortalecimento da agricultura campesina, Alejandro Schejtman nos chama atenção para quatro pontos relevante nessa produção. Para ele, o setor campesino se mostra disposto a entregar a sociedade os produtos de sua atividade a preços inferiores ao exigidos por produtores capitalistas; em segundo lugar, o setor encontra-se em condições de valorizar

(socialmente) recursos que para a agricultura empresarial são marginais ou simplesmente não concebem como terras de boa qualidade, força de trabalho intransferível, meios de produção de custo baixo; o terceiro ponto, é que os subsídios de energia que requer a agricultura campestina para seu funcionamento são muito menores aos que necessita diretamente ou indiretamente a agricultura empresarial; e finalmente, há um melhor uso da mão de obra nas unidades campestinas, e conduz, em épocas de desemprego, um produto maior por pessoa ocupada e economicamente ativa (Schejtman, 2000: 30-31).

Por outro lado, a falta de educação reduz a produtividade e a capacidade de obter recursos e aumenta a vulnerabilidade diante da fome e da pobreza extrema. Segundo a FAO,

“la mejora de la educación puede ser uno de los métodos más eficaces para reducir la hambre y la malnutrición [...] La mejora de la productividad de los pequeños agricultores produce un efecto dominó que permite extender sus beneficios a las comunidades rurales pobres. Cuando los pequeños agricultores tienen más dinero para gastar, tienden a gastarlo localmente en bienes con elevado coeficiente de mano de obra y en servicios que provienen del sector rural no agrario, lo que estimula los ingresos del conjunto de la población rural, incluidos los trabajadores sin tierra que conforman una gran proporción de población pobre y hambrienta en muchos países” (FAO, 2004: 32)

Diante desse debate, surge na Cúpula de Roma (1996), o conceito de soberania alimentar, trazido por algumas ONGs, entre elas a Via Campesina.

A questão da soberania alimentar está ligada ao direito dos países e dos povos de definir as suas próprias políticas agrícolas, pesqueiras e alimentar, de forma que sejam ecológicas, sociais, econômicas e culturalmente apropriadas para isso. Segundo, o fórum de ONGs para a soberania alimentar (NGO / CSO, 2002), essa soberania fomenta o direito a alimentação para a população inteira, baseada numa produção de pequenos e médios tamanhos e respeitando as culturas e a diversidade dos camponeses, pescadores e povos indígenas, e seus modos e meios de produção, distribuição e comercialização e seu manejo nas áreas rurais, com as mulheres tendo um papel fundamental.

Portanto, aqueles que defendem a idéia de soberania alimentar, criticam a FAO por apoiar questões como os transgênicos como solução do problema da fome¹²⁷. Também questionam o modelo neoliberal e a atuação de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a

¹²⁷ No informe número 200 da FAO, com o título “Biotecnología: respondiendo às necesidades dos pobres?”, elaborado sem consulta às organizações camponesas e pequenos agricultores, é considerado pela Via Campesina um apoio político à indústria biotecnológica e aos transgênicos.

Organização Mundial do Comércio, além de não concordarem com tratados de livre comércio¹²⁸. Para Maluf, ao considerar a ordem internacional, é inevitável que se incorporem questões de soberania à noção de segurança alimentar. A efetivação do direito elementar à alimentação tem, entre seus componentes, o exercício soberano de políticas de abastecimento que se sobrepõem a supostos princípios de “boa economia” ou à “lógica mercantil estrita. Um argumento forte em favor da soberania alimentar, segundo o autor, é o respeito aos aspectos culturais presentes na questão alimentar (Maluf, 2000: 59).

Angola sofreu durante muitos anos com o problema da guerra civil em seu território. Esse episódio teve significativo impacto nas precárias condições de alimentação da sua população. Foi o principal obstáculo para a melhoria da segurança alimentar no país.

A própria FAO reconhece:

“que muchos de estos países, tanto en Africa como en otras parte, han sufrido o están padeciendo todavía graves perturbaciones ocasionadas por las guerras y los disturbios políticos, renemos en pocas palabras la explicación del fracaso y del retroceso en el frente de la alimentación y nutrición” (FAO/WFS96/TECH/1, 1996: 8).

Por outro lado,

“no obstante, com frecuencia, los agricultores y comunidades muestran una extraordinaria capacidad de adaptación ante tales catástrofes. Por ejemplo, cuando Angola estaba llegando al fin de casi treinta años de guerra civil, un amplio examen sobre la recuperación agrícola y las opciones de desarrollo constató que en muchas áreas las instituciones comunales tradicionales se habían mantenido prácticamente intactas, demostrando una capacidad ininterrumpida para gestionar la asignación de tierras y los sistemas de riego en pequeña escala” (FAO, 2004: 26).

Mas não são só os conflitos e a seca levam muitos países da África para uma situação de insegurança alimentar. Joaquim Von Braun denuncia como fatores para essa situação a regressão da agricultura, a limitação das infra-estruturas de transporte e a debilidade da participação popular¹²⁹. O NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África – um programa da União Africana) reconhece o fosso na infra-estrutura africana como uma barreira decisiva ao desenvolvimento (Mucavele, 2004: 84-85).

¹²⁸Segundo a própria FAO, “durante las últimas décadas, un puñado de corporaciones transnacionales, verticalmente integradas, há ganado un creciente control sobre el comercio, la elaboración y la venta mundiales de alimentos. En la actualidad, las 30 mayores cadenas de supermercados acumulan alrededor de un tercio de las ventas de alimentos en todo el mundo” (FAO, 2004: 20).

¹²⁹La Seguridad Alimentaria después del año 2000. Comité de enlace de las ONG para el desarrollo ante las Comunidades Europeas (1994: 6)

Países africanos em desenvolvimento com situação alimentar mais aguda no início dos anos 80

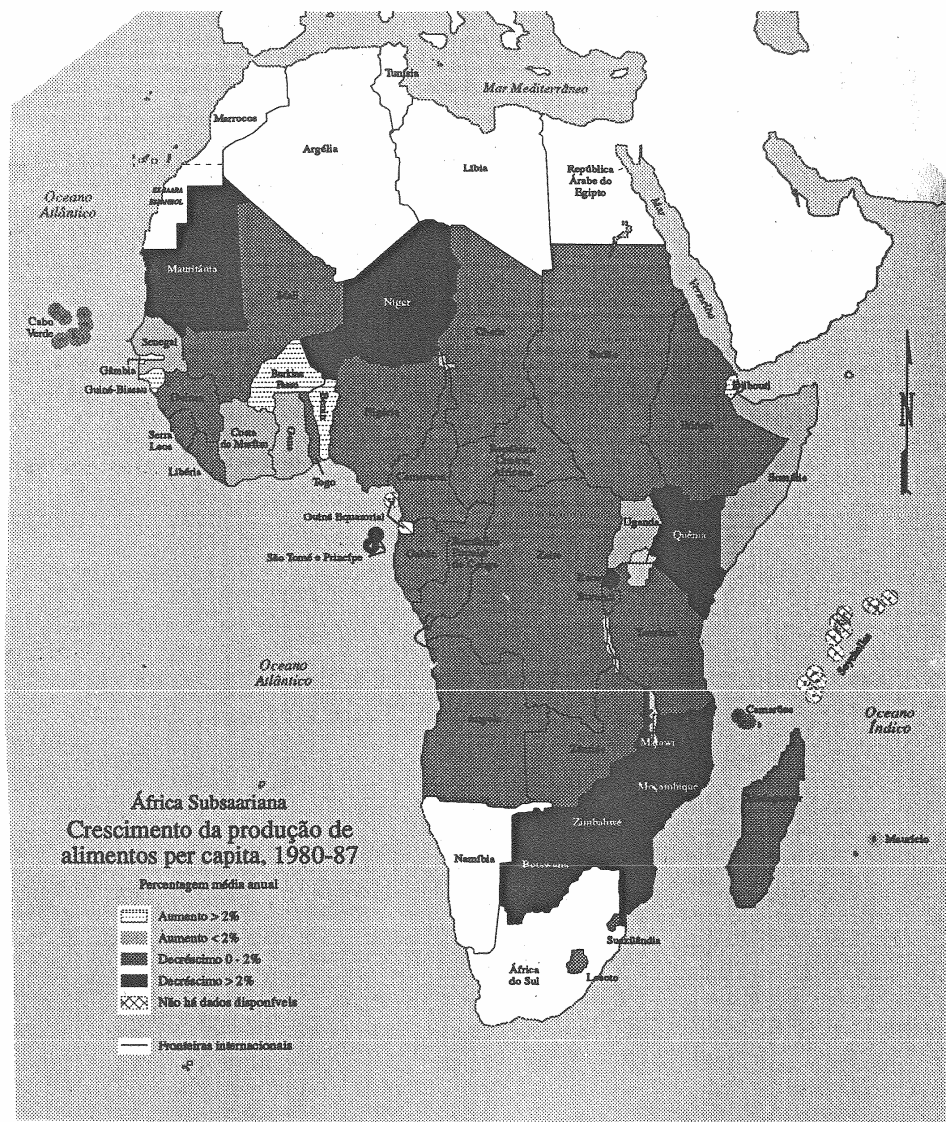
PAÍSES	Necessidades Energéticas Calculadas(capitação diária em cal)	Índices da produção de alimentos per capita (1969-1971 =100)		
		Dados médios por períodos seguintes:		
		1969 - 1971	1978 - 80	1981
Etiópia (PMD)**	2323	100	85	84
Chade (PMD)	2350	100	96	95
Uganda (PMD)	2341	100	89	85
Zimbabwe	2396	100	90	111
Moçambique	2330	100	74	70
Guiné (PMD)	2295	100	91	90
Alto Volta (PMD)	2375	100	94	97
Mali (PMD)	2341	100	89	90
Zâmbia	2312	100	94	96
Tanzânia (PMD)	2306	100	93	89
Angola	2353	100	82	79

*calculado com base em: FAO Production Yearbook 1982: Um World Food Conference (1974)

** abreviatura: países menos desenvolvidos

Além disso, ainda de acordo com NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África), um programa da União Africana, as principais causas da insegurança alimentar na África incluem os altos níveis de perdas pós- colheita, a fraca eficiência ou desconexão das cadeias alimentares, fraca infraestrutura, não existência do setor privado ou inadequação deste, sistemas de posse de terra que inibem a produção agrária, degradação dos recursos naturais, calamidades naturais e conflitos armados, e finalmente, as doenças endêmicas (Mucavele, 2003: 96). Na Declaração da Cimeira de Abuja (Nigéria) Sobre a Segurança Alimentar organizado pela União Africana foi realçado o compromisso assumido no encontro anterior, em Maputo (Moçambique), em 2003, para o aumento de recursos visados ao desenvolvimento agrícola e rural em, pelo menos, dez por cento dos orçamentos nacionais em cinco anos (União Africana, 2006:01).

Abaixo segue o decréscimo da produção alimentar na África subsaariana ao longo da década de 1980.



A segurança alimentar e nutricional permanece um desafio capital para a África subsaariana. A alfabetização feminina é fundamental, como também a escolha da mistura certa de tecnologias de informação e comunicação (TIC)¹³⁰. Em África, nas zonas rurais, a rádio e o telemóvel continuam a ser os instrumentos mais utilizados. Apenas um africano em cada cem tem acesso a internet. Quanto ao telemóvel, que explode na África, depende do setor privado que visa

¹³⁰Os camponeses, em princípio mais afastados destas técnicas modernas, não ficam, contudo à margem. No Níger, a aldeia Bankilaré, situada no ponto mais ocidental do país, não dispendo nem de água, nem de eletricidade, consegue ainda se comunicar com o mundo inteiro. A rádio-piloto instalada pelo Programa Rádios rurais e os centros de informação para o desenvolvimento (RURANET/CID) descarregam documentos através do satélite Afristar. São recebidos graças a um receptor digital ligado a um computador, que funciona a energia solar. Através do seu rádio a manivela, os nômades e os agricultores da região escutam conselhos e notícias que os abrem ao exterior, traduzidos na sua língua pelos animadores de rádio. Como exemplo: como utilizar a energia solar para ver televisão, bombear água, secar frutos e legumes ou moer seus cereais. Revista Esporo. Informação para o desenvolvimento agrícola dos países da ACP. Lisboa, nº 60, abril 2004.

acima de tudo rentabilidade nos seus investimentos, ainda sendo inacessível para uma grande parte da população¹³¹.

É extremamente importante a valorização do papel das mulheres num contexto da busca da segurança alimentar na África¹³². A FAO salienta que as camponesas são responsáveis pela metade da produção mundial de alimentos e produzem entre 60% e 80% dos alimentos na maioria dos países em desenvolvimento. Por isso, o peso de sua contribuição na segurança alimentar mundial é decisivo, e as estratégias de desenvolvimento por vezes subestimam com frequência as agricultoras e fazem caso omissivo delas¹³³.

“Las campesinas están asumiendo un papel crecientemente importante en la agricultura. Siguen contándose entre los grupos de población más desfavorecidos. La guerra, ça migración de los varones a las ciudades en busca de trabajo remunerado y la creciente mortalidad causada por el SIDA han producido un aumento del número de familias encabezadas por mujeres en los países en desarrollo. Esta – feminización de la agricultura – há limitado considerablemente la capacidad de las mujeres, sujeta de por sí a restricciones significativas, para producir, procurar y preparar alimentos”¹³⁴.

Portanto, na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres são um dos pilares decisivo nos setores agrários. Porém, se percebe a diferença entre os gêneros, na dificuldade das mulheres em terem acesso aos recursos como a terra, o crédito e os insumos agrícolas, a tecnologia e os serviços de extensão de capacitação, e outras condições que aumentaria sua capacidade de produção. A FAO reconhece a potencialização da capacidade de ação de mulheres que é fundamental para melhorar os níveis de nutrição, aumentar a produção, distribuição de alimentos e produtos agrícolas, e realizar melhores condições de vida das populações rurais¹³⁵.

Na África, “Las mujeres respetan las normas establecidas de la repartición de alimentos no solamente por tradición sino, también, por que ellas tienen mayor sentido de la responsabilidad en lo que se refiere a la sobrevivencia de la familia. La educación de las mujeres

¹³¹Revista Esporo. Informação para o desenvolvimento agrícola dos países da ACP. Ed. 70, Lisboa, nº 60, abril 2004.

¹³²Os portugueses já percebiam a importância das mulheres no contexto angolano em 1971, Oliveira diz: “(...) convindo não esquecer o relevante papel que a educação da mulher pode desempenhar na melhoria da higiene alimentar, levando-a a aceitar e a adoptar novos tipos de alimentação: será através do seu completo esclarecimento – tanto teórico, quanto prático – que se poderá, mais rapidamente, provocar uma transformação no sistema alimentar do autóctone” (Oliveira, 1971: 55).

¹³³FAO, El género y la seguridad alimentaria. Fonte: <http://www.fao.org/gender/sp/agri-s.htm>

¹³⁴Idem anterior.

¹³⁵Idem.

sobre los problemas de nutrición mejora la situación alimentaria de la familia”¹³⁶. Nesse contexto, Angola possui entre as mulheres as maiores taxas de analfabetismo, e justamente constata-se que as famílias chefiadas por elas são menos afetadas pela pobreza, dada a sua grande presença no mercado informal¹³⁷. A FIDA(Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola) aponta que “[...] la productividad agrícola da mujer es habitualmente por lo menos tan elevada como la del hombre, de modo que su exclusión relativa del control de activos de tierras se debe en parte a la estructura del poder rural, y no sólo a la situación material o a las preferencias de la propia mujer” (FIDA, 2001: 10). Além disso, segundo a FAO, [...] “el aumento de los índices de alfabetización femenina en las zonas rurales también se asocia al aumento de la escolarización de niñas en la educación primaria y al descenso de las tasas de malnutricion” (FAO, 2004: 29).

Em Angola, a Human Rights Watch (2004) entrevistou mulheres que cultivam sua própria terra. Em algumas comunidades, a tradição não permite que as mulheres possuam terra, apesar do fato que a legislação angolana permita isso. Nesse contexto, mulheres chefes de família e mulheres que vivem sozinhas enfrentam problemas especiais no acesso e cultivo da terra.

A FAO também possui interessantes projetos que podem colaborar de forma decisiva na melhoria da qualidade de vida dos angolanos. Para isso, o apoio de organizações não - governamentais é valioso. Um exemplo é o projeto desenvolvido com a população de Magude, em Moçambique, que sobrevive através do Programa Mundial de Alimentação. Esta organização das Nações Unidas tem levado a cabo o projeto intitulado “comida por trabalho”. Nele, o grupo alvo deve limpar as estradas, construir escolas comunitárias com base no material local, entre outras atividades, de modo a beneficiar-se de um quite contendo óleo de cozinha, feijão, milho, entre outros. Estes dois últimos fazem parte do básico da dieta alimentar local. Como Angola, entre tantos problemas, necessita urgentemente na melhoria da infra-estrutura, projetos como esse podem aliviar a pobreza de regiões do país.

Nessa abordagem, segundo Mellor, Angola está jogando fora uma ótima oportunidade para fazer da ajuda alimentar um elemento importante para a criação de do sistema rodoviário rural. Para o autor, é claro que a ajuda alimentar não é suficiente para se construir uma estrada, mas chega próximo a isso. Para ele, a força de trabalho compreende cinquenta por cento e os

¹³⁶Comité de Enlace de las ONGs para el desarrollo ante las Comunidades Europeas. La seguridad alimentaria después del año 2000, enero, 1994.

¹³⁷Angonet Portal:
<http://www.portalangonet.org/DesktopModules/ArticlesView.aspx?Alias=portalangonet&TabId=0&Lang=pt-PT&ItemID=552&mid=10458>. Retirado em 10/08/2004.

alimentos consumidos por essa força de trabalho, quarenta por cento do custo total de construção de estradas rurais. Essa força de trabalho será constituída por pessoas em extrema pobreza, Elas irão ter gastado de alimentação na ordem de oitenta por cento dos seus rendimentos. Assim, os alimentos e a força de trabalho constituem as despesas críticas na construção das estradas rurais. O estabelecimento da rede rodoviária rural necessária irá resultar num rápido declínio da pobreza, através da criação de emprego, enquanto que os processos de crescimento da agricultura em longo prazo irão reduzir no final. Para que as estradas sejam eficientes é necessário que a outra parte (extra -alimentar e extraforça de trabalho) dos custos esteja coberta, o que poderá exigir a monetização ou a cooperação com instituições financeiras como o Banco Mundial (Mellor, 2004: 10).

7.2 - As Minas E Seu Impacto Na Insegurança Alimentar Em Angola.

Outro grande problema das terras agrícolas está ligado à presença de minas em boa parte do território, frutos de anos de guerra civil que inutilizam o espaço, prejudicando sensivelmente a agricultura e também dificultando o desenvolvimento de infra-estrutura para o melhoramento da integração do país.

Atualmente somente está em cultivo pouco mais de três por cento das terras agrícolas, e milhões de pessoas necessitam de ajuda alimentar urgente¹³⁸. Muitos agricultores não se atrevem a ir para os campos por receio de perder a vida ou um membro ao pisar numa mina. A desminagem é fundamental para a produção agrícola angolana¹³⁹. Atualmente está em pesquisa um sistema de bio-proteção contra as perdas humanas por causa de minas. A *Arabidopsis thaliana* é uma planta modificada geneticamente por cientistas dinamarqueses. Ela adquiriu a curiosa propriedade de passar do verde para o vermelho em três a cinco semanas na presença de determinados metais pesados e de explosivos presentes nas minas antipessoais e munições não

¹³⁸ Apesar dessa perspectiva desfavorável, segundo o ex-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lucutuca, afirma na Revista Angola Hoje da Fesa, que cerca de sete milhões de angolanos (mais da metade da população) vivem da agricultura (2003).

¹³⁹ De acordo com o secretário de Estado português de cooperação e de Negócios estrangeiros, António Lourenço dos Santos, o setor agrícola é muito importante para o relançamento da economia angolana, e Portugal vai trabalhar nas inúmeras áreas agrícolas, no entanto, como o salienta, “sem minas”, incluindo aldeias. Fonte: ANGOP, 11 de fevereiro de 2003.

deflagradas¹⁴⁰. Até agora a detecção de minas faz-se através de cães e aparelhos, uma operação delicada, demorada e dispendiosa.

A importância da questão alimentar é uma preocupação antiga em Angola¹⁴¹. No I Congresso do MPLA, em dezembro de 1977, foi reconhecido que a situação econômica do país era grave, sendo necessário tendo como objetivo o aumento da produção de bens alimentares com vista à auto-suficiência (Ferreira, 1999: 27-28).

Hoje em dia, a criação de condições para desenvolver a potencialidade agrária do país, praticamente perdidas durante tantos anos de guerra civil, parece ser uma prioridade no governo. Segundo o ex-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola, Gilberto Buta Lutucuta,

“A paz trouxe o renovar de esperanças dos camponeses e agricultores, muitos foram obrigados a abandonar os locais de residências, estão agora a regressar para as suas zonas e, vão retomando a atividade produtiva, por formas a satisfazer as suas necessidades básicas e participar na grande batalha contra a fome e a pobreza [...] A segurança alimentar continua a ser o grande objetivo das políticas e estratégias do setor, no enquadramento dos deslocados e dos desmobilizados na atividade agrícola, na produção local de sementes que é uma ação inadiável que deverá merecer atenção particular, na agricultura comercial, na dinamização da investigação agrária e o relançamento dos programas de extensão rural e na formação e capacitação dos quadros no setor”¹⁴².

Essa importância ainda é verificada na posição do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, “[...] nossa meta é resolver o problema da fome. Acabar com a fome e criar as condições para eliminar as doenças¹⁴³”.

¹⁴⁰ A *Arabidopsis thaliana* tem a vantagem de se reproduzir naturalmente por autopolinização mas sendo androestéril a sua expansão pode ser facilmente controlada, afirmam os cientistas dinamarqueses. In Revista Esporo, Informação para o desenvolvimento agrícola dos países ACP nº 63, Lisboa, 2004, pp.10.

¹⁴¹ Os portugueses colonizadores já se preocupavam com a educação alimentar em Angola. Segundo Oliveira, “As populações africanas, e as de Angola e Moçambique de modo algum sofre excepção, sofrem de uma situação de fome crônica, que tende a provocar apatia e depressão (...) vive, é certo, o homem de cor, por vezes, situações quem dispõe de maiores quantidades de alimento do que quando vive na sua aldeia. Nem por isso, contudo, melhorará o seu estado de nutrição, porquanto ao empanturra-se com milho, arroz ou farinha, agravam-se sobremodo as suas possíveis carências específicas (...) surge a necessidade de uma educação alimentar não só para mudar supertições e crenças, tradições e tabus, mas também ensinar o homem a comer, através do seu esclarecimento acerca das razões determinantes de uma correta alimentação e da maneira como a mesma pode e deve ser realizada”(Oliveira, 1971: 53-55).

¹⁴² FIDA – Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola – Discurso do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Angola, Gilberto Buta Lutucuta, a 26ª Sessão do Conselho de Governadores do FIDA. Roma, 19 de fevereiro de 2003.

¹⁴³ FIDA – Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola – Discurso do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, a 26ª Sessão do Conselho de Governantes do FIDA. Roma, 19 de fevereiro de 2003.

7.3 - Papéis da Agricultura na Segurança Alimentar

Há três zonas agro-ecológicas principais correspondentes às principais características climáticas e geográficas do país: o norte, com um clima úmido; o sul semi-árido; e o Planalto Central, com um clima sub-úmido, que é a zona de transição entre o norte úmido e o sul seco. O padrão de cultivo é variado. No norte (Uíge, Kuanza Norte, Zaire e Malange) e no nordeste (área das Lundas), há o predomínio da mandioca, milho, feijão e amendoim. Milho e feijão predominam na área do Planalto Central. No sul predominam o milho e a pecuária, movendo-se para áreas em que o milho é substituído pela mandioca, massambala, massango e feijão macunde, enquanto sistemas pastorais dominam na província do Cunene. De acordo com o Serviço Nacional de Veterinária do MINADER, a maioria do gado é criada num sistema extensivo no Cunene, onde se encontra grande produção de gado do país¹⁴⁴ (CNP – UN, 2004: 19).

Na maioria das áreas rurais, a agricultura é a principal fonte de sustento, exceto no sul do país, onde predomina a pecuária. Os mais vulneráveis sobrevivem através da recolha de lenha, da caça e da pesca em águas e rios interiores; estas são também as principais fontes de receitas ou alimentos durante o período de escassez. O trabalho informal temporário é outra grande fonte de meios de subsistência para os mais vulneráveis. Nas áreas onde tem mais lugar a distribuição de alimento, esta é uma fonte importante de redistribuição. Os mais destituídos trabalham para aqueles que receberam ajuda alimentar ou para aqueles que têm reservas alimentares. Enquanto o trabalho ocasional para um vizinho – ou para os mais abastados na comunidade – é uma fonte importante de rendimentos para os pobres, esta prática, no entanto, priva o pedaço de terra familiar da necessária força de trabalho. Trabalhar nas plantações de tipo comercial, como as fazendas de café, que no passado forneciam meios de sustento, já não é possível devido às pobres condições da maioria das plantações e as oportunidades limitadas de emprego (CNP – UN, 2004: 19).

Em termos gerais, as condições diárias de vida das populações rurais refletem sua extrema pobreza. Como aponta o Relatório Especial da missão conjunta da FAO / PAM na avaliação da produção interna e das necessidades alimentares em Angola (2004), estima-se que apenas cinquenta e sete por cento das aldeias e cidades rurais têm um sistema de latrinas funcionando. Clínicas e pessoal de saúde são escassos em todo o país. O acesso aos medicamentos é muitas

¹⁴⁴Cerca de 500.000 cabeças, de um total de 3.500.000.

vezes inexistente devido ao seu alto custo, combinado com o transporte muito caro e inconveniente das cidades para as aldeias. Cerca de oitenta por cento da população não tem acesso aos medicamentos essenciais. A malária, sarampo, tuberculose, e outras doenças são responsáveis pela maior parte da mortalidade infantil e adulta. A pandemia do HIV / SIDA espalha-se entre as populações desinformadas. Cerca de cinquenta e quatro por cento das comunidades consideram que nada pode ser feito para se evitar a infecção pelo vírus. A água, muitas vezes imprópria para beber, deve ser carregada por longas distâncias. Apenas cerca de dez por cento da população tem acesso a fontes protegidas de água (FAO/PAM, 2004: 04).

O Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) do MINADER calculou a área do país plantada com culturas alimentares com base num modelo desenvolvido em 1999, com apoio da FAO. De acordo com estimativas do GSA, a área total plantada com culturas alimentares durante a campanha agrícola 2004/2005 atingiu 3.207.483ha, um aumento explicado pelas perspectivas climáticas favoráveis e uma incorporação mais plena ao processo produtivo de famílias ex-deslocadas e retornados da guerra¹⁴⁵ (MINADER, 2005: ii).

A agricultura em Angola é predominantemente uma atividade considerada de trabalho familiar para milhões de pequenos agricultores em regime de autosubsistência que plantam em média 1,4 ha por família em dois ou mais pedaços de terra; a área plantada aumenta ligeiramente todos os anos. A produção agrícola baseia-se numa época principal de plantio de sequeiro de setembro a abril (plantado de setembro a fevereiro). Esta época responde por cerca de 95 % das produções totais de cereais e leguminosas, que são também as principais culturas alimentares: cereais (milho, massambala, massango e arroz), feijão, amendoim, mandioca, batata-doce e batata-comum. A segunda época do plantio ocorre principalmente em baixios úmidos, e é realizada de junho a agosto. Esta época fornece cerca de 5% da produção de cereais e legumes. A produção de verduras e batata-doce também é muito importante nestas áreas. As verduras mais importantes são o repolho, o tomate, o alface, a cebola, o pimentão, a cenoura e a abóbora (CNP – UN, 2005: 19-20).

A maioria dos agricultores pratica a agricultura tradicional, usando instrumentos manuais para a preparação da terra e a capinação, plantando sementes locais deixadas da colheita anterior. Nas províncias centrais do Huambo, Bié, na área da costa de Benguela, e no sul, na província de

¹⁴⁵Na campanha agrícola anterior foram 2. 941.00ha, o que representava apenas 2,4% da área total do país e 4,8% da área considerada adequada para a agricultura (CNP –UN, 2005: 19).

Hufla, muito agricultores usam a força animal. Alguns deles usam tratores para a preparação da terra, e a sacha (espécie de enxada pequena); alguns usam fertilizantes e variedades melhoradas de sementes. O cultivo alternado é a prática agrícola habitual, como o milho, feijão, amendoim e mandioca, intercalando no mesmo campo e o padrão mais usado é o sistema extensivo. As culturas hortícolas são plantadas principalmente em áreas baixas (CNP – UN, 2005: 21).

À escala nacional, a produção agrícola continua aumentando em Angola porque os retornados da guerra estão desenvolvendo atividades produtivas e boas colheitas são obtidas na parte norte do país. Apesar das chuvas excessivas e colheitas fracas no Planalto Central, o quadro global é positivo. O aumento da área semeada foi de 9,1% na campanha agrícola de 2004/2005, em relação à campanha anterior (MINADER, 2005: 01).

Em condições climáticas normais (como na campanha agrícola de 2003/2004), espera-se que este aumento na produção global vai continuar, porque os retornados tendem a cultivar uma área cada vez maior em cada ano que passa após o seu regresso¹⁴⁶. Calculou-se que as famílias que regressam às suas casas após mais de dois anos em situação de deslocados levam uma média de cinco anos para restabelecer completamente os seus vários sistemas de sustento. No primeiro ano, são restabelecidos os direitos a terra, é construído um abrigo rudimentar e a primeira área é capinada para o cultivo, sendo plantada. A terra que foi abandonada por muitos anos deve ser desbravada antes de poder ser cultivada. A quantidade de terra antes abandonada que pode ser devolvida à produção todos os anos é relativamente pequena. Porém, a área total cultivada aumentará gradualmente ano após ano e no terceiro e no quarto anos os rendimentos podem ser suficientemente sustentáveis para permitir uma residência mais permanente. Este padrão variará de acordo com a distância da capital provincial, a duração da vida como deslocada, o grau de abandono que ficou a área, etc. Não é de se esperar que as famílias retornadas venham a atingir já um certo grau de auto-suficiência alimentar até a segunda colheita, porque não há excedentes significativos para irem para o mercado até ao terceiro e quarto anos. A caça também é uma fonte importante de alimentos para estas famílias durante o período de reinstalação (CPN – UN, 2005: 20).

¹⁴⁶De acordo com Allan Cain, diretor da ONG canadense Development Workshop, instituição presente em Angola desde 1981, com quase todos os quadros angolanos e com forte viés de pesquisa e investigação, nem sempre o retorno foi para suas zonas tradicionais, e a migração urbana para Luanda não parou com o fim da guerra, resultando uma instabilidade nas zonas rurais. Em entrevista, em Luanda, 08 de dezembro de 2006.

Em Luanda, que concentra cerca de mais de quatro milhões de habitantes, com uma ocupação recente e muito rápida devido à migração forçada pela guerra. A condição de insegurança alimentar faz-se presente, principalmente na região periférica onde ficam os deslocados.

Sendo assim, a Agrisud Internacional fez um estudo, em 2002¹⁴⁷, junto a EU-PARPA, no que diz respeito ao consumo e abastecimento alimentares em Luanda. Como resultado, constatou-se que a situação alimentar da cidade de Luanda caracterizava-se por um mercado de produtos alimentares, cuja oferta é insuficiente e irregular, em face da procura que aumenta rapidamente devido ao crescimento vertiginoso da população. Como consequência os preços sobem rapidamente¹⁴⁸. Como resultado disso, Luanda é atualmente habitada por uma população maioritariamente subalimentada, sofrendo de má nutrição e sobrevivem graças ao pão, arroz, mandioca e batata rena, e como fonte de proteína animal, o peixe carapau. A oferta é caracterizada por circuitos complexos onde foi observada uma certa especialização das fontes de abastecimento: as carnes e derivados são importados do estrangeiro; os cereais e tubérculos provêm das Províncias vizinhas; e os legumes frescos, na sua maioria, são produzidos na periferia da capital (Agrisud, 2002: 03).

Dessa maneira, a comercialização torna-se essencial para o desenvolvimento agrícola por várias razões, a saber: ela promove fluxos de áreas de excedentes para as deficitárias, melhorando dessa forma, a segurança alimentar geral; ela gera receitas para os agricultores que podem depois adquirir insumos e aumentar as colheitas; ela ajuda a encontrar escoadouros para produtos comerciáveis evitando assim crises de produção excessiva, entre outros.

Vale lembrar que uma característica da eficiência do setor agrícola angolano durante o período colonial (basicamente no século XX) baseava-se numa extensa rede de cantineiros (comerciantes locais e até mesmo ambulantes). Este sistema capilar conseguia atingir as aldeias mais remotas em todo o país com serviços essenciais tais como fornecer créditos destinados às necessidades dos pequenos agricultores, fornecer insumos ou bens básicos, transmitir assessoria técnica, etc. Este sistema era imperfeito em muitos aspectos, mas o seu desaparecimento

¹⁴⁷ Apesar da pesquisa ter sido realizada em 2002, não acredito que hoje em dia a situação tenha melhorado de forma significativa, mesmo com o fim da guerra.

¹⁴⁸ Lembro que Luanda é considerada uma das cidades mais caras do mundo para se viver. Segundo estudo da empresa Eca Internacional, Harare (Zimbábue) é a cidade mais cara do mundo para os trabalhadores estrangeiros morarem, com Luanda em segunda lugar. In Semanário Angolense. Edição número 193, ano 3, de 09 a 16 de setembro, p. 8.

enfraqueceu muito o setor agrícola. Como exemplo, não existe virtualmente nenhuma loja nas capitais provinciais onde os agricultores poderiam comprar insumos básicos como enxadas, catanas ou limas. Assim, as pessoas em localidades distantes sentem-se isoladas, e antigos agricultores que vivem agora nas cidades não se sentem inclinados a voltar para suas aldeias (FAO / PAM, 2004: 12).

O prejuízo causado à economia pela insuficiente capacidade de escoamento torna-se simplesmente pior quando aumentarem os níveis de produção e o excesso de oferta for generalizado¹⁴⁹. Excesso de oferta local já se vê num lugar ou em outro. Por isso os esforços para aumentar a produção de alimentos devem ser combinados com sistemas de informação sobre mercados, incluindo análises de preços bem documentadas e disseminação de informação (FAO/PAM, 2004: 12).

7.3 - Manifestações de Insegurança Alimentar

“(...) Hontem procedeo o Almotacé António Joaquim Duarte por especial Ordem que lhe dei a fazer vistoria nas tavernas, e na de José Joaquim de Sá e Melo achou num Barril de Azeite de Oliveira misturado com o de Amendoim, do qual athé para gasto de minha Casa se vendeu huma porção de que me rezultou damno á saúde, porquanto desde que o comi tenho padecido da garganta e ainda que não moléstia grave, comtudo procedida da ruindade do dito gênero (...) Não falo a Vossas Mercês nesta materia pello que me toca, mas sim pello que me toca, mas sim pello que respeita a todo este povo de cujos interesses e conservação o Príncipe Regente Nosso Senhor especialmente me tem encarregado, porquanto lhe resulta damno gravissimo asym da ruindade dos gêneros comestíveis, como da falsidade das medidas e pezos por que elles, e os mais lhe são vendidos, e por tanto recomendo a V. Ms. cuidem na extirpação de similhantes iniquidades com o zelo, e actividades que devem, maior mente não sendo na conformidade das Novissimas Ordens Regias, gênero algum taxado, antes sim livre aos vendedores dispor de

¹⁴⁹Segundo o Jornal de Angola de 14 de setembro de 2006, oito toneladas de batata rena e outras hortícolas diversas, pertencentes ao agricultor Américo Manuel, estragaram-se devido ao baixo poder de compra deste produto, no Município de Katchiungo, a cerca de 62 quilômetros a leste da cidade de Huambo. Em declarações, o agricultor lamentou o fato de estar impossibilitado de transportar a batata rena para o mercado da cidade ou mesmo para fora da Província, “todo dinheiro que investi na produção, na esperança de acontecer como em outros anos em que os compradores chegavam até o município à procura da batata”; outro exemplo, também trazido pelo Jornal de Angola, em 18-08-2006, foi com os camponeses da Comuna de Pinda, no Município de Tômbwa, a 93 quilômetros do sul da cidade de Namibe, da Província do mesmo nome, no qual o vice-presidente da cooperativa que reúne mais de 200 camponeses daquela localidade, Domingos Tchicoma, afirmou que 50 por cento daquela produção irá estragar se não for disponibilizado transporte para o escoamento até regiões vizinhas.

todos pellos preços em que convem com os compradores, termos nos quais V. Ms devem não só aos falsificadores de pesos, medidas e comestíveis castigar com rigor segundo as Leys e Posturas, mas agravar as penas destes por meio de outras mais severas, afim de que o castigo prompto, e pezado cohiba os perversos que se pretendem locupletar com ruina da fortuna ou da saúde dos outros homens seus semelhantes na natureza, posto que de diversa índole e costume(...)". Governador Dom Miguel António de Melo, "carta ao Sor. Juiz pela Ordenação e Officiaes da Câmara desta Cidade", São Paulo da Assumpção de Loanda, 26 de Agosto de 1801¹⁵⁰.

Já em 1801 já se percebia problemas na adulteração dos gêneros alimentares em Luanda. Portanto, nota-se questões ligadas à insegurança alimentar não é algo recente em Angola.

Ao longo dos anos, problemas pontuais de insegurança alimentar em algumas regiões fizeram-se presentes, principalmente devido às condições climáticas e também em função da exploração agrária exclusiva para fins de exportação.

A importância da questão alimentar em Angola também foi uma preocupação dos colonizadores portugueses do século XX. De acordo com Oliveira,

"as populações africanas, e as de Angola e Moçambique de modo algum sofre excepção, sofrem de uma situação de fome crônica, que tende a provocar apatia e depressão (...) vive, é certo, o homem de cor, por vezes situações quem dispõe de maiores quantidades de alimento do que quando vive na sua aldeia. Nem por isso, contudo, melhorará o seu estado de nutrição, porquanto ao empanturra-se de milho, arroz ou farinha, agravam-se sobremodo as suas possíveis carências específicas (...) surge a necessidade de uma educação alimentar não só para mudar superstições e crenças, tradições e tabus, mas também ensinar o homem a comer, através do seu esclarecimento acerca das razões determinantes de uma correta alimentação e da maneira como a mesma pode e deve ser realizada" (Oliveira, 1971: 53-55).

No entanto, é a partir da independência, que as dificuldades alimentares ganham contornos dramáticos em Angola. No I Congresso do MPLA, em dezembro de 1977, foi reconhecido que a situação econômica do país era grave, e era necessário o objetivo do aumento da produção de bens alimentares com vista à auto-suficiência (Ferreira, 1999: 27-28). Segundo José Gonçalves, ao observar a questão alimentar a partir do sistema político socialista que caracterizou o momento posterior à independência, aponta que a crise alimentar em Angola teve sua origem na burocratização da produção que impedia as iniciativas produtivas e de livre troca. Como efeito, ela gerou o mercado informal ou paralelo, inicialmente muito discreto e combatido

¹⁵⁰Documento extraído do Arquivo Municipal de Luanda.

pelas autoridades, mas que, no entanto, foi ganhando espaço até alcançar uma posição hegemônica reconhecida pelo governo, ao liberalizar os preços em 1990 (2004: 26).

Porém, é no contexto da guerra civil que o problema ligado à questão alimentar se insere de forma mais significativa.


Essa situação de guerra durante cerca de trinta anos provocou fluxos migratórios intensos em direção às áreas urbanas (em especial, Luanda). Isso gerou um grande vazio populacional no interior, um deslocamento forçado das áreas de cultivo, e um inchaço urbano muito grande. Dessa forma a pequena produção agrária não conseguia satisfazer as necessidades mínimas da população dos centros urbanos.

Republic of Angola
Conflict Impact on Agriculture Production, May 1999

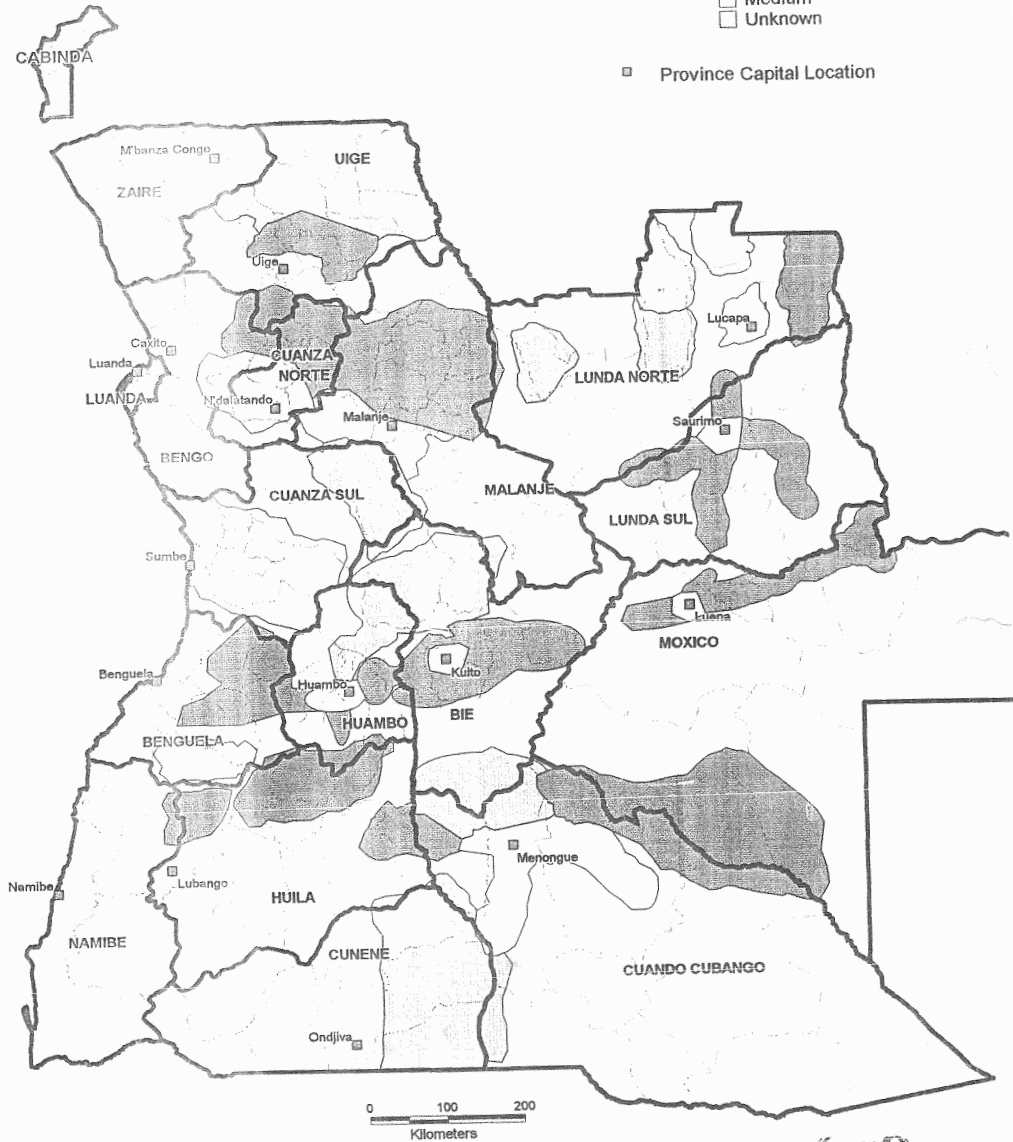
Mapa 3

LEGEND

Magnitude of the impact
May 1999

-  Large
-  Medium
-  Unknown

 Province Capital Location



NOTE: The boundaries and names shown on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations



Além disso, como foi apontada, a destruição de infra-estruturas foi também um ponto crucial no que diz respeito ao escoamento da produção. Pontes destruídas, estradas em péssimas qualidades, e regiões sem comunicação via terrestre. Tudo isso gerou problemas de diversas ordens no âmbito da criação de circuitos mercantis de produção. A comunicação entre as cidades e as capitais provinciais continua a ser problemática devido à falta de capacidade de transportação comercial. Não se espera que se dê prioridade às estradas secundárias e terciárias nos programas de reabilitação (FAO/PAM, 2004: 26).

Recentemente foi criado pelo governo angolano¹⁵¹ o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e Abastecimento de Produtos Essenciais à População (Presild) que consiste na criação de lojas que deveriam oferecer produtos básicos para a população através da rede de supermercados chamados “Nosso Super”. O primeiro foi inaugurado no dia 08 de março de 2007 pelo Presidente da República.

As lojas foram criadas pelo Estado e terão caráter varejista, com todas as condições de um estabelecimento comercial moderno, sendo tuteladas por comerciantes privados que num período de vinte anos deverão devolver ao Estado angolano o valor do investimento da construção ou reabilitação. A idéia é fazer dos supermercados a fonte de escoamento da produção local. No entanto, ainda é cedo para avaliar o impacto desses supermercados, mas acredito que a construção das infra-estruturas básicas deve ser encarada como urgente, sendo que o Presild apenas deve ser vir como ponto de apoio aos produtores e atenuar as suas enormes dificuldades.

Outro elemento importante no tocante às dificuldades de escoamento está nos impostos ilegais (também conhecidas como gasosa), sejam em gênero ou em dinheiro, cobrados principalmente pessoas uniformizadas em postos de controle. Estas taxas ilegais têm um efeito devastador no comércio interno. Segundo documento da FAO/PAM, com base em informações de fontes primárias recolhidas a partir de caminhoneiros, a “gasosa” chega a atingir vinte e cinco por cento dos custos de transportação¹⁵² (FAO/PAM, 2004: 13).

Mais um constrangimento que dificulta o desenvolvimento do mercado é a lenta movimentação das mercadorias pelas alfândegas combinadas com os elevados e variáveis direitos aduaneiros. Uma recuperação rápida do setor agrícola depende da remoção – pelo menos da

¹⁵¹ Nos meios de comunicação oficiais do Estado angolano, o Presild é tratado como um Programa de iniciativa presidencial.

¹⁵² Custa 1500 USD – um custo bastante alto – transportar 24 toneladas de Luanda para Uíge, numa distância de aproximadamente 350 quilômetros. Só as cobranças chegam até 300 USD (FAO/PAM, 2004: 13).

redução em fases – de licenças, impostos, autorizações ou tarifas sobre os insumos agrícolas importados. O atual sistema implica em alta burocracia, falta de transparência dos canais de comercialização e margens altas de custos, significando tudo isto que, como exemplo, o preço de fertilizantes importados é pelo menos três vezes mais alto que nos mercados internacionais, ou que os agricultores estão sendo desencorajados de intensificar as suas culturas (FAO/PAM, 2004: 13).

A introdução de minas terrestres é outro grande problema com relação à produção de alimentos, e a própria distribuição de ajuda humanitária. Com elas, além das inúmeras perdas de pessoas, a produção do campo também é muito afetada, pois inibe qualquer tipo de plantação em regiões que pudessem vir a ter as minas espalhadas.

O sistema de fornecimento de água, saneamento e energia também são características da ação da guerra na produção agrária, e com efeitos importantes até hoje.

Esses efeitos revelaram-se de significativo impacto no campo da segurança alimentar. O país, que era produtor e exportador de diversos alimentos, passou a ser importador de alimentos, necessitando de ajuda alimentar já nos finais da década de 1970¹⁵³.

A própria guerra em si provocou total desconhecimento de determinadas regiões, inclusive por parte das agências humanitárias. Segundo relato de um responsável da ONU, comentando a situação em 2002, assim que terminaram os conflitos, “Subitamente, o país abre-se e nós descobrimos que é imenso o número de pessoas a necessitar de algum tipo de assistência”¹⁵⁴. Naquele ano quatro milhões de pessoas dependiam de fornecimento alimentares de emergência e esperava-se que esse número pudesse vir aumentar¹⁵⁵.

Nesse sentido, para se obterem dados fidedignos da situação atual, devem-se realizar um estudo para conhecer e analisar a informação qualitativa e quantitativa sobre as necessidades dos caminhoneiros e comerciantes aos vários níveis da cadeia de mercadorias em que eles operam (importadores, transportadores, grossistas, ambulantes, retalhistas) (FAO/PAM, 2004: 13).

¹⁵³Segundo Gonçalves, os casos mais grotescos foram a importação de conservas de peixe, óleo de palma e farinha de milho, tradicionais produções em Angola. Para ele, a crise alimentar começou a se manifestar logo em 1976, quando os stocks da economia colonial se esgotaram (2004: 25).

¹⁵⁴Vale lembrar que as pessoas que necessitam de assistência (inclusive alimentar) não estão concentradas numa área só, mas espalhadas por um país vastíssimo.

¹⁵⁵De acordo com a revista portuguesa “Público”, em 17 de agosto de 2002.

As crianças são os alvos mais significativos da insegurança alimentar em Angola. O país registra a taxa de 260 mortes por criança até os cinco anos segundo dados recentes da Unicef¹⁵⁶ (2006). Segundo dados do Ministério da Saúde, em Angola registra-se um aumento de crianças com baixo peso ao nascer. Em 2000, cerca de um quinto dos nascimentos vivos (17.3%), que foram pesados tinha baixo peso. Em 2002, esse valor aumentou para 24,3% (CPN- ONU, 2005: 16).

As práticas alimentares infantis e das crianças na população em geral estão longe do adequado, de acordo com dados do Inquérito sobre Indicadores Múltiplos (MICS), realizado em 2001, cerca 86% das crianças abaixo dos seis meses não recebe leite materno exclusivo, apresentando um risco duas vezes maior de morrer por diarreia ou pneumonia que aquelas que recebem. Embora 89% das crianças entre 12-15 meses estão sendo amamentadas, apenas 14% são alimentadas exclusivamente nos primeiros quatro meses de vida, aumentando desta maneira os seus riscos de morrer na infância¹⁵⁷. A desnutrição crônica afeta 45% da população de Angola menores de 05 anos. A maior prevalência (55%) é na região centro sul do país, onde tem as Províncias mais afetadas pela guerra. A desnutrição aguda afeta 6% da população menores de 05 anos. Os maiores níveis de prevalência encontram-se entre as crianças de 12 a 23 meses, etapa crítica da alimentação complementar ao aleitamento materno que é inadequado para grande parte da população deste grupo de idade (CNP – ONU, 2005: 16-17).

Segundo número do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, no Planalto Central, 52 por cento das crianças com menos de cinco anos de idade sofre de nanismo (uma condição de tamanho do indivíduo quando a sua altura é muito menor que a média de todos os sujeitos que pertencem à mesma população), o que pode afetar permanentemente a capacidade destas de levarem uma vida inteiramente produtiva.

Para aumentar a frequência nas escolas primárias, o Programa Mundial de Alimentação, em cooperação com o Ministério da Educação e diversas Organizações Não Governamentais tem trabalhado para aumentar o número de angolanos com acesso à educação formal. Um prato de

¹⁵⁶ Angola é o segundo pior país do mundo para uma criança nascer, perdendo esse lamentável posto somente para Serra Leoa.

¹⁵⁷ As taxas de amamentação exclusiva são piores na região Norte e Leste (2% e 3% respectivamente) e melhores na região Sul e Capital (32% e 21%). A introdução em tempo oportuno da alimentação complementar também é muito pobre, com 23% das crianças não recebendo alimentos complementares para acompanhar a amamentação no período de 6-9 meses. Esta situação é pior na região da capital (37%), e melhor na região Oeste e Sul (18% e 17%). A adequação das práticas alimentares durante a doença é também muito pobre, com apenas 7% das crianças com diarreia recebendo mais líquidos e continuando a se alimentadas (CNP – ONU, 2005: 16-17).

comida é um incentivo significativo para uma criança permanecer na escola (FAO; 2005: 07). Segundo Rick Corsino, representante da PMA em Angola, a falta de fundos é decisiva nesse processo. Além disso, ele vê a importância da educação na alimentação das crianças,

“Fornecer alimentos à criança do ensino primário ajuda a aumentar o número de crianças matriculadas, aumenta o rendimento escolar e reduz as taxas de desistência (...) as crianças concentram-se e aprendem melhor quando suas necessidades nutricionais são atendidas. Dar de comer a uma criança na escola permite que ela tenha uma oportunidade de se libertar do ciclo da pobreza¹⁵⁸”.

Em comparação a outros países africanos e em desenvolvimento, Angola está deficitária em termos de matrícula primária e a taxa de evasão apresenta médias superiores. A menos que sejam feitos investimentos elevados em educação, existe o risco de as gerações presentes e futuras alcançarem a maioria sem os conhecimentos básicos de alfabetização, cálculos ou técnicas de trabalho.

Com o fim da guerra, em 2002, a condição alimentar de boa parte da população angolana melhorou. Nas zonas rurais, tal melhora, de acordo com o Relatório de Avaliação da Campanha Agrícola de 2004/2005, do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER), com o apoio da FAO e da União Europeia (EU), deveu-se a dois fatores principais: o bom resultado das colheitas e a uma incorporação mais plena das famílias de retornados ao processo produtivo. Todavia, persiste focos de insegurança alimentar em todo país, com maior incidência no Planalto Central, notadamente nas Províncias de Huambo e Bié (MINADER, 2005:02). De acordo com o Documento do Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas (2005), o número de pessoas em insegurança alimentar caiu de mais de um milhão para cerca de 340.000 desde abril de 2003. Não obstante a existência de um número importante de pessoas vulneráveis devido ao frágil acesso nas receitas familiares fazendo com que se degradem as condições socioeconômicas do agregado familiar residente. Os principais grupos de população com vulnerabilidade elevada à insegurança alimentar são os retornados (462.729 pessoas) e reassentados (21.900 pessoas) (CPN - ONU, 2005: 05).

¹⁵⁸Publicado no próprio Jornal de Angola, no dia 20 de setembro de 2005.

Quadro 2. Angola: Número total projectado de pessoas que estão em insegurança alimentar ou são vulneráveis à insegurança alimentar, por província e por nível de vulnerabilidade, 2004/05

Província	Em insegurança alimentar	Altamente vulneráveis	Moderadamente vulneráveis	Total
Bengo	0	27 000	13 000	40 000
Benguela	0	29 000	74 000	103 000
Bié	11 000	50 000	58 000	119 000
Cabinda	0	5 000	5 000	10 000
Cunene	0	1 000	2 000	3 000
Kuanza Norte	0	17 000	9 000	26 000
Kuanza Sul	10 000	78 000	18 000	106 000
Kuando Kubango	30 000	52 000	37 000	119 000
Huíla	32 000	30 000	46 000	108 000
Huambo	245 000	329 000	180 000	754 000
Lunda Norte	0	5 000	8 000	13 000
Lunda Sul	0	8 000	15 000	23 000
Luanda	0	10 000	10 000	20 000
Malanje	7 000	23 000	35 000	65 000
Moxico	0	79 000	32 000	111 000
Namibe	0	1 000	5 000	6 000
Uíge	0	5 000	14 000	19 000
Zaire	7 000	17 000	10 000	34 000
Total 2004	341 000	766 000	576 000	1 683 000
Total 2003	1 028 000	865 000	447 000	2 340 000
% mudança 2003/04	-67%	-11%	+29%	-28%

Para o MINADER, devido às características do acesso aos alimentos em Angola, a segurança alimentar está intimamente ligada à produção agrícola, principalmente nas zonas rurais. Para sua subsistência, as famílias dependem da sua própria produção. Mesmo com o aumento da produção dos últimos anos, diferentes fatores têm contribuído para a existência de situações de insegurança alimentar. A lista, consoante o próprio MINADER aponta: desfavoráveis condições climáticas; pobreza estrutural; infra-estruturas degradadas e poucos investimentos nas mesmas; políticas que favorecem economicamente o setor urbano em detrimento do setor rural; políticas que distorcem os preços e interferem no mercado, entre outras (MINADER, 2005: 19).

Dessa maneira, o foco principal, pelo menos no início, parece estar na reabilitação do setor da pequena agricultura. Além de reduzir as tensões sociais e a pobreza nas áreas rurais e criar estabilidade política (como é demonstrado de forma inversa em alguns países da região, como o Zimbábue, por exemplo), esta política terá uma grande vantagem de contribuir eficientemente para a segurança alimentar em Angola.

Isto é assim, como salienta o documento da FAO / PAM, porque a produção das pequenas propriedades é consumida primariamente pelos próprios agricultores, que perfazem até 60-70 por

cento da população total. Uma outra razão importante é que os aumentos da produtividade – e conseqüentemente os excedentes comerciáveis – podem facilmente ser obtido nos pequenos campos através de meios simples e relativamente baratos, como a tração animal e melhor acesso aos fertilizantes (FAO/PAM, 2004: 15). Da mesma maneira, deve-se prestar atenção ao fato de que a maioria dos camponeses é analfabeta. Por isso, devem ser usados métodos adaptados para lhes transmitir mensagens técnicas. Isto requer um conhecimento técnico e específico¹⁵⁹ (FAO / PAM, 2004: 16).

A criação da base de produção agrícola que permita Angola retomar a auto-suficiência alimentar e mesmo uma posição forte na região pode assim ser alcançada mais rapidamente pela remoção dos constrangimentos ao desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas. Um destes constrangimentos é a falta de créditos, como também a incerteza do quadro jurídico quanto aos títulos de propriedade de terra (FAO/PAM, 2004: 14-15).

Não obstante os bons resultados obtidos durante a Campanha Agrícola de 2004/ 2005, de acordo com o documento do MINADER, ainda existem focos de insegurança alimentar. Muitas famílias ainda não têm conseguido aumentar as suas áreas de produção devido a diferentes fatores, entre os quais o documento assinala:

a) Insuficiente matéria de propagação – Nas campanhas anteriores, um grupo de instituições e agências forneceram sementes e instrumentos de trabalho às populações residentes ou recém-assentadas, com o intuito de que estas pudessem reiniciar suas atividades agrícolas. Este trabalho era parte da ajuda humanitária mais ampla que se prestava a Angola. Nessa campanha, a maioria das populações deslocadas internamente, ou retornadas já está reassentadas nas suas regiões de origem. Com isto, tanto a ajuda humanitária como as distribuições de utensílios agrícolas e sementes que, devido a condições climáticas adversas ou um alto índice de dependência, ainda não conseguiram formar um capital adequado de sementes, nem cultivar áreas necessárias para seu próprio sustento;

b) Retornados – Muitas famílias que retornaram ao país depois do início das sementeiras para a campanha 2004/2005 não receberam nenhum kit agrícola e, portanto ficaram

¹⁵⁹As melhores práticas e os bons exemplos devem ser primeiro identificados, depois devem produzir meios pedagógicos bem concebidos, tais como ligações com o campo visual, ou com manuais ilustrados com desenhos. Experiências de outros países podem contribuir com esses exemplos.

impossibilitadas de cultivar. Estas pessoas dependem da ajuda alimentar “oficial” (vide: Programa de Alimentação Mundial-PAM), que nem sempre é suficiente, ou das redes informais de ajuda alimentar;

c) Alto índice de dependência – Os Municípios que foram mais fortemente afetados pela guerra, nas Províncias de Huambo e Bié, apresentam fortes evidências de dependência. A crescente migração rural-urbana de homens jovens à procura de emprego é também um fator importante observando maior incidência em Luanda e nas capitais da Província de Huambo e Benguela;

d) Carência de mão-de-obra familiar. As atividades agrícolas em Angola dependem fortemente da força de trabalho familiar. Como consequência, uma baixa presença de pessoas economicamente ativas no seio da família pode traduzir-se em menos alimentos e maior insegurança alimentar (MINADER, 2005: 19-20).

A situação mais crítica está no Planalto Central (Províncias de Huambo, Bié e norte de Huíla), uma área de alta densidade populacional para onde foi a grande maioria dos retornados e soldados desmobilizados; isto provocou uma enorme pressão sobre os recursos limitados. Existem poucas alternativas geradoras de receitas e o acesso problemático a terra torna difícil ganhar um sustento. Esta região tem o nível mais alto de vulnerabilidade no país, com cerca de 790.000 pessoas precisando de assistência alimentar (dados de 2004 / 2005). Chuvas fortes e irregulares agravaram ainda mais a situação já crítica, com perda total das colheitas nas terras baixas e perdas consideráveis nas terras altas. Em geral, um fraco sistema de transportes, dependência da agricultura de subsistência, pressões sobre as terras cultiváveis e solos pobres em combinação com acesso limitado aos insumos agrícolas (tração animal e fertilizantes) são os principais problemas para as famílias camponesas. Além disso, as pessoas são forçadas a usar mecanismos negativos de adaptação (como a venda de lenha e carvão), o que coloca uma carga adicional num ambiente já exausto e empobrecido. Considera-se que estas práticas continuam no mesmo ritmo, a degradação e a erosão da terra aumentarão e irão acelerar a pobreza e a insegurança alimentar. A falta de bens domésticos e meios de produção entre os retornados e

populações reassentadas recentes justifica uma intervenção em grande escala incidindo na extensão agrícola, criação de meios e diversificação das receitas¹⁶⁰ (FAO / PAM, 2004: 21-22).

No nordeste – áreas de cultivo de mandioca primariamente – os retornados no geral tiveram menos problemas em reconstruir as suas vidas, porque a mandioca adulta pode dar colheitas continuamente. Não se encontram entre a população vulnerável agricultores que já estão colhendo mandioca, pois ela requer doze a trinta e seis meses para atingir a maturidade; aquelas que plantaram pela primeira vez após seu regresso aguardam a primeira colheita. O sistema de mercados também está mais bem desenvolvido em resultado das ligações com Luanda, e isto estimula a produção de culturas comerciais. No leste da região, a exploração de recursos naturais fornece receitas adicionais. O problema principal desta área é o acesso limitado aos serviços básicos como saúde e educação. A assistência aqui deverá concentrar-se nos retornados do exterior, da República Democrática do Congo e da Zâmbia, que estão regressando após vinte anos fora de Angola. Esta região não apresenta graves problemas de insegurança alimentar (4,5% se encontram nessa condição). A vulnerabilidade à insegurança alimentar está ligada ao acesso limitado aos bens básicos e à difícil circulação em áreas remotas (FAO / PAM, 2004: 22).

A região Sul tem cerca de 139.500 pessoas que necessitam de assistência alimentar; 78% estão em condições de insegurança alimentar. A produção de cereais foi maior em 2003/2004 devido principalmente ao aumento das áreas cultivadas. As necessidades de importação de cereais para 2004/2005 foram calculadas em 820.000 toneladas, das quais 642.000 toneladas se prevêem como importações comerciais e 178.000 toneladas como ajuda alimentar de emergência (CPN - ONU, 2005: 05).

Porém, inúmeros problemas no campo da segurança alimentar ainda podem ser apontados em Angola. Manuel Abreu Dias aponta, ao analisar a Província de Luanda, sete condições desfavoráveis para a promoção de segurança alimentar naquele contexto:

a) A distribuição de alimentos de origem animal é feita em condições extremamente deficientes, com elevado risco de perda de salubridade com conseqüências significativas para a saúde pública, sendo bastante preocupante o surgimento cada vez maior e generalizado de locais impróprios de conservação, acondicionamento e venda de alimentos de origem animal perecíveis,

¹⁶⁰Na região central, a situação mais crítica está na Província de Huambo, onde vivem 73 por cento da população em estado de insegurança alimentar e 44 por cento dos altamente vulneráveis.

com conseqüência nefastas para a saúde pública e confiança dos consumidores e atração do investimento¹⁶¹;

b) A ausência de uma política integrada de segurança sanitária dos alimentos de origem animal, em particular, e de segurança alimentar em geral, merecendo particular destaque à lentidão e debilidade ao nível da prevenção e detecção de riscos e a insuficiente colaboração ao nível da intervenção nas diversas fases de controle sanitário;

c) A debilidade das estruturas oficiais do serviço de inspeção e fiscalização sanitária dos alimentos de origem animal e insuficiente divulgação da legislação veterinária e sanitária em vigor¹⁶²;

d) a fraca capacidade de resposta dos Laboratórios existentes às solicitações de rotina e incapacidade de detecção e análise de aditivos, contaminantes, hormônios e medicamentos;

e) a existência de um déficit acentuado ao nível da preparação profissional (técnica, científica, etc), tendencialmente cada vez mais especializada, do pessoal técnico dos serviços oficiais de inspeção e controle sanitário e dos laboratórios;

f) o quase completo desconhecimento dos agentes económicos das responsabilidades que lhes cabem em matéria de gestão de segurança alimentar e ainda falta de intercomunicabilidade entre os mesmos e os serviços gerais;

g) e finalmente, a insuficiente divulgação de programas de educação sanitária às populações sobre o perigo que representa para a saúde pública, o consumo de alimentos vendidos em locais impróprios¹⁶³ (programas de higiene do meio e dos alimentos) (Ordem dos Médicos Veterinários de Angola, 2005: 03).

¹⁶¹Estima-se que, pelo menos, circulem hoje pelo setor informal cerca de 60% do total de produtos consumidos em Luanda.

¹⁶²O Secretário Executivo do Comitê Executivo do Código Alimentar de Angola (Codex-Angola) afirmou a AngoNotícias (ANGOP), em 05 de setembro de 2005, que com a isenção de inspeção pré-embarque de mercadorias na origem, aumentaram vertiginosamente as práticas de contrafacção e importações ilegais de produtos alimentares. Ainda acrescentou que a isenção de inspeção de produtos importados na origem facilitou, da mesma maneira, no aumento da violação das normas de higiene alimentar e a comercialização de produtos alimentares impróprios para o consumo. A lista de produtos contém, entre outros, arroz, açúcar, feijão, margarina e refrigerantes.

¹⁶³A alimentação com a tradicional “Zungueira” é um exemplo. A expressão identifica as vendedoras ambulantes que circulam pela cidade, bairros e mercados de Luanda. Trata-se de uma expressão da língua nacional Kimbundu, que significa rodar, girar (Lopes, 2004: 12).

Vale chamar atenção para a implicação da água na segurança alimentar em Angola. O país é considerado com enorme potencial de irrigação se comparado aos vizinhos. No entanto, como aponta Gonçalves o problema da água foi gradualmente aumentando desde 1974, como parte do agravamento da situação geral, determinada pelos conflitos armados e pela decadência econômica (2005:06).

Não existem dados oficiais publicados no que diz respeito à questão da água em Angola, também são poucos os estudos nesse sentido. Porém, percebe-se a irregularidade na distribuição de água nos centros urbanos (principalmente em Luanda), e o consumo rural com recolha direta nos rios e poços está sujeito a todo tipo de variação.

A superação do déficit alimentar passa necessariamente na estabilidade de água e da irrigação nas regiões com potencialidade na produção agrária. José Gonçalves chama-nos atenção para o caráter de urgência que deve ter os programas hídricos, pois investimentos insuficientes ou muito fragmentados e com prazos dilatados, acabam por se diluírem em determinados contextos (2005:13).

Para o Comitê Nacional para o Código Alimentar em Angola (Codex)¹⁶⁴(2006), avaliando o sistema de alerta rápido sobre o controle da qualidade e inocuidade da segurança alimentar no mercado de Angola, registrou:

a) Preocupação sobre a comercialização de bens de consumo no mercado nacional, por alguns agentes econômicos sem observância dos requisitos mínimos exigido sobre prazo de validade, aplicação das rotulagens em português nas embalagens¹⁶⁵, condições higio-sanitárias e técnicos comerciais recomendáveis;

b) Necessidade urgente de aprovação de publicação pelos órgãos competentes do Estado de diplomas jurídicos -legais sobre os alimentos e normas, particularmente a rotulagem de gêneros alimentícios já elaborado pelo Codex – Angola, que constitui preocupação no momento atual;

¹⁶⁴Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial da Saúde (OMS), encarregado de reparar normas, códigos de uso, diretrizes e recomendações, agrupando-os num Código Alimentar, convencionalmente chamado Codex Alimentarius (em língua latina). Criado em 1962, Angola é o 138º membro, desde 04 de janeiro de 1990.

¹⁶⁵Eis uma grande dificuldade, a saber, que a importação de produtos é essencial no que diz respeito ao consumo da população angolana, principalmente na capital. Vale lembrar que muitos produtos não estão devidamente em português.

c) Satisfação pela aprovação e aplicação pelo Governo da República de Angola do novo Diploma Jurídico Legal sobre atividade de inspeção pré-embarque de mercadorias, tendo-se recomendado aos órgãos competentes do Estado ligado ao controle de qualidade, inocuidade e segurança alimentar:

c.1) Criação de condições para reforço da capacidade institucional, técnico material, científica dos Laboratórios Nacionais para corresponder aos desafios do presente e do futuro sobre a matéria em referência;

c.2) Estabelecimento de sinergias e protocolo de cooperação entre o Codex Angola e a Direção Nacional de Alfândegas, para salvaguarda e aplicação eficiente dos procedimentos e mecanismos de controle da qualidade e segurança alimentar, nesta conjuntura de liberalização de atividades de inspeção pré-embarque de mercadorias;

c.3) Maior rigor na aplicação de medidas sanitárias e fitosanitárias sobre as mercadorias objetos de inspeção pré-embarque obrigatória¹⁶⁶.

O ex-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutucuta¹⁶⁷, reconhece que apesar da paz que vem proporcionando a recuperação do setor agrário, ainda existem dois problemas fundamentais a serem resolvidos. O primeiro está no abastecimento do mercado interno (auto-suficiência e segurança alimentar). Com relação ao auto suficiência, pode ser resolvida, para o Ministro, em curto prazo através da agricultura familiar. Já a componente segurança alimentar será em médio prazo, reconhece. O segundo problema a ser resolvido para ele está ligado à revolução tecnológica, comercial e competitiva da própria estrutura agrária, isso está ligado à retomada da exportação¹⁶⁸.

Portanto, ao analisar a segurança alimentar em Angola, a política do MINADER representa uma ação que vai a direção ao sentido assistencialista. Ao fornecer sementes e instrumentos de trabalho, o MINADER não garante sustentabilidade daquelas populações. A preocupação básica da instituição está no imediato, mesmo depois der chegado ao fim o período de ações emergenciais. A distribuição de “kits agrícolas” faz-se no bojo de celebrações políticas.

¹⁶⁶O Codex – Angola reuniu-se no dia 24 de agosto de 2006. Disponível na página: <http://www.dnci.net/codex/angola/planoactividade/2006/8sessaocodexangola.aspx>

¹⁶⁷O atual é o Ministro Afonso Pedro Canga, que tomou posse em fevereiro de 2007.

¹⁶⁸Em entrevista para a Revista americana de negócios e investimento Winne.

Disponível na página: <http://www.winne.com/ssa/angola/interviews/cardoso.php>

Embora o Presidente tenha afirmado “(...) logo depois da conquista da paz, que terminada que estava a guerra à primeira prioridade do governo é erradicar a fome (...)”¹⁶⁹, não se viu grandes melhorias de parte da população no que diz respeito ao acesso aos alimentos. Segundo Luís Monteiro, diretor geral da ADRA, o Programa de Extensão de Desenvolvimento Rural¹⁷⁰ está concentrado na distribuição de inputs agrícolas, não existindo um debate com a sociedade civil. Além disso, o programa é imposto de cima para baixo, e nas poucas vezes que são chamadas em workshops, os projetos de mais de 200 páginas já estão feitos, sem condições de discuti-los em uma manhã de trabalho. Para ele, Angola não tem uma política de desenvolvimento rural, nem tampouco segurança alimentar. A política é feita em função do Ministro que estiver no cargo¹⁷¹.

Outro programa que representa bem a atuação do MINADER na perspectiva da busca da segurança alimentar está no Programa da Campanha Tele-Alimento, que tem a FAO como parceira, e que busca doações de empresas e pessoas em prol da realização de micro-projetos agrícolas. É uma campanha anual de programas de rádio e televisão, concertos, acontecimentos esportivos e outros eventos organizados para ajudar as populações afetadas pela fome. Para o ex-ministro Gilberto Buta Lutucuta, “O programa tele-alimento traduz-se na segurança alimentar. Estamos a desenvolver um projeto não de grande dimensão, projetos que envolvem, sobretudo as camadas mais vulneráveis para que elas produzam seus próprios alimentos”¹⁷². Apesar do discurso não paternalista, o que se percebe nas poucas ações do Ministério corresponde a um assistencialismo do poder executivo para determinadas populações favorecidas com alguns pequenos projetos.

Segundo Valdemar Simões de Oliveira Morais, do Gabinete de Segurança Alimentar do MINADER, o gabinete solicita as empresas e elas dão, ou não, dependendo da sua sensibilidade¹⁷³. A primeira dama do país, Ana Paula dos Santos, é a Embaixadora de Boa Vontade para a Campanha *TeleFood* em Angola, e aparece nos programas televisivos para

¹⁶⁹Discurso pronunciado pelo Presidente da República, por ocasião do 29º aniversário da Independência Nacional. Disponível na página:

http://angonoticias.com/full_headlines.php?id=3029&PHPSESSID=0e4d967e21df861d09362bbd23c

¹⁷⁰Que corresponde a linha geral de atuação do Ministério, que envolvem variados projetos.

¹⁷¹Em entrevista, Luanda, 07 de dezembro de 2006.

¹⁷²De acordo com a Revista americana de negócios e investimentos Winne. Disponível em: <http://www.winne.com/ssa/angola/interviews/cardoso.php>

¹⁷³O funcionário do MINADER contou um caso curioso no qual a cervejaria angolana CUCA fez a doação de caixas de cervejas, e que estas foram vendidas, com o intuito de captar fundos para a campanha. Entrevista em Luanda, 03 de fevereiro de 2006.

sensibilizar a sociedade a contribuir, o que demonstra presença significativa do poder executivo no programa. Ainda de acordo com Valdemar, o Ministro é que decide qual as Províncias que serão colocadas os recursos, o que aponta para uma enorme centralidade nas ações. É esperada a participação da sociedade civil em termos de contribuição, mas não é discutida com ela para onde vão os recursos que foram arrecadados.

No ato da distribuição de alimentos, diversos políticos encabeçam as fileiras dos distribuidores. Com a proximidade das eleições (legislativo previsto para 2007), a campanha traduz-se numa boa oportunidade para políticos aparecerem e demonstrarem altruísmo, principalmente em seus redutos eleitorais.

Além disso, existe uma concentração maciça de financiamento na mecanização de grandes propriedades através de tratores operados por empresas para – estatais. Esses tratores quebram facilmente, como se verificou em exemplos recentes, e também em outros países (FAO / PAM, 2004: 16).

Portanto, percebe-se a dificuldade do governo em desenvolver políticas que garantia o acesso a população aos alimentos. Segundo Fernando Pacheco, Presidente da Adra, o Ministério da Agricultura diz que trabalha com desenvolvimento rural, mas não tem nenhuma perspectiva de desenvolvimento rural, eles somente distribuem insumos agrícolas (muitas vezes sementes importadas não adaptadas à região são distribuídas, o que demonstra a falta de diálogo com agricultores) com “pouquíssimos” projetos agro-industriais e de produção intensiva. O Programa de Tele-Alimento não tem impacto nenhum¹⁷⁴ Para Pacheco, o Ministério carece da parte técnica, pois não tem quadros, nem conhecimentos, e muito menos recursos financeiros¹⁷⁵. Isso vai contra a declaração de compromisso que o próprio governo angolano assinou na cimeira de Abuja sobre segurança alimentar no qual se comprometeu a estabelecer um programa de assistência técnica para a agricultura e segurança alimentar, com base nos recursos e conhecimentos africanos, e em colaboração com os parceiros de desenvolvimento e desenvolver centros de excelência nacionais (2006:02).

O capítulo procurou mostrar o panorama da agricultura e do mundo rural angolano ao longo dos anos, passando pelo período colonial e suas diferentes políticas até o contexto de independência, analisando a experiência do marxismo-leninismo do partido único até as políticas

¹⁷⁴De fato essa idéia faz-se presente, basta analisar os micro-projetos desenvolvidos a partir do fundo arrecadado.

¹⁷⁵Entrevista em Luanda, 17 de fevereiro de 2006.

para o campo na Segunda República. Também abordei questões relevantes que caracterizam o espaço agrário em Angola e que envolvem os problemas das minas terrestres, a problemática das terras em Angola a dificuldade de escoamento da produção, o que gera obstáculos para a condição de segurança alimentar da população.

A seguir irei apresentar o desenvolvimento da sociedade civil angolana. Para isso, vou trazer o debate sobre a globalização e os novos papéis desempenhados pelo Estado e pela sociedade civil nas últimas décadas.

CAPÍTULO II - A SOCIEDADE CIVIL ANGOLANA

“Como um país que jorra petróleo por todos os cantos não consegue matar a fome de sua gente”¹⁷⁶ – Um angolano entrevistado que preferiu não se identificar.

Conforme vamos ver adiante, o papel da sociedade civil em Angola (e no mundo) necessita da discussão sobre as questões que envolvem o famoso processo de globalização em curso. Nesse contexto, o segundo capítulo da tese apresenta os diversos aspectos procuram compreender esse processo, trazendo autores e algumas das teorias que inspiram autoridades e pensadores que tem essa temática como foco prioritário em suas ações.

Ainda nesse capítulo trago a importância da transformação do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial, e as mudanças na relação entre Estado, sociedade e mercado.

A partir daí entro na sociedade civil angolana, caracterizada por ter sofrido com o autoritarismo e repressão, tanto no período colonial, como no tempo do Partido Único que marcou a Primeira República (1975-1991).

Esse capítulo é finalizado com a ênfase em duas políticas públicas desenvolvidas pelo governo angolano: a Estratégia de Combate à Pobreza (ainda em vigor, mas sem resultados concretos), e principalmente o Fundo de Apoio Social. Este último com importante apoio do Banco Mundial e que busca, concretamente, a parceria com instâncias da sociedade civil, inclusive com a ONG angolana ADRA.

1 - ASPECTOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO EM DEBATE

Ultimamente, diversos discursos que aponte aspectos internacionais têm em seu corpo o termo “globalização” (ou “mundialização”, muito comum na literatura francesa). No entanto, a popularização da expressão não serviu para esclarecer seu conteúdo. Ao contrário, serviu apenas para apontar ao senso comum características superficiais do termo e dos diversos aspectos que envolvem o conceito.

¹⁷⁶ Vale lembrar que o Banco Mundial revelou recentemente que Angola vai atingir em 2011 o seu nível mais alto de produção petrolífera (dois milhões e 600 mil barris por dia) em função da descobertas de novas jazidas em águas profundas (hoje em dia produz um milhão e 600 mil barris por dia). In Jornal Folha 8, nove de dezembro de 2006.

Para Anthony Giddens, a globalização pode ser definida como a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa. Esse é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem-se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercado de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão (Giddens, 1990: 69-70). Ainda de acordo com Giddens, a globalização não é apenas um fenômeno econômico e não deve ser equacionada com o surgimento de um “sistema mundial”. A globalização trata efetivamente da transformação do espaço e do tempo. Ele define a ação à distância, relacionando sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global e ao transporte de massa (Giddens, 1995: 13).

Muitos teóricos apontam o processo de revolução tecnológica, após a década de 1960, como o início do processo de globalização. Essa abordagem dá ênfase que a partir desse momento, aspectos importantes da vida social começam a passar por significativas transformações. Para Manuel Castells, defensor da idéia de “determinismo tecnológico”, essa revolução está concentrada nas tecnologias da informação e está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável¹⁷⁷ (Castells, 1999: 21). Consoante Paul Singer, a globalização pretende ser uma mudança qualitativa da internacionalização, na medida em que grandes progressos em comunicação e transporte se aproximaram ainda mais todos os povos nos sentido material e cultural (Singer, 1997: 40). Octávio Ianni chama-nos atenção para as diversas metáforas que advém da idéia de globalização. A concepção de “aldeia global” aponta que formou-se a comunidade mundial, concretizada com as realizações e as possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica. Sugere que estão em curso a harmonização e a homogeneização progressivas (Ianni, 2002: 16). Outra idéia é a de “fábrica

¹⁷⁷É seguramente consenso à idéia do domínio da tecnologia ser espaço fundamental no jogo de poder da sociedade contemporânea.

global”, que sugere-nos uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo além de todas as fronteiras, subsumindo formal ou realmente todas as outras formas de organização social e técnica do trabalho, da produção e reprodução ampliada do capital (Ianni, 2002: 18).

Conforme salienta Boaventura Sousa Santos, nas últimas três décadas, as interações transnacionais conheceram uma grande intensificação, desde a globalização dos sistemas de produção e das transformações financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocação em massa de pessoas, seja migrantes, refugiados, turistas ou trabalhadores. Nesse contexto, o autor aponta essa extraordinária amplitude e profundidade destas interações transnacionais levou a que alguns autores as vissem como ruptura em relação às anteriores formas de interações transfronteiriças, um fenômeno novo chamado de “globalização”¹⁷⁸.

No entanto, as opiniões a respeito da origem do fenômeno da globalização se divergem. Roland Robertson (1992) vê a globalização como um processo que já está a ocorrer com algumas interrupções há vários séculos, mas o principal foco da discussão situa-se em tempos relativamente recentes. Esse autor descreve cinco fases no percurso que nos conduziu até o presente: a primeira é a fase embrionária, que se situa entre o século XV e meados do século XVIII, quando a partir do renascimento, assistiu-se ao crescimento demográfico das sociedades nacionais européias, o avanço de suas explorações geográficas e territoriais, e também a difusão de valores culturais; a segunda é a fase incipiente, de meados do século XVIII à década de 1870, e tem na história européia sua base, uma idéia de concepção homogênea do estado unitário, formalização de relações internacionais, desenvolvimento de um tipo de padrão de cidadania e de uma idéia mais concreta de humanidade, e o surgimento da questão do nacionalismo; a terceira fase, chamada de decolagem, situa-se entre 1870 e os anos 1920, quando a superação do capitalismo liberal pelo monopolista, no processo de Segunda revolução industrial, favoreceu o modo burguês de produção e suas contradições, possibilitando a eclosão da primeira grande Guerra; a Quarta fase é da luta pela hegemonia, ou seja, de meados da década de 1920 até o final dos anos 1960, ligado as disputas e guerras sobre os termos frágeis do processo de globalização estabelecidos no final da fase da decolagem, conflitos relativos a diferentes concepções de modernidade, ameaças de uso de armas atômicas; e finalmente, a fase das incertezas, iniciada em

¹⁷⁸Entre esses autores, Boaventura cita Appadura (“fluxo de cultura global”, 1990), Fortuna (“cidades globais, 1997), Friedman (“processo global”, 1994), entre outros.

meados de 1960, caracterizada pelo fim da guerra fria, pela expansão de redes privadas de produção e comércio, pela telemática, pela complexificação do conceito de indivíduo, pela universalização e valorização da idéia de direitos humanos, pela grande expansão das organizações internacionais (incluindo as organizações não-governamentais), pela inclusão de países em desenvolvimento nas redes globais de produção e comércio e pelo desenvolvimento da noção de que a globalização é a grande marca da nossa contemporaneidade.

Essa visão histórica da globalização pressupõe uma relativização da discussão da importância do processo recente de globalização. No entanto, para Castells essa nova sociedade emergente desse processo recente de transformação é essencialmente capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional (1999: 31).

Boaventura indica que estamos perante um processo de globalização com características de um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Por esse motivo, as explicações monocausais e interpretações monolíticas deste fenômeno parecem pouco adequadas (2002: 26). Giddens salienta que a globalização não é um processo único, mas uma mistura complexa de processos que frequentemente atua de maneira contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação¹⁷⁹ (Giddens, 1997: 13).

O que se vê, no caso da globalização, ocultado pela sua origem econômica, de acordo com Fiori, são as relações assimétricas de poder e dominação que estão na sua origem e que explicam a sua expansão e a sua originalidade financeira (Fiori, 1997: 88). Joseph Stiglitz, inicialmente muito envolvido com essas políticas como economista-chefe do Banco Mundial, chamou-as mais tarde de “uma paz no cemitério”, após constatar que elas não só não conduziam ao crescimento, mas geravam grandes crises. O autor, embora com uma visão ainda economicista, aponta que:

“(…) os países en vías de desarrollo son mucho más débiles, y los flujos de capitales de corto plazo que siguen a la liberalización de los mercados de capitales tienen un papel muy importante ya que inducen las fluctuaciones económicas, por un lado, e inhiben las capacidades de los gobiernos para contrarrestar estas fluctuaciones, por el otro” (Stiglitz, 2005: 08).

¹⁷⁹Para o autor nesse contexto que surgem à revitalização dos nacionalismos locais e uma intensificação de identidades locais estarem diretamente ligadas e em oposição às influências globalizadoras (Giddens, 1997: 13).

Samir Amin questiona a racionalidade que existe nas leis objetivas de mercado. O autor sustenta que a idéia da “competitividade” (sempre atrelada a idéia da sobrevivência no mercado) é o produto complexo de um conjunto de condicionantes que operam no conjunto da realidade econômica, política e social, e que neste combate desigual, os grandes centros utilizam cinco monopólios que articulam suas ações com eficácia. Estes monopólios deveriam, para o autor, chamar atenção da teoria social no seu conjunto. A saber: a) o monopólio dos que beneficiam aos centros contemporâneos no campo da tecnologia, ou seja, se trata de monopólios que exigem gastos gigantescos, que somente um Estado rico e grande pode sustentar; b) os monopólios que operam no acesso aos recursos naturais do planeta; c) os monopólios que operam nos campos da comunicação e os meios de comunicação de massa, que não somente uniformizam as culturas mundiais, com que também criam novos instrumentos de manipulação política¹⁸⁰; d) os monopólios que operam no âmbito das armas de destruição de massa, que estavam limitados a bipolaridade no pós-guerra, hoje com um risco da proliferação fora do controle; e finalmente, e) os monopólios que operam no âmbito do controle dos fluxos financeiros de dimensão mundial. A liberalização da implantação das maiores instituições financeiras, que operam no mercado financeiro mundial, confirmou a esses monopólios uma eficácia sem precedentes. Os movimentos livres do capital financeiro globalizado operam, em marcos definidos por um sistema monetário mundial caduco. A globalização financeira, longe de impor-se de maneira natural, resulta ao contrário, de uma fragilidade extrema (Amin,1999: 97-99). O próprio Stiglitz critica o papel jogado na liberalização dos países em desenvolvimento nos mercado de capitais tem contribuído para a instabilidade econômica. O dinheiro entra no país, geralmente financiando um consumo excessivo, e logo sai tão rápido como havia entrado. Durante a saída de dinheiro, as instituições financeiras sofrem, e a falta de créditos estimula a recessão (Stiglitz, 2005: 11). Isso claramente traz, como indica Hirschman, um crescimento desequilibrado e um desenvolvimento também (1996:87).

Boa parte dos autores cita a importância dos mercados financeiros globais na conjuntura da formação da dinâmica da ordem política e econômica emergente¹⁸¹. A desregulação e o desenvolvimento tecnológico tem integrado o sistema financeiro num sistema global, numa

¹⁸⁰Segundo Amin, a expansão do mercado dos meios de comunicação de massa modernos constituem um dos maiores componentes da erosão do conceito e da prática da democracia, inclusive no Ocidente (1997: 99).

¹⁸¹Para Singer, as internacionalizações financeiras, econômicas e culturais surgem como tendência pelo menos desde a viagem de Marco Polo ao Extremo Oriente. De acordo com o autor, houve interrupções ocasionais, mas nada que fizesse a internacionalização sumir por longo tempo (1997: 39).

enorme rapidez de transação de fluxos financeiros¹⁸². Para José Luís Fiori, é pós-1990 que são incorporados ao mundo das finanças desreguladas e globalizadas, os “mercados emergentes” do ex-mundo socialista e da América Latina. É o momento em que se universaliza a revolução neoliberal promovendo por todos os lados a desregulação e a dimensão territorial sem precedentes, mesmo quando não incluía a maior parte dos Estados nacionais (Fiori, 1997: 91). O escritor angolano Alves da Rocha assevera que o atual modelo de desenvolvimento angolano está esgotado. Um modelo basicamente dualista que estabeleceu fronteiras claras entre uma economia de enclave – centrada nos mecanismos dos mercados internacionais, assente no dólar e obedecendo às lógicas neoliberais mais puras – e uma economia interna enfraquecida e desarticulada, sujeita à dialética das “sobras orçamentais” e das incertezas da guerra (Rocha, 2004: 96). Ainda de acordo com Rocha, o modelo de desenvolvimento enclavista serviu de forma excelente às necessidades da guerra, tendo, de resto, sido o seu quase único¹⁸³ financiador, direta e indiretamente através de garantias reais que contrapesaram os empréstimos externos obtidos (Rocha, 2004: 96). No caso angolano, a economia de petróleo favoreceu poucas pessoas. A diversidade da população angolana não foi levada em consideração. Aconteceu justamente o contrário do que afirmava Amartya Sen¹⁸⁴, pois as pouquíssimas ações de políticas públicas não criaram oportunidade para a população. Os níveis de educação e saúde permanecem praticamente estáticos ao longo desses anos.

Do ponto de vista político, Singer salienta que a globalização tem sido um processo essencialmente negativo. O seu avanço se deve a desregulação, à eliminação de restrições e controles que sujeitavam as transações comerciais e financeiras internacionais. Estas restrições e controles estão destinados a submeter as transações entre residentes dos diferentes países, aos interesses coletivos dos grandes agentes, cuja atividade constitui a economia nacional. Quando se

¹⁸²Para Fiori, não há como desconhecer a profundidade e a velocidade das transformações que vê redesenhando o mundo desde o início dos anos 1970, como tampouco pode se desconhecer a especificidade destas transformações dentro do movimento permanente de internacionalização do capital. A marca distintiva do atual movimento de internacionalização capitalista é a forma em que se deu a globalização das finanças viabilizada pelas políticas liberais de desregulação dos mercados, iniciada pelos EUA e Inglaterra, e avalancada pelo sistema de taxas cambiais flutuantes (1997: 89-90).

¹⁸³Rocha afirma que só é aceitável essa afirmação do estrito ponto de vista financeiro, porque os exclusivos financiadores foram o esforço e o sacrifício da população, cujo custo de oportunidades se deve medir em termos de rendimentos não obtidos, empregos não conseguidos e condições de vida não alcançadas. A taxa de pobreza do país é uma medida bem aproximada deste custo de oportunidade. Por isso se dizia que se a paz tem alguma utilidade social ela deve traduzir-se em dividendos muito concretos para a população (Rocha, 2004: 96).

¹⁸⁴Que nos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades tem importância decisiva (1999:170).

reduzem as tarifas alfandegárias protecionistas, a importação se amplia, o qual considera-se um avanço da globalização. Todavia, pode-se afirmar que esse avanço é negativo, dado que é ocasionado pela derrubada de uma barreira e os bens importados tomam lugar dos produtos nacionais menos competitivos, sem que se tenha criado, no plano político-institucional, qualquer instância responsável pela defesa do interesse nacional ou da definição do rumo para a re-divisão internacional do trabalho, que possa garantir uma distribuição equitativa dos custos e benefícios entre os países inseridos na globalização (Singer, 1997: 40-41).

No caso angolano, a indústria nacional tem atravessado um processo de quase autofagia. Na década de 1990, a década de “transição para a economia de mercado”, os números mostram o péssimo desempenho da economia industrial do país: A) o desemprego industrial cresceu em média 1,1% por ano; a importância das empresas públicas industriais como amortecedores do desemprego é a única explicação para que a degradação do emprego industrial não tivesse sido mais expressiva. No entanto, menos desemprego teve um preço social equivalente a menor produtividade; B) A produtividade industrial regrediu a uma cadência média de quase 2 % ao ano; C) A desindustrialização operou-se a uma cadência média de 5,7% durante a década; D) O índice de industrialização passou de 100 em 1974 (base da partida – ano da independência) para 24,3 em 1989 e para 13,2 em 2000. Essa evolução é dramática: em 1974 a participação da indústria transformadora do PIB global foi de 29,6%, em 1989 cifrou-se em 7,2 e em 2000 em 3,9; para Rocha, neste momento o país está virtualmente desindustrializado, e a conclusão é que a economia nacional está subjugada pelas importações. Bastante da explicação da desindustrialização verificada desde há muito tempo está nesta necessidade nacional para as importações. Tem-se, nesse contexto, uma realidade econômica extraordinariamente debilitada e uma classe empresarial que reclama por medidas de contenção desta degradação, de proteção do parque produtivo e de incentivo para a indispensável viragem¹⁸⁵ (Rocha, 2004: 66).

Os entusiastas da globalização, de acordo com Singer, frequentemente apontam os ganhos obtidos pela remoção dos obstáculos políticos às transações internacionais, e é teoricamente justificável supor que haja tais ganhos econômicos. Mas também é um processo negativo, pois do

¹⁸⁵ Alves da Rocha chama atenção para dois aspectos relevantes nesse contexto. A primeira é o de que não pode haver economia de mercado sem o setor privado. Verdade incontestável, mas esquecida porque ainda existe, para o autor, a prevalência de uma certa mentalidade estatista e ainda se pensa, ao nível do poder político, que a classe empresarial nacional tem pouca capacidade empreendedora; o outro aspecto tem a ver com a circunstância de ter de ser o setor privado como ator da reconstrução econômica do país, contrariando a idéia da importância do Estado nesse papel (Rocha, 2004: 66).

outro lado, o que não se discute é quem usufrui os benefícios e quem arca com os custos (Singer, 1994:41). Essa globalização negativa tende a transformar pequenos países e não completamente desenvolvidos em fantoches dos grandes conglomerados capitalistas privados. Para ganhar competitividade e crescer economicamente “para fora”, usando as exportações como ponta de lança, estes países devem atrair investimentos diretos das empresas transnacionais, que possuem tecnologia moderna e acesso aos mercados internacionais. Essa vontade experimentada por grande número de países, cria uma competência “degoladora” por tais investimentos, com crescentes benefícios e vantagens para as multinacionais e em detrimento, naturalmente, dos países competidores¹⁸⁶ (Singer, 1998: 35).

O próximo tópico da tese está na importância da sociedade civil ao longo dos últimos anos. A redefinição do papel do Estado, do mercado e da sociedade está no cerne desta parte da tese. Para isso trago as contribuições de Hegel, Bobbio, Gramsci, Habermans, enfim, diversos autores e correntes que salientam diversas posições sobre essa questão.

2 - O CRESCIMENTO DO PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Trabalhar com a temática da sociedade civil implica em refletir sobre as relações entre Estado e sociedade sobre a redefinição dos respectivos papéis, pressupondo uma certa análise crítica do estado atual dessas relações e das dinâmicas sociais, das políticas do Estado e das reações da sociedade às mesmas, das formas de solidariedade e responsabilidade sociais prevalentes e das possibilidades da sua mudança em prol das mudanças necessárias para melhorar as condições de vida de um povo de maneira geral.

Toda essa realidade apontada no ponto anterior tem modificado de maneira significativa a relação entre Estado e sociedade civil. Para Noberto Bobbio, na linguagem política de hoje, a expressão “sociedade civil” é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia

¹⁸⁶O autor também aponta a globalização positiva, como ocorreu em países como EUA, Alemanha, França, etc., que adotaram toda uma série de políticas para compensar as perdas provocadas pela contração agrícola: estímulo à formação de cooperativas, entrega de subsídios de diversos tipos aos agricultores e mais tarde (durante os anos 1930), a formação de estoques reguladores, garantias de preços mínimos, concessão de créditos em condições favoráveis. Ou seja, a globalização positiva tinha por eixo básico o desenvolvimento econômico centrado no mercado interno (Singer, 1997: 48). Para os países pequenos, a única possibilidade de fazer a globalização positiva para si mesmos é na construção de novas formas federativas de governo, capazes de confrontar ao grande capital transnacionalizado, com economias unificadas de expressão mundial (Singer, 1998: 35).

sociedade civil/Estado. O que significa que não se pode determinar seu significado e delimitar sua extensão senão redefinindo simultaneamente o termo “Estado” e delimitando sua extensão. Negativamente, segue o autor, por “sociedade civil” entende-se a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder que coage (Bobbio, 1990: 33).

A sociedade civil é compreendida por Cohen como uma esfera de interação social diferenciada da economia e do Estado, composta de três parâmetros distintos: pluralidade, publicidade e privacidade. A moderna sociedade civil “autônoma” nasceu de processos de constituição e mobilização independentes. Institucionalizou-se e se generalizou mediante leis e direitos subjetivos que, por sua vez, estabilizaram a diferenciação social. Nesse sentido, o aparecimento da sociedade civil aconteceu junto com o desenvolvimento do moderno Estado territorial soberano (Cohen, 2003: 423).

Salvador Giner afirma existir quatro concepções que se pode chamar de “clássicas” sobre a idéia de sociedade civil, “(...) ninguna de ellas puede decirse que haya sido descartada del todo en épocas posteriores: más bien las teorías contemporáneas son reinterpretaciones, a menudo com modificaciones muy señaladas, de alguna de estas versiones” (2003: 159). O autor aponta as seguintes concepções: teoria liberal, a hegeliana, a marxista e a gramsciana.

Na concepção liberal, consoante Giner, para os primeiros filósofos liberais, a sociedade civil consistia em uma comunidade de indivíduos que haviam entrado em relações permanentes e pacíficas entre si com a finalidade de perseguir seus próprios interesses e satisfazer suas paixões e sentimentos. Tanto que para eles o governo era o resultado dessas relações, e devia-se entendê-lo somente como uma instituição cuja função era unicamente a preservação da boa ordem para o funcionamento sem interferência da sociedade civil. Para isso, Giner traz autores contratualistas como Locke e Rosseau. O autor deixa claro que:

“en el pesamiento liberal clásico, por lo tanto, la sociedade civil carecía de estructura específica: era un estadio evolutivo de la civilización, un nivel de madurez moral colectiva, que abrazaba tolerancia y pluralismo. Se trataba de una esfera establecida para que en ella se realizaran los intereses individuales de los hombres en un marco competitivo, contractual, que permitiera la privacidad y la intimidad (...) El Estado, a margen de toda tendencia expansiva – continuaba concibiéndose mientras tanto como necesaria organización de la cosa pública y nada más: un mero marco institucional y facilitador” (Giner, 2005: 162).

Essa concepção é de feição pluralista ou conservadora, estrutura-se em torno das noções de individualismo e de auto-interesse, liberdade de escolha, propriedade privada e desconfiança na burocracia, constituindo um quadro ideológico que preconiza a redução do Estado ao mínimo possível e sua retirada de certas áreas ou campos sociais, envolvendo a participação de grupos sociais pobres e marginalizados. São desconsideradas as desigualdades e injustiças estruturais da ordem constituída pela relação de “sinergia natural” entre democracia, capitalismo e mercado livre (Abreu, 2006: 62).

A abordagem liberal remete a Toqueville e à ênfase nos efeitos benéficos das associações civis na criação e manutenção da democracia. Nos países anglo-saxões este autor é considerado um dos mais importantes pensadores políticos¹⁸⁷. Seu principal trabalho, “A democracia na América”, Toqueville procura responder à seguinte pergunta: a sociedade democrática é liberal?

Para o autor, a democracia consiste na igualização das condições. Democracia é a sociedade onde não subsistem distinções de ordens e de classes, em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não quer dizer que sejam intelectualmente iguais, ou economicamente iguais, o que para ele é impossível. A igualdade social significa que todas as ocupações, toas profissões ou honrarias são acessíveis a todos. Estão, logo, implicadas na idéia da democracia a igualdade social e, igualmente, a tendência para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida. A tese de Tocqueville está na liberdade que não pode se fundamentar na desigualdade. Ela deve assentar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguarda por instituições cujo modelo lhe parecia existir na América.

Por isso, na visão liberal é a sociedade civil quem impõe e reforça as normas sociais na atividade do Estado, embutidas na idéia de boa governança, transparência e *accountability* do dicionário desenvolvimentista, regra geral utilizada independente da língua destes países onde esses programas de reforço da sociedade civil são implementados. Esta perspectiva oferece a

¹⁸⁷ Por outro lado, na França e nos países de tradição francófona, nunca foi grande objeto de interesses por parte dos cientistas sociais daquele país, pois a Escola de Durkheim originou-se da obra de Augusto Comte.

chave do Estado limitado, e incorporou a base empírica da pesquisa de Robert Putnan, em seu livro “Comunidade e Democracia. A experiência na Itália moderna”, que sublinha a necessidade de uma forte cultura organizacional como pré-requisito para uma democracia estável. No contexto dessa tradição, o livro “Conflito étnico e vida civil”, de Ashitosh Varshney, sobre a violência entre hindus e muçulmanos na Índia, estende o argumento do papel das solidariedades horizontais na prevenção de conflitos civis a um contexto não-ocidental, mostrando a influência dessa abordagem para além do ocidente (Tamang apud Abreu, 2006:64).

Outra concepção trazida por Giner é a inspirada na obra de Hegel. Se para a tradição liberal o Estado surge como consequência da sociedade civil e se estabelece para garantir sua integridade, Hegel foi quem tentou pela primeira vez teorizar numa relação existente entre ambas as entidades. A teorização hegeliana fez um esforço para superar certas deficiências do individualismo liberal sem cair no campo do antiindividualismo. Para Giner,

“La sociedad civil es un campo en el que se despliegan las necesidades y aspiraciones privadas y subjetivas de al ciudadanía. En contraste com el Estado, carece de propiedades sistémicas, y necesita, por ello mismo, de su presencia como agente coordinador. Este coordinador superior es para él la única entidad humana dotada de objetividad y universalidad. Y Hegel no parece contemplar el peligro de que el Estado pueda llelgar a entrometerse en la vida de la sociedad civil, ni que su aparato administrativo practique endémicamente el intervencionismo. La autoridade ética del Estado es para él incuestionable: la impersonalidad de la legislación, la imparcialidad de los tribunales, el anonimato de la burocracia y el altruismo del Estado nacional para com sus súbitos son la prueba incontrovertible de ello” (Giner, 2005: 163).

Ou seja, para Hegel o Estado aparece como a forma mais alta de organização social, como encarnação da razão e existência empírica da verdade. O Estado e a Sociedade civil são esferas complementares que se necessitam mutuamente, pois a primeira é o reino da razão e a segunda da paixão.

Pois entender o Estado como encarnação da razão e da universalidade, Hegel conferiu a teoria da sociedade uma nova característica cujas possibilidades não escaparam de Marx, que negou toda superioridade, neutralidade e universalismo a um Estado que para ele era uma entidade classista.

Na corrente marxista, a sociedade civil é vista como fortemente interligada com o Estado e a organização política, com aquele a manter o seu poder através da dominação indireta deste (sistema político). Compreendida como uma arena de opressão caracterizada por divisões

internas e desigualdades de poder, a sociedade civil é também o lugar da luta e da resistência contra o autoritarismo¹⁸⁸ (Abreu, 2006: 65). De acordo o Giner,

“La fisura entre el reino de lo político – con su pretensión de representar los intereses y aspiraciones de la sociedad entera, sin conseguirlo – y el reino de lo privado era para él una creación histórica burguesa. La sociedad civil empíricamente observable era el ámbito de la concurrencia egoísta, la explotación salarial capitalista y la desigualdad clasista. El orden político era sólo una superestructura jurídica y gubernamental, necesaria para garantizar el universo de rapiña e miséria moral en que consistía la sociedad civil burguesa” (Giner, 2005: 164).

O Estado, portanto, não é supérfluo para Marx, pois é através de suas instituições das classes dominantes, e, em especial, da burguesia, que faz valer as leis elaboradas, impondo medidas repressivas e reforçando a distribuição desigual da riqueza, do capital e dos privilégios.

O autor constata a ênfase que Marx dá sobre a noção de “sociedade civil burguesa”, na qual postula a primazia do econômico sobre o político. Para ele, sem ambiguidade nenhuma, a sociedade civil é o reino da classe, da desigualdade e da exploração, no qual forma a base natural do Estado moderno (Giner, 2005: 166). Sua inclinação a entender o Estado como mero subproduto da dominação classista, forçou Marx a não considerar sistematicamente sua autonomia e dinâmica própria, muito menos as outras organizações e associações próprias da ordem civil capitalista. Assim, por sociedade civil, Marx, Engels e seus seguidores entenderam o conjunto geral de relações de classe e forças de produção (naturalmente em mãos privadas) distinguido de suas manifestações políticas e ideológicas (Giner, 2005: 167).

A última interpretação proposta por Giner é a gramsciana. Os fundadores do liberalismo foram os primeiros a desenvolver a dicotomia Estado / sociedade civil em termos modernos, Hegel apontou maior precisão e especificidade, e Marx deu um passo a mais na sua concretização. Em cada uma destas fases, o significado e os atributos analíticos em questão sofria modificações.

¹⁸⁸As abordagens atuais não celebram com tanto vigor o papel democrático da sociedade civil, nem lhes atribuem os créditos pela consolidação e/ou estabilização das instituições e processos democráticos, como fazem os defensores das abordagens liberais. Pelo contrário, chamam a atenção para o fato deste espaço não ser benigno, nem neutro, porque é a arena onde são contestados interesses em conflito. Defendem que a sociedade civil tem de ser percebida no âmbito da luta pelo poder entre o Estado, as instituições sociais e os demais atores sociais, e contestam o pressuposto neoliberal de que a expansão da sociedade civil está fortemente relacionada com o avanço da democracia liberal, argumentando que tal expansão corresponde a formas particulares de acomodação pelo Estado de forças sociais em competição, ou seja, que resulta do esforço dos regimes políticos para reconstituir e consolidar o poder do Estado, por meio do fortalecimento da sua legitimidade perante a sua base constituinte e a ordem política internacional (Rodan apud Abreu, 2006: 65).

Na corrente Gramsciana, a visão da sociedade civil como política articula-se em torno da idéia de que a autoridade deve ser compartilhada entre os membros de uma comunidade, contrapondo-se e desafiando a hegemonia do Estado, que não é mais a instituição dominante ou crucial para o desenvolvimento da sociedade civil.

Porém, Antonio Gramsci e seus discípulos neomarxistas, separam a sociedade civil da “infraestrutura econômica” e logo divide a superestrutura no que chama de “níveis” gerais: a “sociedade civil propriamente dita” (ou seja, o conjunto de organismos normalmente chamados “privados”) e a sociedade política (o Estado). O primeiro nível exerce uma forma de dominação de classe, o que Gramsci chamou de “hegemonia” (Giner, 2005: 167). Ou seja, a relação sócio-política não coercitiva e que concebe a sociedade civil como o terreno onde tem lugar a luta pela hegemonia.

Nessa corrente, a visão da sociedade civil como política articula-se em torno da idéia de que a autoridade deve ser compartilhada entre os membros de uma comunidade, contrapondo-se e desafiando a hegemonia do Estado, que não é mais a instituição dominante ou crucial para o desenvolvimento da sociedade civil. Conforme Giner,

“para Gramsci, la opresion de clase era siempre odiosa e naceptable. Para este último, como para los liberales, el Estado era la constitución de la servidumbre clasista y la esencia misma de la inhumanidad moderna. De ningún modo podía ser entendida como expresión de civilidad (...) Gramsci contempla la posibilidad de que hegemonia y democracia terminem siendo compatibles en la medida en que los grupos dirigentes expresen las necesidades de los dirigidos e incorporem también algunos de estos últimos(individual, no colectivamente) a la dirección. La hegemonia, aquí, supone un control prudente de la sociedad civil, orientándola y suministrándole el gobierno que necesita para que funcione como estructura clasista com el menor grado posible de violencia estatal directa” (Giner, 2005: 168-169).

Outro autor que deu boas contribuições dentro da complexa idéia e ainda em construção da concepção de sociedade civil foi o herdeiro da Escola de Frankfurt¹⁸⁹, Habermas¹⁹⁰. A esfera pública, em geral identificada com o Estado e instituições sobre o seu controle, ganha na

¹⁸⁹ No final dos anos 1920, alguns filósofos e cientistas sociais com tendências marxistas desenvolveram trabalhos importantes no meio acadêmico. Autores como Walter Benjamin, Theodor Adorno e Jürgen Habermas faziam parte desse grupo. Alguns conceitos como “indústria cultural” e “indústria de massa” surgiram com os pensadores desta Escola.

¹⁹⁰ Os herdeiros da Escola de Frankfurt acreditavam que, apesar do mundo social ter sido dominado pela racionalidade técnico-instrumental, a razão não havia perdido seu potencial emancipatório. Assim sendo, Habermas propõe uma espécie de reavaliação das formas de racionalidade desenvolvidas ao longo da história para reafirmar a possibilidade de alcançar, por meio da ação comunicativa, padrões éticos universais que possibilitassem a força de comunidades políticas mais solidárias.

perspectiva desse autor, uma outra amplitude, incluindo o setor privado, negócios e grupos voluntários, o que permite o desenvolvimento de uma opinião ou voz comuns, em um espaço compartilhado. É a idéia de um espaço cívico, no qual os indivíduos podem falar de forma aberta, honesta e disciplinada sobre as questões que os afetam enquanto membros de um grupo, ou uma sociedade.

Habermas define a esfera pública como o espaço institucional no qual as pessoas deliberam acerca dos seus problemas comuns, discutem assuntos cívicos e da vida comunitária, permitindo que a opinião popular seja canalizada e incorporada nas políticas governamentais. O público constituiu um órgão de auto-articulação da sociedade civil, numa arena na qual os indivíduos privados se juntam, buscando decisões comuns para influenciar o Estado. A esfera pública tem a sua origem histórica em instituições contraditórias, sendo vista como burguesa numa abordagem conservadora, ou subdividida em esfera pública intelectual e esfera pública política numa visão liberal. Em ambos os casos, a comunicação tem um papel fundamental: é através da ação comunicativa que os empreendedores buscam a identificação ou geração de interesses comuns e os intelectuais e os políticos asseguram direitos como liberdade de expressão, reunião e imprensa, e à privacidade. Nesta perspectiva as novas características que emergem na esfera pública, incluindo componentes do voluntariado e da comunidade emocional, devem conduzir a uma nova concepção de humanidade. Portanto, na sociedade civil na esfera pública tem uma certa autonomia e um caráter cultural que coloca limites ao poder do Estado (Mathews apud Abreu, 2006: 66).

Correspondendo à auto-organização fora dos campos restritos do poder do Estado e dos interesses do mercado, Habermans vê a sociedade civil constituída por associações, organizações e movimentos criados mais ou menos espontaneamente, que identificam, condensam e ampliam a ressonância dos problemas sociais na vida privada, encaminhando-os para o campo político ou esfera pública. O núcleo da sociedade civil constitui uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro das esferas públicas (Habermans apud Abreu, 2006: 67).

De outra maneira, ao olhar a expressão “sociedade civil”, Norberto Bobbio aponta seu significado oitocentista e moderno, que nasceu da contraposição entre uma esfera política e uma não política, e é mais fácil encontrar uma definição negativa do que uma positiva, tanto mais porque nos tratados de direito público e de doutrina geral do Estado nunca está ausente uma

definição positiva do Estado: sociedade civil como conjunto de relações reguladas pelo Estado, e, portanto, como tudo aquilo que sobra uma vez bem delimitado a âmbito no qual se exerce o poder estatal. Nessa perspectiva, Bobbio observa diversas acepções quando se fala em sociedade civil. Na primeira (não-estatal), ligada consciente ou não consciente com a doutrina jusnaturalista, que antes do Estado existem várias formas de associação que os indivíduos formam entre si para a satisfação dos seus mais diversos interesses, associações às quais o Estado se superpõe para regulá-las, mas sem jamais vetar-lhes o posterior desenvolvimento e sem jamais impedir-lhes a contínua renovação; outra acepção (pré-estatal), a sociedade civil adquire uma conotação axiologicamente positiva e passa a identificar o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação, formam-se os grupos que lutam pela emancipação do poder político, adquirem força os assim chamados contra-poderes; e a terceira acepção (anti-estatal), a “sociedade civil” tem um significado ao mesmo tempo cronológico, como na primeira, e axiológico, como na segunda: representa o ideal de uma sociedade sem Estado, destinada a surgir da dissolução do poder político¹⁹¹ (Bobbio, 1990: 35).

No século XX, autores europeus deram suas contribuições no estudo da sociedade civil. Gramsci deu ênfase na dimensão cultural e simbólica da sociedade civil e seu papel na geração do consentimento (hegemonia) e, por decorrência, na integração na sociedade. A principal contribuição desse autor foi conceber a sociedade civil ao mesmo tempo como campo simbólico e como conjunto de instituições e práticas que são o lócus da formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. Dessa maneira, a dimensão cultural da sociedade civil não é dada ou natural; ela é antes um lugar de contestação social: suas associações e redes constituem um campo de luta e uma arena onde se forjam alianças, identidades coletivas e valores étnicos. Visões antagônicas da sociedade civil são mobilizadas em uma luta contínua, seja para manter a hegemonia cultural de grupos dominantes, seja para afirmar a contra-hegemonia de atores coletivos subalternos. Então, nenhuma concepção de sociedade civil é neutra, nem a de Gramsci, e sempre faz parte de um projeto de construção das relações sociais, formas culturais e modos de pensar da sociedade¹⁹² (Cohen, 2003: 425).

¹⁹¹Essa acepção está presente no pensamento de Gramsci (Bobbio, 1990: 35).

¹⁹²Para Bobbio, Gramsci chama de sociedade civil a esfera na qual agem os aparatos ideológicos que buscam exercer a hegemonia e, através da hegemonia, obter consenso. Não que Gramsci abandone a dicotomia base/superestrutura, para substituí-la pela dicotomia sociedade civil/Estado. Na verdade, ele agrega a segunda à primeira e torna assim o seu esquema conceitual mais complexo (Bobbio, 1990: 40).

Outra contribuição foi de Touraine e Melucci, que deram ênfase no aspecto dinâmico, criativo e contestador da sociedade civil – a visão das associações informais e dos movimentos sociais como distintos das associações e instituições voluntárias mais formalizadas e das organizações de classe (Touraine e Melucci apud Cohen, 2003: 425). O reconhecimento dessa dimensão permite-nos articular e transitar entre duas perspectivas: a sociedade civil como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas; formulação de novos projetos; criação de novos valores e novas identidades coletivas; e a sociedade civil como autonomia cívica institucionalizada. Permite inclusive considerar que, por sua capacidade dinâmica (ação coletiva), o formato institucional da sociedade civil e da sociedade política pode se tornar alvo de lutas pela democratização¹⁹³ (Cohen, 2003: 426).

No entanto, o processo de globalização do mundo contemporâneo tem dado lugar a uma crescente interdependência, interconexão e interrelação entre os povos e sua relação com os Estados. Nesse contexto a sociedade civil é repensada como elemento significativo desse novo período.

Essa fase do desenvolvimento mundial do capitalismo se configura, de forma progressiva para Serbin, sobre a dinâmica de articulação de três componentes fundamentais: o mercado como diretriz reguladora crescente da dinâmica da economia mundial; o estado-nação como ator protagonista de um sistema internacional caracterizado pela anarquia; e finalmente, a emergência de uma sociedade civil transnacional, identificada com o surgimento, e crescente influência no conjunto de atores sociais, as transnacionais (Serbin, 1998: 126).

Sobre a idéia de Estado, Cohen indica que todas as teorias sobre a sociedade civil elaborada no último terço do século XX continham o mesmo pressuposto – de que atores em uma determinada sociedade civil são cidadãos do Estado soberano onde residem (Cohen, 2003: 432). O autor salienta a questão que os parâmetros e o conceito em si de sociedade civil não são fechados: nenhum dos direitos, atividades, público ou formas associativas nele incluídas são privativos aos seus cidadãos ou pressupõe o Estado soberano como referente político exclusivo ou alvo único da ação cívica (Cohen, 2003: 433).

¹⁹³O relatório de 1996 sobre o Desenvolvimento Humano, elaborado pelo PNUD e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), apresentou as seguintes características comum das organizações sociedade civil: mobilizam as pessoas para engajarem-se em atividades voluntárias; produzem bens ou serviços para o bem da coletividade; são entidades estruturadas; funcionam fora da esfera formal de governo; não geram lucros; são autônomas (Garrison, 2000: 19).

Todavia, no bojo do processo de globalização, percebe-se que as novas desigualdades sociais produzidas têm vindo a ser amplamente reconhecida mesmo pelas agências multilaterais que vêm liderando este modelo de globalização como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Santos, 2002: 33). Essas desigualdades provocaram, entre outras coisas, o fortalecimento de novos movimentos sociais, como os pacifistas, feministas, ecológicos, entre outros. A valorização de minorias sociais entrou na pauta de forma crescente nas agendas de diversas políticas governamentais.

A partir de 1968 que se institucionaliza esses novos movimentos sociais. O presente trabalho não pretende apontar as origens dos movimentos sociais. O objetivo é tão somente salientar a importância das revoluções de 1968 na conjuntura da valorização, de forma cada vez mais crescente (até hoje), dos novos movimentos sociais que são representados por segmentos da sociedade civil, inclusive ONGs.

Diante dessa perspectiva, cresce a relação entre a sociedade civil e os novos movimentos sociais. A tomada de consciência dos problemas das minorias passa a ser cada vez mais valorizada nas políticas de desenvolvimento por parte dos Estados. Serbin, citando Scott, também observa que a globalização tem dado lugar ao desenvolvimento desses novos movimentos sociais, de caráter transnacional, entendido como “un cator colectivo constituido por individuos que entiendem poseer intereses afines y, por lo menos en lo que se refiere a una significativa parte de su existencia social, una identidad comum” (Scott apud Serbin, 1998: 128), que, para promover esses interesses, tem capacidade de mobilização massiva ou utilizam esta capacidade como um elemento de pressão e que se distinguem de outros atores coletivos, tais como partidos políticos e associações voluntárias. Conforme salienta Serbin, “(...) lo que los diferencia de estas asociaciones y de algunas ONGs es su preocupación por la defensa o el cambio social, o la búsqueda de modificar la posición social relativa del grupo que representa” (Serbin, 1998: 128). Já Shaw diferencia velhos e novos movimentos sociais. Os primeiros tendiam a organizar-se em torno de divisões de caráter classista (como movimento de trabalhadores camponeses), os segundos se articulam em torno das contradições sociais tais como gênero, estilos de vida, ambiente, desigualdade racial e conflitos bélicos de tal maneira que expandem a noção do político a um segmento muito abrangente que inclui o social e o cultural (Shaw apud Serbin, 1998: 128-129). Na realidade, ao considerar e intitular “velhos movimentos sociais”, o autor está a colocar uma referência considerada pejorativa, e diferenciando as questões tratadas. Acredito

ser necessário buscar novas formulações sobre essa diferenciação, ou questionar se é possível de fato analisar separadamente esses movimentos.

Os organismos multilaterais passaram a prestar mais atenção na sociedade civil. Em meados da década de 1990, o Banco Interamericano (BID) adotou o termo sociedade civil e criou uma unidade da sociedade civil em sua sede, em Washington. O Banco Mundial outrossim passou a prestar mais atenção na sociedade civil, ainda que, genericamente, até pouco tempo continuava a utilizar o termo ONG para referir-se ao setor. Segundo Garrison, a publicação mais completa feita pelo Banco sobre como trabalhar com as ONGs afirma que “a constituição de capital social e o surgimento de uma sociedade civil forte são ingredientes essenciais para a consecução do desenvolvimento sustentável a longo prazo, em âmbito nacional” (Banco Mundial apud Garrison, 2000: 19).

O relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (WDR), do Banco Mundial, de 1997, sobre a representação dos cidadãos indica:

“Em grande parte das sociedades, democráticas ou não, os cidadãos buscam uma representação dos seus interesses que vai muito além do simples direito ao voto: como contribuintes como usuários de serviços públicos e, de forma crescente, como clientes ou membros de ONGs e associações de voluntários. Em um contexto em que as demandas sociais competem entre si para serem atendidas, em que as expectativas são crescentes, e o desempenho do governo é irregular, o anseio por ser ouvido e participar ganha cada vez mais ímpeto” (Banco Mundial, 1997: 113).

Para o Banco Mundial, os movimentos formais de cidadãos devem ser vistos como um poder complementar que confere força e amplitude ao sistema democrático mais do que como movimentos que desafiam o poder dos representantes eleitos¹⁹⁴ (Garrison, 2000: 66).

No entanto, muitas organizações da sociedade civil podem ter relações tensas com governos. O próprio Banco Mundial reconhece quando afirma que diversas ONGs demonstram cautela com relação a aceitar contratos do governo. As restrições podem ser de natureza ideológica ou prática. Ao aceitarem verbas do governo, essas ONGs podem estar perdendo credibilidade diante de seus públicos e daqueles que as apoiam, levando, inclusive, à diminuição da capacidade de manter um relacionamento crítico com o governo (Banco Mundial, 1998: 36). Diante dessa perspectiva, algumas organizações da sociedade civil também acreditam que estão se afastando de seu papel de “fiscalizadores” do governo, podendo terminar por perder uma

¹⁹⁴Segundo relatório do Banco sobre o desenvolvimento mundial, “o crescimento destas organizações intermediárias reflete um movimento mais amplo em prol da democracia em muitas regiões e, em alguns países a necessidade de preencher a lacuna política que existe entre os cidadãos e o Estado” (Garrison, 2000: 66).

autonomia conquistada se colaborarem com o governo de forma muito próxima (Garrison, 2000: 66).

Nesse contexto, tanto as diferentes expressões de ONGs com os diversos movimentos sociais de caráter transnacional tem dado lugar a uma sociedade civil global, definida por seus próprios códigos e normas, com frequência em oposição e autônoma a respeito dos Estados, através da criação e do desenvolvimento de redes transnacionais que geram novos espaços políticos no sistema internacional. Entretanto, esse processo tem dado lugar a um questionamento do discurso do “Estadocêntrico” dominante, que se manifesta tanto através desta sociedade civil global, como através de diversas expressões étnicas, religiosas, nacionalistas, colocando em questão a mesma ideologia da globalização (Serbin, 1998: 129), que tem, entre tantas outras características, a perspectiva de homogeneização.

Serbin retoma a tradição gramsciana quando afirma que a sociedade civil é um campo de conflito entre forças hegemônicas e contra hegemônicas, no entanto, a sociedade civil global, o quadro se complexifica muito mais, pois reproduz os conflitos e contradições das sociedades civis domésticas. O autor aponta que essa complexificação se evidencia de algumas maneiras. Em primeiro lugar, porque a sociedade civil nacional é definida geralmente em relação ao Estado. Em segundo, porque a noção tradicional de sociedade civil remete a distintos atores não-estatais que incluem organizações representativas formais como partidos, igrejas, sindicatos e associações profissionais. Organizações formais do tipo funcional como escolas, universidades e meios de comunicação, e redes políticas e sociais mais informais como grupos voluntários locais e ativistas de movimentos sociais coordenados ao nível nacional ou internacional; e finalmente, uma clivagem fundamental é o que, de uma maneira frequentemente ambígua e difusa, estabelece uma divisão entre os atores sociais transnacionais do Norte industrializado e do Sul. Por mais que os acontecimentos do pós-guerra frio tenham diminuído significativamente a tradicional dicotomia Norte/Sul, ainda persiste algum grau de tensão entre esses segmentos. Ainda existe uma relação vertical entre ONGs do Norte e do Sul, pois com frequência as primeiras ditam ou influenciam através de recursos para os programas desenvolvidos em âmbito transnacional (Serbin, 1998: 130-131).

A seguir apontarei a transformação do capitalismo e as conseqüências no mundo contemporâneo. A trajetória do capitalismo após a segunda guerra mundial, com a criação de

instituições de *bretton woods* e a importância da crise do petróleo de 1973 estarão presentes nessa abordagem.

Nessa parte da tese saliento a importância da atenção que os organismos multilaterais passaram a oferecer a sociedade civil, e o Estado, no bojo do processo de globalização, percebeu, em muitos países, a necessidade de trabalhar junto com a sociedade, na busca da melhoria das condições de vida das pessoas.

3 - A TRANSFORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: O PAPEL DO ESTADO E DO MERCADO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Perry Anderson afirma que o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar. O texto de origem é “O caminho da servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de uma dura crítica contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política¹⁹⁵ (Anderson, 1995: 09). Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado do bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando a idéia central da época, eles apontavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si -, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esse pensamento permaneceu na teoria por mais de vinte anos (Anderson, 1995: 10). Por outro lado, o Estado do bem-estar era muito popular. A identificação dos partidos socialistas com o esse tipo de Estado era uma importante causa da crescente popularidade dos mesmos.

¹⁹⁵Diante da iminência de uma segura vitória militar, os aliados convocaram a conferência monetária e financeira de Bretton Woods para estabelecer as orientações do “liberalismo global” que haveria de prevalecer na emergente ordem mundial da época. Temas fundamentais da conferência – a que assistiram 44 países, incluindo a União Soviética – foram a elaboração das novas regras do jogo que devia reger o funcionamento da reconstituída economia mundial e a criação das instituições encarregadas de assegurar sua vigência. A premissa básica era que o protecionismo comercial havia sido o grande culpado pelas tragédias ocorridas nos convulsionados trinta anos que se seguiram á eclosão da Primeira Grande Guerra (Borón, 1995: 92). As instituições criadas, como o FMI e o Banco Mundial, mais tarde inspiradas pela ênfase monetarista da desregulação, negaram o papel das políticas de economia mista e de bem-estar como reconciliadoras da equidade nas economias de mercado.

No contexto que segue a segunda guerra mundial, a reconstrução europeia esteve na base do desenvolvimento da economia no primeiro momento. Da mesma maneira, a expansão das filiais das grandes corporações e a transnacionalização global marcaram o processo econômico diante de uma conjuntura política polarizada em dois blocos econômicos e sociais distintos. A economia internacional naquele contexto passava por um momento favorável, com a internacionalização do capital e com significativo crescimento econômico e do Estado ocorrido até o final dos anos 1960.

Depois de 1945, o coro mundial sobre as possibilidades do desenvolvimento nacional adquiriu maior vigor. A reconstrução relativamente rápida da Europa Ocidental e do Japão parecia demonstrar que com vontade era possível aperfeiçoar rapidamente a tecnologia e assim elevar o nível geral de vida. O tema do desenvolvimento econômico ganhou força entre políticos e estudiosos, “también el tercer mundo debía desarrollarse, en parte con autoayuda y en parte com asistencia de los países ‘desarrollados’ más avanzados” (Wallerstein, 1998: 118).

No pós-guerra, o Keynesianismo manteve, a expectativa de que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. O modelo levou prosperidade econômica sem precedentes e estabilidade social à maior parte das economias de mercado durante quase três décadas pós Segunda-guerra (Castells, 1999: 36).

“Até o final dos anos 1960, o keynesianismo foi a ideologia oficial do compromisso de classe, sob a qual diferentes grupos podiam entrar em conflito nos limites de um sistema capitalista democrático (...). A crise do Keynesianismo é uma crise do capitalismo democrático” (Pzeworski et alii apud Dupas, 2000: 94).

Entre 1945 e 1970, aconteceu um esforço prático considerável para expandir os meios e o nível de produção de todo o mundo. Nesse período, o PIB e o PNB per capita chegaram a ser os principais instrumentos de medição do crescimento econômico, que por sua parte se havia convertido no principal indicador do desenvolvimento da economia. Essa quantidade de crescimento variou significativamente em todo o mundo, o conjunto das cifras ascenderam em todas as partes, e os chamados países socialistas não ficaram para trás. No mesmo período aconteceu o triunfo político de um grande número de movimentos do terceiro mundo que haviam

elaborado a estratégia de lutar pelo poder estatal com o objetivo de utilizar para aplicar em políticas que assegurassem o desenvolvimento nacional¹⁹⁶ (Wallerstein, 1998: 119).

A instabilidade política passada por diversos países em 1968 (como em maio, na França, por exemplo) surgiu da sensação de que o desenvolvimento nacional não havia ocorrido, como aponta Wallerstein. No entanto, não era uma consequência no sentido de que o objetivo em si (desenvolvimento nacional) fosse uma ilusão. Dois temas comuns aos movimentos podem ser colocados. O primeiro tema foi a proposta contra a hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial. O segundo foi o protesto contra a ineficiência dos movimentos chamados de “esquerda histórica” que haviam chegado ao poder em diferentes versões em todo o mundo. Ou seja, a social democracia no Ocidente, comunismo no leste e movimentos de libertação nacional no sul. Esses movimentos eram atacados por não conseguirem transformar realmente o mundo como haviam prometidos (Wallerstein, 1998: 120).

De alguma maneira, para Wallerstein, os manifestantes que participaram das diversas insurreições, diziam que os movimentos políticos da “velha esquerda” ou da “esquerda histórica” com suas atividades organizativas haviam alcançado os objetivos políticos formais que historicamente se haviam proposto – particular e especialmente, o poder estatal – mas muito claramente não haviam alcançado aquela igualdade humana maior que supostamente era a razão para tomar o poder estatal (Wallerstein, 1998: 120).

Entretanto, a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, com o choque do petróleo, em 1973, tudo mudou. Foi quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e grande recessão combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com taxas de inflação. A crise econômica generalizada que se seguiu após 1973, inclusive com desequilíbrios na balança de pagamentos, mostrou ao mundo que os governos tinham limites muito mais estreitos do que se imaginava até então para a condução da política econômica. Mais além, qualquer ação (que se traduzisse em gastos do governo) poderia ser mais nociva à economia, exacerbando a tendência a inflação (Drucker apud Dupas, 2000: 95). Segundo Hobsbawm, a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. No entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era do Ouro (dos anos 1950 a 70) haviam desmoronado irremediavelmente.

¹⁹⁶ Angola, um dos últimos países da África a tornar-se independente, assumiu o socialismo como diretriz política social-econômica logo após os primeiros anos de independência.

Durante muitos anos os problemas econômicos ainda eram “recessões”¹⁹⁷ (Hobsbawm, 1992: 393).

A partir daí, as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno (Anderson, 1995: 10). De acordo com Anderson, a Inglaterra de Margaret Thatcher (1979), foi o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa do novo liberalismo. Em seguida, Ronald Reagan (1980) nos EUA, Helmut Kohl (1982) na Alemanha, e a partir daí a onda de direitização ganha força e o ideário neoliberal (que incluía o componente central o anticomunismo) triunfa nas regiões do capitalismo avançado¹⁹⁸ (Anderson, 1992: 11-12). Grinspun e Kreklewich apontam que o objetivo das reformas neoliberais foi promover a “internacionalização do Estado”, pois se trata de um processo global por meio da qual as políticas e práticas nacionais têm se ajustados às exigências da economia mundial de produção internacional (Grinspun e Kreklewich, 1998: 80).

A idéia dessas reformas neoliberais está no cerne do debate que envolve o consenso de Washington. Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos EUA, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados (FMI, Banco Mundial e BID). O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Às conclusões dessa reunião é que se daria, posteriormente, a denominação informal de “consenso de Washington”.

Essa expressão foi inicialmente usada por John Williamson, pesquisador do *Institute for International Economics*. O programa de ajuste e estabilização proposto nessa conjuntura incluiu características de reforma, que determinados países implementaram de formas mais intensas ou não. Entre os pontos: a disciplina fiscal; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; redefinição das propriedades dos gastos públicos; liberalização comercial; manutenção de taxas de câmbio competitivas; desregulação da economia; proteção dos direitos autorais (propriedade

¹⁹⁷Segundo Hobsbawm, na África cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade tornou-se mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos da década na região (Hobsbawm, 1992: 395).

¹⁹⁸De acordo com Wallerstein, a expansão econômica mundial sofreu dois grandes choques. O primeiro foi na revolução de 1968. O segundo choque foi o estancamento econômico mundial no período 1970-1990, o fracasso econômico de quase todos os governos das zonas periféricas e semiperiféricas, e a saída dos regimes dos chamados Estados socialistas. A revolução de 1968 rompeu com a linha ideológica, e os decênios 1970 e 1980 eliminaram o resto da cobertura ideológica. O mundo aponta fórmulas do mercado como remédio de maneira que se pode resolver os problemas. É improvável que a maioria dos Estados que abandonaram os lemas “socialistas” para adotar lemas de “mercado” consigam melhorar significativamente seu nível de vida para o autor (Wallerstein, 1998: 119).

intelectual); atração das aplicações de capital estrangeiro. Conforme salienta Santos, o “Consenso liberal” ou “Consenso de Washington” foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia. Nem todas as dimensões da globalização estão inseridas do mesmo modo neste consenso, mas todas são afetadas pelo seu impacto (Santos, 2002: 27).

Foi no consenso que ficou claro a idéia de que a busca da democracia e da economia de mercado são objetivos que se complementam, e se reforçam¹⁹⁹. Claramente a preferência está no primeiro. Por outro lado, não se discutiu nesse consenso questões sociais como saúde, distribuição de renda, educação, combate à pobreza. As reformas sociais estão implícitas como decorrência natural da liberalização econômica.

Portanto, a relação entre Estado e mercado ganha impacto a partir do Consenso. Todavia, cabe ressaltar o efeito combinado de dois eventos entendidos pelos adeptos do neoliberalismo como prova decisiva da derrocada das economias administradas pelo Estado. O primeiro foi à queda do muro de Berlim (1989), e todo processo que levou a isso. O segundo foi à desintegração da União Soviética, em 1991 (projeto socialista já em questionamento no próprio país desde início da década de 1980). A inspiração do projeto de desenvolvimento planejado, centralizado e nas mãos do Estado foi definitivamente condenado na ocasião.

No caso angolano, que logo após a independência adotou o modelo socialista de inspiração soviética, passou a desenvolver no final da década de 1980, o modelo de economia de mercado. Nesse princípio, diversos acordos com o FMI são realizados. Porém, de acordo com Rocha, o Fundo Monetário Internacional não tem idéias inovadoras para apresentar. Os africanos, segundo o autor, desconfia do Fundo por causa de seu pensamento único, pois quer convencer a humanidade de que só existe um pensamento econômico válido para abordar as crises, resolver o desemprego e promover o desenvolvimento. Ou seja, a doutrina neoclássica ou ultraliberalismo. Para ele, a grande maioria dos “think tanks²⁰⁰” desempenha o papel de defensores da ideologia neoliberal, que pretende não conhecer fronteiras. Esses representantes do mercado multiplicam-se

¹⁹⁹ A idéia de democracia desde o século XIX de alguma maneira já estava relacionada a concepção capitalista. Elementos como individualidade e liberdade pressupõe essa ligação. No entanto, a valorização da democracia de mercado (e seus novos elementos, como as transnacionais) surge aqui com relevância extremamente significativa.

²⁰⁰ Esses representam verdadeiras fábricas do pensamento único e de imposição violenta das idéias neoliberais. Estas escolas de pensamento único foram inspiradas pela escola austríaca de economia, com Friedrich Von Hayek e Friedrich von Mises, profundamente anti-keynesianos e avessos a qualquer forma de intervenção do Estado na economia e que fundaram organizações de divulgação do pensamento único como a Heritage Foundation, o Institute of Economic Affairs e outras de semelhante uniformidade de idéias (Rocha, 2004: 57).

no mundo anglo-saxônico por onde se expandiram os mais antigos dos “think tanks” britânicos e americanos, como são os casos do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia. Mas não entendem, igualmente, a sua atividade em direção ao mundo em desenvolvimento, tendo como alvo, por exemplo, a América do Sul e os antigos países do Leste, onde certas experiências governamentais neoliberais são diretamente inspiradas pelos economistas de Chicago e ativamente sustentadas, no terreno, pelas novas filiais dos “think tanks” ocidentais. Esse ultraliberalismo, para Rocha, não é uma receita econômica universal. Ela não serve para África, nem para Angola, apesar desses representantes dominarem certas instituições públicas angolanas²⁰¹. Por trás de uma concepção fundamentalista do mercado, defendida pelos ultraliberais, está o pressuposto duma informação perfeita e de mercados completos, que não tem sentido algum nos países desenvolvidos e, muito menos, nos de desenvolvimento (Rocha, 2004: 54-57)

Diversas são as interpretações sobre qual o papel que o Estado teve e ainda pode desempenhar no plano econômico. Castells indica o capitalismo global prosperando e as ideologias nacionalistas crescendo em todo mundo. Nesse sentido, a idéia de Estado-nação vai perdendo o seu poder.²⁰² A dificuldade do governo em controlar a economia é acentuada pela crescente transnacionalização da produção, especialmente pela difusão das redes de produção e de comércio às quais as empresas fazem parte. Para o autor as relações de poder estão sendo transformadas pelos novos processos sociais. A maior mudança é à crise do Estado-nação como entidade soberana e a crise conexas da democracia política, como foi construída nos dois últimos séculos, “como os comandos do Estado não poderão ser impostos por completo e visto que algumas de suas promessas fundamentais incorporadas ao Estado de bem estar social não poderão ser cumpridas, sua autoridade e sua legitimidade são questionadas. Como a democracia representativa concretiza-se na noção de um órgão soberano, a indefinição de fronteiras de soberania leva a incertezas no processo de delegação popular. A globalização do capital, a “multilateralização” das instituições de poder e a descentralização da autoridade para governos regionais e locais ocasionam uma nova geometria do poder, talvez levando a uma nova forma de Estado(…)” (Castells, 1999: 423).

²⁰¹Um país como Angola, para que possa desfrutar da ajuda da União Européia e do Banco Mundial tem de obter a aprovação do FMI, tendo assim esta instituição um poder efetivo sobre os países em desenvolvimento (Rocha, 2004: 58).

²⁰²O trabalho não pretende desenvolver um debate sobre a concepção de Estado-nação. Quando é referido o termo Estado -nação pressupõe a idéia de Estado nacional contemporâneo.

De acordo com Pereira, os neoliberais dizem que ação coletiva é impossível, que o Estado é necessariamente ineficiente porque é vítima de interesses particulares, que sua proteção desestimula o trabalho e tende a favorecer determinados grupos de forma irracional. A eficiência identifica-se com o mercado. As falhas de mercado seriam muito menores que as falhas do Estado. Como consequência disso, propõe o Estado mínimo²⁰³ (Pereira, 1992: 114).

De outra maneira, a esquerda atual também considera a intervenção do Estado ineficiente. Esta não desestimula necessariamente o trabalho, mas, com certeza, favorece os grandes grupos, o capital oligopolista. Por outro lado, o Estado é facilmente vítima da ineficiência e dos interesses particulares, que o privatizam na medida em que o colocam a seu serviço (Pereira, 1992: 114).

Pereira aponta que a esquerda não aceita que o mercado seja intrinsecamente eficiente. As falhas do mercado já foram amplamente comprovadas e teoricamente analisadas. De outra maneira, o Estado deve ser objeto de reformas permanentes, uma vez que não existe no Estado um sistema de correção quase automático semelhante ao existente no mercado (Pereira, 1992: 114). O mercado e o Estado são responsáveis pela coordenação de cada economia nacional, operando de uma forma complementar. É impossível pensar em coordenação econômica somente pelo mercado ou somente pelo Estado (Pereira, 1992: 115-116). Já em Giddens, uma economia de mercado é incompatível com a intervenção do Estado sob a forma de planejamento total ou de corporativismo, mas ela necessita da mão forte do Estado no que diz respeito à manutenção da lei e da ordem, à promoção dos ideais nacionais e à capacidade de defesa²⁰⁴ (Giddens, 1995: 50).

Hobsbawm chama as décadas de 1980 e 1990, como “décadas da crise”, na qual a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas “economias de mercado desenvolvidas”, principalmente desde que o quase automático aumento nas rendas reais a que as classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era de Ouro agora chegara ao fim. Tanto os extremos de

²⁰³Segundo Boaventura de Sousa Santos, o papel do Estado na era da globalização é um dos pontos de maior controvérsia nos debates atuais. Se para uns, o Estado é uma entidade obsoleta e em vias de extinção ou, em qualquer caso, muito fragilizada na sua capacidade de organizar e regular a vida social, para outros, o Estado continua a ser a entidade política central, não só porque a erosão da soberania é muito seletiva, como, sobretudo, porque a própria institucionalidade da globalização – das agências financeiras multilaterais à desregulação da economia – é criada pelos Estados nacionais. Cada posição dessas capta uma parte dos processos em curso. Nenhuma delas faz justiça às transformações no seu conjunto porque estas são, de fato, contraditórias e incluem tanto processos de estatização – a tal ponto que pode-se afirmar que os Estados nunca foram importantes como hoje – como processos de desestatização em que interações, redes, fluxos transnacionais da maior importância ocorrem sem qualquer interferência significativa do Estado, ao contrário do que sucedia no período anterior (Santos, 2002: 61).

²⁰⁴Dupas questiona a idéia de que o Estado tem atuado de maneira cada vez mais diminuta na sociedade. Segundo o autor, em todos os países da Europa ocorreu, como proporção do PIB, acentuado aumento das despesas de proteção social desde os anos 1970 até 1992 (Dupas, 2000: 89-90).

pobreza e riqueza subiram, como subiu a gama de distribuição de renda entre eles (Hobsbawm, 1992: 397). O fato fundamental das décadas de crise, para o autor, não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso nas décadas de 1950 e 1960, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. Dessa forma, as décadas de crise foram à era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos (Hobsbawm, 1992: 398).

A seguir pretendo apontar as contribuições trazidas por Hirschman no que diz respeito às questões ligadas ao desenvolvimento, por e Amartya Sen nos seus trabalhos que envolvem aspectos relacionados aos alimentos.

Ambos os autores são importantes no corpo da tese, principalmente Sen por suas contribuições ao tema alimentar. As políticas de desenvolvimento faziam parte desse debate pós-segunda guerra e, acredito, tanto Hirschman, quanto Sen, tiveram papéis importantes com seus argumentos trazendo valiosas abordagens sobre a temática, merecendo certo destaque na tese.

4 - A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS OLHARES DE AMARTYA SEN E A. HIRSCHMAN

Amartya Sen e Hirschman são dois autores que abordam questões que ajudam no desenvolvimento da tese. Hirschman, em sua análise sobre economia e política, traz elementos significativos. Angola passa por um lento, mas consistente processo de democratização. Isso aponta para um debate na sociedade angolana sobre os caminhos do desenvolvimento que o país deve ter. As contribuições de Hirschman podem servir para entender melhor o direcionamento e o pensamento de determinados segmentos da sociedade angolana sobre questões relacionadas ao desenvolvimento agrário.

Sen e suas idéias sobre o desenvolvimento humano contribuem de forma muito importante no direcionamento de políticas aplicadas por várias organizações angolanas e internacionais. A questão da pobreza, como tema muito presente na obra de Sen, é trabalhada e inspiradora na ação de muitas organizações não-governamentais.

Durante os anos sessenta, quando a discussão sobre desenvolvimento girava em torno de desenvolvimento X subdesenvolvimento, partia-se do princípio de que o desenvolvimento era um processo de grandes dimensões de escala nacional ou mesmo mundial. O crescimento, destarte, era promovido nos grandes centros e depois “exportado” para regiões ou localidades menores. O desenvolvimento de uma região, município ou cidade era, portanto, pensado em termos exógenos (de fora para dentro), ou seja, promovia-se o desenvolvimento te termos gerais ou centrais e depois procurava-se ver de que maneira um território menor poderia participar e ser beneficiado nesse processo.

Do mesmo modo, esse modelo alterava o funcionamento dos mercados de trabalho acentuando desigualdades e gerando transformações culturais e institucionais como a difusão dos valores e comportamentos destes grandes centros e o enfraquecimento da identidade social, cultural e econômica de zonais rurais²⁰⁵.

Sen e Hirschman colaboraram para a modificação da perspectiva do “pensar” e “agir” em termos de desenvolvimento.

Conforme Amartya Sen, a idéia de desenvolvimento não está ligada diretamente à ampla prevalência do aumento da renda real e do crescimento na economia. Assim, o desenvolvimento não é somente o crescimento econômico. O problema, consoante o autor, não está no fato da busca da prosperidade econômica ser considerado um objetivo central do planejamento e do processo de formulação de políticas. O problema refere-se ao nível em que esse objetivo deve ser fixado. A busca da prosperidade econômica como um fim em si, embora errada no campo dos princípios, seria indispensável à busca da prosperidade como meio para o enriquecimento da vida das pessoas²⁰⁶ (Sen, 1993: 313-314).

A concepção do crescimento econômico não está diretamente ligada ao fortalecimento da democracia. Hirschman afirma que pode-se obter um considerável crescimento e progresso econômico (e com possível melhoria na distribuição de renda), sem um concomitante avanço na abertura política ou um declínio da repressão. Ou seja, “um fortalecimento da economia pode ocorrer lado a lado com um enfraquecimento da democracia” (Hirschman, 1996: 83). O autor discorre sobre o tema da tese da ameaça. Ele assegura que um passo à frente porá em risco um

²⁰⁵ Além do mais, acentava as desigualdades econômicas e sociais, consolidando regiões ricas com abundância de capital e regiões pobres com abundância de mão de obra.

²⁰⁶ Sen salienta que países com altos PIBs per capita podem apresentar índices espantosamente baixos de qualidade de vida. Exemplo seria Oman, com 6730 dólares americanos de renda per capita com 54 anos de expectativa de vida (Sen, 1993: 314).

passo progressista já dado. Esse argumento da ameaça não pode ser usado em países que não tem uma história gradual de reformas políticas e sociais²⁰⁷.

O crescimento é desequilibrado e desenvolvimento também, afirma Hirschman, a procura de soluções uniformes para problemas de desenvolvimento invariavelmente induz ao erro (Hirschman, 1996: 88). O autor questiona se há uma especificidade na economia do desenvolvimento que surge no final dos anos 1940 com a ruptura keynesiana, e proporcionou a idéia de legitimação no “pensar diferente”²⁰⁸. Nessa especificidade, Hirschman rejeita a pretensão de monoeconomia e também rejeita a pretensão de benefícios mútuos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos²⁰⁹.

A economia do desenvolvimento se caracterizou justamente por recusar o rigor analítico. Nos anos 1970, aconteceu uma maior leitura anglo-saxão, mais pragmática, com ascensão desse rigor. Já a tradição francófona, discutia qual seria o sentido do desenvolvimento? Com abordagens mais filosóficas e mais questionadoras.

Hirschman questiona as formas tradicionais sobre a relação progresso econômico e político²¹⁰. Para o autor, as duas esferas realmente apresentam muitas ligações que em determinados pontos são bastantes íntimas e mais tarde se dissolvem (Hirschman, 1996: 250). Traz a idéia do possibilismo, a interação entre economia e política, citando exemplos: Hirschman diz que a América Latina da década de 1980, quando os índices de desempenho econômico pararam de subir, ou declinaram em alguns países, sob o impacto da crise da dívida, importantes indicadores sociais como mortalidade infantil, analfabetismo e difusão da natalidade continuaram a apresentar melhoras (1996: 250). Em contrapartida, o vigoroso desenvolvimento da economia espanhola nas três décadas seguintes à guerra contribuiu de vários modos para solapar o regime autoritário estabelecido por Francisco Franco depois da guerra civil (Hirschman, 1996: 252)²¹¹.

²⁰⁷Muitos países em desenvolvimento não têm uma história de reformas e políticas sociais, como Angola, por exemplo. Então, para Hirschman esses retardatários têm pelo menos uma vantagem a seu favor: quando adotarem, por exemplo, instituições do welfare state, não será possível combater esse avanço com argumentos de preservar algum tipo de tradição (Hirschman, 1996: 85).

²⁰⁸E com isso surge o questionamento se é possível existir outra economia?

²⁰⁹Os países em desenvolvimento eram olhados como se estes só tivessem interesses.

²¹⁰As idéias de que todas as coisas boas andam juntas, ou seja, progresso econômico gera progresso político; a idéia de que tudo tem um custo, portanto, o progresso econômico necessariamente implica um custo na esfera política e vice-versa; e a questão do progresso econômico ocorre sozinho, enquanto o progresso político precisa ser contido, ou até mesmo revertido (Hirschman, 1996: 248).

²¹¹Com a morte do ditador em 1975, teve início uma transição razoavelmente tranqüila para a democracia. Mas justo naquela época a crise internacional do petróleo barrou temporariamente a expansão econômica gerando desemprego em grande escala (Hirschman, 1996: 252).

Dessa maneira o progresso político e o econômico não estão ligados entre si de modo fácil e funcional. Existem várias conexões “liga / desliga” (Hirschman, 1996: 257). É importante a busca de racionalidades ocultas (racionalidade Hirschman), presente nos caminhos pouco familiares em certas circunstâncias. Portanto, não é a racionalidade aparente que os modelos tradicionais apontam. O sucesso da política econômica depende da compreensão dos agentes sociais, negociadas com a sociedade. Hirschman é cético com relação ao planejamento nesses termos.

Surge nesse contexto a importância das “pressões” de Hirschman (boas ou más). O enfoque possibilista indica o complexo de fracasso na América Latina classificando a experiência anterior como fracassada; amplia as possibilidades das coisas boas surgirem (reconhece as coisas boas), com a valorização dos processos em curso (valorizando as especificidades). Hirschman, otimista, salienta a idéia de ampliação das possibilidades de coisas boas acontecerem, dando ênfase aos processos em curso.

É nessa linha de raciocínio que Dubiel argumenta que os próprios conflitos sociais produzem os valiosos laços que consolidam as sociedades democráticas modernas e lhes conferem a força e coesão que precisam. O autor refere-se especificamente às sociedades democráticas do ocidente (Dubiel apud Hirschman, 1996: 263 e 270). Esse argumento de que o conflito pode desempenhar um papel construtivo nas relações sociais é trazida para a discussão por Hirschman. O conflito é, de fato para Hirschman, uma característica da sociedade de mercado pluralista que se evidencia com notável persistência. Para os comunistas, os conflitos eram sinais do colapso iminente ou final do capitalismo. Os cientistas sociais do Ocidente aceitaram a idéia que o conflito em geral é destrutivo e se abstiveram de avaliar por completo o grau e as características em sua sociedade (1996: 271-272).

Como indicado esse autor valoriza os processos em curso, portanto, é contrário ao etapismo no desenvolvimento econômico²¹². Existe no desenvolvimento uma aventura (incerteza) épica e não uma transição comercial, com recursos e habilidades ocultas. Conforme Hirschman na economia deve-se valorizar os recursos ocultos (contrapondo a economia tradicional²¹³), abandonando a teoria econômica que pensa de forma muito ajustada com uma conspiração

²¹²Exemplo do Brasil com a informática na década de 1970; o país não tinha passado por etapas mais elementares na industrialização nesse ramo.

²¹³Que combina o uso de recursos (escassos) que produz um uso ótimo – idéia de eficiência.

multidimensional em favor do desenvolvimento. O encadeamento potencializa o desenvolvimento.

Dentro dessa abordagem de Hirschman, o autor chama-nos atenção aos projetos de desenvolvimento que são os “aceitadores de características”, e outros são os “criadores de características”, em analogia com a teoria dos preços na qual a distinção entre “aceitação de preços” (na concorrência) e “determinação de preços” (em condições de monopólio ou oligopólio) desempenhava já de longa data um papel importante (Hirschman, 1996: 147). É interessante notar a contribuição desse autor no que se refere a atuação de projetos de determinadas organizações não governamentais em uma realidade tão complexa e diversa como Angola.

Para Hirschman, a aceitação de características dizia respeito a situações nas quais um projeto se enquadra facilmente em dada estrutura social e cultural e não procura modificá-la, ao passo que um projeto criador de características é mais ambicioso, ou seja, precisa mudar algum aspecto dessa estrutura em algum lugar para ter êxito. Hirschman argumenta uma condenação das tentativas de criação de características sob certas condições. Algumas tarefas de tolerância reduzida simplesmente estão além das possibilidades de uma sociedade tal como esta se encontra constituída e, portanto são propensas ao fracasso (Hirschman, 1996: 147). Isso parece ser o caso de Angola quando se tornou independente. O governo do MPLA não observou as diversas características e a pluralidade da população angolana, preocupando-se tão somente no desenvolvimento homogêneo e igual da população, seguindo o modelo socialista.

Amartya Sen trabalha com o desenvolvimento humano, e vê o desenvolvimento como um processo de expansão de liberdades que as pessoas desfrutam. Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio de desenvolvimento. Pode-se chamar, respectivamente, como o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana²¹⁴ (Sen, 1999: 52).

Amartya Sen e Jean Drèze escreveram, em 1989, o livro “*Hunger and Public Action*”, considerado um marco no desenvolvimento do tratamento da segurança alimentar como uma

²¹⁴As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política, liberdade de expressão, etc. (Sen, 1999: 52). Já a liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos (Sen, 1999: 54).

questão de garantia de acesso. Os autores constatam que a fome não é um fenômeno exclusivo da era moderna. No entanto, o que torna a fome um fenômeno socialmente intolerável, moralmente constrangedor e politicamente inaceitável nos tempos atuais é o enorme desenvolvimento da capacidade produtiva da agricultura moderna, que garantiria, do ponto de vista da disponibilidade física de alimentos, a suficiência alimentar de toda a humanidade (Pessanha, 1998: 34).

Com esse olhar de Sen e Drèze, a fome atualmente é mais uma questão de política e ética, e poderia ser resolvida pela decisão dos governos de garantir o direito ao acesso aos alimentos a todos, através implementação de políticas redistributivas que diminuíssem as desigualdades entre os diversos segmentos sociais. O acesso aos alimentos é um direito humano fundamental (Sen e Drèze, 1989).

A abordagem significa uma mudança profunda na análise do problema da fome ao reconhecer que o direito de aquisição de alimentos não depende somente da oferta de alimentos, mas também de fatores distintos que definem as características econômicas e sociais de uma sociedade, tais como educação, emprego, distribuição de renda, etc. Nesse contexto, a fome é explicitamente conceituada como um fenômeno social vinculado ao problema geral da pobreza e do desenvolvimento (Pessanha, 1989: 39).

A fome é causadora por falhas no sistema de intitamentos²¹⁵ (noção instrumental à capacidade). Esses intitamentos estão nas capacidades (valor intrínscico como direito humano) das pessoas empreenderem atividades valiosas (aquele modo de ser e existir que a pessoa tem vontade) que estão ligados a liberdade. O desenvolvimento surge como a expansão das capacidades para desenvolver as vontades valiosas (igual ao modo de funcionar valioso). Isso não representa a posse de algum recurso ou bem material, não está ligada ao critério de avaliação de utilidades, e sim nos diferentes usos dessas posses²¹⁶. O que está em jogo é a liberdade para escolher, portanto expandir as capacidades.

²¹⁵O documento Declaración de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación: cinco años después, da FAO (2002), aponta “(...) el hambre es tanto causa como efecto de la pobreza extrema, e impiede a las personas pobres aprovechar las oportunidades de desarrollo, que la erradicación del hambre es un paso decisivo para mitigar la pobreza y la seguridad, y que la comunidad internacional há reafirmando su compromiso con respecto a la mitigación de la pobreza”.

²¹⁶A idéia de que cem kwanzas para um cidadão angolano urbano é diferente de cem kwanzas para um cidadão rural angolano.

Sen busca combinar o uso extensivo dos mercados²¹⁷ com o desenvolvimento de oportunidades sociais e deve ser visto como parte de uma abordagem ainda mais ampla que também enfatiza liberdades de outros tipos, como direitos democráticos, garantias de segurança, oportunidades de cooperação, etc. (Sen, 1999: 152).

As políticas públicas não devem ser direcionadas para um público - alvo. Sen afirma que esse direcionamento é, na verdade, uma tentativa – e não um resultado de direcionamento máximo²¹⁸ (Sen, 1999: 163). Consoante o autor, não basta olhar a pobreza, mas tem que buscar olhar dentro da pobreza. A equidade tem que contemplar a questão da diversidade humana (valorizar e reconhecer). A igualdade está ligada a liberdade de escolha.

Dentro da abordagem dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades tem importância decisiva²¹⁹. O desenvolvimento humano é um tipo de luxo que só os países mais ricos têm condições de bancar. Recentemente, o Leste Asiático obteve êxito no campo econômico buscando a expansão em massa da população, e mais tarde também dos serviços de saúde, e fizeram isso, em muitos casos, antes de romper com os grilhões de pobreza geral (Sen, 1999: 170).

A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social, etc. contribui diretamente para a qualidade de vida e seu florescimento²²⁰. As recompensas do desenvolvimento humano, vão além da melhora da qualidade de vida, e também, incluem sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, nesse sentido, também sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada (Sen, 1999: 170-171).

Desta maneira, hoje em dia, as políticas estão voltadas para o desenvolvimento endógeno, ganhando força também nas teorias de desenvolvimento local. É um processo “de dentro para

²¹⁷Sen é a favor da liberdade de transações de mercado. É importante para o autor considerar as formas dos mercados (Sen, 1999: 140) A eficiência de mercado pode ser estendido à perspectiva das liberdades substantivas (Sen, 1999: 143). O papel desempenhado pelo mercado tem de depender não só do que eles podem fazer, mas também do que lhes é permitido fazer (Sen, 1999: 146).

²¹⁸A formação de preferências por meio da interação social é um objeto importante na obra de Sen, assim como a importância dos valores e do raciocínio para o aumento das liberdades e para a realização do desenvolvimento (Sen, 1999: 285 e 289).

²¹⁹Sen salienta que no passado dos atuais países ricos encontra-se uma história notável de ação pública por educação, serviços de saúde, reformas agrárias, etc. O amplo compartilhamento dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso da população participasse do processo de expansão econômica (Sen, 1999: 170).

²²⁰Exemplo que Sen nos traz diz respeito as políticas maoístas de reforma agrária, expansão da alfabetização, ampliação dos serviços públicos de saúde, etc. Que produziram um efeito muito favorável sobre o crescimento econômico da China pós- reforma (Sen, 1999: 295).

fora”, mobilizador das energias locais e promotor da vontade política e social da comunidade. No próprio território deve ser criada a capacidade necessária para enfrentar os desafios e oportunidades, por meio da integração dos atores sociais (autoridades públicas, empresários e sociedade civil)²²¹.

Sen assevera também o tema da relação entre segurança alimentar e direito à alimentação. Os direitos da disponibilidade de alimentos realmente constituem um excelente meio analítico para compreender e precisar o direito a uma alimentação adequada. O conceito dos direitos à disponibilidade de alimentos modifica a questão primordial para uma análise do termo de segurança alimentar. Em lugar de questionar-se a quantidade disponível de alimentos nos níveis mundial, nacional e local, investiga-se o controle social individual de acesso aos alimentos (Sen apud FIAN, 1997: 08).

O próximo tópico da tese está na importância da sociedade civil ao longo dos últimos anos. A redefinição do papel do Estado, do mercado e da sociedade está no cerne desta parte da tese. Para isso trago as contribuições de Hegel, Bobbio, Gramsci, Habermans, enfim, diversos autores e correntes que salientam diversas posições sobre essa questão.

A sociedade civil angolana é marcada pela repressão do Estado colonial português e pelo Estado marxista-leninista do Partido Único. No entanto, com a Segunda República, que trouxe o Estado de direito, a multipartidarização e a Lei das Associações, inúmeras organizações da sociedade civil surgiram e começam a dar voz a população. A democratização que o país busca passa necessariamente pelo fortalecimento dessa sociedade, que deve resistir ao autoritarismo. No próximo ponto do capítulo aponto os desdobramentos da sociedade civil angolana ao longo dos anos.

5 - A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ANGOLANA NA RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

Para entender as dinâmicas que envolvem a sociedade civil angolana e sua relação com outras instituições, com aquelas ligadas ao governo ou aos organismos internacionais é importante compreender “as várias” Angolas que existem no país não sendo possível analisar de

²²¹ A visão estratégica e a coordenação das ações de desenvolvimento têm que ser locais, ainda que se reconheça que a globalização nos obriga a considerar os recursos e a situação externa ao território.

uma forma uniforme, como se existisse uma unidade nacional cultural. Tal como em muitos países africanos, no pós-independência de Angola, as estruturas de poder constituídas, mantidas e consentidas pelos diversos atores sociais envolvidos configuram uma paisagem operacional e institucional em que as forças centrípetas, induzidas pelas lógicas da independência “nacional”, vêm-se confrontando com múltiplas tendências centrífugas, que pulverizam poderes políticos disjuntivos por grande parte do território da “República de Angola”.

Do mesmo modo, como aponta João Milando, sociólogo da Universidade de Lisboa, em função do conteúdo concreto que se atribui à expressão “República de Angola”, é possível destringir várias realidades sociais, políticas e culturais do espaço territorial angolano, em parte, como consequência da colonização (Wilhem apud Milando, 2006: 95).

Dessa maneira é possível, dentro de cada uma dessas realidades, aprender diversas dinâmicas sociais, que podem ser analisadas segundo diversos critérios. Milando privilegia dois critérios: a gestão efetiva ou não destas realidades pelo Governo Central; e o tipo de racionalidades e de mecanismos de produção e de reprodução sociais predominantes (2006: 96).

Sendo assim, o autor aponta a “Angola Governamental” – que corresponde à parte da Angola onde se faz sentir, de forma duradoura, a Administração Central do Estado, a gestão político-militar do Governo / MPLA. Em termos geográficos, esta parte de Angola é construída principalmente por Luanda, as capitais provinciais e pouco mais que as áreas urbanas e peri-urbanas do país. São as forças políticas deste espaço que estão em causa, quando se fala do Governo Central. Não fazem parte desta Angola as outras parcelas do território nas quais nunca se fez sentir uma presença, ou influência duradoura e efetiva das autoridades centrais.

A segunda dinâmica social é a “Angola Ad Hoc” – refere-se às áreas do país que, de um modo prolongado, estiveram ocupadas pelas forças da UNITA ou onde fez-se sentir a influência da sua política disjuntiva em relação ao Governo Central.

A outra corresponde a “Angola de Ninguém” – em alguns casos, corresponde àquelas parcelas do país nas quais estiveram quase sempre ausentes às atividades políticas, quer das autoridades da “Angola Governamental”, que das de “Angola Ad Hoc”. Em outros casos, a presença das forças políticas de uns e de outros nunca se conseguiu impor a ponto de suplantarem as dinâmicas linhageiras da vida comunitária, de modo a envolver as respectivas populações em lógicas mais cidadinas de produção e reprodução sociais. A “Angola de Ninguém” é constituída por diversas “ilhas” rurais dispersas, sobretudo no norte, no leste e no sudoeste do país.

Finalmente, o quarto aspecto que considero relevante nas dinâmicas é a “Angola Constitucional” ou “Angola - Projecto”, que distancia das “três angolas”, pois nessa a existência não é substancial, mas sustentada pela constituição da República de Angola, pelo discurso oficial das autoridades de “Angola Governamental”, e também pelo sistema das relações internacionais, cujos mecanismos de legitimação do Estado-Nação distorcem freqüentemente das realidades empíricas de referência. Trata-se de uma representação social de Angola que corresponde ao espaço institucional que o Governo Central condensa na expressão “De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”. Constitui a República de Angola ante aos olhos das Nações Unidas, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da “Comunidade Internacional” em geral. Esta visão pressupõe que Angola tem sido um país cujo Governo Central, instalado em Luanda, possui o controle absoluto de todo o espaço territorial e político sob sua jurisdição oficial. Apesar de ser apenas um projeto parcialmente destituído da sua substância concreta, é desta Angola que trata a maioria da literatura existente sobre a realidade pós-colonial do país (Milando, 2006: 95-100). É desta Angola que se debruça as poucas análises feitas sobre este “despertar” da sociedade civil angolana. Mas, no entanto, é nessa sociedade organizada que se tenta enxergar Angola em suas múltiplas diversidades.

Dessa forma, pode-se afirmar que a sociedade civil angolana tem uma história que é anterior ao dia da independência do país. Não se pode conceber o onze de novembro de mil novecentos e setenta e cinco como sendo o princípio da história da sociedade civil organizada em Angola. De acordo com Carlos Lopes, a “inferioridade africana” tem por base a idéia da inexistência do fato histórico antes da colonização. Para o autor, “o desenvolvimento da história do continente é patente. Tudo quanto está ligado a um passado de descobertas e realizações africanas é desapropriado deles e repassado a um outro povo” (1995:22-23). Outros autores também trabalharam com a temática da consequência da colonização aos africanos. Franz Fanon produz uma crítica radical da colonização através de um olhar circunstanciado sobre as estratégias de violência, subordinação e desumanização que produzem o colonizado. Como um contradiscurso, a descolonização implicaria em invalidar e reinventar um suposto “sujeito colonial” na sua verdadeira humanidade. Segundo o autor, “a descolonização jamais passa desapercibida porque atinge o ser (...) a descolonização é a criação de homens novos. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural; a coisa colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta” (1979:26-27)

O africanista Nelson Pestana não considera nem mesmo o nacionalismo moderno angolano, surgido nos anos 1950/1960, que conduziu a luta armada, como ponto de princípio da sociedade angolana. Para ele, existe uma “história antiga” dessa sociedade tem ligação com a história do movimento associativo angolano, cujas origens se pode situar em meados do século XIX, com as associações culturais e os movimentos cooperativos e mutualistas angolanos que davam corpo à afirmação do direito de cidadania dos africanos nos anos 1930 e que se prolongou ao longo de todo o século XX (2002: 03). Sobre o associativismo angolano em meados do século XIX, Aida Freudenthal, aponta que através da imprensa (que surge com significativo impacto na elite da Angola colonial no final do século XIX) e desse associativismo, as elites participaram das críticas formuladas á administração colonial, reivindicando direitos, denunciando abusos e desencadearam o temor e o ódio dos colonos cujos interesses estavam em contradição com as disposições legais, nomeadamente no que respeitava à imposição do trabalho obrigatório e às duras condições desse trabalho. Não só em Angola, como também através da imprensa periódica da sua responsabilidade em Lisboa, essas elites fizeram ouvir a sua voz e um movimento associativo emergente reforçou as bases de sua identidade²²² (1988: 19).

Para Pestana, a história mais recente da sociedade civil angolana tem a ver com o “renascer” do movimento associativo, com a afirmação da sua autonomia e da sua legitimidade de sua intervenção no espaço público, depois dos movimentos de libertação terem sonogado o espaço público criado no contexto colonial, ao assumirem-se como partidos-nação (Pestana, 2002: 03). Não somente em Angola, mas o que caracterizava de alguma maneira os movimentos de libertação, está na abordagem de Davidson, quando afirmou que “qualquer tipo de dúvidas relativamente ao nacionalismo, ou às credenciais do estado-nacionalismo como único caminho possível de fuga, assemelhava-se necessariamente a uma espécie de traição a luta anticolonial” (2000: 117).

Ademais, faz-se necessário afirmar que a configuração do espaço público em Angola foi comandada pelo Estado desde a época colonial. Desta maneira, os severos limites impostos à participação de atores não-estatais impediram a construção social de uma cultura de diálogo e ignoraram a contribuição de mecanismos promotores da coesão social, particularmente de normais sociais complementares à racionalidade do Estado e do mercado (Elster apud Abreu,

²²²A autora chama atenção para o jornal “O negro”, publicado em Lisboa, em 1911, como porta-voz do Partido Africano, exprimindo a elite africana lá residente os seus protestos e aspirações sobre o futuro das colónias e os direitos dos africanos (1988: 19).

2006: 28). De acordo com Basil Davidson, o regime português era órgão de repressão sistêmica ao nível interno e reproduzia as mesmas misérias na África, concedendo pouco direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e praticamente nenhum direito válido aos seus “nativos”. As alternativas em termos de política ou de método nunca eram temas de debates no seio deste império, mas apenas uma provocação para a polícia política (PIDE) (2000: 184).

Todavia, fica difícil falar em participação social no contexto da época colonial. Manifestações fizeram-se presentes, principalmente através dos movimentos de libertação nacional, mas, no entanto, a conjuntura autoritária dificultava qualquer tentativa de participação por parte da população.

É através da idéia de participação social que as dinâmicas da sociedade civil em Angola podem ser compreendida, avaliada e classificada, pelo menos em termos mais objetivos²²³. Contudo a aceitação do estado-nação pós-colonial na África significava a aceitação da partilha colonial e das práticas morais e políticas da administração colonial nas suas dimensões institucionais (Davidson, 2000: 161). Isso aponta também uma característica de Angola, quando se observa o contexto da sociedade civil pós-colonial com aspectos muito parecidos com o período português, basicamente no que diz respeito ao autoritarismo, marcante naquele momento.

No momento do período do partido único (sistema político pós-independência, 1975-1991), as análises sobre a “sociedade civil” angolana são geralmente redutoras, negando qualquer existência de uma autonomia latente, ou exclusivamente legitimadoras, fazendo passar as organizações de massas (como a Organização das Mulheres Angolanas, por exemplo) como pseudo-representantes dessa “sociedade civil”. Nelson Pestana procura traçar a genealogia analítica dessa realidade que ainda não ousava a dizer seu nome e que por vezes era designada como o conjunto dos cidadãos sem partido (Pestana, 2002: 05).

Outro elemento importante é a guerra civil, que com as duas primeiras décadas após a independência, inibiu o desenvolvimento de organizações autônomas atuando no espaço público. Isso na medida em que toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi também

“Esmagada pela guerra porque toda a deslegitimação do poder do Estado vem reforçar um outro poder, armado e de natureza totalitária, toda a rejeição deste outro poder faz funcionar a máquina do Estado, contribuindo, para bem ou para mal, para o seu reforço: esta dualidade de poderes

²²³Eis a dificuldade de compreensão do conceito de sociedade civil, principalmente quando os autores que se debruçam na temática buscam de um conceito definido, sem compreender as diversas dinâmicas e os diversos atores sociais e políticos que atuam na complexidade da sociedade analisada, a angolana no caso.

opressores estimulando a sua (deles) radicalização e mantendo-os para lá deles, sendo o seu resultado comum o sufocar das forças e vias independentes e pacíficas” (Messiant apud Abreu, 2006: 89).

Exemplos foram às medidas impedindo a formação e desenvolvimento das atividades de associações de caráter cívico como a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), bem como a alteração da lei de resposta dos partidos políticos (de 1995), dificultaram a participação política destes e a consequência mediatização das suas posições nos grandes órgãos de difusão que são pertença ao Estado. As associações cívicas eram acusadas pelo regime de antipatrióticas (por acolherem os relatórios sobre direitos humanos de organizações internacionais), de trabalharem ao serviço do “inimigo” e por serem politicamente da oposição, alegações que criavam um ambiente de intimidação e dava campo a ações camufladas de segurança de Estado contra seus dirigentes (Lopes, 2004: 01-02).

Em suma, é importante observar que o espaço público angolano não pode ser concebido como um espaço neutro. Esse espaço tem a sua própria história traumática que fortemente influencia a capacidade dos angolanos em se organizarem e falarem publicamente, direitos básicos da esfera pública de Habermas (Comerford, 2005:03). Munslow afirma:

“É necessário estudar de novo a história (de Angola) para se entender o espaço limitado que existe para a sociedade civil prosperar em Angola. Durante o domínio colonial reprimiram-se as organizações africanas independentes (...) No meio das fileiras do MPLA, a tentativa de golpe de Estado de Nito Alves em maio de 1977 teve enormes ramificações para impedir o futuro crescimento da sociedade civil em Angola” (Munslow apud Comerford, 2005: 03).

É claro que dentro desse raciocínio pode-se falar que o violento conflito que se seguiu após as eleições de 1992 também marcou fortemente a sociedade civil angolana. Além desse episódio, todo trauma de longos anos guerra de maneira importante marca a sociedade numa espécie de “cultura de violência e do medo”, que se percebe na falta de participação, na omissão e na submissão por parte dos angolanos em determinadas situações. Adão Avelino Manuel, filósofo e docente da Universidade Católica de Angola salienta, ao analisar a conjuntura atual que,

“sente-se claramente uma manifesta falta de participação e envolvimento na execução das tarefas sociais e culturais; presente-se a ausência de motivação para realizar e implementar planos e projetos comunitários; sente-se que falta coragem, dedicação e abnegação na realização e no

cumprimento das tarefas comunitárias. Na verdade, sente-se que só poucos fazem o muito que todos deveríamos fazer”²²⁴ (2006: 26).

Mesmo na conjuntura do partido único, Pestana aponta o espaço literário angolano como ambiente que podia-se desfrutar de uma autonomia relativa, no que diz respeito ao controle do espaço público por parte do Estado. Isso porque na época, alguns dos maiores nomes da cultura nacional, em consequência da forma violenta como as diferenças (ou contradições) políticas ou de personalidade, no interior do movimento nacionalista, foram sempre resolvidas, tinham-se distanciado dos círculos do poder ou tinham sido marginalizados ou eram objeto de severo esquecimento (Pestana, 2002: 10).

Dessa maneira, a União dos Escritores Angolanos (UEA) nascida num clima ao mesmo tempo de lutas internas no seio do poder político e de procura de (re) estruturação do campo literário e cultural autônomo, constituindo-se como uma fonte de legitimidade independente. Dessa forma, a instituição vai procurar liderar este esforço de (re) estruturação do campo literário, definindo-se como a organização dos escritores que defendiam a revolução, ao mesmo tempo em que reclamava a legitimidade de representar todos os escritores angolanos, pretensão reveladora de uma contradição nos próprios termos e que esconde mal o espírito confederador que ela pretendia desempenhar. Como afirma Pestana, a União dos Escritores Angolanos era o lugar onde evoluía esta contradição entre “autonomia literária” e “controle político”; ao mesmo tempo em que proporcionava numa relativa autonomia do espaço literário, nomeadamente face ao controle do partido único e do Estado, permitiu esforços redobrados das elites políticas com vista a instrumentalização política da literatura e dos escritores²²⁵ (Pestana, 2006: 10-11).

Mudanças significativas ocorreram com a transição da República Popular de Angola para a República de Angola, em 1991. A passagem para o Estado multipartidário democrático de direito trouxe enormes mudanças no quadro jurídico do país, como a criação de leis importantes, como a Lei das Associações (com seu funcionamento independente do Estado), a Lei dos

²²⁴ Percebemos que até hoje o eco de tanto autoritarismo imposto à população ainda tem significativo impacto na participação da população em ações sociais.

²²⁵ Alguns escritores, com passado em agrupamentos informais de esquerda, criou abertamente uma associação cultural em Luanda, que publicou, conforme aponta Gonçalves, a revista literária “Archote”, animando interessantes debates, nos quais se combatia o monolitismo do regime na cultura e foi decisivo na constituição da Associação Cívica Angolana. Fundada em 1990, a primeira ONG angolana tinha como vocação a defesa dos direitos humanos (Gonçalves, 2004: 27).

Partidos Políticos Independentes, a Lei do Direito à Greve, a Lei de Liberdade de Imprensa, a Lei de Reunião Pacífica, entre outras.

A simples observação das designações deste pacote de leis revela como era a ocupação do espaço público pelo Estado durante a Primeira República. Cesaltina Abreu indica, por outro lado, a falta de regulamentação ou a regulamentação tardia dessas leis, observável nas datas de suas respectivas aprovações, para além de ter criado impasses legais, também gerou desentendimentos na sua interpretação²²⁶ (2006: 34).

O Artigo 2º da nova Constituição de 1992 define:

“República de Angola é Estado de Direito, tendo como fundamento à unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados”.

Em 1994, três anos apenas de nascimento da II República em Angola, Fernando Pacheco afirmava já existir uma sociedade civil angolana “como a expressão de forças sociais e económicas formais e não formais que já demonstraram capacidade de assegurar, pelo menos a sobrevivência das cidadãs e dos cidadãos”. Dessa maneira, não tinha dúvida que já existia uma afirmação de sociedade civil angolana, e que era constituída, por forças sociais (associações informais, redes de parentesco, indivíduos dotados de espírito empreendedor) resultantes de um processo de urbanização recente, que estão em rápida e permanente transformação porque têm acesso a diferentes modernidades: que não estão isoladas, mas em contato com o mundo através dos meios de comunicação e das linhas aéreas internacionais; que estabelecem laços múltiplos entre si e vão construindo redes de autênticos contra-poderes, traduzidos em fatos conhecidos como a organização dos mercados, o estabelecimento de taxas de câmbio, as ações de reivindicações, entre outros (Pacheco, 1994: 07).

O ganense Gyimah Boodi defende que a sociedade civil organizada cresce num ritmo muito rápido em África. Fernando Pacheco considera, que no caso angolano, esta afirmação é exagerada. Porém, para o Presidente da ADRA, a sociedade angolana constitui seguramente, o segmento social de maior crescimento e dinamismo em Angola desde o início da construção da democracia no início dos anos 1990 (Pacheco, 2004: 02). Para dois representantes do “jornalismo

²²⁶Como exemplo a nova Lei de Terras, aprovada em 2004, revogando a Lei 21-C/92s, (sobre o Uso e Aproveitamento da Terra para fins Agrícolas).

privado”²²⁷ angolano (Willian Tonet redator da Folha Oito) e Aguiar dos Santos (do jornal Agora), analisando o fracasso das negociações de Lusaka (1994), apontam a ausência da participação na mesa de negociações de outros atores não-militares (como a sociedade civil) como um fator significativo para o fracasso de Lusaka. De acordo com o primeiro, escrevendo um mês antes da morte de Jonas Savimbi, “na prática Lusaka falhou, não por privilegiar uma verdadeira Reconciliação Nacional. Lusaka falhou por rejeitar a participação de outros atores políticos desarmados, igrejas, sociedade civil e autoridades tradicionais (...)”²²⁸. Já para Aguiar dos Santos, escrevendo em junho de 2001, referiu-se à exclusão de segmentos chave da sociedade angolana como uma falha principal nos acordos:

“A experiência destes setes anos de (não) vigência do Protocolo de Lusaka veio demonstrar que a bipolarização assente no ‘negócio’ a dois conformou apenas, com as conseqüências que se conhecem, uma visão redutora e simplista, de como se alcançar a tão propalada Reconciliação Nacional. A própria lógica de cedências ou garantias mútuas subjacentes ao acordo, não propiciou a mínima possibilidade de coabitação, entre os seus subscritores, muito mais preocupados em não deixarem qualquer margem de envolvimento de outros segmentos importantes da sociedade, potenciais apaziguadores de décadas de ódios, recalcamientos e desconfianças”²²⁹.

Eis que em 1996, entra em cena a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), que diz inspirar-se em instituições similares existentes nos grandes países democráticos e pretender prosseguir, como estas, os objetivos de progresso social, cultural e científico²³⁰. A FESA aparece então, mais claramente como uma instituição na qual o Presidente da República intervém como pessoa privada e cujos fundos não são os seus, mas sim os de grandes sociedades internacionais e nacionais²³¹.

A Fundação pode ser analisada, conforme aduz Christine Messiant, num primeiro nível, como um produto e um coroar do sistema geral de dominação clientelista e o sinal do reforço do

²²⁷Esse jornalismo surgiu após 1991 (pois antes só existia o Jornal de Angola, do “Estado” angolano – estas aspas foram de propósito porque muitas vezes, em Angola, Estado e Governo se confundem, principalmente no Jornal de Angola) e ganhou força ao longo da década de 1990 (como exemplo os jornais Actual, Agora, Semanário Angolense, Folha 8 e O independente). Comerford evita usar o termo “independente”, pois existiam alegações da existência de um jornalismo comprado em Angola, conhecido em várias partes do mundo como jornalismo “caderneta de cheques”. Dessa maneira, o termo “privado” é mais neutro, implicando menos que a designação “independente”, como é comum utilizarem (2005: 80).

²²⁸Folha Oito, em 26 de janeiro de 2002. In Comerford, 2005: 83.

²²⁹Jornal Agora, 02 de junho de 2001. Comerford, 2005: 84.

²³⁰Ver mais na página da instituição: <http://www.fesa.org.br/>.

²³¹Basta ver as mensagens de patrocinadores nas revistas. É muito comum encontrar a brasileira Odebrecht, as estatais Sonangol (Petróleo), Taag (Aviação).

poder presidencial²³². Basicamente, esta Fundação, como outras, “rétem” dinheiro privado que não é seu, para realçar a imagem pessoal de benfeitor do seu “fundador e patrono”, que intervém nisso como pessoa privada, mas é também, como não deixa de lembrar a Fundação, “o Presidente da República de Angola e do MPLA, o partido maioritário no poder”. Para tal, a FESA – jogando como “Estado” angolano o faz na gestão muito estratégica do seu petróleo, com as rivalidades entre os interesses econômicos estrangeiros e os “seus” Estados – “taxa” (direito de entrada, contribuição em diversos projetos) as grande companhias estrangeiras interessadas nos “negócios” angolanos (as sociedades petrolíferas e para-petrolíferas, as implicadas nos diamantes e nos grandes projetos de infra-estruturas, a construção, certos bancos, entre outros), e também as grandes sociedades angolanas (como a Sonangol do petróleo, a Endiama para os diamantes, que sempre dependeram diretamente, não das decisões do governo, e sim das do Presidente), bem como diversas outras menores, que também pretendem figurar neste “bloco” duplamente interessante, porque próximo do poder e das benesses²³³ (Messiant, 1999: 08).

O Presidente angolano “recanaliza”, desta maneira, em direção à sua própria pessoa uma parte dessas benesses e redistribui-as, todos os anos, sob a forma de “cacho”, durante a “semana da FESA”²³⁴, que dá lugar a muita publicidade, votos de felicidades e agradecimentos. A Fundação não funciona apenas com fundos privados. Dentre as realizações ostensivamente inauguradas, algumas provêm do próprio Estado²³⁵. A FESA colabora com o “Estado”, os ministérios ou as administrações locais, intervindo “em complemento da ação do governo”. Além disso, a FESA apóia também uma série de outras organizações da sociedade civil. Algumas surgem na semana da Fundação. A FESA apóia também a Associação de Apoio às Mulheres Rurais, de que a primeira dama é igualmente presidente. Ela co-financia, com diversos Ministérios, esta organização econômica e apadrinha, ainda em associação com vários Ministérios, aquela fundação de proteção a natureza. Ela financia ou co-financia ainda, ou apóia

²³²Com clara referência ao culto a personalidade do Presidente José Eduardo dos Santos.

²³³Até então, estas grandes sociedades estavam, e ficaram-no, cada vez mais, com o abandonado dos serviços públicos pelo Estado – implicadas em obras colaterais às suas atividades (estradas, água, eletricidade, infra-estruturas diversas, escolas, centro de saúde), mas estavam-no em seu próprio nome (Messiant, 1999: 08).

²³⁴Forma velada pela instituição para celebrar o aniversário de seu Patrono, o Presidente José Eduardo dos Santos.

²³⁵Sabe-se que o Centro de crianças abandonadas de Cacucaco, inaugurado em agosto de 1998, foi financiado pelo governo angolano e que Ministérios, ou ainda o Governo provincial de Luanda, contribuíram também para o financiamento de diversos projetos (Messiant, 1999: 09).

ocasionalmente, um certo número de associações nacionais, locais e de ordens profissionais (engenheiros, advogados, arquitetos, etc)²³⁶ (Messiant, 1999: 10).

Foi ao falar das dificuldades financeira vivida pela ADRA, que Luis Monteiro, Diretor Geral da instituição, afirmou que poderia chegar a FESA e dizer “precisamos de dinheiro”. Mas por compromisso com a construção da democracia em Angola, que a ADRA jamais pediu auxílio à Fundação²³⁷.

A FESA assim evidencia de privatização do Estado, de centralização do poder angolano em relação àquele. Com ela “o Engenheiro José Eduardo dos Santos” assume de alguma maneira a “cabeça” da sociedade civil angolana, e sintomaticamente, na posição de “Patrono”, utilizando trunfos incomparáveis de um Presidente da República que é, de fato, chefe do Governo, chefe do Partido e das forças armadas, que controla de forma estreita a polícia, recebe o dinheiro do petróleo não orçamentado e controla a sua alocação, beneficia em primeiro lugar da concorrência entre sociedades e Estados estrangeiros para acesso aos recursos e aos mercados angolanos (Messiant, 1999: 11).

O impressionante relatório da Human Rights Watch, de 2002, aponta: “(...) em certos casos, recentemente observados, as receitas de petróleo não foram processadas pelo Ministério das Finanças, nem pelo Banco Nacional de Angola (BNA), tendo sido utilizadas secretamente pela aquisição de armamentos. Estas ocorrências originaram também alegações de corrupção no setor público (...)” (2002: 05). Tony Hodges, que trabalhou em Angola para agências da ONU na década de 1990, e atua para a organização *Oxford Policy Management*, chama-nos atenção para as estimativas do FMI, em 2003, no qual 31 por cento das despesas do governo foram feitas fora do orçamento, ou seja, executadas fora das regras e procedimentos para pagamentos estabelecidos pelo governo, não tendo sido devidamente registradas nas contas governamentais. É este o caso de 36 por cento das despesas governamentais entre 1998 e 2002. Ademais, para o destino doado 11 por cento da despesa feita entre 1998 e 1992 não se encontra qualquer explicação registrada (Hodges, 2004:03).

²³⁶ Bento Salazar André em sua dissertação de mestrado intitulada “Direitos individuais na constituição angolana e a construção da cidadania”, afirma que o restabelecimento da sociedade tradicional nos textos constitucionais africanos funciona preferencialmente por substituição e por representação, ou seja, são os órgãos, mais precisamente os órgãos “nobres” do Estado atual, que interiorizam e exprimem ao mesmo tempo a sociedade pré-colonial. Desta forma são nomeados o Chefe de Estado e, até recentemente o Partido Único, cujo líder é também o Chefe de Governo. Tal figura que apela à tradição africana pré-colonial implica, na maioria dos casos, o reforço da posição hegemônica do Chefe de Estado (2001:128).

²³⁷ Em entrevista em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

De forma similar ao Presidente, a Primeira Dama de Angola, Ana Paula dos Santos, também tem sua instituição. Inspirada na visita da Princesa Diana em Angola (janeiro de 1997), a Primeira Dama criou o Fundo Lwini em junho de 1998, com o “objetivo social de angariar fundos e a execução de ações de apoio às vítimas de minas terrestres”²³⁸.

Entre as entidades que aderiram ao Fundo Lwini por meio de compromisso financeiro estão a Sonangol, a Endiama, empresas petrolíferas internacionais (como a Elf, por exemplo), empresas diamantíferas internacionais (como a sul africana De beers), e claro, a FESA²³⁹.

Logo, no final dos anos 1990, esse era é o contexto no campo da frágil sociedade civil angolana que surgia. Toda dificuldade em participar do processo político fazia-se presente em função do contexto de guerra e da centralização política. No entanto, a força das ações da FESA não era vista como inibidoras de manifestações contrárias ao Estado angolano e seu papel no contexto da guerra.

Isso fica claro, na afirmação de Comerford, que no período pós-Lusaka (1994) que ele atribui como a data de início daquilo que se tornou um engajamento significativo de paz²⁴⁰ pelas organizações da sociedade civil de Angola, em forma de promoção dos direitos humanos²⁴¹. Por estar “ausente” nos acordos de Bicesse, promoção dos direitos humanos constituiu uma componente muito importante no Protocolo de Lusaka (2005: 145).

Mesmo assim, iniciativas significativas da sociedade civil angolana rumo a uma paz duradoura fizera-se presentes após o fracasso do Protocolo de Lusaka²⁴². Essas organizações (como a ADRA angolana, a DW canadense, a ACCORD inglesa, entre outras) pediram ao governo angolano e a UNITA para agirem juridicamente e dentro do quadro constitucional em defesa dos direitos humanos dos cidadãos angolanos comuns. Este discurso envolveu um apelo pela lei e ordem, dirigido do seio da sociedade para as partes integrantes na guerra. Isto inverte o argumento com que se está mais familiarizado, segundo o qual, o Estado é visto como estando a pedir aos cidadãos para respeitarem a lei e a ordem. Aqui, neste momento, a sociedade civil está apelando ao Estado angolano e a UNITA para procederem desta forma (Comeford, 2005: 153).

²³⁸ Ver em <http://www.lwini.og.ao/paginas/historia.htm>.

²³⁹ Ver em http://www.lwini.og.ao/paginas/estrutura_organica/membros_honorarios.htm. Vale salientar que eu tentei duas vezes marcar uma entrevista na sede do Fundo, em Luanda, e não consegui. Era necessário dizer o motivo da entrevista e deixar o telefone para contato.

²⁴⁰ É bom salientar que a própria idéia de paz propicia um certo consenso.

²⁴¹ Segundo Vines, as organizações preferiam chamar seus trabalhos dos direitos humanos de “educação cívica”, um termo muito menos controverso (1998: 25). Esse parece ser também o caso da ADRA.

²⁴² Vale a pena lembrar que muitas organizações surgiram após o Protocolo de Lusaka, daí a crescente forma da sociedade civil organizada em Angola.

Com a retomada da guerra, em 1998, uma série de documentos é produzida no meio da sociedade civil. Comeford chama-os de “apelos de paz”, e aponta quatro importantes documentos. O primeiro, de 1999, chamado “Manifesto para a paz em Angola”, foi assinado por cento e vinte pessoas, incluindo jornalistas, sociólogos, docentes universitários, advogados, músicos, deputados, entre outros. Esperava-se recolher mais de dez mil assinaturas, mas não foi possível; o segundo, o documento de abril de 1999, pertencente a GARP (Grupo Angolano de Reflexão e Paz) que incluía entre os seus membros pessoas ligadas ao campo religioso, ao meio político e dos meios de comunicação. No documento citava “ninguém tem o direito de falar em nome do povo para fazer a guerra civil, seja esta com o argumento de defesa ou resistência. O povo não foi consultado”. Interessante notar, como aponta o autor que os autores de ambos os movimentos sentiram-se discursando para um grupo mais amplo do que o da sociedade civil ou de atores da esfera pública, falando em nome do povo angolano para aqueles que fizeram a guerra em seu nome (2005: 153-155).

O terceiro foi um apelo feito em 2000, pela MPD, uma ONG de mulheres profissionais, como advogadas, jornalistas, empresárias, entre outras, formadas no exterior com bolsas financiadas pelo governo. Esse documento se aproxima dos outros dois, mas é elaborado a partir da perspectiva das mulheres angolanas. Um sentimento de tristeza no documento que não deriva somente da continuação da guerra, mas do fato de que as mulheres como esposas e mães tinham perdido esposos e filhos durante a guerra; e finalmente, o quarto, um documento publicado em 2001, pelo AMC (Amplio Movimento dos Cidadãos). O que vale em todos os documentos, para Comeford, é que revelou um conhecimento crescente que a sociedade civil tinha um papel fundamental a jogar na resolução do conflito. Isto refletiu um sentimento coletivo que “o problema é nosso”, ausente no passado na busca de paz (2005: 155).

Isso envolve uma série de características específicas da sociedade angolana que devem ser levadas em consideração. Assim, como aponta os estudos produzidos pelo CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa Científica em África, com sede em Dakar, no Senegal), e trazidos por Abreu, a sociedade civil na África é um campo muito mais contraditório do que pretende o discurso ocidental dominante, pois este privilegia de forma simplista os conflitos entre Estado e sociedade, romantizando a sociedade civil como um baluarte da democracia. As formas de relacionamento de indivíduos e grupos da sociedade civil como o Estado variam da acusação, quando os seus interesses são postos em questão, à aliança e

cooperação, quando para tal têm oportunidade e vantagem. A maioria dos grupos e organizações da sociedade civil na África é dependente da comunidade internacional para efeitos de financiamento e, até, da aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporar acriticamente conceitos e práticas, sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (Abreu, 2006: 16-117).

Desta forma, **a ADRA surge com uma visão diferente das outras organizações da sociedade civil em Angola**, pois seus programas são elaborados pela equipe e não pelos doadores. Essa é uma especificidade muito significativa da ADRA, já que muitas ONGs angolanas têm projetos feitos por doadores, que muitas vezes não levam em considerações a diversidade cultural angolana. De acordo com Allan Cain, diretor da DW, é difícil criar uma equipe forte e com um “staff” de longo prazo, como conseguiu a ADRA²⁴³.

Existe uma grande dificuldade na comunicação entre o governo e a sociedade civil em termos de planejamento de políticas públicas. Não obstante oficialmente se considere que os novos instrumentos legais (como as novas Leis) foram produzidos em ambiente de consulta entre o Estado e a sociedade, e organizações desta se tenham mobilizado para participar efetivamente nessas consultas, as experiências com os processos de preparação e aprovação do Regulamento das Associações, da Lei de Terras, da Lei do Investimento Estrangeiro, e da própria Lei Constitucional, entre outros, demonstram que as instituições do legislativo e do executivo angolano continuam pouco abertas ao debate de idéias e à incorporação das visões e expectativas de atores não-estatais (Abreu, 2006: 34).

Além disso, no próprio bojo da sociedade civil angolana, existe a sensação de que é na própria estrutura do Estado que está a dificuldade de desenvolver uma maior participação das organizações na construção de políticas.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola não repassa recursos para o Município, muito menos para a Comuna. O poder de centralização fica restrito ao Governador da Província, que tem muita dificuldade de dialogar com essas organizações, e também as instituições (como a ADRA²⁴⁴), que trabalham principalmente nas Organizações de Base, com o poder local, também não conseguem ter acesso ao Governador da Província.

²⁴³Em entrevista no dia 08 de dezembro de 2006, em Luanda.

²⁴⁴De acordo com Idaci Ferreira, funcionária da ADRA e Fernando Pacheco, Presidente da ADRA.

Vale resaltar que normalmente a descentralização vem acompanhada de democratização, e que o administrador municipal atuando em parceria com os agentes representativos da sociedade civil teria mais autonomia para decidir ações prioritárias, principalmente num país como Angola, onde o desconhecimento da realidade de diversos grupos sociais em função do conflito armado ainda é muito significativo.

Além disso, um pressuposto extremamente importante a considerar no processo de desenvolvimento local é a adoção do princípio de descentralização. Por meio da descentralização que a atividade e o comando para as realizações são transferidos para os níveis de execução que estão mais próximos de onde os resultados finais são obtidos²⁴⁵.

Para que a descentralização e a participação sejam instrumentos efetivos no processo de desenvolvimento local é preciso que se cultive um clima social cooperativo. Um exemplo é a formação de redes que fortalece a comunidade em torno de um projeto comum de desenvolvimento.

Conclui-se dessa maneira que o excesso de centralização político e administrativo em Angola é mais um fator que dificulta a participação da sociedade civil, e não contribui para a democratização do país. A desconcentração administrativa, já contida no Protocolo de Lusaka, que implica na existência de representações do poder de Estado central nas Províncias e distritos, ainda não foi efetivada de maneira concreta. O Programa de Desconcentração em fase de experimentação em alguns Municípios deveria fornecer elementos para a implementação desse processo à escala nacional, mas pouco se sabe sobre os resultados alcançados, não parecendo existir interesse em partilhar com atores sociais não estatais os resultados conseguidos até o momento. Os resultados dessa informação não tem sido apresentados publicamente, nem aspectos positivos ou negativos dessas experiências, e por isso, não existem mecanismos que permitam incorporar nessas experiências opiniões e propostas das mesmas, a não ser em situações esporádicas e não de forma institucionalizada, aberta e pública²⁴⁶.

Ainda mais, pois o governo considera que as organizações é que devem mobilizar esses recursos através do financiamento de projetos através de recursos que consigam mobilizar junto de agências bilaterais e instituições internacionais (exceto claro a Fundação Eduardo dos Santos e outras que foram criadas e gravitam em torno da elite no poder, como é o caso da AJAPAZ,

²⁴⁵ Acredito também ser muito importante um sistema de monitoramento no contexto da descentralização.

²⁴⁶ Como afirma Cesaltina Abreu, em entrevista, em 12 de março de 2006.

identificada como do MPLA). Por outro lado, é comum ouvir lamentos de representantes de ONGs com relação a falta de financiamento, inclusive dentro da ADRA.

Dessa maneira, compreende-se que em nível local, existe uma significativa participação e colaboração de grupos e organizações em termos de diálogos (em alguns Conselhos e Fóruns), mas existe uma grande dificuldade quando se fala em poderes do Estado, principalmente nas autoridades que têm os recursos.

De acordo com Fernando Pacheco, é freqüente ainda hoje atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período fascista - colonial e ao leninismo, o que para esse autor não é verdadeiro. Tantas as práticas fascistas (como o culto ao chefe, por exemplo), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), complementam a matriz cultural bantu e, hoje, isso têm efeitos perniciosos na sociedade. Também não faz parte das tradições angolanas a prestação de contas, no sentido de dar satisfação, apresentar resultados de uma ação de que se é incumbido, por parte dos líderes ou dos chefes, aos liderados. Isso tanto acontece ao nível da família, como na comunidade ou na nação (Pacheco, 2004: 79).

Além de tudo isso, resta saber qual papel terá a sociedade civil ao longo do processo eleitoral. Essa é uma questão extremamente importante, já que as organizações que não se envolveram ao longo da guerra ficaram ausentes dos processos de cessar-fogo de Bicesse e Lusaka. Além disso, nos últimos anos da guerra, percebia-se claramente uma maior participação da sociedade angolana em termos mobilização no que diz respeito ao fim do conflito.

Sendo assim, colocam-se desafios significativos à sociedade angolana. Em sociedades pós-conflitos, a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos políticos, ou seja, como vão se comportar os políticos em campanha eleitoral e no anúncio dos resultados finais. Esta preocupação encerra em si uma outra preocupação com a manutenção e a consolidação da paz, pois o cidadão não quer que seu voto resulte uma violência política²⁴⁷ (Mazula e Mbilana, 2003: 01).

No entanto, alguns autores, como Antonio Raimundo e Rita Pais, do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, que analisam a relação entre duas esferas de poder, em que o poder político facilita a exploração de petróleo e os beneficiários dessas concessões ajudam a manter o regime vigente. Esse “casamento forçado” não tem tido qualquer reflexo na melhoria das

²⁴⁷Os próprios autores, que falam da experiência eleitoral em Moçambique, reconhecem que ainda são poucas as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais (2003: 04). Daí a importância crescente dos estudos sobre o tema.

condições de vida da população. Apesar de dar o exemplo do Gabão, acredito que essas idéias têm reflexo também em Angola. Para os autores, tal situação caracterizaria a condição da existência de fragilidades ao nível do poder executivo e da administração pública; dificuldades em formar e desenvolver uma sociedade civil informada e ativa; e por fim, a incapacidade de definir políticas de desenvolvimento eficientes e transparentes(2005:02).

Vale resaltar que os princípios democráticos ainda estão longe de serem alcançados de forma significativa pelo governo angolano²⁴⁸. O atual Presidente José Eduardo dos Santos está desde 1979 no poder²⁴⁹ e abusos são cometidos em Cabinda, como o fechamento da Associação Cívica de Cabinda Mpalabanda²⁵⁰, condenado pela Anistia Internacional.

Além disso, recentemente o maior líder do partido de oposição, Isaías Samakuva, sofreu um atentado no Kwanza Nortem no qual agentes da polícia foram acusados. Outro caso de ferimento da democracia foi com uma cidadã britânica, Sarah Wykes Jill²⁵¹, presa em Cabinda, no dia 19 de fevereiro desse ano, acusada de atentado contra a segurança do Estado por estar tentando investigar a comprovação do desvio de dinheiro através das receitas do petróleo.

São inúmeros os desafios da sociedade civil angolana que envolve aspectos ligados às relações internacionais, ao contexto nacional e também local. Boventura de Sousa Santos aponta quatro grandes desafios para o Estado e à sociedade angolana nesse contexto de paz. O primeiro é o da desigualdade social. Angola é um país riquíssimo e a esmagadora maioria do seu povo vive na miséria. A guerra serviu até agora para encobrir que nas desigualdades reside uma das mais persistentes continuidades entre a Angola colonial e a Angola pós-colonial. O segundo desafio é o da construção de um Estado democrático, eficiente e íntegro. Nesse contexto, é pesada a herança do Estado colonial, reconhece Santos. Mas ele está longe de explicar tudo. Esse desafio para o autor defronta dois grandes obstáculos. O primeiro é o da corrupção, ou seja, a

²⁴⁸ No entanto, ao analisar o passado recente, percebe-se claramente um avanço em termos de conquistas democráticas em Angola.

²⁴⁹ No continente africano ele só perde, em tempo de permanência no poder, para El Hadj Omar Bongo, do Gabão e Muammar Kadhafi, da Líbia. Ambos acusados de permanecerem no poder graças à proteção de empresas internacionais petrolíferas.

²⁵⁰ A Mpalabanda foi criada em julho de 2003 nos termos da Lei das Associações de Maio de 1991 e foi oficialmente registrada em dezembro de 2003. Em março de 2004, a organização foi autorizada a realizar sua primeira reunião após duas recusas consecutivas do governo provincial em autorizar a realização de reuniões. Desde então tem - lhe sido negada a autorização para realizar reuniões e marchas para comemorar o Dia de Cabinda. Ainda em 2004, a Igreja Católica, a FLEC e a Mpalabanda fundaram o Fórum Cabindês para o Diálogo (FDC) para estabelecer o diálogo com o governo sobre a paz em Cabinda.

²⁵¹ A ativista da Global Witness já tem um passado de fazer denúncias de corrupção no setor petrolífero em países africanos, como a Guiné Equatorial. In <http://www.voanews.com/portuguese/archive/2004-07/a-2004-07-21-1-1.cfm> (retirado em 12 de março de 2007).

privatização do Estado por parte da elite no poder. As histórias que correm em Luanda sobre negociações fabulosas, envolvendo líderes políticos e seus familiares, são assaz preocupantes tanto mais que o sistema judicial assiste passivo ao que se passa. O segundo obstáculo é o da difícil interiorização da mentalidade democrática por parte das forças políticas que conduzem a tradição democrática. O partido único não deixa de o ser pelo mero fato de reconhecer a existência de outros partidos e de aceitar a disputa eleitoral.

O terceiro desafio na visão de Boaventura Sousa Santos é o da construção de um modelo político social e cultural genuinamente angolano, um modelo que assuma o legado cultural do país (muito dele preexistente ao colonialismo) e o faça de maneira não tradicionalista, ou seja, em nome de uma racionalidade mais ampla que a ocidental e de uma modernidade menos imperial e mais multicultural do que a imposta pelo colonialismo e pela globalização neoliberal. Finalmente, o quarto desafio para Boaventura, consiste na reconciliação nacional. As tarefas de reconciliação nacional são particularmente exigentes para Angola porque não respeitam exclusivamente à reconciliação entre os inimigos da guerra civil. Diz também o autor sobre o fraccionismo que quase desde a sua independência caracterizou o MPLA (como a revolta de 27 de maio de 1977). Desta forma, para sarar as feridas, Angola deverá ter a coragem de construir uma Comissão de Verdade de Reconciliação, finaliza Boaventura (Santos, 2003: 01-02).

Desse modo, no próximo ponto acrescento as dificuldades das políticas públicas no contexto de conflito armado em Angola.

6 - POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL

A guerra que se estendeu após a independência provocou uma série de constrangimentos ao governo angolano. Da repressão à sociedade, ao comprometimento do orçamento em altas despesas militares para continuar mantendo com o controle da capital e algumas Províncias, e com isso segurando-se no poder, Angola desenvolveu pouquíssimas políticas relevantes no que diz respeito à melhoria das condições de vida da população.

Essa parte da tese pretende salientar alguns aspectos relacionados as políticas públicas no início da Segunda República.

Inicialmente é importante apontar aspectos relacionados à economia e a política angolana para se compreender a conjuntura das políticas públicas desenvolvidas pelo governo angolano nos últimos anos.

Desde 1975, ano da independência, até 1991, ano que pode considerar como encerrando um ciclo cuja periodização é caracterizada por duas fases distintas: a primeira (1975-85), no qual se procedeu à estruturação do setor industrial estatal a partir de confiscos e nacionalizações e promoveu uma estratégia e industrialização por substituições de importações retomando, segundo Ferreira, uma prática já então em declínio ou completamente abandonada em outros países em desenvolvimento²⁵²; a Segunda fase (1986-1991) durante o qual tiveram lugar reformas tendentes ao redimensionamento e privatização do setor empresarial do Estado, e se reconheceu finalmente, tanto o papel indispensável do empresário privado como a necessidade de fazer apelo ao capital nacional e estrangeiro (Ferreira, 1999: XXXII).

Ao longo dos anos após a independência, foi crescendo a importância do setor petrolífero. A principal fonte de receitas fiscais em Angola é através da tributação deste setor, incluindo a empresa estatal Sonangol. Como conseqüência, as receitas fiscais têm sido extremamente vulneráveis a volatilidade dos preços internacionais do produto e nem sempre foram capazes de acompanhar as despesas. Dessa forma o Governo está sempre à mercê das flutuações dos preços internacionais do petróleo.

Os diamantes são outra fonte de recursos naturais que contribuem para as receitas fiscais em Angola. As contribuições fiscais do setor melhoraram consideravelmente nos últimos anos. Ainda tem que ser plenamente explorada pelo Governo a potencialidade para um crescimento adicional das receitas fiscais dos diamantes, uma vez que a produção informal e o contrabando continuam a ser muito significativos neste setor e a transparência é muito limitada (Banco Mundial, 2005: 03-04).

O princípio básico da gestão das finanças públicas em Angola está expresso na Constituição, que estipula que o Estado oriente o desenvolvimento da economia e assegure o uso racional e eficiente de toda a capacidade produtiva e recursos nacionais. Acrescente ainda que a

²⁵²Para Ferreira, o erro das políticas de ISI não foi terem existido, mas sim terem sido aplicadas como um objetivo em si, e não como um meio. Ainda de acordo com Ferreira, entre 1975 e 1990 houve uma queda acentuada dos níveis de produção na indústria transformadora angolana em todos os ramos de produção (Ferreira, 1999: XXXIV-XXXV).

Assembleia Nacional (unicamaral) é responsável por analisar e aprovar o Plano Nacional e o Orçamento Geral do Estado, bem como os relatórios sobre a sua execução.

No entanto, é comum a corrupção no setor público em Angola. Em certos casos, recentemente observados, as receitas do setor petrolífero não foram passadas pelo Ministério das Finanças, nem pelo Banco Nacional de Angola, passando antes pela companhia petrolífera Sonangol ou pela Presidência da República, tendo sido utilizadas secretamente para a aquisição de armamentos no tempo de guerra²⁵³ (Human Rights Watch, 2002: 05).

Além disso, após uma missão do FMI em Angola, em fevereiro de 2002, a instituição reiterou a necessidade do governo de publicar os dados sobre a receita do petróleo e sobre as outras receitas e despesas governamentais, assim como sobre a dívida externa; e efetuar verificações financeiras independentes dos registros contabilísticos da Sonangol e do BNA em 2001 (FMI, 2002: 01).

No campo político, após o início do processo de paz, em 2002, a realidade angolana transformou-se rapidamente. A situação econômica vivida pelo país entre 1975 e 2002 foi caracterizada por um conflito militar que durou quase três décadas e que teve como conseqüências essenciais.

- a) A redução significativa do parque de infraestruturas da economia, por efeito direto da guerra e por carência de manutenção e conservação;
- b) A ruína de muitas cidades e centros urbanos, antes importantes pontos de intermediação econômica e comercial;
- c) A má governança e a aplicação de políticas macroeconômicas inconsequentes;
- d) A acumulação de défices fiscais sucessivos;
- e) A elevada dependência das receitas fiscais dos impostos petrolíferos: média entre 65 % e 70%;
- f) O peso excessivo das despesas públicas no Produto Interno Bruto: em média entre 1991 e 2001 foi de 893,5%;

²⁵³Estas ocorrências originaram também outras alegações de corrupção no setor público. Escândalos que implicaram negócios de armas em troca de petróleo efetuadas entre o Governo e companhias francesas e checas serviam para acentuar ainda mais esses problemas (Human Rights Watch, 2002: 05).

- g) Taxa de juro no mercado de capitais elevadas, portanto, sem incentivar o investimento privado: taxa média de juro entre 1991 e 2001 foi de cerca de 200% ao ano;
- h) A sobrevalorização da moeda nacional e instabilidade no mercado cambial, com diferenciais entre as taxas de câmbio de referência e do mercado paralelo que chegaram a atingir seis vezes;
- i) Taxa de crescimento do PIB baixas, embora positivas, mas fortemente influenciadas pelos setores petrolífero, que se desenvolveu sem grandes interferências da guerra, e diamantífero (Rocha, 2004: 01).

De acordo com Alves da Rocha, apesar da insegurança militar que perdurou durante o conflito interno, Angola manteve uma situação social caracterizada por uma relativa estabilidade política, num contexto monopartidário. Não ocorreram golpes de Estado no país desde a independência, para além da tentativa frustrada de 27 de maio de 1977²⁵⁴ (Golpe de Fito Alves). Foi, no fundo, esta situação que permitiu que o setor petrolífero se desenvolvesse tanto em Angola, sendo, desde praticamente cinco anos depois da independência, a única atividade econômica que funciona regularmente, longe das dificuldades financeiras materiais e humanas que se abateram, e ainda se abatem, sobre outros (Rocha, 2004: 03). Nesse contexto pode-se traçar um paralelo com Stiglitz que afirma existir uma vasta literatura (como por exemplo, “*La Paradoja de la maldición de los recursos naturales*”, de Sachs e Warner, 2001) que explica porque o desenvolvimento dos recursos naturais geralmente não está associado com um crescimento econômico mais acelerado. Nesses casos tem provavelmente poucos pontos de conexão com o resto da economia. Afirma ainda, que as firmas estrangeiras podem chegar a usar subornos²⁵⁵ para obter recursos naturais mais baratos (Stiglitz, 2005: 14).

A grande alteração político-institucional, que marcou a passagem da Primeira para a Segunda República foi a definição de Angola como um Estado Democrático de Direito, assente

²⁵⁴ Não concorda com essa idéia Comeford. Segundo o autor, a tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977, é vista até hoje como uma “ferida aberta” na psique dos angolanos. O autor examina suas consequências para a sociedade angolana, o seu impacto no espaço público angolano e na capacidade dos angolanos na promoção da paz. O número exato daqueles que foram mortos é desconhecido. Uma fonte governamental afirma ter sido em torno de duzentas pessoas. Já a Fundação 27 de maio clama que a cifra ronda entre as 40.000 e 82.000 pessoas (Comeford, 2005: 100). Como aponta Maier, “pouco angolanos se esqueceram da onda de matança massiva que assolou Luanda depois de Nito Alves (...) ter tentado assumir o poder na força em 1977” (Maier apud Comeford, 2005: 100).

²⁵⁵ A prática da corrupção é um dos elementos significativos em diversas instituições angolanas.

num modelo de separação de poderes e interdependência de funções entre os órgãos de soberania, num sistema político semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República um papel ativo e interventivo. Não tivesse sido o prosseguimento do conflito militar depois de 1992²⁵⁶, ano das primeiras eleições livres e democráticas, e hoje o país poderia ser um Estado democrático na plena assunção do termo (Rocha, 2004: 03).

O ano de 1993 vai ficar registrado na história recente de Angola como o da falência de mais um Programa de Emergência do Governo (PEG/93), configurando mais um dos anos de mau desempenho para a economia angolana nas duas últimas décadas, com graves consequências sociais. Provocado por vários fatores de natureza econômica, houve o reinício do conflito militar, com efeitos devastadores para toda a estrutura do país. Neste programa, o governo de Angola afirmava que a guerra havia sido a principal causa de tal situação, por diversos motivos, a saber: a paralisação que provocou no aparelho produtivo, o impedimento da livre circulação de pessoas e bens, a enorme destruição de infraestrutura econômica e social, além de ter consumido boa parte dos recursos nacionais e impedido a continuação da aplicação das reformas para a transformação do sistema econômico²⁵⁷ (Van-Dúnem, 2003: 68).

Apesar da deterioração da situação, somente em 1994, através do relatório que apresentava o programa econômico e social (PES/94), o governo reconheceu publicamente a pobreza como categoria econômica e social exigindo medidas de políticas urgentes, anunciando uma “agenda social” no âmbito da qual iniciados os primeiros passos para o combate à pobreza. Entre eles, destacam-se o Fundo de Apoio Social (FAS) e o Gabinete de Monitorização das Condições de Vida da População (GMCVP), ambos no âmbito de um projeto financiado pelo Banco Mundial, e o Programa de Reabilitação Comunitária (PRC), com o apoio do PNUD (Abreu, 2001: 02).

O Fundo de Apoio Social (FAS) foi criado para financiar projetos comunitários e a sua intervenção dirigia-se a atender as necessidades mais urgentes das populações – infraestruturas sociais e econômicas e apoio à geração de rendimentos – em áreas relativamente seguras de ações

²⁵⁶Jonas Savimbi, candidato derrotado pela UNITA, não aceitou o resultado das eleições alegando fraude. O que gerou muitos conflitos após as eleições em Angola, inclusive na capital Luanda.

²⁵⁷Em consequência do agravamento da situação de guerra, logo após as eleições de setembro de 1992, o governo suspendeu a implementação de um programa de estabilização econômica e social, adotando em seu lugar, novamente, um programa de emergência, que tinha como prioridade a garantia da defesa nacional. Essa preponderância do emergencial sobre a implementação de programas de impacto social e estabilidade de médio e longo prazo já havia sido experimentada pelo país em outros momentos do pós a independência (Van Dúnem, 2003: 68-69).

diretas da guerra, por forma a permitir a mobilização das pessoas através de uma estratégia participativa de desenvolvimento local. O GMCVP, dependente do Instituto Nacional de Estatística (INE), tinha como função a caracterização da situação de pobreza e o fornecimento de informações para a formulação das políticas mais adequadas e eficazes. E finalmente, o PRC, com um carácter mais abrangente, incluindo situações de emergência – populações deslocadas e grupos sociais mais vulneráveis (crianças de ruas, mutilados de guerra, entre outros) -, forneceria o enquadramento necessário de todo o programa (Abreu, 2001: 03).

É importante apontar que o programa se inseria numa perspectiva de paz, cujo processo estava sendo negociado e que conduziu à assinatura entre o Governo e a UNITA, em 20 de novembro de 1994, do Acordo de Lusaka²⁵⁸, na Capital da Zâmbia. A sua implementação acusou, conforme salienta Abreu, desde o início, sérios problemas por falta de coordenação e desarticulação entre o governo e os atores sociais envolvidos, nacionais e agências internacionais, o que resultou num arranque desarticulado dos três instrumentos: o FAS foi o primeiro a ser implementado, o GMCVP apenas iniciou a sua atividade como tal em 1996 (e extinto em 1999) e o PRC ensaiava experiências – piloto entre 1997 e 1998. Tal desarticulação terá contribuído não só para os fracos resultados alcançados em geral, como terá reduzido os impactos e os efeitos de irradiação da atividade desenvolvida pelo FAS na construção e reabilitação de infra-estruturas diversas através de uma estratégia participativa, da qual se esperavam resultados positivos no combate ao conformismo e à resignação, na promoção de plataformas de concentração social e no reforço de organizações comunitárias de base (Abreu, 2001: 03-04).

O próximo ponto dá importância ao trabalho desenvolvido pelo Fundo de Apoio Social. Promovido pelo governo angolano, com o apoio do Banco Mundial e outras instituições internacionais.

O Fundo financia projetos comunitários e desenvolve as capacidades dos beneficiários, parceiros e Administradores Locais. No contexto do trabalho do FAS, a participação da comunidade é sentida como extrema importância para o desenvolvimento do projeto. Essa participação não se limita somente na contribuição de materiais, mas também em outras maneiras

²⁵⁸Depois de um ano de negociações em Lusaka, foi finalmente assinado o segundo acordo internacional para a paz em Angola a 20 de novembro de 1994. O Protocolo de Lusaka iniciou um período de quatro anos de paz relativa, o período mais longo sem guerra na era pós-independência, descrito por muitos como “paz armada”. A implementação do protocolo foi lenta e com muitas falhas em termos de prazos não cumpridos. O crescimento da importação de armas, o recrutamento de indivíduos de baixa idade e a colocação de novas minas marcaram esse momento (Comerford, 2005: 48-49).

de participação como o envolvimento nas reuniões, na monitoria e avaliação, gestão, manutenção e na própria sustentabilidade do projeto.

O FAS busca a contribuição da sociedade civil organizada nas suas ações. Deste modo, cabe resaltar nesse ponto a importância da Organização Não Governamental angolana ADRA nos trabalhos desenvolvidos pelo Fundo, principalmente em termos de consultoria, mobilização de outros atores sociais e na organização de seminários, palestras e workshops.

6.1 - O Fundo De Apoio Social E A Busca Pelo Desenvolvimento Local

O Fundo de Apoio Social (FAS) é um organismo criado pelo governo de Angola em 28 de outubro de 1994, através do decreto nº 44/94, publicado no Diário da República em 28 de outubro do mesmo ano. Ainda nesse mês, iniciou-se a sua fase - piloto, que durou dezesseis meses. Em março de 1996, foi assinado o Acordo de Cessão de Crédito, através do qual o governo cedeu os créditos subsidiários ao FAS, que passaria a movimentá-lo diretamente através de contas bancárias abertas com esse intuito.

O objetivo principal era apoiar o Governo de Angola a combater a pobreza, através de financiamento de projetos que respondam aos anseios das comunidades e que satisfaçam as suas necessidades mais urgentes. O FAS tem personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. É tutelado pelo Ministro do Planeamento.

A principal atividade do FAS é financiar projetos comunitários e desenvolver as capacidades dos beneficiários, parceiros e administradores locais. Os projetos a serem financiados pelos FAS devem ser solicitados pelas comunidades ou pelas respectivas administrações e devem atender aos critérios sociais, econômicos, técnicos, institucionais, ambientais e respeitarem a dimensão do gênero. De igual modo, os projetos deve, contribuir para a redução da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Com base na prioridade estabelecida pelas comunidades interessadas, o FAS concede apoio financeiro, técnico e material a projetos comunitários, de interesse público, para a construção de infra-estruturas sociais e econômicas básicas. Os fundos do FAS provêm do governo de Angola e de doações de alguns governos e instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e do PNUD²⁵⁹. O FAS recebe

²⁵⁹No relatório anual de atividades do FAS III, em 2004, pode-se ler que o Banco Mundial financiou 87,46% dos projetos, o governo da Noruega 0,29%, o PNUD ficou com 0,77%, e finalmente, o governo de Angola com 11,49% FAS, 2004: 39).

financiamento em forma de crédito do Banco Mundial e de outras instituições estrangeiras, e fundos estes a serem pagos pelo Governo de Angola durante um determinado tempo. Em entrevista com Henda Ducacos, diretora executiva adjunta; e Victor Hugo Guilherme, diretor executivo do FAS²⁶⁰, apesar do Banco Mundial financiar boa parte do Fundo, ele não interfere nas contratações de funcionários. Segundo eles, o FAS, é o exemplo do governo em termos de gestão e emprega por competência. Nem o governo interfere²⁶¹, as contratações são feitas através de concurso.

A comunidade participa com cerca de 10% do valor total do projeto. Esta contribuição pode ser feita de diferentes formas, tais como, através do fornecimento de materiais de construção locais (pedra, areia, água, entre outros), engajamento de mão de obra não especializada, armazenamento dos materiais e de outros apoios e formas de contribuição à disposição da comunidade. Segundo o documento do FAS, sobre a “avaliação participativa de beneficiários” dos projetos, mais de 85% das pessoas inquiridas concordam com a contribuição para as infra-estruturas “porque o povo precisa ajudar a construir o país”(82%delas) e “porque estes projetos são bem vindos” (9%), o que afinal, representa responsabilização das comunidades por aquilo que é seu. Foram analisados os resultados de 68 subprojetos implementados na segunda fase do FAS (FAS II), em julho e agosto de 2003, elaborado por uma equipe de consultores da ADRA e de assistentes do FAS (FAS, 2003: 19).

No âmbito do trabalho do Fundo, a participação da comunidade é vista como fundamental para a vida do projeto. A participação da comunidade não se resume apenas à contribuição em materiais ou em dinheiro, mas também nas demais formas de participação que vão desde o seu envolvimento em reuniões, a monitoria e avaliação, gestão, manutenção e sustentabilidade do projeto. Dessa forma, através da sua participação, a comunidade aprende a sentir o projeto como parte da sua vida comunitária e do seu bem estar aprendem a cuidá-lo porque sabem que é de seu próprio esforço. Deste modo, de acordo com Cesaltina Abreu, “a criação efetiva de instâncias de participação de atores não-estatais, tendo ao nível provincial, quanto nacional, foi uma

²⁶⁰Em Luanda, 22 de fevereiro de 2006.

²⁶¹Cesaltina Abreu, que trabalhou como diretora da área de desenvolvimento econômico e social do Ministério do Planeamento também concorda, e salienta que eram denunciadas (ou dava-se conhecimento) as pressões por parte do governo e do Banco. Em entrevista, 04 de março de 2007.

oportunidade de colocar frente a frente pessoas e idéias que habitualmente não se reconheciam umas às outras como partes de um diálogo possível, mas que antes se viam como opositores”²⁶²

Dessa maneira, são cinco os caminhos para assegurar a participação dos pobres beneficiários mais carentes e direitos nos projetos conforme apontam Vítor H. Guilherme e Cesaltina Abreu, funcionários do FAS: A) Deve ficar bem claro para todos, logo no início, o que se entende por participação, que qualidade e que quantidade de participação se espera de quem... B) Que objetivos (realistas) se pretendem atingir com tal participação e quais as fases desse processo? C) Que recursos serão disponibilizados para apoiar ou permitir um tal participação, por exemplo, a criação de organizações locais: quanto custa? D) Deverá haver um compromisso financeiro adequado e explícito, uma vez que só boa vontade não chega; E) Deverá ser prevista a partilha de responsabilidades em todas as etapas do processo (Guilherme e Abreu, 2005: 11).

No quadro de fortalecimento de parcerias, o FAS cedeu uma comparticipação financeira a organização não governamental ADRA para organizar o seu IV Encontro com as Comunidades. O encontro (7 e 8 de setembro de 2004) reuniu para além dos representantes das organizações comunitárias e quadros da ADRA, membros do Governo Central, Deputados da Assembléia Nacional, organizações semelhantes, representantes das comunidades que trabalham com outras organizações e instituições, administradores municipais e comunais das áreas de intervenção da ADRA, totalizando cerca de 100 participantes. O encontro teve por objetivo: A) analisar as comunidades o grau de autonomia dos processos de desenvolvimento local, considerando os vários processos em curso; B) Analisar o grau de cumprimento das recomendações saídas dos encontros anteriores; C) Trocar experiências entre as várias dinâmicas das comunidades e de outras organizações e instituições (agentes externos), incluindo as que não têm vínculo com a ADRA; D) Perspectivar ações futuras no quadro das plataformas de articulação entre os diferentes atores sociais, visando buscar um desenvolvimento local sustentável; Algumas lições tiradas do encontro destacam que o envolvimento das comunidades e administrações locais do Estado nas ações comunitárias concorrem para o desenvolvimento local; as ações coletivas criam condições para o surgimento das organizações de base (FAS, 2004: 24).

O Fundo valoriza as experiências adquiridas na vivência diária dos próprios beneficiários dos subprojetos. Um exemplo foi o Encontro Nacional das Comunidades, realizado pelo Fundo de Apoio Social e com o valioso apoio da Organização Não Governamental Acção para o

²⁶²Em entrevista, em 04 de março de 2007.

Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). O Encontro foi um palco para reflexão e troca de experiências adquiridas no dia a dia dos próprios beneficiários de subprojetos. Cada um dos 54 participantes (membros das comunidades, administradores, funcionários municipais, e técnicos do FAS das províncias de Cabinda, Cunene, Bengo, Benguela, Huambo, Huíla, Kwanza Sul, Luanda e Namibe) participou de sua maneira retratando aspectos inerente as suas dinâmicas diárias para melhorar as condições de vida das comunidades²⁶³.

A ADRA tem uma relação muito boa com o Fundo, pois ela facilitou alguns workshops de instação do FAS (Kwanza Sul, Benguea, Cabinda, Namibe, Bengo, Viana, Cacuaco). Para Cesaltina Abreu, foi muito interessante essa colaboração, pois ajudou a reflexão e a consolidação de algumas aordagens e a indentificação de alguns constrangimentos que iriam surgir em cada lugar onde se iniciava uma frente de luta²⁶⁴.

Na questão administrativa, o FAS tem uma estrutura nacional e tem representações nas províncias. Ao nível nacional o Fundo tem uma direção executiva, composta pelo diretor e pelo diretor executivo adjunto. Estes respondem diretamente a um conselho de direção, que se designa por Comitê de Coordenação Nacional. Esse comitê é a estrutura superior do FAS, e dela fazem parte respresentantes das áreas sociais designados pelo governo, e por representantes de algumas instituições da sociedade civil. O Comitê reúne periodicamente para analisar o trabalho do FAS, o grau de satisfação das comunidades, bem como traçar orientações e metas para o trabalho futuro. Compete também ao Comitê de Coordenação Nacional aprovar os instrumentos de trabalho e orientar o FAS na implementação das suas ações. A direção executiva é assistida por uma Unidade de Coordenação constituída por trabalhadores em regime de contrato, especializado nas áreas de finanças, infra-estruturas e aquisições, monitoria e avaliação, reforço de capacidade, para além do pessoal de apoio da área administrativa. Para outras tarefas de especialistas, não cobertas pelo pessoal permanente o FAS, recorre ao serviço de firmas ou consultores independentes.

²⁶³No evento foi colocada a experiência da ADRA, em um subprojeto de irrigação do açude, na Catumbela, que dá a ver um crescimento satisfatório dos índices de produção agrícola, advindo da participação de vários intervenientes no processo de sustentabilidade. O objetivo do projeto visa a contribuição na melhoria das condições sócio econômicas de 184 famílias, sem possibilidade de irrigar as suas parcelas no cultivo. Os resultados desse trabalho foram surpreendentes e traduzem na reabilitação de mil e 800 metros de regadio, 200 metros de vala de drenagem e, em função disso, num quarto de hectare produz-se agora mil quilos de milho, ao invés de 25 quilos do período pré-reabilitação. *Jornal Amigo*, julho/ agosto, nº 3, 2005.

²⁶⁴Para ela, apesar da demora na entrega dos relatórios dos workshops, o trabalho com a ADRA foi muito interessante. Em entrevista, em 04 de março de 2007.

Já ao nível provincial, estão assim as seguintes estruturas: o Comitê de Coordenação Provincial e a Direção Provincial do FAS. Esse comitê é de natureza consultiva, e a ela compete definir, orientar e aprovar as atividades do FAS na província faz parte, para além dos Diretores Provincial e Adjunto do FAS, representantes das áreas sociais do Governo Provincial e das Administrações Municipais. Fazem parte do Comitê, para além dos Diretores Provincial e adjunto do FAS, representantes das áreas sociais do Governo Provincial e das Administrações Municipais, ONG's e representantes da sociedade civil que trabalham com as comunidades nas áreas de jurisdição. O responsável máximo do FAS é o Diretor Provincial que tem a tarefa de dirigir e responder por todo o trabalho do FAS.

O Fundo tem uma estratégia de alargamento das áreas de intervenção com a idéia de tornar o FAS mais nacional. Nesse sentido, a província de Kwanza Norte recebeu oficialmente representantes do Fundo no dia 15 de janeiro de 2006 com uma equipe cuja atividade se baseará no financiamento de projetos sociais (escolas, postos de saúde, água, pontes, entre outros), com vistas á satisfação das necessidades das comunidades daquela província²⁶⁵.

Quando se fala em sociedade civil, segundo Guilherme e Abreu, refere-se com particular incidência aos grupos organizados fora da esfera de influência do governo, como grupos voluntários que visam defender os valores e os princípios partilhados face à governação, através de um processo de participação pública a todos os níveis de formulação e decisão das políticas²⁶⁶. Já o governo, por seu lado, deve procurar reduzir o fosso de oportunidades e condições que separa os “muito pobres” dos “(poucos) muitos ricos” e comprometer-se a aumentar o padrão de vida dis naus desfavorecidos, num processo de identificação e alocação de recursos, no qual deve trabalhar com a sociedade civil. O planeamento e a implementação de projetos de combate à pobreza e de desenvolvimento devem ser realizados em conjunto com ONGs, igrejas, associações, representantes das comunidades, grupos beneficiários, etc. (Guilherme e Abreu, 2005: 13).

A implementação destas ações de combate à pobreza permite, ao mesmo tempo em que se procura resolver alguns dos graves problemas sociais e económicos que castigavam as populações, criar bases para a reorganização da economia, promovendo condições de cidadania e testando

²⁶⁵O FAS está nas províncias: Cabinda (1995), Bengo (1997), Luanda (1996), Kwanza Sul (1994), Huambo (1998), Benguela (1995), Huila (1996), Namibe (1995), Cunene (1996). Fazem parte do FAS III as províncias do Zaire e Bié e Kwanza Norte. É importante salientar que as províncias abraçadas pelo FAS eram aquelas que o governo tinha controle na situação de guerra vivida pelo país. *Jornal Amigo* (publicação do FAS), julho/agosto, nº 3, 2005.

²⁶⁶Para Henda Ducados e Victor Hugo Guilherme do FAS, a sociedade civil angolana ainda é incipiente.

novos mecanismos de reforço institucional, desde as comunidades de base às estruturas centrais, capazes de incorporar a população mais pobre no processo de resolução dos seus problemas através da promoção de parcerias entre os atores sociais e o governo nos diversos níveis de intervenção. Para o reforço das capacidades institucionais de base, decidiu-se pela criação de estruturas comunitárias – ou, núcleos comunitários (que em nome da comunidade dialogam com as equipas locais do FAS²⁶⁷); e pelo incentivo ao estabelecimento de parcerias entre estes grupos comunitários e “agências de enquadramento”²⁶⁸ (Van Dúnem, 2003: 74). Deste modo existe todo um componente de cidadania e inclusão social na estratégia do FAS que, de acordo com Cesaltina Abreu, não estava explícita nos Decretos de criação, mas que seria possível alcançar se os princípios, os procedimentos e as regras definidas fossem tornados realidade no dia a dia. Daí a necessidade de manter uma permanente mobilização dos membros das equipas e dos diversos atores envolvidos na implementação do programa do Fundo²⁶⁹.

Segundo documento do FAS sobre a avaliação participativa dos beneficiários da Segunda fase do FAS (FAS II), diversas foram as “agências de enquadramentos”, sendo que sete eram igrejas (católicas e evangélicas) e cinco ONGs e associações. Portanto, existia um componente significativo de participação da sociedade civil organizada angolana nas ações do Fundo.

Na concepção dos procedimentos do FAS, foi dada especial atenção à participação comunitária no que se refere à identificação, execução, manutenção e funcionamento sustentável dos projetos financiados. Procurou-se, igualmente, facilitar a assistência técnica setorial, com a intervenção das “agências de enquadramento” (entre as quais, as ONGs). Na perspectiva da FAS, todos esses mecanismos de interação assentam-se em princípios de solidariedade, responsabilidade e participação, segundo a mesma linha de outros fundos sociais. A descentralização na gestão da FAS visou abrir espaço para que houvesse a adequação dos objetivos gerais do Fundo à enorme diversidade cultural, social, económica e ecológica do país, permitindo o tratamento específico de cada realidade local e facilitando, dessa maneira, a

²⁶⁷Que para Cesaltina Abreu também não estava escrito nos diversos artigos dos decretos de criação, ou seja, uma oportunidade de se dar voz e visibilidade aos destinatários da ação do Fundo. Em entrevista, em 04 de março de 2007.

²⁶⁸Que podem ser: núcleos comunitários criados pelas comunidades para negociarem os projetos e coordenarem a sua execução; organizações comunitárias de base já existentes, capazes de garantir a implementação de projetos; associações e organizações socioprofissionais, que reunissem as necessárias condições e fossem aceites pelo FAS; organizações não-governamentais e instituições religiosas que se encontrassem já implantadas e trabalhando junto às comunidades, ou que, estando interessadas, possuíssem os requisitos necessários para a execução dos projetos identificados e priorizados pelas comunidades (Van-Dúnem, 2003: 74).

²⁶⁹Em entrevista, em 04 de março de 2007.

mobilização e a adesão da população e dos atores sociais locais. Nessa maneira, materializa-se a opção por uma estrutura flexível e pequena (pelo menos era o que se pensava, segundo Van Dúnem), mais perto dos destinatários de sua ação, que fosse crescendo e diversificando as suas capacidades técnicas em função de suas necessidades (Van Dúnem, 2003: 75-77).

Para Van Dúnem, ao fazer uma leitura detalhada do documento sobre “Benefícios e Riscos do Projeto” (Governo de Angola /Banco Mundial, 1996), pode-se concluir que o FAS foi concebido para promover, em primeiro lugar, o combate à pobreza, pelo equacionamento da sua erradicação a médio e longo prazo numa ótica estrutural, através da criação das bases do relançamento da economia, da reabilitação moral dos pobres, da sua incorporação no processo de decisão e da redução da exclusão social através do reforço institucional das estruturas comunitárias de base²⁷⁰. Em segundo, a concertação social e criação de parcerias, com condições para o diálogo tanto entre representantes dos governos nacional e local quanto de entidades religiosas, organizações não-governamentais, associações da sociedade civil e comunitárias de base, ensaiando novas abordagens da discussão das questões sociais, econômicas e culturais nacionais e a formulação das respectivas políticas, aproximando parceiros sociais na procura de soluções para os graves problemas que o país atravessa²⁷¹. Em terceiro, a eficiência e a eficácia da gestão de recursos públicos através da criação de um sistema de regras, critérios e mecanismo de gestão simples e transparente, assentados numa base de responsabilidade, participação e solidariedade, de forma a permitir uma rápida resposta e eficiente às solicitações das comunidades carentes, com uma prestação de contas periódica e sujeita a auditorias externas (requisito obrigatório imposto pelo Banco Mundial); e finalmente, a descentralização no processo de decisão e execução, motivada pela necessidade de adequação do quadro nacional de referências criado para o FAS ao mosaico multifacetado de realidades socioculturais e econômicas de Angola, o que conduziu à criação de uma estrutura de gestão flexível com dois

²⁷⁰Segundo o Jornal de Angola, de 18-09-2003, os diretores e técnicos de infra-estruturas que funcionam no FAS, de diversas províncias promoveram o seminário de capacitação sobre o processo de gestão. Segundo o diretor executivo da FAS, Victor Hugo, a ação visa capacitar os técnicos que funcionam na instituição para que estejam aptos a gerir o crédito. O FAS pretende alargar sua ação aos municípios, com vista a melhorar os serviços básicos das populações, nos setores da saúde, educação, água e formação de agentes comunitários.

²⁷¹A importância da sociedade civil é decisiva na reconstrução de Angola. O próprio Presidente José Eduardo dos Santos, no encontro nacional sobre administração local, afirma: “Para eficácia da sua acção, a administração local não pode de maneira nenhuma prescindir da colaboração com as organizações da sociedade civil que começam a despontar nas áreas rurais, que conferem nova dinâmica à vida social e económica, possibilitando a prestação de alguns serviços à população e a sua participação nos assuntos de governação local” (Santos, 2004).

níveis de decisão, nacional e provincial, para se adaptar às realidades locais²⁷² (Van Dúnem, 2003: 88-89).

É claro que o FAS se enquadra nas políticas desenvolvidas pelo Banco Mundial, principalmente em países em desenvolvimento. São identificadas duas áreas prioritárias de ação do banco no apoio aos governos: a) construir um ambiente favorável a investimentos, emprego e crescimento; b) empoderar pessoas pobres e investir em seus ativos (Word Bank, 2002).

Na definição do Banco Mundial, empoderamento surge como a expansão da liberdade de escolha e ação das pessoas, que muitas vezes encontra-se limitada pela reduzida ou inexistente voz e poder em relação ao Estado e aos mercados. Como a inexistência de poder encontra enraizada nas relações de poder e na hierarquização local, a definição é enviesada pela ótica institucional, ou seja, “a expansão dos ativos e das capacidades das pessoas pobre em participar de negociar com, influenciar, controlar e fiscalizar (fazendo responder) as instituições que interagem e afetam suas vidas” (Word Bank, 2002).

São quatro elementos constituintes do processo de empoderamento (acesso a informação, inclusão e participação, *accountability* e capacidade local de organização). O Banco Mundial entende a posição do Estado como central, pois é ele quem cria as condições sob as quais as pessoas e outros atores coletivos tomam suas decisões, por isso o foco está na reforma do Estado²⁷³ (Word Bank, 2002).

De acordo com o Banco Mundial, são três canais –chave através dos quais o empoderamento estimula a eficiência do desenvolvimento: através do seu impacto na boa governança e crescimento; na contribuição para que o crescimento favoreça as camadas mais pobres e nos resultados do processo de desenvolvimento. É importante apontar que existe uma constante sinergia entre as variáveis acima e as intervenções que promovem o empoderamento: o acesso à educação básica e saúde são centrais numa agenda de empoderamento e também críticos

²⁷²Em 1997, o Banco Mundial realizou um estudo sobre o desempenho dos fundos sociais em execução em vários países, sendo o FAS de Angola também analisado. O estudo, encomendado à CERFE (empresa de consultoria italiana), apontou os principais pontos fortes: rapidez na execução dos projetos; alto impacto em termos de números de beneficiários; alta qualidade dos projetos implementados; bom nível de envolvimento das comunidades; baixo custo dos projetos implementados; alta conformidade com os indicadores chave de *performance* fixados e alto nível de satisfação expresso pelos beneficiários e autoridades locais. Por outro lado, os pontos fracos apontados pela consultoria foram: falta de mecanismos de identificação dos grupos-alvos, tais como estimativas ou mapas de pobreza; limitada capacidade do FAS em mobilizar a população urbana; limitada capacidade do FAS em incluir mulheres no processo de decisão; limitada capacidade em criar oportunidades de emprego; limitado e apenas indireto apoio às administrações locais e as ONGs (CERFE apud Van Dúnem, 2003: 90).

²⁷³Claro que essas estratégias reformistas variarão de acordo com o contexto encontrado, no entanto, através da experiência reconhece que alguns elementos estão constantemente presentes (os quatros referidos).

na eficiência das estratégias de desenvolvimento. Finalmente, cabe acrescentar que o empoderamento, compreendido como o aumento da capacidade de escolhas e ações das pessoas sobre suas próprias vidas é muito mais do que um meio para os outros objetivos, como o desenvolvimento, sendo uma conquista em si mesmo, uma vez que também constitui uma meta do processo de desenvolvimento (Word Bank, 2002).

Outra política pública que vem sendo implementado em Angola é a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP). Esse ponto apresentará dados sobre essa estratégia, mas que cujos resultados ainda estão incertos. Vale resaltar a preocupação com o tema da segurança alimentar e desenvolvimento rural.

6.2 - A Estabilidade Política E As Políticas Públicas, A ECP – Estratégia de Combate à Pobreza

A dimensão do setor público de Angola é considerada elevada pelos padrões internacionais, mas, em parte por causa de uma guerra civil que durou 27 anos, as despesas públicas tiveram um efeito limitado no desenvolvimento do país. A composição das despesas públicas continua, no entanto, concentrada em atividades com contribuição direta reduzida no desenvolvimento. Nesse contexto, dedicou-se uma quota mais elevada das despesas públicas à defesa e a ordem pública relativamente ao que se gastou na educação, saúde e outros setores sociais (Banco Mundial: 2005, i).

Esta situação começou a alterar-se e os gastos sociais passaram de 12,7% como uma quota das despesas públicas totais em 2003 para 20,1% em 2004, enquanto a percentagem atribuída á defesa e a ordem pública baixava de 13,8% para 12,5% das despesas totais durante o mesmo período de tempo. Este tipo de composição de despesas públicas é bastante inferior às necessidades do país em termos de reconstrução de infra-estrutura e de prestação de serviços essenciais à população, parecendo refletir as opções políticas ainda influenciadas pela existência dominante de um orçamento em tempo de guerra (Banco Mundial: 2005, i).

O Banco Mundial preparou um trabalho que faz uma revisão da gestão das despesas públicas e a responsabilidade financeira em Angola. Entre os pontos de destaque estão:

- A característica mais saliente do enquadramento da gestão das despesas públicas e da responsabilização financeira em Angola é a coexistência de, pelo menos, dois sistemas de despesas públicas, paralelos mais articulados entre si: o “sistema convencional”, coordenado pela Direção Nacional de Tesouro, e o “não-convencional” que visa facilitar transações tais como o serviço de operações da dívida externa mais relevantes, centradas em torno da companhia petrolífera SONANGOL²⁷⁴.
- Apesar de Angola ser um dos poucos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral que tem uma Instituição Superior de Auditoria, o fato é que nenhuma das funções internas ou externas é desempenhada satisfatoriamente no país. A literatura recente sobre gestão das despesas públicas tem enfatizado a importância de medidas institucionais adequadas para a qualidade dos resultados fiscais.
- Presentemente, o Programa de Investimento Público (PIP) de Angola não é elaborado segundo um método plurianual, nem o Orçamento Geral do Estado está solidamente fundado num enquadramento de políticas em médio prazo. No entanto, registram-se progressos, no que toca ao desenvolvimento de instrumentos de políticas, tanto do lado das receitas, como das despesas, que podem revelar-se as sementes de uma metodologia em médio prazo, bem sucedida, de orçamentação e políticas.
- Em janeiro de 2004, governo fez circular uma Estratégia de Combate à Pobreza (ECP). A ECP, se conseguir ser finalizada e executada com sucesso, tem potencial para se tornar o primeiro instrumento, de médio prazo, de formulação de medidas, sobre despesas públicas do Governo desde que Angola optou por ser uma economia de mercado. A ECP propõe-se implementar um programa trienal de despesas públicas, centrado em dez áreas prioritárias, nomeadamente: a) reinserção social; b) desativação de minas; c) segurança alimentar e desenvolvimento rural; d) combate a SIDA; e) educação; f) saúde; g) infra-estrutura básica, h) emprego e formação profissional; i) governamentação; j) gestão macroeconômica. O custo estimado da ECP para o período entre 2003 e 2007 monta a um total de USD 3.170 milhões. Os custos da ECP são apresentados como uma parte

²⁷⁴Para o economista angolano e professor da Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, indiscutivelmente a finalização do conflito militar tornou mais difícil a continuação de práticas de corrupção tão escandalosamente claras. Como exemplo, as despesas não-orçamentadas - ou desornamentadas - que tem vindo a diminuir substancialmente e os critérios de gestão orçamental têm sofrido melhorias significativas (Rocha, 2004: 12).

integrante de um enquadramento fiscal plurianual, que deveria ser a base de qualquer esforço futuro destinado a estabelecer um MTEF (Enquadramento de Despesas em Médio Prazo) (Banco Mundial, 2005).

O Programa de Reabilitação e Reconstrução Pós-Conflito (PCRRP), preparado pelo Ministério do Plano (MINPLAN) com a assistência do Banco Mundial, é um passo importante para a formulação de um Programa de Investimento Público. O PCRRP foi concebido no contexto do processo de paz que permitiu uma abordagem mais sistemática à reabilitação e reconstrução da infra-estrutura social e econômica danificada ou destruída durante o conflito. O Programa, que cobre o período de 2003 a 2005, concentra-se, naturalmente, nas necessidades de investimento mais imediatas do pós-conflito. O PCRRP compreende despesas de investimento nas áreas de desenvolvimento rural, serviços de saúde, reinserção e desenvolvimento comunitário, transportes, estradas e pontos, eletricidade, abastecimento de água e infra-estrutura e serviços urbanos, num total de mais de dois bilhões e meio de dólares americanos ao longo de sua existência. Parte dos recursos deverá também ser usado em atividades de criação de capacidade e na gestão do programa (Banco Mundial, 2005: 80).

Consoante documento do Banco Mundial, esse programa assumiu um caráter mais de médio prazo. Além disso, o PCRRP será também um componente chave da Estratégia de Combate à Pobreza do Governo (Banco Mundial, 2005: 81).

A Estratégia de Combate à Pobreza lançada pelo governo de Angola, surge num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objetivos e prioridades fixados nos programas do governo que advogam a necessidade de promover um desenvolvimento econômico e social abrangente e sustentável. O governo angolano pretende ao longo desta década reduzir significativamente a incidência da pobreza, fixando como meta, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com programa do NEPAD e da SADC, uma redução de cinquenta por cento da proporção da população com menos de um dólar americano diário até 2015²⁷⁵. (Ministério do Planeamento, 2004: 01).

²⁷⁵Vale a pena salientar que diversas organizações da sociedade civil participam no plano global da Estratégia de Combate a Pobreza, como a ADRA. Inclusive essa organização promoveu um encontro na província de Huambo para buscar adotar mecanismos viáveis para implementar esta estratégia nacional na província. AngolaPress, 24 de setembro de 2004.

O governo de Angola identificou dez áreas prioritárias. O que chama atenção é a prioridade na área de segurança alimentar e desenvolvimento rural. Segundo o próprio governo angolano, os principais objetivos nessa área estão na satisfação das necessidades alimentares, internas e o relançamento da economia rural que é uma das áreas vitais para o desenvolvimento sustentável no país. Nesse sentido, a ECP dá prioridade às ações de desenvolvimento no setor tradicional e no setor empresarial agro-pecuário, dado que constituem a base para a segurança alimentar da população, aos níveis local e nacional, e ajudam a promover uma reintegração das populações deslocadas nos meios de origem, diminuindo a pressão populacional nos espaços urbanos e criando assim condições para uma melhoria do bem-estar social de maneira global (Ministério do Planeamento, 2004: 20).

Por consequência, o setor estará primordialmente comprometido com o aumento da produção e a comercialização de cereais, leguminosas, raízes e tubérculos, café, produtos de pesca continental/artesanal; a criação de pequenos ruminantes e gado bovino; a promoção, de atividades piloto para criar condições para relançar outras atividades (micro -finanças, extensão rural, produção de leite, suinicultura, avicultura e apicultura) (Ministério do Planeamento, 2004:20). Todavia, de acordo com André Urani, a ECP, deve abandonar a noção nacional - desenvolvimentista, concebendo o desenvolvimento como um processo que passa pela criação de condições para que ocorra uma vasta e diversificada gama de experiências de desenvolvimento local. A Estratégia de Combate à Pobreza mostra, entre outras coisas, que é no âmbito local que podem ser costuradas as parcerias e alianças entre vários níveis de governo, iniciativa privada e sociedade civil que são requeridas para ampliar a oferta de bens e serviços públicos de forma que esse novo padrão de acumulação possa ser eficiente²⁷⁶. Nesse sentido, outras formas de capital, que não o físico e o humano podem passar a ocupar um lugar prioritário nas agendas políticas,

²⁷⁶A estratégia tem como princípio de base um envolvimento muito ativo das comunidades, tendo o município como núcleo estratégico de planificação, intervenção, acompanhamento e avaliação. As Estações de Desenvolvimento Agrário deverão ser o foco das atividades de apoio aos camponeses, enquanto que as instituições provinciais deverão ser responsáveis pela assessoria, desenho de políticas, estratégias, legislação financiamento e supervisão. Segundo o documento da ECP, é esperada ainda a cooperação da parte dos diferentes parceiros, ou seja, doadores, agências humanitárias, setor privado e ONGs. A estratégia de desenvolvimento rural deverá ainda tomar em consideração o necessário fortalecimento da participação das mulheres em várias frentes: na tomada de decisões estratégicas, no mercado de trabalho e no acesso à terra; na assistência dos assentados/reassentados; no desenvolvimento comunitário e nas associações rurais; na gestão e conservação dos recursos naturais; no apoio à prevenção e controle da AIDS, e na modernização institucional, com ênfase na capacitação dos quadros técnicos e administrativos do setor (Ministério do Planeamento, 2004: 20).

antes organizadas em cima de orientações estritamente políticas e setoriais. O capital social²⁷⁷, o cognitivo representado pelos vínculos sociais e pela confiança entre os agentes e a confiança nas instituições podem ser de grande importância (Urani, 2005: 11).

Nesse capítulo tentei apontar os diversos aspectos ligados à sociedade civil angolana, mormente, a dificuldade de participação social. Para isso, comecei salientando contexto do processo de globalização, com a transformação do capitalismo no momento posterior à Segunda Guerra Mundial e o reflexo das mudanças no papel do Estado, do mercado e da própria sociedade. Ainda nesse capítulo abordei algumas políticas públicas, em especial o Fundo de Apoio Social e a inserção da sociedade civil, principalmente a ADRA.

A seguir a tese entrará no seu objeto de estudo. Ou seja, a experiência da ONG angolana ADRA. Apresentarei inicialmente o contexto histórico que envolveu essa organização e toda dificuldade que enfrentou ao longo dos anos. Em seguida apontarei a experiência do micro-crédito, ação assumida orgulhosamente pelos seus diretores como um dos pilares importantes para o desenvolvimento rural em Angola. Logo em seguida trabalho a ADRA e seu campo institucional. Logo, como funciona a organização em seus setores e os caminhos seguidos em variados momentos em sua curta existência²⁷⁸. Outro aspecto importante da ADRA e que será trabalhado nessa parte final da tese é sua história e metodologia de trabalho com as comunidades.

Em seguida, apresento como a segurança alimentar faz-se presente nas ações da ADRA.

Após essa abordagem, trago os Programas Transversais da organização, como o Programa para Crianças Onjila e o Programa de Educação Cívica. E finalmente, no primeiro anexo (após a cronologia), farei breve abordagem sobre a relevância de alguns projetos desenvolvidos pela instituição.

²⁷⁷ De acordo com Pierre Bourdieu, o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjuntos de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidos pelo observador, pelos outros, ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (1998:67).

²⁷⁸ Não se comparado às outras instituições da sociedade civil angolanas que são bem mais recentes que a ADRA.

CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DA ADRA – ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE

“(…) isso era uma grande lacuna dentro da ADRA, a sistematização das suas experiências (…) A ADRA fez um percurso de crescimento que não foi suficientemente registrado (…) porque não se pode ser uma organização agora como se não tivesse existido passado. Deve haver um passado e um presente. Não pode haver cortes. A memória institucional estava demasiado centralizada em meia dúzia de pessoas e hoje, verdadeiramente, não sei como andam as coisas”. Natália Pinto, especialista em psicologia comunitária, trabalhou na ADRA – Sede (Luanda) por dois anos²⁷⁹.

Os caminhos percorridos, as dificuldades enfrentadas, as metodologias de ação aplicadas e a análise de projetos com ênfase na questão da segurança alimentar representam os pontos centrais desse trabalho.

Num contexto de que as políticas públicas não são discutidas publicamente, mas implicitamente num contexto autoritário, a ADRA procurou, ao longo de seus anos de existência, contribuir para a melhoria das condições de vida da população angolana através de políticas sustentáveis, incentivando a participação social e influenciando instâncias governamentais.

Em um país onde cerca de 70% da população vive abaixo da linha da pobreza, mesmo em um contexto de dificuldades de liberdades democráticas, a sociedade civil não pode deixar de ter um papel relevante no combate a pobreza. É nesse sentido que o trabalho se insere, apresentando as dificuldades vividas pela ADRA e salientando suas ações num contexto tão difícil, quanto diversificado, como no caso angolano. Procurei indicar os principais Programas da instituição por considerá-los como mais relevantes como o Programa Onjila (para crianças) e de Educação Cívica (de cidadania). Além disso, também dei ênfase em alguns projetos, como do micro-crédito, por entender a importância deles no trabalho da ADRA.

²⁷⁹In Humbi-Humbi, nº 38, 2004.

1 - ADRA: UMA ONG ANGOLANA. CONTEXTO HISTÓRICO.

Como já foi dito anteriormente, a ADRA surge num contexto de cessar-fogo, provocado pelos Acordos de Bicesse. A longa guerra civil parecia aproximar-se do fim, o sistema político dava sinais concretos de abertura e de questionamento dos caminhos até aí seguidos, ou seja, era um momento favorável à transformação e também encorajador de novos projetos.

Foi nesse clima (e também influenciado por ele) que algumas pessoas decidiram criar uma Organização Não Governamental que trabalhasse para o desenvolvimento rural, e fundamentalmente, assumisse uma atitude de questionamento em relação aos processos de aquisição do conhecimento da realidade e ao desenvolvimento do país, que se pretendia adequado, sustentado e participado, e em estreita ligação com o processo de democratização.

Em curto prazo procurava-se apoiar a cicatrização das feridas de guerra, a consolidação da paz e a reconciliação nacional. Pretendia-se também aproveitar o momento de abertura e o espírito de mudança existente para contribuir, com o trabalho da organização, para a formação (ou reforço) de uma sociedade civil dinâmica e ativa. Este vasto projeto tomava corpo na fundação da ADRA, e era explicitado no traço dos objetivos:

a) Atuar com as comunidades de base a partir das suas necessidades e dos seus objetivos – levando-se em conta a diversidade étnica e cultura e a pluralidade de situações vividas – concebendo e promovendo, assim, projetos participados de apoio ao desenvolvimento;

b) Apoiar a pesquisa de um desenvolvimento alternativo a partir do conhecimento da realidade angolana e utilizar a prática – em particular os projetos de terreno – para a construção de metodologias de trabalho adequadas;

c) Contribuir para o reforço da sociedade civil e para os processos de democratização em curso em Angola (Adra, 1995: 01).

Os projetos para a concretização desses objetivos seriam alicerçados em alguns princípios fundamentais que constituiriam os eixos morais da organização. A ADRA assumiu-se como uma

Organização Não Governamental, independente, apartidária, não confessional²⁸⁰, sem fins lucrativos, características que definem globalmente do ponto de vista institucional.

No entanto, a ADRA, mais do que isso surge como um projeto de intervenção social, com objetivos gerais e princípios de funcionamento que correspondem a uma determinada visão da sociedade, da sua história, do seu estado e da sua evolução. Tais princípios traduzem-se na recuperação dos valores culturais, na valorização dos recursos naturais, no respeito à diversidade e pluralismo, na partilha do conhecimento de vivências, na participação e respeito pela defesa dos direitos humanos num sentido amplo e na construção de uma cultura democrática. A intervenção (projetos, estudos, debates) e a relação com os diferentes parceiros (Estado, organizações similares, comunidades, entre outros) são, na essência, marcadas por essas atitudes críticas face ao real, por um profundo respeito pelo “outro” e pela vontade de construção e de mudança social responsáveis, no sentido do desenvolvimento e democratização do país e da criação de espaços de participação dos seus cidadãos (Adra, 1995: 01-02).

Esse pequeno grupo que fundou a ADRA era conhecido no âmbito governamental e suas iniciativas não eram tidas como “possíveis ameaças”²⁸¹. Existia uma idéia de que a organização não representava novas organizações opositoras do Governo, mas era uma migração do pessoal de instituições governamentais, do setor público e do MPLA, justamente para esse setor que começava a ganhar forma em Angola. Comerford aponta que a ADRA, a partir de um princípio bastante humilde, desenvolveu-se ao longo dos anos 1990 para se tornar uma das principais ONGs angolanas. A Organização foi originalmente fundada para assistir na reabilitação e reconstrução do país depois dos Acordos de Bicesse, dando ênfase no desenvolvimento agrário. O autor cita Fernando Pacheco, afirmando que a ADRA encontrou poucas dificuldades quando foi fundada em 1990, e levou até 1993 para a Organização ser legalizada. No entanto, não foi por falta de um estatuto jurídico que impediu a ADRA de funcionar e desenvolver seu trabalho naquele momento (Comerford, 2005: 142). Luis Monteiro, Diretor - Geral da ADRA²⁸², de forma pragmática, afirmou que os salários pagos pelas ONGs eram mais altos do que os salários pagos

²⁸⁰Muitos confundem o trabalho da ADRA angolana, com a ADRA (Agência de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais), ou seja, ligada a Igreja Adventista do 7º dia, e que faz trabalhos em Angola. O Secretário Geral da Anistia Internacional de Angola, Manuel Diniz, em entrevista em Luanda no dia 21/02/2006, afirmou que a ADRA angolana tinha uma vertente religiosa com a Igreja Adventista. Portanto a confusão dos nomes por vezes proporciona certos constrangimentos.

²⁸¹Na verdade boa parte dos quadros qualificados estava vinculada no aparelho público.

²⁸²Também conhecido na instituição como Sila. Ao ser perguntado pelo seu codinome, Luis Monteiro disse que se tratava de seu “nome de guerra”.

pelo governo, que eram considerados baixos²⁸³. Por isso a iniciativa desse grupo de formar essa organização.

O africanista Nelson Pestana, em seu artigo “As dinâmicas da sociedade civil em Angola”, apontou a ADRA em seu surgimento, como uma associação com propostas de intervenção no espaço público, até então completamente controlado pelo partido único, que trabalhava em programas de desenvolvimento sustentado junto das comunidades, nomeadamente rural e também em projetos de educação cívica onde ocupavam lugar privilegiados os direitos humanos e o reforço da sociedade civil. Ademais, consoante o autor, a ADRA se inscreveu na linha direta dos grupos culturais dos anos 1980²⁸⁴, não se colocando no terreno político de combate ao partido único, senão por formas atenuadas, e procurava no espaço da cultura combater o pensamento único, o que era por si só algo “subversivo” em relação à ordem autoritária instituída (Pestana, 2002: 16-17). Isso parece ser também a opinião da socióloga Cesaltina Abreu, que afirma que a ADRA, apresentando-se como um espaço alternativo de reflexão e intervenção em áreas tão importantes como o desenvolvimento rural, ambiente e sociedade, rapidamente conseguiu mobilizar um conjunto de pessoas que se identificavam com as preocupações equacionados pela ADRA, entre intelectuais e técnicos²⁸⁵. Já para Idaci Ferreira, brasileira e ex - funcionária da ADRA, os fundadores da organização lutaram pela independência de Angola com um ideal efetivo de inclusão de todo povo angolano (com seus diferentes grupos sociais e étnicos) e com o Partido Único esse sonho tornou-se frustrado, somente sendo recuperado após a abertura política do país no início dos anos 1990, e com a possibilidade concreta de construção de algo diferente, algo que integrasse a questão da participação das populações mais pobres e o campo da sociedade civil revelava-se uma grande oportunidade²⁸⁶.

Outro autor, A. Malaquias, em sua tese de doutorado intitulada “*Angola: The Challengers of Democratic Transition*”, não observou a ADRA e as poucas Organizações que surgiam naquele momento como dentro de uma perspectiva de início da atuação da sociedade civil

²⁸³Em entrevista, em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

²⁸⁴Como foi visto, para o autor, nos anos 1980, a reordenação no campo literário, permitiu um reatar dos laços dos movimentos literários anteriores, com a busca de visões culturais de Angola (se libertando do controle político), bem como uma relegitimação de escritores “históricos”. Instituições importantes como a Juventude do MPLA (JMPLA), através de peças teatrais e movimentos culturais; e a União dos Escritores Angolanos (UEA), através da busca da reestruturação do campo cultural literário, buscando representar todos os escritores angolanos – foram importantes, pois proporcionava uma “relativa autonomia do espaço literário” e artístico, nomeadamente face ao controle do partido único (Pestana, 2002: 11-15).

²⁸⁵Em entrevista, em 04 de março de 2007.

²⁸⁶Em entrevista, em 06 de fevereiro de 2007.

angolana num contexto de multipartidarização após os Acordos de Bicesse, mas sim como parte de uma estratégia para estender a influência do MPLA e reter o poder. Conforme Malaquias, o surgimento de grupos organizados normalmente associado à sociedade civil, e o seu relacionamento dependente com o Estado, constitui a parte integral de uma estratégia bem elaborada pelo regime a fim de manter-se no poder. O MPLA não tinha planejado liberalizar o regime e instituir um processo genuíno de democratização que levaria eventualmente o Estado de partido único a prestar contas aos cidadãos comuns. O contrário está mais próximo da realidade (1995: 142). De acordo com Allan Cain, Diretor da DW, a ADRA surge numa comunidade de profissionais rurais, com muitos agrônomos²⁸⁷. O Diretor Executivo do FAS, Victor Hugo Guilherme²⁸⁸, afirmou que a ADRA não pode ser considerada como uma organização da sociedade civil, pois foi fundada por elementos do Governo angolano²⁸⁹.

Portanto, a partir dessa abordagem, pode-se afirmar que, inicialmente, a ADRA tinha laços significativos com o Estado angolano, inclusive com quadros que saíram do Governo, como o fundador, Fernando Pacheco, que foi Delegado do Ministério da Agricultura em Malanje, Coordenador Adjunto da Comissão Nacional de Apoio a Cooperativização e Diretor do Departamento de Política Agrária do MPLA. Além dele, Domingos Gomes da Piedade, também trabalhou no Ministério da Agricultura, entrando na ADRA, em 1991, para a implementação do primeiro projeto de terreno da Organização, o Projeto Caluquembe, entre outros.

Deste modo, a ADRA procurou estabelecer pontos entre o Estado e as comunidades, sem pretender substituir quer um, quer outras. Suas ações priorizaram os deslocados, que naquela altura estavam bruscamente despidos dos seus bens materiais (que já eram bem modestos), mas também da sua identidade e das suas referências, e sem os meios para enfrentar o “mundo hostil da cidade” e a agressividade de um mercado que despontava de forma selvagem; as mulheres, principalmente aquelas que têm que assumir a chefia de famílias não raras vezes bastantes numerosas; as crianças órfãs e abandonadas, sem outros referenciais que não sejam os da luta pela sobrevivência, a competição selvagem, a especulação e a delinqüência; os rurais, atingidos muitas vezes simultaneamente pela guerra, pela seca e pelo isolamento, desprovidos de meios de subsistência por razões conjunturais e sem mecanismos de defesa perante a agressividade do mercado (Adra, 1995: 02).

²⁸⁷Em entrevista, 08 de dezembro de 2006.

²⁸⁸Que inclusive já fez parte dos quadros da ADRA, e que hoje trabalha no FAS.

²⁸⁹Entrevista em Luanda, 22 de fevereiro de 2006.

No início dos seus trabalhos, a ADRA preocupou-se, devido ao contexto de emergência, na doação de alimentos²⁹⁰, uma política assistencialista condenada pela própria instituição. No entanto, ainda que seus objetivos fossem claros, a ADRA não tinha recursos, e os seus fundadores pouco conhecimento possuíam deste tipo de organizações. A ausência de experiências semelhantes no país deixava-a na necessidade de procurar soluções, quer para questões organizativas e institucionais, quer para aquelas relativas às metodologias a aplicar nas ações a serem desenvolvidas.

Daquele modo, a ADRA foi-se estruturando e construindo as reflexões e debates entre os seus membros, e adaptando a prática aos seus objetivos e às situações encontradas no quotidiano.

Esta imagem da ADRA e a sua capacidade de mobilização de “não-membros” para participar em encontros, seminários, workshops, conversas de fim de tarde, entre outros, logo chamou a atenção de entidades que poderiam apoiar o esforço enorme de construção de uma organização na Angola de então. Dessa maneira, surgiram rapidamente apoios de projetos e a ADRA entrou num rápido processo de crescimento²⁹¹

Ainda que no momento da criação da organização a população rural fosse tida como grupo alvo prioritário, o contato com o real e a evolução da situação angolana, rapidamente expuseram a penúria profunda dos pobres urbanos e a precariedade das condições de vida das populações deslocadas. Isso justificou, como exemplo, a identificação do Programa de Desenvolvimento Participativo Peri Urbano de Lubango, onde o afluxo de deslocados agravou a vida dos habitantes dos bairros de Sofrio e Caluva – falta de água potável, de estruturas de saneamento básico, de postos de saúde, de escolas. Estes problemas foram sendo atacados numa conjugação de esforços entre as comunidades, e as instituições do Estado, com a ADRA e a ACORD (ONG britânica que apoiou a ADRA principalmente em aspectos metodológicos²⁹²) a servirem de ponte e de facilitadores dos processos de capacitação e participação. Este programa, por outro lado, entrou na história da organização – e, provavelmente no desenvolvimento comunitário participativo em Angola – como “laboratório” das construções metodológicas e como a “escola” de capacitação de quadros, um projeto de referência para outros projetos. Desta

²⁹⁰De acordo com Fernando Pacheco, em entrevista, Luanda 17 de fevereiro de 2006.

²⁹¹Entrevista com Cesaltina Abreu, em 04 de março de 2007.

²⁹²Idaci Ferreira cita também a ONG portuguesa OIKOS como uma instituição que foi parceira da ADRA em termos de metodológico, contribuindo bastante para a formação da organização angolana nos seus primeiros anos. Em entrevista, em 06 de fevereiro de 2007.

forma se conseguiu, por exemplo, a adoção do voto secreto para eleição das comissões e grupos de interesses, um caso verdadeiramente inédito em comunidades deste tipo²⁹³ (Adra, 1995: 03).

Esse crescimento qualitativo passava necessariamente pela forma de trabalho da instituição. Dessa maneira, a ADRA organizou-se em torno de duas áreas de intervenção, que na realidade se alimentam mutuamente e, por vezes, se confundem na prática.

A primeira fundamental é a dos projetos de terrenos, onde tenta, com as populações envolvidas, discutir situações e construir metodologias de intervenção inovadoras e adequadas. Dessa forma procurou-se o reforço e a responsabilização das comunidades através da capacitação e da realização de ações concretas que contribuam para a sua sustentabilidade, mesmo num contexto de guerra. A identificação das situações vividas – sempre com a participação ativa da comunidade – permitiu a elaboração de programas que contemplavam a solução dos problemas imediatos (alimentos, vestuário, água, medicamentos), mas também pequenos projetos de geração de rendimentos. Nestas circunstâncias, a capacitação da população foi fundamental, na medida em que ela favoreceu os mecanismos de participação desejados e uma certa flexibilidade da programação.

Um exemplo concreto foi o Projeto Huíla – Paz e Desenvolvimento (financiado pela União Européia), que envolveram desmobilizados e deslocados e outros grupos vulneráveis, com os quais foi possível encontrar formas de acesso a terra para fins agrícolas e apoiar a produção agropecuária (cereais, hortícolas, coelhos e aves) fomentar a criação de microempresas (mecânica, carpintaria, costura, serralharia) e apoiar a construção de fontes, postos de saúdes e escolas - algumas vezes com colaboração de organizações religiosas.

Isso tudo com elevado nível de participação e criatividade dos beneficiários, que encontraram soluções originais (fontes e latrinas a baixo custo) e tomaram iniciativas (autoconstrução de bairros residenciais), as que revelam uma apropriação do Projeto e a busca de caminhos para a sustentabilidade (Adra, 1995: 03).

A segunda área de intervenção tem como designação o conflito de idéias, e pretendeu-se contribuir para a promoção de uma cultura de debate e para a criação de um espaço de dinamização e reforço da sociedade civil, organizando atividades que estimulem a discussão das

²⁹³É importante ressaltar que segundo Victor Hugo Guilherme, ex-funcionário da ADRA e hoje diretor do FAS, diversas organizações em Angola falam em participação, inclusive o governo, mas o importante é ver a qualidade dessa participação. Em palestra no seminário “Cidades em Crise: Rio de Janeiro e Luanda em perspectiva comparada, dia 01 de setembro, Iuperj, Rio de Janeiro”.

questões julgadas importantes para o país e a apropriação desse debate para a sociedade²⁹⁴. As relações estabelecidas com as comunidades com quem a instituição trabalha, encontram um dos seus fundamentos na consciência do pluralismo e da diversidade de situações que caracterizam o país e na atitude atenta, aberta e criativa que é necessário manter. A ADRA também transporta a preocupação como reforço das instituições locais: a descentralização dos poderes e o reforço da democracia são dois importantes temas de reflexão, discussão e estudo, de cujos resultados a organização procura impregnar a ação de terreno e o relacionamento com os parceiros (Adra, 1995: 03).

É importante salientar que a ADRA recusou moral e metodologicamente o espírito e a lógica imediatista da ajuda, até mesmo quando nos seus projetos se enquadrava a dimensão de emergência pelo estado debilitado e traumatizado em que se encontram as populações.

A Organização negou-se a limitar a sua ação à simples distribuição de alimentos e outros bens de primeira necessidade. A sua intervenção, pelo contrário, procurou-se responder à urgência da situação com a criação de condições favoráveis à estabilização sócio-psicológica das comunidades envolvidas, sendo a sua continuidade posteriormente assegurada por um trabalho de reabilitação já fora de quadro de emergência. (Adra, 1995: 04). Luís Monteiro, diretor geral da ADRA, faz uma importante ressalva, ao afirmar que a ADRA nunca foi criada com o imperativo da emergência, a situação sim que era de emergência.²⁹⁵

O diretor geral da ADRA afirmou que no início de seus trabalhos, ou seja, com o contexto de conflito armado, muitas comunidades do meio rural foram para as cidades grandes em busca de segurança. A ADRA fazia a organização na distribuição de alimentos a partir da cultura dos poderes instituídos anteriormente, já que aquelas sociedades estavam desorganizadas, pois existia uma enorme concentração de comunidades. Assim, a instituição fazia um censo para compreender a diversidade do contexto cultural das comunidades, e a partir daí organizava os alimentos doados pelo Programa Alimentar Mundial. Os sobas (autoridades tradicionais) residentes anteriormente das aldeias peri-urbanas supervisionavam, e a ADRA promovia o

²⁹⁴ A estratégia da ADRA para o reforço da sociedade civil fundamentou-se basicamente em dois grandes eixos: o primeiro, na área de atividade do conflito de idéias, com a organização de debates e encontros de discussão de questões relevantes na dinâmica nacional. Nessa linha de pensamento e ação organizam workshops, conferências, seminários, sobre temas relacionados de acordo com a sua importância estrutural ou conjuntural. O segundo eixo dirigiu-se para o apoio à estruturação e organização de grupos que constituem ou potencialmente constituirão organizações da sociedade civil. Pretendeu-se, dessa forma, apoiar o desenvolvimento e fortalecimento do movimento associativo angolano (Adra, 1995: 03).

²⁹⁵ Em entrevista, em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

diálogo entre os sobas residentes de fora, fugidos da guerra, promovendo o espírito de solidariedade. Deste modo, uma comissão foi criada para a distribuição de alimentos.

Quando os sobas voltaram para suas aldeias, já possuíam um alto grau de organização, retornando com sementes e raízes de plantas. Inclusive com o fim da guerra, muitas pessoas nem voltaram para suas aldeias. Ou seja, o desenvolvimento já começou na própria conjuntura de emergência²⁹⁶.

Para a ADRA, os processos participativos podem ser facilmente paliativos. Com isso, entendem a propensão para se exercitarem em esferas menos fundamentais da vida do grupo e da comunidade. Um exemplo pode ser à frente de trabalho em tempos de seca. Quando se diz ser algo paliativo, é porque não se resolve o problema fundamental de sobrevivência dos atingidos. A frente não institui um instrumento estrutural de geração de renda. Por isso mesmo estará sempre muito aquém das necessidades reais e terá um caráter meramente compensatório. Na próxima seca estar-se-á em presença provavelmente o mesmo problema, já que não encontraram soluções de ordem estrutural, mas somente conjuntural (Adra, 1994: 05).

É interessante notar que a ADRA critica ações paliativas, mas reconhece os limites da participação local num contexto tão adverso de diálogo com o governo.

Desta forma, parcerias com instituições religiosas (Igrejas católica²⁹⁷ e Protestante basicamente) fazem parte do trabalho da ADRA. No entanto, o trabalho é ligado a um assistencialismo muito forte por parte dessas instituições. A organização procura tirar das igrejas, conforme salienta Fernando Pacheco²⁹⁸, a parte positiva, ou seja, a credibilidade que elas possuem com as comunidades. Porém o trabalho assistencialista faz-se presente, e os funcionários da ADRA tentam convencer que nem tudo é filantropia, e que as pessoas devem ter responsabilidades²⁹⁹.

Um exemplo bem sucedido de trabalho fugindo a ótica assistencialista realizado pela ADRA foi o Projeto Luacho, na Província de Benguela, onde a Organização iniciou um projeto de emergência de apoio a mais de duas mil famílias de deslocados, com suporte financeiro do governo da Suécia. Após o estudo da situação e da identificação dos problemas da população,

²⁹⁶Em entrevista, na Conferência Sobre Participação, Cidadania e os Novos Desafios Democráticos em Angola. Em parceria da ADRA, da OXFAM e da *Development Research Centre*. Luanda, 01 de dezembro de 2006.

²⁹⁷No caso da Igreja Católica, não há homogeneidade nas ações, dependendo das ações das paróquias e de seus representantes.

²⁹⁸Em entrevista, Luanda, 17 de fevereiro de 2006.

²⁹⁹Para Pacheco, aos poucos o comportamento das Igrejas vai mudando, pois já começam a existir projetos de agricultura sustentável por parte das Igrejas em Angola.

conseguiu-se uma cuidadosa negociação com o financiador que permitiu a sua transformação num projeto de reabilitação. É que rapidamente se verificou que a população não pretendia apenas os alimentos previstos em situações deste tipo. Ela desejava negociar a possibilidade de acesso à terra agricultável e desenvolver atividades de geração de renda. Mais ainda, precisava conseguir os bilhetes de identidade perdidos com a fuga da guerra – problema esse a que os serviços oficiais não estavam capazes de dar resposta – o que demonstra a preocupação com a preservação da identidade e da cidadania, aspectos a que os doadores nunca tinham dado qualquer importância. O Projeto de Lucho foi considerado por várias agências das Nações Unidas e ONG's um exemplo de como se deve passar rapidamente de uma situação de emergência para uma outra de reabilitação, através da responsabilização da própria comunidade, um exemplo que a ADRA procurou multiplicar em outras situações e em outras regiões onde as ações de emergência se têm feito sentir, como nas Províncias de Huíla, Malange e Benguela (Adra, 1995: 04).

Já no campo das relações com o Governo angolano, e apesar de seus principais quadros terem saído do aparelho público estatal, a ADRA seguiu um modelo de trabalho diferente da ótica governamental. Suas ações foram baseadas em princípios metodológicos de participação³⁰⁰. A dificuldade do governo de compreender a sociedade civil está no cerne dos problemas. Essa dificuldade é vivenciada na centralização do poder político administrativo, no financiamento das organizações da sociedade civil ficarem apenas na FESA e em outras organizações que giram ao redor do poder, como a Organização das Mulheres Angolanas, e da idéia do governo de que as próprias instituições é que devem buscar financiamento de agências bilaterais e organismos internacionais.

Deste modo, de acordo com Luis Monteiro, o governo não possui uma política que realmente incorpore a sociedade civil angolana³⁰¹. No entanto, a ADRA já prestou valiosos serviços ao Fundo de Acção Social, que é abraçado pelo governo angolano como um modelo de política pública. Além disso, como salienta Luis Monteiro, a abordagem hoje em dia do FAS é ligada à idéia de participação, com clara influência da ADRA, que é a pioneira nesse tipo de trabalho metodológico em Angola³⁰².

³⁰⁰Embora o FAS tem elementos importantes de participação em suas políticas.

³⁰¹Em entrevista, em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

³⁰²Em entrevista, em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

O processo de democratização no país é lento e o pensamento do governante muitas vezes foi de controlar as forças sociais. A Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), foi criada no início dos anos 1990, como uma agência do Estado, na tentativa de dominar as instituições da sociedade civil. Para Pacheco ela exerce “um certo controle”, no entanto, o Estado, do ponto de vista de fazer valer suas leis, “é fraco, pois tem dificuldades de implementar suas regras”. Segundo Pacheco, a UTCAH não conseguiu controlar, e “chateia” mais os funcionários da organização. Ao analisar os relatórios da ADRA, os técnicos procuram diretamente alguma parte que possa criticar o governo, não lendo atentamente os relatórios³⁰³.

De acordo com o diretor da ADRA, Dinho Major³⁰⁴, a organização tem melhores relações com as administrações municipais do que com administrações das Províncias³⁰⁵ (exceto Benguela, uma relação antiga e muito boa; e Malange que tem vindo a crescer o apoio do governo provincial, mas somente na Direção Provincial de Educação), pois estas não estão envolvidas em práticas sociais e com isso sentem menos o problema. No entanto, muitas políticas utilizadas por instituições do Estado são inadequadas para o desenvolvimento de Angola, e, por consquência, deveria a sociedade civil contribuir de forma mais intensa para o aprimoramento de determinadas políticas. Pacheco cita o Ministério da Agricultura, que continua a distribuir sementes importadas não adaptadas a região. Isso implica na falta de diálogo com os agricultores. Além disso, a campanha tele-alimento, que segundo Pacheco, não tem impacto nenhum em termos de política de segurança alimentar³⁰⁶.

Um indicador importante dos processos emancipatórios e de construção da cidadania é dado pela atitude de uma comunidade pobre da Província de Huambo por ter tido a coragem e iniciativa de mover uma ação judicial contra o Governo da Província em 2004, pelo fato deste, ter decidido implementar um projeto agrícola em terras que a comunidade considerava ser da sua pertença sem a sua permissão (Pacheco, 2005: 26).

2 - ADRA E O MICRO CRÉDITO

³⁰³Fernando Pacheco, em entrevista, Luanda, 17 de fevereiro de 2006.

³⁰⁴Em entrevista, 16 de fevereiro de 2006.

³⁰⁵Isso dificulta em termos de influência nas políticas públicas, porque o Orçamento Geral do Estado não vai para os Municípios, e sim é repassado através das Províncias.

³⁰⁶Ainda segundo Pacheco, o Ministério da Agricultura observa de forma pouco clara a questão da segurança alimentar, não tendo um eixo orientador de suas ações, portanto, não tendo uma política clara nesse aspecto. Em entrevista, 17 de fevereiro de 2006.

Nas últimas três décadas, em muitos países em desenvolvimento, o crédito tem sido encarado com um dos instrumentos com grande potencial para a redução da pobreza nas zonas rurais, onde as populações fortemente necessitadas permanecem fora da órbita das instituições bancárias cujos critérios excluem estas populações cada vez mais impossibilitadas de conseguirem pequenos créditos para a realização das suas atividades produtivas e econômicas.

O programa de micro-crédito desenvolvido pela ADRA ao longo dos anos é um motivo de orgulho para a instituição. Esse programa foi ganhando força na organização, numa conjuntura política angolana que era desfavorável para tal ação, principalmente devido à esfera econômica, com elevada inflação.

De forma simplificada, pode-se dizer que as preocupações e tentativas de promoção de microcrédito pela ADRA se inserem nos programas de microrealizações e agricultura. No quadro desta política, a instituição tem procurado apoiar pequenas atividades produtivas e econômicas com o objetivo de promover o auto-emprego numa base sustentável, e contribuir para o aumento do rendimento familiar numa perspectiva de luta contra a pobreza.

As experiências da organização inspiram-se, de alguma maneira, no modelo do Grameen Bank, o chamado banco da aldeia, desenvolvido no Bangladesh.

Muhammad Yanus desenvolveu o trabalho no qual o crédito, disponibilizado sob a forma mutualista, privilegia as sociedades mais pobres, sem garantias, sendo a inovação, a parceria (dentro do sistema mútuo) e o empreendedorismo como fundamental para o sucesso.

Considera também, em regra, que um indivíduo sem terra é mais empreendedor do que os pequenos agricultores, pois estes estão mais ligados a terra. A sua vida leva-os a ser mais conservador, de visão mais estreita e virada para dentro. Assim, os que não têm terra, os que não têm ligação com a terra, são provavelmente os mais móveis, mais receptivos as novas idéias, e dessa maneira, mais empreendedores. A condição de dificuldade, de miséria e pobreza faz deles uns lutadores pela sobrevivência. Deste modo, não estando ligados à terra, estão mais libertos do estilo de vida tradicional.

Como comprova Yunus, citado por Rui Moreira de Carvalho, o pagamento dos empréstimos por pessoas sem garantias revelou-se funcionar muito melhor do que por pessoas que apresentavam grandes garantias. Realmente, mais de 98% dos nossos empréstimos são pagos porque os pobres sabem que essa é a única oportunidade que tem para escapar à pobreza. Assim, não tem qualquer interesse em falhar ou em voltar atrás. Se forem excluídos do sistema de

empréstimos, como poderão sobreviver? E conclui a idéia, refere que “as pessoas mais abastadas não se interessam por aquilo que a lei lhes possa fazer, pois sabem bem como manipulá-la³⁰⁷. As pessoas que estão no fundo da escala têm medo de tudo; portanto querem fazer as coisas bem porque a isso são obrigadas. Não tem escolhas”³⁰⁸ (Yunus apud Carvalho, 2005: 116).

Em conformidade com este modelo, focado no combate à pobreza rural, a população do campo fortemente necessitada de crédito permanecem fora da órbita do sistema bancário, sendo preciso desenvolver mecanismos de apoio que permitam aos camponeses terem acesso a pequenos empréstimos destinados a financiar a realização das suas atividades geradoras de rendimentos (Katiavala, 2003: 13).

A ADRA desenvolve uma política de oferecer créditos às associações, inseridas nas associações de camponeses³⁰⁹, e persegue dois objetivos:

a) A necessidade de se acabar com as práticas assistencialistas no trabalho com as comunidades, incentivando a cultura do crédito enquanto estratégia fundamental para estimular o sentido de pertença e responsabilização, evitando-se desse modo o paternalismo;

b) A constituição, a partir das doações externas e internas, de fundos comunitários como mecanismo de apoiar as diferentes atividades produtivas e econômicas das comunidades, visando a sua autonomia (Adra, 2005: 24).

Em Huambo, as iniciativas de promoção de ações de microcrédito desenvolvida pela ADRA começaram na campanha agrícola 2000-2001³¹⁰. As razões que levaram a ADRA a

³⁰⁷ Isso também se enquadra em Angola, onde a justiça é apenas para alguns, sendo que a maioria do povo não conhece as leis.

³⁰⁸ Como descobriu Yunus, que a formação de um grupo era crucial para o sucesso das operações. Individualmente uma pessoa pobre sente-se exposta a todo tipo de perigo. O pertencimento a um grupo confere-lhe um sentimento de proteção. O indivíduo isolado tende a ser imprevisível e incerto ao seu comportamento. Mas a pertença a um grupo cria apoio e pressão deste mesmo grupo, aperfeiçoa os padrões de comportamento e fornece confiança. Os empréstimos são concedidos individualmente, embora exista um sistema de repartição de responsabilidades, formalmente cada um dos beneficiários é pessoalmente responsável pelo seu próprio empréstimo. O Banco Grameen empresa não somente em dinheiro. É uma espécie de passaporte para a exploração e descoberta de si. Quem recebe o empréstimo começa a explorar o seu próprio potencial e a descobrir a criatividade escondida (Yunus, 2002: 149-152).

³⁰⁹ Essa é uma área de divergência entre a ADRA e a DW, pois a segunda tem como estratégia o trabalho de crédito com os empresários rurais, baseado numa instituição de microfinanças buscando a sustentabilidade institucional e o estímulo nos negócios rurais. São diferentes grupos alvos entre as instituições. Alain Cain, em entrevista, 08 de dezembro de 2006.

³¹⁰ Em Huambo foram desenvolvidas algumas experiências de crédito no período colonial (ICA – Instituto de Cereais de Angola), da ERA (Extensão Rural de Angola) e outros serviços de fomento. No período posterior a independência algumas poucas intervenções nas zonas rurais de Huambo. Além disso, vale a pena ressaltar a dupla vocação que

promover tais iniciativas estavam ligadas a dois objetivos essenciais: a necessidade de acabar com as práticas assistencialistas no trabalho com as comunidades rurais, cultivando no seio delas a idéia de reembolsos para estimular o sentido de pertença e responsabilização, e a constituição, a partir de doações externas, de fundos comunitários como mecanismo de apoiar as atividades produtivas e econômicas das famílias, visando sua autonomia (Katiavala³¹¹, 2003: 13).

Desta forma, após uma prévia negociação com os organismos financiadores que apóiam os nossos projetos, decidiu-se que os *inputs* agrícolas passassem a ser fornecido a título devolutivo. Na esteira desta decisão, o crédito passou a ser assumido como estratégia central dos projetos de apoio às comunidades, capitalizando as atenções dos técnicos de terreno nas suas atividades de sensibilização e mobilização comunitária.

José Maria Katiavala, funcionário da ADRA em Huambo, sublinha que embora as iniciativas de microcrédito que temos vindo a incentivar conformam os elementos básicos como seja o acompanhamento, a pressão e os fundos rotativos, não se trata de um sistema de crédito devidamente estruturado. O objetivo primário tem sido a adoção de uma atualização que ajude a superar, de forma gradual, a “mentalidade do assistido” e “dependente”, tão difundida junto das populações decorrente das práticas de doações que marcaram profundamente Angola durante muitos anos. Assim, de acordo com essa perspectiva, o crédito é aqui encarado como um instrumento de educação³¹². Como principais atividades produtivas e econômicas apoiadas pelo microcrédito estão: a produção agrícola (fornecimento de sementes³¹³, instrumentos de trabalho, fertilizantes e juntas de tração animal); a criação de animais de pequeno e médio porte; pequenos negócios informais; construção de pequenos moinhos de água; e finalmente, a pesca artesanal (2003: 13).

Dessa maneira, a ADRA já se manifestava sobre a importância e necessidade do crédito como uma forma de desenvolvimento, principalmente no âmbito rural, e hoje se percebe que aos

caracteriza as populações do Planalto Central: são agricultores e comerciantes, portanto, com elevado grau de integração com o mercado (Katiavala, 2003: 12).

³¹¹ Funcionário da ADRA da Antena Huambo.

³¹² Por isso a designação dada de “crédito educativo”. A seleção das famílias é assumida pelos líderes comunitários que são os responsáveis pela identificação das necessidades e iniciativas das famílias, discutindo tais necessidades e iniciativas com técnicos da ADRA. As taxa de juros estavam em torno de 10%, tornando-se simbólica com a inflação angolana. Com relação aos reembolsos estão em média acima de 70%, e processam-se em espécie ou em dinheiro (Katiavala, 2003: 13-14).

³¹³ Devido à baixa fertilidade natural dos solos que coloca a agricultura da Província dependente de *inputs* externos (principalmente fertilizantes químicos). Esta característica estrutural dos sistemas de produção de Huambo explica a importância do crédito para o desenvolvimento daquela região.

poucos a política de crédito vai ganhando força em Angola - inclusive com os próprios bancos chegando a essa conclusão -, pela primeira vez o Ministro da Agricultura assumiu a distribuição de insumos fazendo crédito direto aos bancos, através do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, que segundo Fernando Pacheco³¹⁴, para os Ministérios, é um grande programa de desenvolvimento, no entanto, não tem os recursos que deveria ter, além da pouca participação da sociedade civil.

Outro projeto relevante que está em desenvolvimento no campo do micro-crédito desenvolvido pela ADRA é o Projeto Greater Plutônio, da Antena Benguela, e financiado pela British Petroleum.

Este projeto foi identificado na perspectiva do amplo processo de apoio ao desenvolvimento das comunidades, particularmente as do meio rural, visando a sua autonomia. Ele prevê, em decorrência do reforço da capacidade de gestão, que as comunidades, através das suas organizações e instituições possam gradualmente ir se relacionando de forma direta com o banco, tendo acesso ao fundo de crédito. O objetivo geral é contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, influenciando processos democráticos e de mudança, rumo ao desenvolvimento sustentável. Como objetivo específico está a melhora das condições sócio-econômicas das famílias nas áreas de intervenção do projeto, visando à redução da fome e da pobreza; e também a melhora do exercício da cidadania, reforçando a capacidade organizacional e institucional dos órgãos do poder local.

O projeto pretende facilitar as famílias e grupos comunitários³¹⁵ o acesso ao crédito para aquisição de meios para o desenvolvimento de micro-projetos de caráter econômico-social; pretende também dotar as organizações comunitárias e famílias envolvidas de capacidades organizativas funcionais assim como de outros conhecimentos e habilidades que lhes permitam assumir de forma “autônoma” a gestão do sistema do crédito (em relação ao banco); o restabelecimento das reservas básicas dos camponeses e dos pequenos empresários agrícolas em sementes, animais e outros fatores de produção; facilitar da ligação das famílias, grupos e organizações comunitárias abrangidas no sistema formal da economia (bancos, fundos, governos...); e finalmente, fortalecer a articulação entre as organizações de camponeses e as

³¹⁴Em entrevista, Luanda, 17 de fevereiro de 2006.

³¹⁵Grupos de referência: associação de camponeses, camponeses (individuais), grupos comunitários constituídos por homens e mulheres chefes de família e viúvas, cuja atividade principal assenta no comércio informal e grupo de jovens.

instituições públicas locais, ajudando estas últimas a reforçar a sua capacidade organizativa e adotar práticas e métodos mais participativos (Adra, 2005: 02-03).

Como estratégias, o projeto com as instituições especializadas do Estado será fundamental e incluirá as ações de formação, de planificação conjunta para o apoio aos camponeses e pequenos empresários agrícolas, bem como de monitoria e avaliação de resultados; também prevê o envolvimento das equipes das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) nas diferentes ações de apoio as associações, permitindo transferir metodologias ao Desenvolvimento Comunitário; também dentro das comunidades serão envolvidas instituições do poder costumeiro (Onjango, Osongo) enquanto possuidores de um capital social forte e capazes de jogar importante papel na planificação e na facilitação da reintegração das populações que vivem numa situação crítica ou que estão a regressar para as comunidades; os quadros de concertação municipal (QCM), criados e animados no âmbito do Programa de Apoio a Reabilitação, financiado pela União Europeia (PAR – EU) serão “aproveitados” como fóruns privilegiados para divulgação das ações de crédito e outras a ele relacionado. A importância da utilização destes fóruns para a partilha de conteúdos e métodos reside na possibilidade de aumentar o diálogo público com as autoridades locais sobre o crédito; o funcionamento do micro-crédito e de outros produtos similares levará à abertura de contas bancárias em nome da associação de camponeses³¹⁶ (Adra, 2005: 03-04).

Como linhas de ação da organização, segundo o Plano Estratégico para 2005-2009, no que diz respeito ao crédito, podem ser resumidas como:

- a) Promoção de iniciativas de crédito tendo em consideração as características sócio-econômicas e as necessidades das diferentes categorias de grupos sociais existentes nas comunidades rurais;
- b) O incentivo à criação de fundos comunitários autogeridos quer a partir de financiamentos externos como através da mobilização de poupanças locais;
- c) A implicação e responsabilização das organizações comunitárias na gestão de fundos de crédito;

³¹⁶Como montante, o valor individual mínimo é de cem dólares norte-americanos, e máximo é de mil e quinhentos dólares americanos. O período de vigência é de 01 de outubro de 2005 até 30 de setembro de 2008.

d) Apoio às comunidades rurais na intermediação e acesso aos fundos oficiais de crédito existentes no país e outros mecanismos de financiamento;

e) A realização de lobby junto a instituições do Estado ligado à problemática do crédito rural no sentido de influenciar a legislação que irá regular esta atividade em Angola;

f) A definição de normas e procedimentos de gestão global dos projetos integrados, no sentido de prestar uma assessoria adequada às comunidades rurais na estruturação e gestão dos seus fundos de crédito (Adra, 2005: 24).

A tabela abaixo mostra o pouco investimento no setor de microcrédito em Angola.

PRINCIPAIS PROJECTOS EM CURSO NO SECTOR DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA

2005 / 2006

Fonte : Banco Mundial, 2005

PROJECTOS	CUSTO (USD)
Reintegração de Desmobilizados	101.3
Agricultura e Segurança Alimentar	80.3
Construção de Capacidades Institucionais	24.6
Desminagem	22.1
Extensão Rural	20.3
Infraestruturas	17.1
Pesca	12.0
Investigação	10.0
Comércio Rural	9.6
Multiplicação de Sementes	6.6
Reintegração de Deslocados	6.3
Ambiente	5.8
Acesso e Posse de Terra	4.8
Tracção Animal	2.0
Microcrédito	0.2
Financiamento Total	325.6

3 - A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA ADRA

A Organização Não-Governamental angolana ADRA trabalha atualmente em seis Províncias, vinte e dois Municípios e cinquenta Comunas - por Comuna entende-se a unidade administrativa mais baixa³¹⁷ do Município, reunindo bairros nas zonas urbanas e aldeias em zonas rurais.

A ADRA começou a dar os primeiros passos de modo pouco formal, tendo-se privilegiado as ações concretas de terreno em detrimento dos aspectos institucionais. Em 1991, ano de surgimento da organização, foram feitos alguns contatos com organizações africanas através de visitas de estudo (Senegal, Guiné-Bissau e Moçambique) para conhecer as suas filosofias, métodos e experiências. No mesmo ano, é realizado um estudo de diagnóstico de associações camponesas em Angola, além do início dos primeiros projetos de reinserção de soldados desmobilizados da vida civil, e dos primeiros workshops e seminários.

O volume de atividades atingido começou a exigir a realização de um encontro que permitisse a reflexão serena e aprofundada sobre o seu passado, o presente e as perspectivas para o futuro. Colocava-se também a necessidade de iniciar o processo de integração do grupo de pessoas que trabalhavam nas diferentes atividades e projetos de forma a poder-se constituir um espírito de equipe (Adra, 1993: 01).

Em 1992 é aberto o escritório-sede em Luanda, começando também a negociação e o início dos primeiros projetos de deslocados concebidos em 1991. No mesmo momento continua o processo de formalização e legalização da associação.

Assim, dadas as expectativas em torno do ato eleitoral marcado para setembro de 1992, e “na perspectiva de um processo de mudanças no qual a ADRA pretendia ter um papel interventivo, essencialmente no reforço da capacidade de participação da sociedade civil”, achou-se pertinente à realização de um encontro em outubro /novembro de 1992. No entanto, a crise deflagrada obrigou a um adiamento, acabando por realizar-se apenas em março de 1993. Dadas as ligações estreitas com a ACCORD (ONG britânica) e a OIKOS (ONG portuguesa), solicitou-se a essas organizações apoio financeiro e metodológico para levar a cabo esta tarefa (Adra, 1993: 01).

³¹⁷Segundo Luis Monteiro, Diretor-Geral da ADRA, em reunião. Luanda, 30 de janeiro de 2006.

Em 1993, a ADRA realizou seu primeiro encontro nacional (que passou a ser anual), e a discussão sobre Estruturas e Sistema de Formação levantaram o conceito de Antena, como possibilidade de uma forma de estruturalização versus descentralização. No entanto, no início dos seus trabalhos, a Organização Não Governamental angolana, devido ao contexto de guerra, estava focada principalmente ao trabalho de emergência com pessoas originárias das zonas rurais, basicamente deslocadas, mas confinados aos centros urbanos (Piedade, 2004: 05). Ainda em 1993 são abertos os escritórios em Malanje, Benguela e Huíla.

O crescimento e as necessidades decorrentes da sua gestão conduziram à reflexão sobre um modelo estratégico de desenvolvimento e de evolução do relacionamento institucional da Organização, confirmando na linha esboçada no primeiro encontro.

Naquela altura já se previa o crescimento rápido da instituição, e realmente a ADRA cresceu muito e de forma veloz: em diversas atividades, em recursos humanos, em movimentações financeiras e investimento. Cresceu também qualitativamente, na reflexão sobre a sua intervenção, a sua prática e a sua organização (ADRA, 1999: 03). Vale lembrar que nos anos 1990, no tempo de guerra, muitas organizações internacionais ambicionavam ter a ADRA como parceira de projetos. Dessa maneira, a Organização foi inundada de dinheiros e cresceu ao nível nacional, chegando a ter mais de 400 funcionários. A instituição foi considerada confiável, empenhada e com uma visão política especialmente virada para a população rural que, de todos os segmentos populacionais de Angola, era a mais afetada pela guerra civil (Stripecke, 2004: 09).

Nesse momento cresce a criação de ONG's como "expediente de sobrevivência", criadas por pessoas sem muita formação, com projetos sem continuação, aproveitando a chuva de doadores, principalmente na condição de emergência. Os envios de alimentos estavam distantes da realidade local, e que não conseguiram entrar na dieta da população³¹⁸.

Desde o início dos seus trabalhos, a ADRA estabeleceu uma ligação direta, bastante flexível e pouco informal entre a Sede da instituição, em Luanda, e os projetos de terrenos. O aumento do número destes projetos e a crescente complexidade da Organização levaram à necessidade de se estruturarem, numa primeira fase, órgãos de coordenação, ao nível das

³¹⁸Termo cunhado pelo Frei Mário Rui, diretor adjunto do Centro Cultural Mosaiko (ligado à igreja católica), e acrescenta que não só a criação das ONGs estava nesse contexto da lógica de mercado de sobrevivência, mas também surgem nesse contexto a criação de igrejas e partidos políticos. Em entrevista, em Luanda, 01 de dezembro de 2006.

Províncias. Pensou-se, inicialmente, que tais órgãos poderiam desenvolver-se no sentido de ganharem mais autonomia, até eventualmente se transformarem em ONGs (Adra, 1999: 03).

Em 1994, o Governo de Angola e a UNITA assinam o Protocolo de Lusaka, numa tentativa de acabar com a guerra. As perspectivas de uma Angola pacífica ganham força, tanto no contexto nacional, quanto internacional, apesar das desconfianças.

Nesse ano, a ADRA viveu uma “crise de crescimento”, segundo próprio documento da instituição, caracterizada pelo surgimento de receio e tensões dentro da Organização. Se esse crescimento aconteceria até então, em um espaço e quadro adaptados a uma gestão flexível, que correspondia às necessidades e solicitações dos primeiros anos, era agora necessário adaptar a Organização às solicitações e exigências que seguramente o futuro traria. A dinâmica tinha que ser criativa, pois o patamar de crescimento atingido exigia ajustamentos (Adra, 1999: 03).

Apesar de não explicitar em seus documentos o que realmente representou essa “crise de crescimento”, pode-se apontar algumas características desse momento. Uma das dificuldades como consequência desse crescimento acelerado eram os problemas de sustentação das equipes provinciais.

Outras dificuldades surgiram naquele contexto como o não cumprimento de contratos de financiamento e as dificuldades nas prestações de contas.

Além disso, a entrada de muitos membros também alargou as diferenças de opinião e de visão sobre o papel da organização, os seus programas e as suas estratégias de mobilização de recursos financeiros, o que começou a criar alguns problemas entre os membros, alguns de proporções relevantes, pois provocaram algumas cisões³¹⁹

A ADRA instalou, em 1995, no Lubango, o Projeto Construindo Parcerias, com o objetivo de reforçar a coesão interna e apoiar a emergência e o reforço de ONGs e Organizações de Comunidades de Base locais, ou seja, reforçando o movimento da sociedade civil (Adra, 2001: 10). Ambiciona a ADRA, em última instância, contribuir para o estabelecimento de uma “rede” solidária de organizações e indivíduos, trabalhando no mesmo sentido (Adra, 1995: 04).

Em 1996, a ADRA abre seu escritório no Huambo, e começa a apoiar mais diretamente a elaboração, negociação e implementação de projetos com outras Organizações Não-Governamentais.

³¹⁹Em entrevista com Cesaltina Abreu, em 04 de março de 2007, que trabalhou no Ministério do Planeamento e teve a oportunidade de trabalhar e conhecer figuras importantes nos quadros da ADRA.

O Projeto Construindo Parcerias viria a ser substituído, em 1997, pela Unidade de Educação para o Desenvolvimento e a esta estrutura coube continuar a dinamização do processo de descentralização, que aquele havia iniciado (Adra, 2001: 10).

Nesse contexto, com a situação política conturbada aliada à “crise de crescimento rápido” (que a ADRA começara a viver), levou a instituição a olhar para seu interior e procurar reajustamentos aconselháveis aos novos desafios que estavam acontecendo. Assim nasceu a idéia de um Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), que começou a ganhar corpo já em 1995 (Adra, 1999: 03).

Ao longo de 1996, a ADRA preparou-se para entrar numa nova fase. O PDI da Sede começou a ser implementado em janeiro de 1997, para terminar em 1999, pretendendo chegar como uma Organização mais estruturada, mais profissionalizada e mais interativa.

O PDI foi à estratégia encontrada pela ADRA para uma maior descentralização e maior participação na gestão da Organização. Foi nesta preocupação de descentralização que levou ao surgimento no interior da instituição, de uma nova figura: a Antena, que é uma forma de representação da ADRA que tem por objetivo a gestão e a implementação das políticas, decisões e recomendações dos órgãos sociais da Organização e deveria levar a coletivos de membros associados, ou a novas organizações independentes (Adra, 1999: 03-04).

De acordo com Luis Monteiro, a Antena foi criada para facilitar a própria gestão, pois representa a própria ADRA nas Províncias que ela atua. Faz parte de uma estratégia de descentralização, que tem referência com o próprio processo político angolano, ou seja, marcado por uma grande centralização.

A ADRA possui uma forte idéia de ter um “corpo grande”, geograficamente na existência, e com isso a estrutura deveria ter mais autonomia³²⁰. Segundo a Diretora da representação da ADRA, em Huambo, Alberta Gomes,

“A descentralização da Adra não foi um processo difícil, não foi um romper da relação com a ADRA – Sede. Houve uma boa monitoria e basta dizer que de 1999 a 2000 nós tivemos um acompanhamento sistemático da Sede. Fizeram mais avaliações, houve mais momentos de Conselho de Coordenação Conjunto para encaminharmos algumas ações (...) nunca senti essa passagem do dia para o outro, isso para dizer que não foi algo imposto, mas um processo paulatino e bem preparado que a gente foi assumindo e fazendo” (Gomes, 2004: 10).

³²⁰Em entrevista, em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

Ao entrar no sétimo ano de vida, a ADRA decidiu alterar a sua estrutura orgânica, para corresponder ao desenvolvimento verificado durante esse período. A terceira Assembléia Geral da instituição acordou, dessa maneira, em modificar o Estatuto e prover a existência de vários órgãos executivos. Na seqüência, com base no Estatuto, o Conselho Diretivo resolveu criar, no dia 14 de fevereiro de 1998, a Agência de Desenvolvimento: um órgão executivo da ADRA que, por incumbência do Conselho Diretivo, tinha por objetivo a gestão organizativa e a implementação de políticas, decisões e recomendações dos órgãos sociais, visando a utilização, com eficiência, dos recursos disponíveis, por forma a maximizar os benefícios resultantes para a coletividade e o alcance da Missão da instituição, basicamente no que dizia respeito ao reforço da sociedade civil, à promoção e divulgação de conhecimentos, formação, educação cívica e cidadania, divulgação de informação e realização de estudos aplicados (Adra, 1999: 04).

Do mesmo modo, conseqüentemente, o Conselho Diretivo decidiu, na sua sexta sessão, em 28/08/1998, que todas as Representações da ADRA nas Províncias passassem a ser designada por Antenas (Adra, 1999: 04). Foi no âmbito desse processo de descentralização que foi criada, por decisão do Conselho Diretivo, a ADRA - Agência de Desenvolvimento (A D). Na seqüência foram extintas as representações provinciais, e em seu lugar entraram as Antenas, ou seja, as estruturas administrativas e operativas da Agência de Desenvolvimento (A D), que têm por objetivo conduzir as atividades provinciais da ADRA, no sentido do alcance da Missão da Organização. Igualmente desapareceu a figura do Representante substituída pelo do Diretor (Adra, 2001: 10).

As competências da ADRA – Agência de Desenvolvimento no que diz respeito à responsabilidade estão:

- a) Assegurar a implementação das políticas, recomendações e decisões tomadas pelo Conselho Diretivo;
- b) Selecionar a melhor alternativa para otimização da utilização dos recursos disponíveis;
- c) Promover a cooperação e estabelecer parcerias com organizações e instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, assegurando o cumprimento das obrigações resultantes de acordo ou de outros instrumentos vinculativos válidos;
- d) Trabalhar no sentido da progressiva sustentabilidade da organização;

- e) Facilitar o diálogo e estabelecer pontes entre as comunidades e as instituições;
- f) Promover e implementar projetos e programas econômicos, sociais e ecológicos;
- g) Estimular e apoiar o desenvolvimento local de regiões e das camadas da população mais desfavorecidas;
- h) Apoiar a criação e desenvolvimento de organizações afins a diversos níveis de outras instituições que concorram para fins similares mediante o desenvolvimento de parcerias;
- i) Colaborar, apoiar, associar-se, filiar-se ou federar-se com e em instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que prossigam idênticos fins;
- j) Captar fundos necessários à sua atividade, quer através de relações com a comunidade doadora, que através da procura de ações de autofinanciamento (Adra, 2005: 33).

No entanto, antes da data de criação da ADRA – A D, isto é, em maio de 1998, estava em implementação em Huíla, o Projeto de Apoio Institucional (PAI), financiado pela NOVIB³²¹, com o objetivo geral, no reforço da capacidade institucional da ADRA, tendo em vista o comprimento da Missão institucional no contexto daquele momento, na Província de Huíla.

Eram dois os objetivos específicos, a intensificação das discussões sobre o processo de descentralização, com vista a elaboração e implementação do PDI da Huíla, e o reforço das estruturas existentes que possibilitaram consolidar este processo. O PAI terminou em maio de 1999 e funcionou como suporte à concepção e elaboração do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) (Adra, 2001: 10).

O PDI terminou em abril de 2001, numa altura em que foi objeto, juntamente com outros três projetos também financiados pela NOVIB, de uma avaliação externa³²². O Programa de Desenvolvimento Institucional esteve voltado para o reforço interno da Antena e, na opinião dos avaliadores, os “objetivos gerais externos do PDI estão sendo gradualmente prosseguidos e, em alguns casos, alcançados, bem como se lograram passos importantes no alcance dos principais

³²¹Organização holandesa criada em 1956, atua no apoio de projetos de países em desenvolvimento. Além do apoio financeiro, a NOVIB capacita as organizações para que implementem seus projetos junto à população local até que a própria comunidade possa continuar o seu trabalho de forma autônoma.

³²²A ADRA faz anualmente auditoria externa nas suas contas através da KPMG (internacional) e da ACE – Auditangol (angolana).

resultados programados³²³”. No entanto, muitos aspectos estratégicos, organizacionais e metodológicos necessitam de ajustes e aprofundamentos, o que demonstra que há caminho a ser percorrido. Apesar disso, na opinião dos avaliadores, o balanço do PDI foi favorável e encorajador (Adra, 2001: 11).

3.1 - ADRA E Um Novo Tempo Institucional, Mudanças No Caminho

“A ADRA é uma organização comprometida com a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social e ambientalmente justo, e com o processo de reconciliação nacional e a paz para Angola. Esse compromisso realiza-se fortalecendo a capacidade dos excluídos e das organizações da sociedade civil para que se tornem atores desse processo e sejam capazes de influenciar as políticas públicas sem descuidar a sua responsabilidade como ator do mais amplo processo de mudança”. Missão institucional da ADRA. Expressa a “sua razão de ser”, com quem e como deseja-se fazer (Adra, 2005: 07).

A idéia do pensamento estratégico da ADRA surgiu em 1999 com a realização da auto-avaliação do Programa de Desenvolvimento Institucional (1997-1999) da Sede, tendo sido reforçada pela avaliação externa (1999). A proposta da PDI continuidade da ADRA/SEDE (2000-2002) passou assim a contar com um resultado relacionado com a elaboração de um Plano Estratégico para o todo da organização.

O VIII Conselho de Representantes³²⁴ (2001) constituiu o ponto de partida do processo, com a apresentação do primeiro documento sobre o Pensamento Estratégico da ADRA. Com a certeza que isto constituía uma nova experiência, e desafiante, a ADRA decidiu levar em frente este processo, fazendo recurso à sua própria experiência e conhecimentos assim como o apoio externo especializado em alguns momentos (Adra, 2005: 03).

³²³Relatório da Avaliação Externa, página 38.

³²⁴O Conselho de Representantes é o órgão de consulta do Conselho Diretivo da ADRA com o objetivo de promover a aproximação entre os órgãos sociais e o executivo da organização. Previsto nos Estatutos, o Conselho de Representantes aconteceu pela primeira vez em Luanda, em 1994. Reúne anualmente de forma ordinária, e extraordinariamente, sempre que convocado. Fazem parte do Conselho de Representantes os membros do Conselho Diretivo, Diretores das Antenas e Unidades da Sede e Coordenadores de Programas de Projetos. Desde 2003, tornou-se prática convidar instituições do Estado e associações comunitárias das áreas de intervenção da ADRA para fazerem parte do Conselho. Esta atitude confirma a visão e abertura para partilha das experiências institucionais, proporcionando o aumento de conhecimentos dos parceiros e grupos de referência (Humbi-Humbi, nº 38, 2004: 05).

Desta maneira, o tempo e as mudanças no contexto colocaram essa necessidade de uma revisão das orientações e estratégias da organização. Na procura de uma visão futura e partilhada de longo prazo para o todo da organização surgiu em 2001 o processo de Pensamento Estratégico (P. E).

Assim, a ADRA pretendeu assumir um papel de maior protagonismo como ator político autônomo, fazendo uso da legitimidade que lhe é conferida pela sua longa experiência e credibilidade. A instituição acredita que através de uma organização mais integrada, encontrarão maior coerência nas suas intervenções contribuindo assim de forma mais adequada para que sejam encontradas, junto das comunidades, soluções que lhes permitam melhorar a sua qualidade de vida e recuperar a dignidade humana que lhes foi negada (Adra, 2005: 01).

Dessa forma surge o Plano Estratégico da ADRA (2005-2009) para melhorar sua caminhada. Assim, em relação ao passado a ADRA passou a deixar: de trabalhar a emergência; de focar as ONGs dos centros urbanos; e finalmente, de realizar trabalhos de reabilitação e construção de infra-estruturas.

A intervenção futura dará relevância à coerência através da definição de objetivos estratégicos, programas e projetos. Assim, as áreas temáticas deixarão de ser o foco principal de intervenção. O “grupo alvo” deixa de ser difuso e ambíguo³²⁵ e passa a ser mais preciso.

Os programas e, conseqüentemente, os projetos devem obedecer a uma lógica que se consubstancia:

- a) No reforço de capacidades dos cidadãos e dos seus grupos;
- b) Na articulação entre a dimensão política e a dimensão econômica, como forma de facilitar a participação consciente dos cidadãos na melhoria das suas condições econômicas e sociais de forma tão autônoma quanto possível;
- c) No equilíbrio que deve existir na intervenção de acordo com quatro eixos:
 - 1) A modernização, tão perseguida entre os jovens;
 - 2) A identidade, exigida para quem as intervenções não corram o risco de serem insustentáveis;

³²⁵No “PDI continuidade da sede”, as Antenas tornavam-se grupo alvo da Sede, o que resultava em tensões e inconsistências.

- 3) A participação, como forma de construção da democracia e da cultura democrática;
- 4) A mudança social que será ou poderá ser provocada por uma transformação paulatina e global da sociedade angolana.

O foco na intervenção da ADRA que deve estar presente nos seus programas, projetos e ações será orientado para: as associações, redes e os fóruns (incluindo as do meio urbano cuja vocação se enquadra na nossa missão); as comunidades rurais (as mulheres, as crianças e os jovens); as instituições do poder local; as administrações comunais e municipais; e as instituições ligadas à educação, conhecimento e informação.

O Plano Estratégico põe, além disso, acento num novo modelo de gestão e liderança, numa nova estrutura com ênfase numa gestão financeira (e prestação de contas) transparente, baseado num adequado equilíbrio entre a responsabilidade coletiva e individual, exercido num ambiente onde se incentivem mecanismos de influência no processo de tomada de decisão, de transparência e possibilidade de captação dos recursos necessários (Adra, 2005:02).

No caso da ADRA - A D, o Plano Estratégico pretende que esta seja organização seja:

- a) De aprendizagem – aquela que tem habilidade de criar, adquirir e transferir conhecimento e de modificar o seu comportamento para refletir sobre novos conhecimentos e em que os gestores que criam possibilidades para que as pessoas possam produzir ou construir conhecimento. Assim, favorecem a criatividade;
- b) Com Recursos Humanos participativos; valorizados e motivados para exercer a sua função e contribuir para o alcance dos objetivos da Organização;
- c) Onde os líderes são reais gestores, educadores e parceiros dos Recursos Humanos;
- d) Que tenha uma gestão de Recursos Humanos que prima pela qualidade de vida das pessoas da Organização.

A nova estrutura modificou-se. Com o tempo, foi-se verificando através das reflexões internas, assim como das avaliações externas, que as estruturas eram pesadas, com pouca interação entre elas e entre os níveis (na Antena, entre as Antenas e a Antena-Sede) assim como

dificuldade da estrutura da Sede (assim como as Sedes Provinciais) em responder adequadamente às necessidades reais de apoio a sua estrutura. Por isso, a nova estrutura terá as seguintes características: ser a facilitadora da integração; reduzida; de acordo à lógica da coerência na intervenção; e finalmente, introdutora de novas instâncias de gestão partilhada de caráter deliberativo.

Com a implementação do Plano Estratégico, a Sede enquanto estrutura central da A D deverá redefinir seu papel, desenvolvendo outro tipo de atividade e ajudando a organização a melhorar sua intervenção. Em dependência do modo de funcionamento e da operacionalização dos Programas nacionais, o papel da Sede deverá ser o de gerir o conhecimento e a memória institucional. Ela funcionará como estrutura de coordenação, sistematização, multiplicação e disseminação da experiência(s) advinda da intervenção institucional, devendo ter áreas que ofereçam serviços especializados para o efeito. Esses serviços terão como uma das tarefas principais refletir sobre a sustentabilidade da organização, tanto do ponto de vista institucional, como do financeiro.

Funcionando como estrutura central da Agência de Desenvolvimento (A D) e devido à privilegiada localização próximo do centro do poder e da vida política nacionais (Luanda), a Sede deverá ter uma presença mais política funcionando como órgão de pressão e fiscalização junto das instituições governamentais, centros de produção de conhecimento e outros influentes nos destinos do país; deverá ainda reforçar o seu protagonismo, a visibilidade e a participação institucional em debates e fóruns públicos, considerando a legitimidade adquirida e a experiência acumulada pelo tempo de trabalho.

A legitimidade e a experiência referidas no parágrafo anterior, assim como a intervenção institucional aos níveis micro e macro, e o(s) conhecimento (s) por esta gerada poderão determinar que a ação e influência positiva da Sede tenham como alvo principal instituições e individualidades com capacidades e vontade assumida para refletir sobre a situação do país e propor mudanças necessárias para torná-lo mais viável e democrático.

Daquele modo, de acordo com o Plano Estratégico 2005-2009, a Sede deverá ser uma estrutura cujas atribuições principais sejam a promoção de ações de *lobby* e *advocacy* de acordo às questões e interesses nacionais tendo em conta a visão e missão institucionais. Como organização nacional, com protagonismo relevante junto ao poder público, em diversos níveis, de instituições financiadoras e dos grupos de referência, a Sede poderá servir de porta voz

consciente e assumindo, capitalizando a capacidade e conhecimentos técnicos dos talentos(Adra, 2005:35).

No que diz respeito a estrutura da sede, pode-se apontar:

O Conselho de Gestão (C G), como um órgão coletivo responsável pela orientação e pela concertação ao nível estratégico entre a Sede e as Antenas. Ao seu nível de supervisão zela pelo cumprimento da missão, pela aplicação dos princípios e valores e pela coerência das estratégias definidas pelas Antenas. O C. G é constituído pelo Diretor Geral da Agência, que o preside, pelos Diretores das Antenas, pelos Responsáveis das áreas de Recursos Humanos, de Gestão Financeira, de Programas e Projetos, de Estudos e Pesquisa, de Informação e Documentação e pelos Coordenadores de Programas nacionais. O C G tem caráter deliberativo.

O Diretor Geral (D G) é o representante jurídico-legal da Agência de Desenvolvimento e responsável pelo seu funcionamento e pela sua gestão zelando pelo cumprimento da missão e dos princípios da ADRA.

O D G responde perante o Conselho Diretivo e em juízo ou for a dele, pelas falhas ou faltas cometidas no cumprimento das suas obrigações.

O Conselho de Coordenação (C C) é um órgão operativo coletivo de apoio ao Diretor Gral responsável pela planificação / programação conjunta da Sede, pelo aconselhamento ao Diretor Geral e pela concertação entre os vários setores / áreas. O C C é constituído pelo Diretor Geral da Agência, que o coordena, pelos Responsáveis das áreas de Recursos Humanos, de Gestão Financeira, de Programas e Projetos, Estudos e Pesquisa e Informação e Documentação, Serviços de apoio e pelos Coordenadores de Programas nacionais e projetos que funcionam em Luanda e o representante dos trabalhadores. O C C tem um caráter consultivo.

Na área de Gestão de Recursos Humanos terá uma função estratégica cujos objetivos principais são:

a) Contribuir para que a organização possa atrair, reter e desenvolver o seu capital humano de forma a alcançar os objetivos organizacionais e individuais;

b) Desenvolver as capacidades dos líderes para que eles possam criar um ambiente organizacional favorável à aprendizagem.

O enfoque da área será o desenvolvimento das capacidades, competências e talentos na organização, isto é, transformar cada pessoa da Organização num agente de inovação. Através da melhoria dos mecanismos de supervisão e acompanhamento, do envolvimento dos colaboradores em fóruns..., Criar uma cultura de lidar com as novas tecnologias de formação, mas, sobretudo desenvolver uma consciência de autoformação.

Devido à dimensão jurídica da Gestão de Recursos Humanos, se fará recursos aos serviços de um jurista. Devido à preocupação com a parte emotiva da pessoa se fará recurso, sempre que preciso, aos serviços de psicólogos. Esta área vai trabalhar em ligação direta com o Diretor Geral.

Os Programas e Projetos correspondem aos setores especializados responsáveis pela reflexão sobre a intervenção e sobre a sua relação com o contexto, pela qualidade dos projetos, pelo apoio metodológico às Antenas e pela monitoria (das linhas de ação, das áreas temáticas, componentes, do contexto, das dinâmicas dos atores e fatores que fazem o palco da intervenção, do impacto da intervenção – compete ainda a esta área socializar os resultados das sistematizações e pensar os processos de interação dos vários programas nacionais (ONJILA, por exemplo), áreas temáticas e componentes; do programa de desenvolvimento rural (segurança alimentar, educação para a cidadania, promoção do desenvolvimento rural e educação formal)).

A Gestão Financeira é o setor financeiro da A D. Tem como responsabilidade assegurar a contabilidade geral e consolidada da A D, realizar auditorias internas, coordenar as auditorias externas, criar mecanismos de autofinanciamento da A D. Deverá ser constituída por um responsável da área e contabilistas.

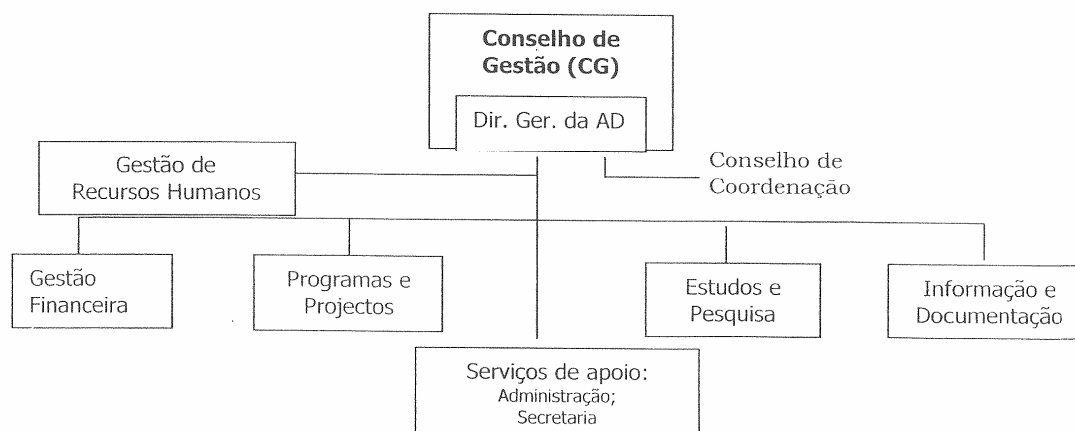
O Serviço de Apoio é o setor responsável pela administração geral da A D. Deverá ser constituída por um administrador, secretariado e relações públicas.

Informação e Documentação é o setor responsável pela produção de informação e facilitação de documentos para a organização como um todo. A área será constituída por uma biblioteca modernizada, área de consulta cibernética funcionando como centro de apoio às Antenas, como jornais digitais e páginas da Internet³²⁶.

A Área de Estudos e Pesquisa será a área especializada responsável pelos estudos e pesquisa em torno dos diagnósticos, dos resultados e impactos dos projetos e programas implementados pela ADRA – AD. Será também responsável pela realização das sistematizações

³²⁶Esta parte ainda não foi concretizada. A instituição ainda carece de uma biblioteca moderna e também sofre com dificuldades de acesso a Internet.

de experiência e conhecimentos advindos da intervenção da ADRA. A estruturação dessa área está baseada na necessidade de aproveitamento mais estruturado do perfil da ADRA como “centro de estudos” ³²⁷. Será a área responsável pela prestação de serviços remunerados a terceiros. Esta área se estrutura na lógica da sustentabilidade financeira, da capacitação “*on job*” dos Recursos Humanos e na transmissão de experiências, conhecimentos e capacidades de que a instituição é detentora. As consultorias serão prestadas em temas que a AD tem capacidade reconhecida, estando sempre de acordo com a missão, valores e princípios institucionais. Considerando que os valores provenientes das consultorias são passíveis de impostos, terão tratamento contabilístico separado das outras contas da A D. A estruturação desta área terá em perspectiva uma gradual autonomia operativa e financeira, devendo considerar a relação entre o carácter “comercial” da prestação de serviços e a intervenção institucional. Para a realização das consultorias, serão recurso os quadros internos e externos, quando não houver capacidade instalada pela determinada questão específica (Adra, 2005: 35-37).



Já em termos de estrutura das Antenas, o Conselho Executivo da Antena (CEA) é o órgão responsável pela orientação estratégica da Antena, em função das orientações estratégicas emanadas pelo C G. O CEA, ao seu nível de supervisão zela pelo cumprimento da missão, pela correta aplicação dos princípios, valores e pela coerência das estratégias definidas para / pelos

³²⁷De acordo com Allan Cain, a ADRA tem como características marcantes o constante questionamento das informações, a valorização das experiências e a ênfase nos estudos da realidade angolana. Em entrevista, 08 de dezembro de 2006.

projetos. O CEA é constituído pelo Diretor da Antena, que o preside, e pelos Coordenadores de Projetos e Programas. O CEA tem caráter deliberativo.

Diretor da Antena é o representante da A D ao nível local e responsável pela gestão da Antena.

O Conselho de Coordenação da Antena (CCA) é um órgão operativo coletivo de planificação / programação conjunta, de aconselhamento do Diretor e concertação entre os vários setores / áreas. Integram este órgão o Diretor da Antena, que o coordena, os Coordenadores de Projetos e Programas, dos Serviços de Apoio e o representante dos trabalhadores. O CCA tem caráter consultivo.

O Apoio aos Programas de Projetos é a área responsável pelo apoio metodológico aos projetos e programas, pela reflexão sobre a intervenção dos programas e projetos e sobre a sua relação com o contexto. Ao seu nível responsabiliza-se pela monitoria (das linhas de ação, das áreas temáticas, das componentes do programa de desenvolvimento rural, do contexto, do impacto da intervenção, das dinâmicas dos atores e fatores que fazem o palco da intervenção. Compete ainda à esta área pensar os processo de interação dos vários programas (ONJILA, PEC, entre outros) e componentes – do Programa de Desenvolvimento Rural. Esta área é constituída por um “*pool*” de coordenadores de programas e projetos.

Os projetos e programas são órgãos de intervenção que têm a responsabilidade de operacionalização das políticas e estratégias da A D. Os projetos / programas são constituídos por equipas integradas por Coordenadores e Técnicos. A sua estrutura poderá variar em função do tipo de projeto / programa e a sua dimensão.

Os Serviços de Apoio tem a responsabilidade de realizar todo o trabalho de administração, de apoio à gestão financeira, de informação e comunicação e de apoio logístico aos projetos e à estrutura central da Antena, em consonância com as regras da gestão integrada definidas.

Como vantagens da nova estrutura organizacional da ADRA, pode-se apontar:

- Preservação da autonomia das Antenas e da Unidade política da Organização;
- Diminuição de custos em função, porque a estrutura se torna menor e por consequência, mais flexível;
- Maior possibilidade de monitorar o cumprimento da Missão;
- Permite uma gestão participativa e democrática da Organização;

- Redução de peso (em termos de tempo, processos e financeiro) da estrutura;
- Uma estrutura mais integrada favorece a permanência de quadros.

Porém, como desvantagens, pode-se afirmar:

- Exige um alto grau de coordenação e comunicação constantes entre os integrantes do C G (Diretores do CG, das Antenas e Diretores dos Programas)
- O grau desejado de autonomia e de integração, embora seja pactuado a princípio através de um protocolo, tenderá a ser objeto de revisão constante, seja em função da fase de implementação da nova proposta, seja devido a tensões típicas de uma estrutura que exige reconstrução regular dos fatores de integração (Adra, 2005: 36-38).

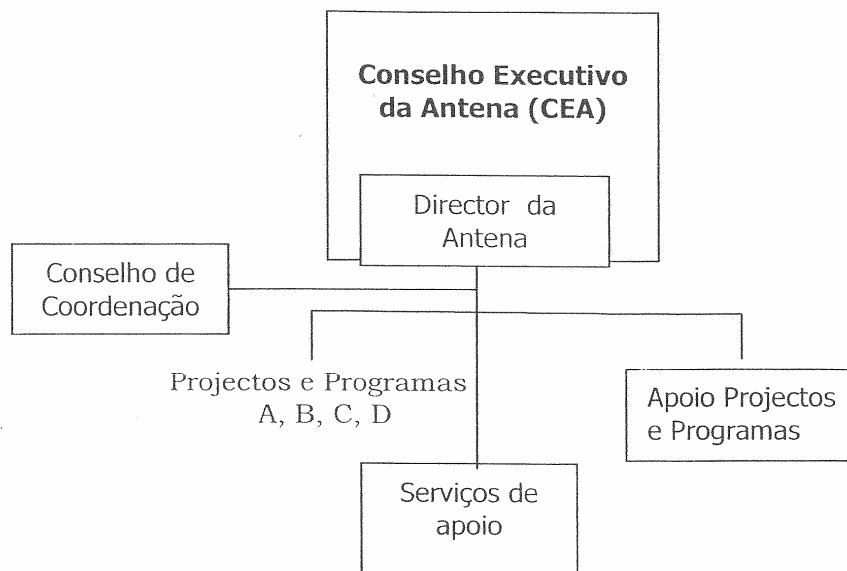


Figura: Organograma das Antenas

4 - ADRA E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A ADRA colocou o foco da sua intervenção nas áreas rurais, que eram as mais afetadas no contexto de guerra, mais pobres e também excluídas. De onde eram manifestadas as maiores dificuldades das populações. Foi encorajada a elas, por si sós, a encontrarem soluções para os

problemas que as afetavam: a pobreza e a exclusão, as conseqüências da guerra e os desafios da nova economia de mercado.

A instituição foi refletindo sobre a sua prática e construindo uma estratégia e um modelo de intervenção – o desenvolvimento comunitário³²⁸. Tratava-se, dessa maneira, de encontrar práticas educativas responsabilizantes e geradoras de autonomia o que poderia permitir, mais tarde, influenciar as políticas públicas, no sentido da democracia e do desenvolvimento sustentável. Foi dessa forma que a ADRA encontrou seu sustentáculo teórico, e a grande importância está na reflexão sobre sua prática (Pacheco, 2005: 16-17).

De acordo com Fernando Pacheco, a ADRA hoje entende o desenvolvimento comunitário como um modelo de educação não-formal, um processo pedagógico de interação entre mulheres, homens e crianças, por um lado, e as equipes de terreno da organização, por outro, que visa o desenvolvimento das comunidades, a sua autonomia e seu “empoderamento” e o exercício da cidadania pelos seus membros, no qual estão subjacentes quatro dimensões:

- Uma dimensão política ou doutrinária que encerra uma determinada visão do mundo que o conota com a preocupação de os pobres, excluídos e oprimidos adquirirem poder e autonomia;
- Uma dimensão teórica que lhe é conferida pela análise sociológica e econômica que lhe é subjacente;
- Uma dimensão metodológica, pelos propósitos de mudanças consciente, intencional e estruturada que defende;
- Uma dimensão prática que lhe advém da sua aplicação no terreno e da origem comunitária, tanto pela implicação das comunidades no seu próprio processo de desenvolvimento, como pelas mudanças de atitudes e práticas profissionais que obriga (Carmo apud Pacheco, 2005:18).

³²⁸Fernando Pacheco, fundador da ADRA, cita Jara no que diz respeito ao conceito de desenvolvimento comunitário. Segundo ele, o conceito surgiu em paralelo com o de desenvolvimento, logo após a segunda guerra mundial e foi evoluindo no sentido da clarificação das suas componentes pedagógicas e política aproximando-o da educação popular e sua dimensão e expressão político -ideológica, quando é entendida não como a educação dirigida ao “povo”, mas a que conforma o “povo social” que sofre com as desigualdades, a injustiça, a dominação, e o “povo político”, que toma consciência da importância da luta contra essas situações(Jara apud Pacheco, 2005:17).

E que assenta num conjunto de princípios dos quais se destacam:

- a) As comunidades não são receptores passivos e a sua história, cultura, aspirações, estratégias e temores têm que ser tidos em conta;
- b) As necessidades prioridades sentidas e definidas pela população devem sobrepor-se as consciencializadas pelos técnicos;
- c) A participação, como condição para que as populações tomem as decisões fundamentais relativas ao seu próprio desenvolvimento;
- d) O respeito pela identidade e pelos valores culturais das comunidades;
- e) A sustentabilidade, para que os processos de mudança sejam equilibrados, sem rupturas e tenham continuidade no tempo;
- f) A universalidade, no que diz respeito à abrangência da população envolvida (e não apenas subgrupos dessa população) e à alteração profunda dos problemas sociais ou condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento (Pacheco, 2005:18).

Realmente, como afirma Allan Cain, da DW, a estratégia da ADRA está pautada no engajamento das comunidades em termos de participação. A mobilização está presente nos trabalhos da instituição³²⁹.

Um bom exemplo são as rádios comunitárias, que é definida pela instituição no documento “Orientações gerais sobre as rádios comunitárias nas áreas dos projetos da ADRA como, “(...) uma estação de radiodifusão da comunidade, instalada na comunidade, cuja programação e manuseamento (utilização) é da responsabilidade de atores locais (populações. Organizações e instituições - cultura, escolas, igrejas, saúde, etc.) e que presta serviço em prol do desenvolvimento da comunidade”³³⁰.

Dessa maneira, muitas vezes o trabalho da ADRA é confundido como trabalho partidário. Por isso, uma das preocupações recentes da instituição é na divulgação das suas ações, deixando bem claro que não existe qualquer tipo de aproximação com determinado partido político.

³²⁹Em entrevista em Luanda, 08 de dezembro de 2006.

³³⁰In. Revista Esporo. Informação para o desenvolvimento agrícola dos países da ECP. Nº 47, fevereiro de 2002.

Do mesmo modo, de acordo com Fernando Pacheco, o Desenvolvimento Comunitário, como modelo educativo de intervenção, proporciona a criação de espaços de participação em dois níveis, um interior às comunidades (grupos, associações) e outro exterior a elas (relacionamento com a ADRA, instituições do Estado e outras agências), que, por sua vez, contribuem para uma maior autonomia das comunidades e para a construção de uma cidadania que se pretende substantiva. Além disso, surgem outros espaços mais alargados designados por “fóruns ou “quadros de concertação municipal³³¹” no âmbito dos projetos dinamizados pela ADRA e outros por ONGs e mesmo agências governamentais com financiamento externo(União Européia, Banco Mundial, entre outros) onde as organizações e grupos comunitários interagem com as Administrações e que são vistos pelas comunidades como um avanço no reconhecimento da sua cidadania(Pacheco, 2005:20).

Em síntese, os resultados da intervenção da ADRA com base no Desenvolvimento Comunitário são evidenciados:

- a) No domínio da vida material, pois hoje as pessoas têm acesso a alimentos de forma mais sustentada através da produção agrícola e da venda de excedentes;
- b) No domínio social, através do acesso a serviços de saúde e ao ensino, que vem melhorando de qualidade devido à constante superação dos professores;
- c) No domínio cultural, devido à preocupação com o resgate de valores perdidos, ao reconhecimento e valorização de formas organizativas e instituições tradicionais e à iniciativa da multiculturalidade, e das conseqüências do choque de culturas entre interventores e clientes;
- d) No domínio cívico, pela afirmação progressiva da cidadania e da autonomia;
- e) No domínio político, pelo aumento gradual do poder das distintas autoridades comunitárias e seu relacionamento pelos sistemas interventores, incluindo as Administrações Municipais e Comunais, pela ampliação desses poderes a novos atores comunitários e por uma mais larga participação dos diferentes grupos e pessoas, na vida das comunidades;

³³¹Que segundo Luis Monteiro esses espaços estão previstos para o Estado organizar e dinamizar, e são existentes no nível dos Municípios e das Províncias (mas em nem todas) no qual interagem diversos atores como igrejas, governo, sociedade civil. Numa perspectiva democrática de debate, tão difícil no contexto angolano. Em entrevista em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

f) E finalmente, no domínio organizativo, através da recuperação do papel de algumas formas organizativas “tradicionais ou “endógenas”(onjango, por exemplo³³²) e da introdução de formas organizativas e de gestão modernizantes, tais como grupos de interesses para a água e saneamento, produção agrícola, microcrédito, saúde, a consolidação de comissões de pais que ajudam a gestão das escolas e a defesa dos interesses específicos das mulheres(Pacheco, 2005:22-23).

De acordo com Jalembi, da Antena Huambo, ao analisar a intervenção na região de Calweyo³³³, nos finais do ano 2000, do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento comunitário foi o instrumento que permitiu a promoção de um processo interativo consciente entre a equipe do projeto e as comunidades, assim que a luz que ilumina o sentido da intervenção. Contudo, deve-se referir que a compreensão e a visão da componente metodológica melhorou bastante com a formação de técnicos em desenvolvimento comunitário. Foram constituídas três aldeias piloto a que estavam associadas várias aldeias satélites. As aldeias piloto constituíram os centros para a realização das principais reuniões e a atividades de grande vulto como, por exemplo, demonstrações sobre determinadas técnicas, ações de educação para saúde, sessões de formação e capacitação e os fornecimentos dos meios de produção, já que não era possível a equipe desenvolver certas ações em todas as comunidades. Cada comunidade tinha uma comissão de que era formada por sete pessoas, entre jovens, mulheres e responsáveis das instituições do poder tradicional (sobas e sekúlos). A escolha dos membros destas comissões era da responsabilidade dos líderes comunitários. Tinham como principais tarefas servir de elo de ligação entre as populações e a equipe da ADRA, e começar a assumir a gestão de algumas ações do projeto (Jalembi, 2004: 12).

³³²Também chamado de Tchoto, Njango, entre outros, dependendo da língua local, é um órgão coletivo de apoio à gestão da vida comunitária, mas pode também ser reunião, tribunal ou escola de educação para dos jovens para a vida comunitária, mas pode também ser reunião, tribunal ou escola de educação para a vida, para o conhecimento da história e da cultura de seu povo. Um dos aspectos mais negativos dessa instituição tradicional era – e na maioria dos casos ainda é – a exclusão das mulheres e, por isso, a ADRA e outras organizações têm lutado para se alterar essa situação. Mas, ao mesmo tempo, o onjango tem como característica a disposição de pessoas em semi-círculo para que olhem umas para as outras, o que facilita a comunicação e a interação. Isso foi destruído pela ação modernizadora das igrejas e do Estado quando levaram as suas escolas às aldeias a partir do início do século XX. Hoje, em todo mundo, aquela disposição semi-circular está a ser recuperada como algo “moderno” (Pacheco, 2004:81).

³³³A região de Calweyo é constituída por 14 aldeias e está localizada a sudoeste da sede municipal de Cáala, numa distância de 15 a 35 quilômetros.

De forma parecida acontece também com os Encontros das Comunidades, que se realizam anualmente em cada Província onde a ADRA intervém e, depois, ao nível nacional.

Inicialmente os Encontros representavam um espaço de análise do impacto da intervenção da ADRA na troca de experiências e de construção conjunta de novas estratégias. As grandes discussões tinham o foco na prestação de serviço pela própria ADRA, cuja avaliação era feita pelos representantes das comunidades. Nessa altura, o fato de algumas associações estar identificando, negociando e implementando projetos era algo muito importante. Gradualmente, as comunidades estão apropriando-se desses espaços criados pela ADRA, contribuindo para a definição de agendas e facilitando os debates, remetendo a ADRA cada vez mais para um papel secundário (Pacheco, 2005: 21).

Em um quadro sem referências relevantes de ações comunitárias participativas ou de desenvolvimento a partir da base, a ADRA decidiu construir um modelo de intervenção junto de comunidades a partir da sua própria existência de terreno. Para isso contou com o apoio metodológico da ONG britânica ACORD, que havia se instalado em Angola no final dos anos 1980, e de técnicos brasileiros cuja experiência assentava nas comunidades eclesiais de base e no método psicossocial. É importante salientar que tem sido um processo lento e sinuoso. O objetivo era ajudar as comunidades rurais mais afetadas pela guerra a reconstruir o seu tecido econômico e social num quadro de restauração ou afirmação de sua autonomia relativa. (Pacheco, 2005: 18).

A chave do trabalho da ADRA enquanto sistema – interventor consiste no aumento progressivo da participação dos membros das comunidades em termos quantitativos e qualitativos e, conseqüentemente, no aumento do seu poder, relativo ao projeto. Para isso a ADRA adotou a inspiração nos trabalhos sobre participação concebida pelo educador paraguaio Juan Días Bordenave e as conclusões de João Francisco de Souza relativas ao estudo sobre os movimentos sociais no Brasil e no México (Pacheco, 2005: 19).

Aliás, fato relevante é perceber que Juan Días Bordenave também representa um autor privilegiado nas abordagens do Fundo de Apoio Social (FAS) no que diz respeito à participação. No documento da instituição sobre a avaliação participativa de beneficiários, é citado o trabalho desse autor, que na interação interventiva existem cinco níveis de participação das populações: de informação, de consulta, de recomendação, de co-gestão e de auto-gestão, de acordo com papéis e responsabilidades dos atores comunitários e dos agentes externos (FAS, 2003:37).

A participação é definida pela ADRA como um processo histórico de conquista da autopromoção. Trata-se de um processo e não de um produto, o que significa que não existe uma participação suficiente, acabada ou definitiva. Por ser conquista, a participação não pode ser doada, concedida ou outorgada. Também não existe antecipadamente, como fenômeno a priori.

Participar significa, intrinsecamente sair da posição de objeto de manipulação e passar a condutor do seu próprio destino, no quadro de circunstâncias dadas. Dessa forma, toda o processo participativo que não se auto sustenta é, no fundo, uma farsa porque encobre formas de assistencialismo e de paternalismo, que acabam por refazer a situação do objeto manipulado.

Para a ADRA, são dois os caminhos principais para a auto-sustentação: por um lado, o sócio-econômico, que se consubstancia nas formas de produção de sobrevivência material; e por outro, o político, que se afirma nas formas de conquista organizada dos direitos sociais. Ambos os caminhos representam uma reação decidida contra ajudas, assistências, esmolas e concessões.

Participação pressupõe formas de organização da sociedade, principalmente ao nível comunitário e de grupos menores. Não se trata necessariamente de organizações formais e legalmente reconhecidas, mas do teor organizativo como tal, que reclamam o exercício democrático estrutural. Não se trata também de uma questão apenas de autodefesa, mas igualmente de prática democrática, que consagra o princípio fundamental de que ao poder só se chega por eleição - o resto é usurpação. O grupo ou a comunidade que não se organiza de forma participativa não terá voz, nem vez. É uma condição para sair da situação de massa manobrada e é o teste mais concreto de elaboração da sua própria consciência histórica. Seria mesmo contraditório imaginar a possibilidade de processos participativos se a organização participativa dos interessados.

É bom salientar que os processos participativos são demorados. Pelo fato de serem “processos” não propriamente produtos, possuem um ritmo de realização diferente, que é marcado pela profundidade, não me acumulação quantitativa apressada. Criar um açude, por exemplo, é tipicamente um produto e, como tal, pode ser cronometrado, planejado e manipulado fisicamente. Já criar uma comunidade participativa é algo muito diferente, que mexe com dimensões qualitativas e com a dignidade das pessoas, com as expectativas de realização histórica, com identidade cultural, com as ideologias, as crenças, e assim por diante (Adra, 1994: 01-06).

Desta maneira, num primeiro momento, que se considera como sendo de assistência direta, o poder relativo ao projeto está concentrado nas equipes da ADRA enquanto agentes sociais ou como agente interventor (Carmo apud Pacheco, 2005: 19), as relações são assimétricas, por vezes com autoritarismo por um lado e submissão por outro, e o nível de participação das comunidades no projeto é mínimo, recebendo apenas informação sobre os objetivos e as ações. Esse momento ou fase é designado por “informação”. Os “beneficiários” não tomam consciência de que os processos são da sua responsabilidade e refugiam-se numa atitude de dependência, o que é expresso em frases como por exemplo, “a ADRA é nosso pai”. Nessa fase, os grupos comunitários são muito frágeis e servem fundamentalmente a estratégia dos projetos (Pacheco, 2005: 19).

Num segundo momento, as equipes da ADRA passam a solicitar opiniões, idéias, críticas aos membros das comunidades e, ao mesmo tempo, apóiam a evolução dos grupos comunitários que vão formando através de ações de treinamento. É a fase da “consulta” e as posições e opiniões dos grupos ou das comunidades servem, fundamentalmente, para dar aval às decisões dos agentes sociais, mas ainda se considera de assistência direta (Pacheco, 2005: 19).

No terceiro momento, as relações entre o sistema interventor e o sistema cliente alteram-se de modo mais significativo. Com seu desenvolvimento, os grupos e organizações comunitárias ganham poder e passam a partilhar o processo de tomada de decisões. Surgem tensões relativas ao novo espaço de atuação, que tanto pode ser entendido como cedido pelas equipes da ADRA, como conquistado pelos grupos e organizações e os conflitos passam a serem freqüentes. É a fase de “congestão” e passa-se da assistência direta ao reforço organizacional. Entre os conflitos mais freqüentes, está o fato de as equipes da ADRA tentarem por muitas vezes, travar o crescimento de grupos e organizações com receio de deixarem de ter um papel no processo social e, até, de perderem o emprego (Pacheco, 2005: 19).

Na quarta e última fase, de “autogestão”, as organizações e comunidades determinam os seus objetivos, escolhem as suas estratégias e assume a responsabilidade dos processos sociais com maior ou menor autonomia. Deixam de ter uma relação estreita com a ADRA e diversificam os agentes do sistema interventor, deixam de ser “beneficiários” e passam a atores sociais (Souza apud Pacheco, 2005: 20), ou seja, gestores dos processos sociais que vivenciaram e a ADRA assume um papel de assessoria, agindo apenas por solicitação das organizações e grupos.

O que passou na Comuna do Dombe Grande, na Província de Benguela é um exemplo típico deste tipo de processo social de transformação que culminou com a criação do Núcleo Representativo das Associações que integra 13 organizações de tipo diverso e hoje é um parceiro da Administração Local do Estado na discussão dos problemas econômicos e sociais locais.

Na mesma Província, processos idênticos estão em curso em situações diferentes. Na Catumbela, além dos grupos de auto-ajuda que se autonomizam, surgiram ONGs que passaram a implementar projetos comunitários em outras regiões mais necessitadas, como por exemplo na reintegração social de deslocados de guerra e ex-militares, e foi criado o Fórum de Desenvolvimento Comunitário, que reúne tais organizações e exige à ADRA que ceda parte do patrimônio desta existente na Comuna para que ela possa cumprir os papéis que lhe foram atribuídos e que ela própria definiu como seus (Pacheco, 2005: 20).

Como exemplo da relação entre o Fórum³³⁴ e a Administração Local, pode-se citar uma ocasião que a Administração recorreu ao Fórum como árbitro. Isso aconteceu quando os moradores de um bairro compravam títulos de terra a um homem e começaram logo a construir suas casa, confiando que o vendedor fosse um representante da Administração. O vendedor revelou-se um impostor e a construção das casas, portanto, era ilegal. A pedido da Administração, o Fórum interveio, explicou a situação aos enganados, capturou o homem fraudulento, entregando-se à polícia e conseguindo que se devolvesse o dinheiro aos moradores. Para as pessoas afetadas, esse foi um bom exemplo de como o cidadão e o Estado podem tratar-se mutuamente (Stripecke, 2004: 11). Dessa forma, o Fórum de organizações comunitárias assume o papel que o Estado deveria assumir de capturar o homem fraudulento.

No entanto, percebeu-se conflitos entre essas ONGs surgidas no seio da ADRA (AALC e ODLAC) e a própria ADRA. Isso fica evidente nas palavras dos responsáveis da AADC, que traduzem o clima pouco saudável que existiu entre as organizações, “Continua a haver choques entre nós e o Projeto Catumbela, na disputa do grupo alvo do Luongo”; “A ADRA considera a comunidade do Luongo como sua propriedade”; “Dentro da ADRA há pessoas que não gostaram do nascimento da AADC e, mesmo hoje, algumas dessas pessoas vão nalgumas áreas nossas com a intenção de nos desacreditar (...) Chegam mesmo a dizer aos nossos beneficiários: esses surgiram graças a nós e como é que terão mais capacidade do que nós?” (Adra, 1999: 06).

³³⁴Espaço de encontro das organizações comunitárias.

A presença da pedagogia do brasileiro Paulo Freire e da sua práxis libertadora no trabalho de Desenvolvimento Comunitário da ADRA está patente na evolução das representações das pessoas envolvidas e que expressam a mudança progressiva da situação de “beneficiários” para “autores sociais”³³⁵. Partindo da relação teoria – prática, Paulo Freire estabelece uma pedagogia que levaria o sujeito a entender-se como parte da história em curso. Essa pedagogia leva o indivíduo à compreensão das contradições do processo social em que está inserido e a reflexão crítica sobre as razões últimas dessas sociedades. Por fim, suscita a reflexão do sujeito em direção à conquista da sua liberdade de ação, ou seja, de sua ação, em conjunto com os demais indivíduos em condições semelhantes, estabelecer uma plataforma de ação que os libertaria da situação atual, que transformaria as suas condições de vida.

O educador Paulo Freire teve uma rica experiência em África, primeiro na Tanzânia e em seguida em Guiné Bissau³³⁶. Após o trabalho no segundo país financiado pelo governo guineense, que o autor escreveu “Cartas à Guiné Bissau”, no qual afirma o que se coloca ao educador é a procura dos melhores caminhos, das melhores ajudas que possibilitem ao alfabetizando exercer o papel do sujeito de conhecimento no processo de sua alfabetização. O educador deve ser, de acordo com Freire, um inventor e um reinventor constante desses meios e desses caminhos com os quais facilite mais e mais a problematização do objeto a ser desvelado e finalmente apreendido pelos educandos. Sua tarefa não é a de servir-se desses meios e desses caminhos para desnudar, ele mesmo, o objeto e depois entregá-lo, paternalisticamente, aos educandos, a quem negasse o esforço da busca, indispensável ao ato de conhecer. Em suma, nas relações entre o educador e os educandos, mediatizados pelo objeto a ser desvelado, o importante é o exercício da atitude crítica em face do objeto. E mesmo quando, nestas relações, em que o educador e os educandos, curiosos, se acercam ao objeto de sua análise, os segundos necessitam de alguma informação, indispensável ao prosseguimento da análise, pois que conhecer não é adivinhar, a informação deve ser precedida de certa problematização. Sem esta, a informação deixa de ser um momento fundamental do ato de conhecimento para ser a transferência que dele faz o educador aos educandos (Freire, 1978:13).

³³⁵ Outros autores da corrente de pensamento de trabalho social – comunitário de Freire, como Roberto Chambers, também estão presentes na base teórica da ação

³³⁶ O autor afirmou ao pisar pela primeira vez no chão africano que se sentia nele como quem voltava e não como quem chegava (1978:09). Paulo Freire também visitou Angola e São Tomé e Príncipe a trabalho.

Para Idaci Ferreira, no início da instituição, o pensamento freireano ou dentro dessa perspectiva de participação estava mais ligado ao Fernando Pacheco e alguns líderes. Segundo ela, a ADRA é uma organização de aprendizagem. A maioria dos funcionários não tinha muito claro no início a visão em termos de promover a participação e a cidadania. Faltava-lhes referências, não sabiam muito bem o como, e a metodologia. Eles foram aprendendo ao longo da caminhada, aperfeiçoando o seu pensamento, a sua visão, a sua metodologia com a prática: ação versus reflexão versus ação. Ainda de acordo com Idaci, esta foi a grande sabedoria da organização e que lhes permitiu e tem permitido construir uma visão de desenvolvimento e de mudança social bastante assentada na realidade concreta do país e por outro lado permitindo também que todos os quadros da organização, e não somente os diretores, saibam a direção a seguir³³⁷.

No que diz respeito ao Governo, no contexto de Angola, com uma tradição de Estado centralizado e com forte deficiência no campo democrático, afigura-se mais indicado colocar o foco da intervenção relativa às políticas públicas na construção de um poder local democrático. Com a aprovação do Plano Estratégico de Desconcentração e Descentralização (PEDD), o Governo abriu uma oportunidade de trabalho entre as ONGs e as Administrações Locais de Estado (ALE). Numa primeira fase – de desconcentração – pretende-se que estas assumem algumas das funções hoje de responsabilidade dos órgãos centrais e provinciais, para depois se iniciar a descentralização política que permitirá a construção do poder local. Este, de acordo com o plano estratégico, será constituído pelas autarquias eleitas, pelas instituições do poder “tradicional” e pelas organizações dos cidadãos, mantendo-se na fase transitória a convivência com as Administrações Locais de Estado (Pacheco, 2005: 26).

Desta forma, a ADRA procura contribuir para o poder local atuando em três níveis:

- a) Favorecendo espaços de participação, diálogo e negociação entre as Administrações Locais de Estado e as organizações comunitárias e outras ao nível local;
- b) Contribuindo para o resgate de instituições comunitárias tradicionais que possam funcionar como espaços de participação cidadã e vivência democrática como os onjango;

³³⁷ Em entrevista, em 06 de fevereiro de 2007.

c) Ajudando o reforço das organizações comunitárias e dos cidadãos e promovendo a cultura democrática no seio de suas lideranças (Pacheco, 2005: 26-27).

Para a ADRA, trabalhar com a dimensão local significa trabalhar ao nível do município e da comuna. Poderá também significar trabalhar ao nível da povoação, o que será facilitado se forem instalados órgãos de administração do Estado nesse nível, ou se existirem autarquias, ou ainda, se o Estado reconhecer o poder tradicional como um poder público e nele delegar certas funções.

Por outro lado, trabalhar a dimensão nacional e internacional ou a dimensão local na perspectiva referida, não significa que as comunidades sejam abandonadas. Elas deverão continuar a ser o foco principal das atenções da ADRA, na medida em que nelas continuarão a estar integrada às pessoas com atenções prioritárias da instituição, ou seja, as pessoas mais afetadas pela guerra, incluindo deslocados, ex-militares, que a ADRA procura ajudar a recuperar seu equilíbrio sócio-psicológico e emocional e a reorganizarem a sua vida; as mulheres, principalmente as sozinhas ou as que assumem a chefia das famílias; as crianças e jovens, sempre marginalizadas devido às condições de pobreza; os rurais, atingidos muitas vezes simultaneamente pela guerra, pelas irregularidades climáticas e pelo isolamento geográfico e sócio-estrutural (Adra, 2003: 17).

Apesar de seus principais quadros terem saído do aparelho público estatal, a ADRA seguiu um modelo de trabalho diferente da ótica governamental. Suas ações foram baseadas em princípios metodológicos de participação. A dificuldade do governo de compreender a sociedade civil como parceira foi à grande dificuldade da relação entre a ADRA e o governo ao longo desses anos.

Além disso, de acordo com Luis Monteiro, o governo não possui uma política que realmente incorpore a sociedade civil angolana³³⁸. No entanto, a ADRA já prestou valiosos serviços ao Fundo de Acção Social, que é abraçado pelo governo angolano como um modelo de política pública. Além disso, como salienta Luis Monteiro, a abordagem hoje em dia do FAS é ligada à idéia de participação, com clara influência da ADRA, que é a pioneira nesse tipo de trabalho metodológico em Angola³³⁹.

³³⁸Em entrevista, em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

³³⁹Em entrevista, em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

O processo de democratização no país é lento e o pensamento do governante muitas vezes foi de controlar as forças sociais. A Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), foi criada no início dos anos 1990, como uma agência do Estado, na tentativa de controlar as instituições da sociedade civil. Para Pacheco ela exerce “um certo controle”, no entanto, o Estado, do ponto de vista de fazer valer suas leis, “é fraco, pois tem dificuldades de implementar suas regras”. Segundo Pacheco, a UTCAH tem dificuldades de fazer o controle, e “chateia” mais. Ao analisar os relatórios da ADRA, os técnicos procuram direto alguma parte que possa criticar o governo, não lendo atentamente os relatórios³⁴⁰.

De acordo com Dinho Major³⁴¹, a ADRA tem melhores relações com as administrações municipais do que com administrações das Províncias³⁴² (exceto Benguela, uma relação antiga e muito boa; e Malange que tem vindo a crescer o apoio do governo provincial, mas somente na Direção Provincial de Educação), pois estas não estão envolvidas em práticas sociais e com isso sentem menos o problema. No entanto, muitas políticas utilizadas por instituições do Estado são inadequadas para o desenvolvimento de Angola, e, portanto, deveria a sociedade civil contribuir de forma mais intensa para o aprimoramento de determinadas políticas. Pacheco cita o Ministério da Agricultura, que continua a distribuir sementes importadas não adaptadas a região. Isso implica na falta de diálogo com os agricultores. Além disso, a campanha tele-alimento, que segundo Pacheco, não tem impacto nenhum em termos de política de segurança alimentar³⁴³.

Um indicador importante dos processos emancipatórios e de construção da cidadania é dado pela atitude de uma comunidade pobre da Província de Huambo por ter tido a coragem e iniciativa de mover uma ação judicial contra o Governo da Província em 2004, pelo fato deste, ter decidido implementar um projeto agrícola em terras que a comunidade considerava ser da sua pertença sem a sua permissão (Pacheco, 2005: 26).

5 - ADRA E A SEGURANÇA ALIMENTAR.

³⁴⁰Fernando Pacheco, em entrevista, Luanda, 17 de fevereiro de 2006.

³⁴¹Em entrevista, 16 de fevereiro de 2006.

³⁴²Isso dificulta em termos de influência nas políticas públicas, porque o Orçamento Geral do Estado não vai para os Municípios, e sim é repassado através das Províncias.

³⁴³Ainda segundo Pacheco, o Ministério da Agricultura observa de forma pouco clara a questão da segurança alimentar, não tendo um eixo orientador de suas ações, portanto, não tendo uma política clara nesse aspecto. Em entrevista, 17 de fevereiro de 2006.

A questão da segurança alimentar é uma componente importante dentro das áreas de intervenção da ADRA. No entanto, na biblioteca da instituição, poucos foram os projetos que deram realmente ênfase nas estratégias nessa área.

Isso porque a instituição trabalhou, no início das suas ações, num contexto de emergência. Mesmo assim, o foco estava na sustentabilidade das comunidades. A ADRA em seus trabalhos buscou o conhecimento do terreno, os aspectos culturais e sociais que envolveram as comunidades estudadas e a partir daí faz projetos sustentáveis no campo da segurança alimentar, tendo a educação como um dos seus componentes fundamentais.

A complexidade desse tema para a própria ADRA fez com que a instituição desenvolvesse, em 1999, um ciclo de formação em segurança alimentar e nutrição. O objetivo geral da formação foi desenvolver capacidades na Organização e seus parceiros para análise da problemática da segurança alimentar e nutrição.

A escolha desse trabalho foi importante porque representou a preocupação da instituição com seus quadros no que diz respeito à reflexão de maneira conjunta sobre o tema de Segurança Alimentar e Nutricional. O fato de Angola ter diversas realidades sociais e com inúmeros aspectos culturais pressupõe uma grande diversidade em termos de opinião sobre esse conceito ainda desconhecido por grande parte dos angolanos. A intenção é justamente criar um corpo de funcionários que esteja em sintonia com o conceito e seus objetivos, sempre pautando numa metodologia participativa e democrática de trabalho.

Assim, o conceito de Segurança Alimentar buscado pela ADRA inclui a questão da cultura. O resgate dos diversos aspectos que envolvem as culturas angolanas deve ser valorizado já que outras instituições não consideram essa questão por estarem financeiramente submissas, como também o governo.

A condução das ações baseou-se, portanto, em métodos participativos, que permitiram ao grupo sentir-se sujeitos de construção e organização do conhecimento. As técnicas e instrumentos de apoio de trabalho, segundo o relatório produzido pela ADRA foram os seguintes: problematização, trabalhos em grupo, chuva de idéias, visualização, observação de caminhadas transversais, simulações, cruzamento de informações (Adra, 1999: 02).

Desta forma foi utilizado o método de trabalhos em grupo, tendo sido os grupos sidos orientados mediante a seguinte questão: o que você entende por segurança alimentar? As definições dos três grupos de trabalho que foram divididos foram as seguintes:

Grupo 1: “Segurança alimentar é o bem estar físico, mental e sócio-econômico do indivíduo e da família, proporcionado pelo acesso a educação, saúde, alimentação, vestuário, habitação, emprego (auto-emprego), transportes, etc”.

Grupo 2: “Segurança alimentar é o acesso a fatores(saúde, agricultura, educação, habitação, entre outros) que garantem o bem estar de uma família na sociedade”.

Grupo 3: “Segurança alimentar é o acesso permanente de toda população à alimentação e todos os recursos necessários que contribuem para o bem estar dessa população”.

A seguir foi aberto um debate a fim de se construir a partir das definições dos grupos a definição do grande grupo. Apesar do consenso alcançado quanto às designações, o grupo acabou formulando duas definições gerais (construída com base nos elementos comuns das definições dos grupos) de segurança alimentar respectivamente:

A) “É o acesso permanente da sociedade à alimentação, serviços e bens que garanta o seu bem estar”;

B) “É o bem estar da sociedade garantido / caracterizado pelo acesso permanente à alimentação, serviços e bens” (Adra, 1999: 04-05).

Da mesma maneira foi colocado aos grupos a questão: o que entende por Nutrição? Obteve-se como resposta:

Grupo 1: “Nutrição é o acesso contínuo e alimentação adequada (qualidade e quantidade) em calorias, energéticos e proteínas ao organismo do indivíduo”;

Grupo 2: “Nutrição é um estado em que o organismo assimila os seus nutrientes indispensáveis(carboidratos, lipídios, etc) para o desenvolvimento e crescimento dos seres vivos”;

Grupo 3: “Nutrição é o acesso constante ao conjunto de nutrientes necessários à uma alimentação adequada contribuindo para o bem estar físico, mental, intelectual do indivíduo”.

Depois de breve discussão, o grupo elaborou a definição geral (construída com base nos elementos comuns das definições dos grupos) que a seguir se representa: “É o acesso contínuo a alimentação adequada com nutrientes necessários e indispensáveis para o bem estar (físico, mental e intelectual) do indivíduo” (Adra, 1999: 06).

Esse tipo de trabalho representa bem a metodologia da ADRA com relação aos seus quadros. A metodologia participativa inspirada no debate democrático está no cerne da postura da instituição nos seus trabalhos. Além disso, o exemplo citado demonstra claramente a importância do tema para a organização.

De acordo com o Plano Estratégico da ADRA para 2005-2009, a segurança alimentar se enquadra no Programa de Desenvolvimento Rural.

Para a instituição a Segurança Alimentar é vista como sendo o acesso permanente, de forma autônoma e digna, aos alimentos em qualidade e quantidades suficientes para a satisfação das necessidades alimentares das famílias, dos membros de uma comunidade, visando a sua estabilidade pra uma vida saudável e desempenhar normalmente as suas atividades (Adra, 2005:20).

Como linhas de ação estão:

- a) Aumentar a produção e a produtividade agrícola no setor familiar rural apoiando, sobretudo as mulheres, através da promoção de acesso aos insumos agrícolas, da capacitação técnica e em gestão, para que os cidadãos possam ter os meios de que necessita para produzir o suficiente para a sua alimentação e o aumento da renda;
- b) Influenciar a diversificação de culturas visando a variedade da dieta alimentar e a diminuição dos riscos de mercado;
- c) Promover ações que permitam a multiplicação de sementes de variedades locais mais adaptadas às condições de cada região;
- d) Estimular a propagação e equacionamento do crédito agrícola e para pequenos negócios, que proporcionem o aumento de renda das famílias;
- e) Fomentar o associativismo e o cooperativismo tanto masculino como feminino como forma de defesa e representação dos interesses e de racionalidade e eficiência econômica;

f) Estimular práticas de conservação do solo e outros que contribuam para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável;

g) Promover técnicas de transformação e conservação dos produtos evitando as perdas pós-colheita;

h) Promover ações que facilitem a redinamização do comércio rural, permitindo que os camponeses tenham adequado acesso, e aos preços mais justos recorrendo sempre que possível ao cooperativismo;

i) Fomento da tecnologia adequada ao desenvolvimento das forças produtivas locais e que reduza o excessivo tempo de trabalho da mulher (Adra, 2005:21).

O que se percebe aí é a preocupação da ADRA na produção do setor familiar. Isso significa a importância que a organização dá ao camponês e as comunidades. Além disso, vale lembrar que uma das características da instituição é a capacidade de mobilização de setores sociais. Nesse sentido, o fomento ao associativismo e ao cooperativismo está presente como forma de representação dos interesses. Portanto, é no campo da segurança alimentar que se insere essa importante característica da ADRA.

Importante também é a promoção de ações da diversificação de sementes. Uma das questões de crítica ao trabalho do MINADER é justamente a qualidade e o preço dessas sementes. Muitas são importadas e não adaptadas ao terreno. A ADRA tem a preocupação com a multiplicação de sementes de variedades locais mais adaptadas às condições de cada região, principalmente no Planalto Central, no qual a instituição tem um trabalho de campo que diagnosticou a necessidade de inputs agrícolas devido ao empobrecimento do solo.

A preocupação com o crédito também é importante e uma das características que estão ligadas à segurança alimentar. A ADRA muito valoriza a importância do micro-crédito para associações e camponeses, atuando nesse segmento há algum tempo, mesmo quando as condições não eram favoráveis, como na época da alta inflação em Angola.

6 - PROGRAMAS TRANSVERSAIS

Os programas transversais fazem parte da proposta de ação da ADRA. Dois grandes programas estão inseridos na instituição, o ONJILA que trabalha com as crianças, no sentido de buscar a relação delas com seu meio, com seu habitat, e de Educação Cívica que trabalha com cidadania a partir do ponto de vista político-social-cultural e econômico.

A idéia de programa para a ADRA está diretamente ligada às estratégias de orientação, e que difere dos projetos, que tem como pressuposto a intervenção direta do terreno, independente do tamanho geográfico.

6.1 - Programa Onjila

Dessa maneira, o Programa Onjila (que significa “caminho”, na língua Umbundu) é o programa da ADRA exclusivamente voltado para criança. Sua importância torna-se mais especial no contexto angolano, pois o país tem a taxa de fecundidade que é uma das maiores do mundo. Angola possui uma população jovem cuja distribuição por idade revela que aproximadamente metade da população tem menos de 15 anos. Esta situação provoca, por sua vez, uma alta taxa de dependência, que implica na necessidade de elevados investimentos sociais em matéria de educação, saúde e assistência social. Desta forma, população angolana pode ser caracterizada sendo muito jovem, crescendo em ritmo muito elevado, mesmo para os padrões africanos, não se podendo prever ainda qualquer redução do seu ritmo de crescimento nos próximos anos³⁴⁴.

Igualmente, o Estado angolano defende a gratuidade e o acesso à escola primária para todas as crianças. Este discurso oficial não se cumpre na prática por razões tanto baixo interesse, como baixa capacidade governamental.

Nesse sentido, podem-se apontar três motivos significativos pela deficiência do ensino escolar angolano. Em primeiro, os escassos recursos orçamentais apoiando a implementação de políticas educativas; o alto grau de centralização estatal, que causa vazios informacionais e logísticos; e finalmente, o pagamento de serviços burocráticos (carimbos, bilhetes de identidade), o que provoca, com a centralização, uma distribuição de recursos incompleta, desigual e regressiva.

³⁴⁴Semanário Angolense, 22 a 29 de julho de 2006, nº 173.

Todas essas falhas não são surpreendentes quando se observa a distribuição do orçamento nacional. O Orçamento Geral do Estado passa por vários “filtros” (ou obstáculos políticos e burocráticos) durante sua distribuição e chegada às escolas primárias.

O primeiro refere-se a menor importância dada ao setor social³⁴⁵ se comparado a outros setores. O baixo orçamento em educação é significativo. Seja antes do fim do conflito armado (2002), como depois, os recursos para educação e saúde nunca ultrapassaram aqueles da defesa. De acordo com a dissertação de mestrado da espanhola Maria José Cascant intitulada “*Participatory pedagogies, educational associativism e Knowledge production in angolan school: exploring institutional spaces for gender conscientisation*”, do IDS, uma olhada mais detalhada ao orçamento revela que “Defesa Nacional” significa literalmente “Defesa Militar”, com as outras subcategorias de “Defesa Civil” ou “Consolidação do Processo de Paz”, obtendo não mais de 1 % do total³⁴⁶ (2006:23).

Outro filtro marca as percentagens de educação que se destinam a Educação Primária. O orçamento em educação é gasto na sua maioria em salários e gestão administrativa. Como aponta documento do PNUD, a Educação Terciária recebe semelhantes ou maiores recursos que a Educação Primária (2005:56).

O último filtro está em saber realmente o quanto vai para a educação, pois em algumas escolas, do pouco que é destinado à educação primária, os materiais chegam no fim do ano letivo e não o todo esperado³⁴⁷ (Cascant, 2006:23).

Depois dessas breves considerações sobre a educação em Angola, apresentarei o trabalho da ADRA no que tange a Educação.

Em 1997, fruto da experiência desenvolvida pela ADRA, a instituição redefine a sua estratégia de trabalho com a temática voltada para a criança. Assim sendo, o Programa Onjila passou a ser um programa transversal, com todos os projetos integrados implementados pela organização, tendo em conta que a educação jogaria um papel preponderante para os processos de desenvolvimento defendidos pela ADRA na sua Missão institucional.

³⁴⁵ Que cobre educação, saúde, segurança social, alojamento, cultura e serviços religiosos.

³⁴⁶ Cabe verificar se “Defesa Militar” cobre desmobilizações de antigos combatentes e outras medidas para fortalecimento da paz.

³⁴⁷ Outro constrangimento está na distribuição desses livros, que muitos são escritos na década de 1990, ainda com um forte componente mono-partidarista, e também socialista, mesmo com o Plano Nacional de Reforma Educativa (2001-2015) que inclui princípios de pedagogia construtivista adaptada ao contexto.

O Programa Onjila introduz a pesquisa local como uma prioridade no curriculum dos estudantes através do coração do Programa Onjila CAT, um método construtivista inspirado no trabalho do pedagogo brasileiro Paulo Freire.

Do mesmo modo, CAT significa Conhecer, Analisar, Transformar. Seguindo o conceito de “palavra generativa” do pedagogo brasileiro, os estudantes são encorajados a pesquisar (conhecer) perguntando aos pais e conhecidos sobre a realidade local de uma certa palavra / tópico. Por exemplo, a palavra / tópico “água”/ “água para consumo humano”, questiona-se quem tem acesso a água na região, onde esta situada a água potável ou como é tratada a água. Seguidamente o professor sintetiza e reflete com as crianças sobre a pesquisa dos estudantes (analisar). Os conteúdos curriculares são inseridos nesta etapa de um modo indutivo, ou seja, desde a perspectiva das ciências sociais, “quem tem acesso a água na área”; desde a perspectiva da geografia, “onde está a água potável”, até a perspectiva das ciências ambientais, “como é tratada a água”. O último passo (transformar) define atividades originadas nos primeiros dois passos com o fim que as crianças, escolas e comunidades modifiquem os problemas encontrados na realidade social; como exemplo, uma campanha de higiene no bairro ou um encontro público com o governo para solicitar um tanque de água³⁴⁸.

Além disso, a intervenção do Programa Onjila assentaria em três eixos fundamentais de ação:

- a) Reposição da escolaridade, garantindo o acesso e o sucesso na escola a um maior número de crianças nas suas áreas de intervenção;
- b) Construção de modelos pedagógicos e didáticos alternativos que se adaptam à realidade do aluno, favorecendo à expansão qualitativa do ensino e aprendizagem;
- c) Promoção de atividades extra escolares e de desenvolvimento comunitário a partir da interação escola / comunidade.

³⁴⁸ O método CAT originou-se nos estados brasileiros da Bahia e de Pernambuco, furto de uma iniciativa conjunta da ONG MOC (Movimento de Organizações Comunitárias) e vários movimentos sociais. Como a ADRA, a MOC trabalha para catalisar grupos através de discussão e reflexão evitando explicitamente o “dar” e “fazer” por eles. A eficiente implementação naquelas áreas significou o prêmio da UNESCO em 1998, como exemplo de boa prática educativa. O CAT foi introduzido em Angola por Idaci Ferreira, pedagoga brasileira que trabalhou sucessivamente para o MOC e a ADRA (Cascant, 2006:05).

Seguindo esta estratégia, foi iniciada uma parceria mais consistente com o Ministério da Educação e Cultura visando reforçar a capacidade desta instituição ao nível municipal e, conseqüentemente, garantir a sustentabilidade da intervenção³⁴⁹. Nesse sentido, as principais estratégias utilizadas pelo Projeto Onjila basearam-se:

a) Na constituição de equipes nas Províncias responsáveis por ajustar a implementação do programa à realidade local e implementar as ações estabelecidas;

b) Na formação contínua e em serviço dos professores, da inspeção escolar e da equipe do Programa;

c) Na utilização de metodologias participativas envolvendo professores, diretores dos órgãos locais do setor da educação, alunos, pais e encarregados de educação e comunidade em geral, nas reflexões, monitorias, avaliações visando garantir a sua participação, responsabilização e meios do programa;

d) No fortalecimento das comissões de pais, levando-as cada vez mais a assumirem um papel ativo na gestão escolar;

e) Na parceria, responsabilização e potencialização do setor de educação e suas representações ao nível provincial e municipal como parceiro privilegiado;

f) No resgate e valorização dos recursos materiais e culturais locais;

g) No incentivo à utilização de conteúdos técnicos e científicos que garantam ao homem rural uma sobrevivência digna no mundo moderno;

h) No questionamento dos valores locais não conciliáveis com o desenvolvimento sustentável;

i) Na criação de lobbies para a obtenção de recursos necessários à sua implementação;

j) Na consideração do aluno como elemento fundamental do processo de ensino / aprendizagem;

³⁴⁹Segundo Dinho Major, responsável pelo Núcleo de Documentação da ADRA, desde o princípio de suas atividades, a relação da instituição com o Governo Provincial de Benguela e Malange é muito boa, principalmente no campo da Direção Provincial de Educação, e muito menos em outras direções provinciais, como na área da agricultura, saúde, reinserção social e promoção da mulher. Entrevista em Luanda, dia 16 de fevereiro de 2006.

k) Na valorização e potencialização da relação escola / comunidade;

l) Na participação ativa nas Redes Criança³⁵⁰ ou no apoio à sua criação nas Províncias onde não existem, visando ampliar o debate em torno da problemática educacional do país e, conseqüentemente, exercer influências ao nível das políticas governamentais.

Pretendia-se, dessa maneira, contribuir, progressivamente para a valorização dos recursos culturais locais, e para a responsabilização dos professores, dos órgãos do Estado do setor da educação e das comunidades pelo desenvolvimento do meio a que pertencem.

No que respeita a possível influência da ADRA e do Onjila nas políticas públicas do Estado, o Plano Nacional de Reforma Educativa (2001-2015 inclui princípios de pedagogia construtivista adaptada ao contexto, metodologias ativas e uma atenção bem especial a relação entre comunidade e escola, todas elas muito familiares com as escolas de intervenção da Onjila³⁵¹. Uma idéia significativa é que a forte parceria estabelecida pela ADRA e o governo angolano no Onjila tem em efeito tido um impacto nos discursos educacionais da escola pública, embora estejam faltando recursos para a sua implementação como foi salientado alguns parágrafos antes.

Nos seus doze anos de existência, Onjila tem evoluído desde a construção de escolas (1995) a formação de professores (as) sobre pedagogias participativas (1998) e mais recentemente, a criação de Zonas de Influência Pedagógica (ZIPs). As ZIPs representam redes de escolas coordenadas por uma escola sênior Onjila que cumpre o rol de transmissora do CAT e de outros componentes de Onjila ao resto das escolas satélite. As Zonas de Influência Pedagógica consistuem espaços para professores (as), diretores (as) e administração para partilhar experiências, programar atividades e receber formação. As zonas, todavia, estão num estágio inicial de avaliação embora já representem uma mudança revitalizante para o Onjila, que talvez se percebe agora mais em linha com a missão de formação e auto-regulamentação da ADRA (Cascant, 2006:05).

³⁵⁰Segundo o representante do Instituto Nacional da Criança (INAC), Alexandre Joaquim, a Rede Criança tem como objetivo traçar programas multisetoriais tendentes à solução de problemas das crianças mais vulneráveis e encaminhá-los ao governo. Angola Press, 16 de setembro de 2006.

³⁵¹ No entanto este ponto requer uma maior investigação exclusiva para discernir o peso das influências de organizações internacionais como a UNICEF, e aquelas da própria sociedade civil angolana.

De acordo com Maria José Cascant, as entrevistas com vários membros governamentais apontaram um interesse no programa, particularmente as ZIPs. O administrador Provincial de educação de Benguela comentou as atuais dificuldades em fazer chegar os recursos a todas as escolas e do fato das ZIPs representarem uma solução centralizada para a melhor distribuição de recursos³⁵². O perigo existe, no entanto, em que o envolvimento e a co-participação da comunidade seja lido como um meio para reduzir custos com trabalho voluntário transferindo responsabilidades na provisão de recursos materiais do Estado, as famílias ou associações comunitárias. A demanda de colaboração por parte do Estado deve portanto ir acompanhada com a sua própria implicação e o aprovisionamento incondicional dos recursos materiais básicos (mesas, cadeiras, quadros e manuais) (2006:27-28).

O Programa Onjila atua onde a ADRA tem intervenção de terreno. No entanto, em diversas situações quando diminui o número de projetos, o Programa Onjila também é afetado.

6.2 - Programa de Educação Cívica

Em 1996, a ADRA e a AWEPA (Associação dos Parlamentares Europeus para África Austral) realizaram um workshop de Educação Cívica com o objetivo de refletir sobre a ausência de consciência cívica no país, violação dos direitos humanos e dos direitos e deveres do cidadão. Participaram no referido workshop partidos políticos, ONGs, Governo e órgãos de comunicação social.

Vários estudos de reflexão seguiram-se em 1997, nos termos de parceria entre a ADRA e a AWEPA surgiu o primeiro projeto de educação cívica que começou a ser implementado pela Unidade de Educação para o Desenvolvimento. Nesse contexto, a Educação Cívica é entendida como o processo e conscientização das comunidades sobre os seus direitos e deveres³⁵³ (Adra, 2000:05-06).

³⁵² A avaliação do Onjila em 1998 já indicava uma expectativa por parte do Ministério da Educação no que respeita a novas propostas pedagógicas, formação de professores, comissões de pais e a sua participação na gestão das escolas, assim como na produção e distribuição do material didático (ADRA, 1998:25).

³⁵³ Um exemplo da ação da educação cívica está no manual intitulado "Porquê votar?", de autoria da ADRA. O livro, ilustrado com mais de trinta cartazes com cenários explicativos sobre o comportamento cívico em relação às eleições, contém textos básicos sobre independência nacional e constituição, direitos humanos, democracia e o direito ao voto. Porquê votar, a democracia, os partidos políticos e a campanha eleitoral, a importância do registo eleitoral, paz, reintegração social, reconciliação e respeito pela opinião do outro são, dentre outros, textos constantes do manual. O coordenador nacional do programa de educação para a cidadania da ADRA, Fernando Manuel, afirmou

Dessa forma, a Educação para o Desenvolvimento é entendida como processo pedagógico, através do qual visa contribuir para que o indivíduo se aproprie de conhecimentos / capacidades, novas atitudes e valores que lhe permitam engajar-se de forma consciente e voluntária nos processos de desenvolvimento.

Com esses princípios sobre Educação para o Desenvolvimento, a ADRA tomou como referência o conceito de Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, que o considera como o processo de alargamento das opções individuais ou coletivas de um povo e a permanente elevação do seu nível de bem-estar, pressupondo a liberdade política, o respeito pelos direitos humanos e a auto-estima. Apesar dessas escolhas poderem ser infinitas, ou mudar de acordo com o tempo, consideram-se essenciais: a possibilidade de levar uma vida longa e saudável; a idéia de adquirir conhecimentos; a possibilidade de produção social e profissional; e ter acesso aos recursos necessários e a um padrão de vida digno.

Como objetivo geral está na contribuição para uma maior participação da sociedade nos processos de desenvolvimento e democratização do país. Já como objetivos específicos: a facilitação e clarificação dos modelos / estratégias de formação / capacitação do indivíduo na sociedade; a promoção do surgimento e reforço das formas organizativas da sociedade civil; e a promoção /facilitação na abertura democrática das instituições governamentais, entre outras.

Por consequência, a componente de Educação Cívica está presente nos vários projetos e engloba pontos de vista político, social, político e econômico. Consoante o Plano de Ação Indicativo (PAI) para os próximos quatro anos, o termo “Programa de Educação Cívica” foi substituído, e no seu lugar entrou “Educação Para Cidadania”. Como foram apontadas na tese, diversas organizações preferiam chamar seus trabalhos de direitos humanos e cidadania como “Educação Cívica”, um termo muito menos controverso (Vines, 1998: 25).

Como meta para isso estão as comunidades apoiadas pela ADRA exercerem a sua cidadania consciente dos seus direitos e deveres constitucionalmente consagrados.

Dessa maneira, o canal para conquistarem essa meta está diretamente associado às comunidades que devem: recorrem à legislação para defenderem os seus direitos quando estes são violados; fazer uso da informação disponível; buscar através das suas organizações e instituições ter parte na discussão dos problemas de interesse local com as instituições do Estado;

que a produção do manual visa contribuir no processo de preparação das eleições em Angola, previstas (naquela altura) para 2006. Angola Press, 01/11/2005.

e finalmente, os membros das comunidades apoiadas pela ADRA devem ser incentivados a ter documentos formais que lhes conferem cidadania, como bilhetes de identidade ou certidões.

Portanto, procurei ao longo desse capítulo apresentar a organização não governamental angolana ADRA. Inicialmente trouxe o contexto histórico para apresentar o caminho percorrido pela instituição ao longo do tempo. Isso é importante, pois a participação social no contexto de conflito necessita de instituições estáveis. O fato de ela ter sobrevivido ao conflito armado deu a ela maior credibilidade. Ela conseguiu porque tinha uma estratégia de longo prazo; era tolerada inicialmente pelo MPLA; também teve apoio-se de outras organizações internacionais (como a DW canadense e a OIKOS portuguesa), que garantiu a sustentação inicial; investiu em pesquisa, e tudo isso chamou atenção para financiadores que viram na ADRA um bom parceiro, principalmente em termos de transparência e boa governança dos recursos.

Apresentei também no capítulo a experiência da ADRA em termos de microcrédito, do desenvolvimento comunitário e da segurança alimentar. Chamei atenção também para a importância da estrutura institucional da organização. Salientei dois programas relevantes da ADRA, um voltado para as crianças (a maior parte da população angolana é composta de jovens) e o outro ligado a Educação Cívica (cidadania). Além disso, tentei dar ênfase na capacidade de mobilização que tem a organização, pois busca parcerias com as comunidades, estimulando-as a desenvolver a participação social, mesmo quando a conjuntura era de conflito agudo.

CONCLUSÕES

“A luta contra a pobreza é o maior desafio para Angola fazer uma transição bem sucedida para uma paz duradoura.”

No tempo colonial, a metrópole portuguesa não teve o interesse em desenvolver as suas colônias. Em Angola, as suas intenções ao longo dos séculos estavam basicamente relacionadas ao aprisionamento e exportação de escravos. A agricultura não mereceu destaque, a não ser em ações muito pontuais.

No entanto, no século XIX, com a independência do Brasil e o processo da Conferência de Berlim, no qual o continente africano foi dividido entre as potências europeias, a preocupação portuguesa com suas colônias aumentou. Existia o medo de perder os territórios que ainda restavam, e desta maneira, começou-se a pensar numa ocupação de fato daquelas regiões, principalmente no interior.

O princípio da política colonial portuguesa de ocupação estava na diferenciação entre assimilados, ou seja, o autóctone nascido na colônia, e que tinham desenvolvido a “assimilação” da cultura portuguesa, sendo um número muito pequeno de pessoas, no qual muitos foram aproveitados pela administração colonial; e os indígenas, a grande maioria da população nas colônias, os autóctones nascidos nos territórios de domínio português.

Nos anos 1920 foi definido o Estatuto do Assimilado, no qual previa que os “não-europeus”, nascidos em territórios ultramarinos, deveriam provar uma satisfatória assimilação cultural do “modo de ser português”. Ao conquistar este Estatuto, o assimilado passava a ter direitos, entre outras coisas, à cidadania, que o dispensava do trabalho de contrato e lhes permitia concorrer a cargos menores na administração colonial.

No primeiro capítulo, tentei mostrar a respeito das terras em Angola, que ao longo do século XX as fazendas dos colonos foram instaladas em locais favoráveis para o escoamento dos produtos, e que as terras foram retiradas em grande medida do uso das populações, ignorando os direitos ancestrais, os valores culturais e o próprio uso dos sistemas praticados.

No caso dos conflitos de terras que aconteceram em Angola colonial, muitos deles tiveram como desfecho a acomodação sob a forma de coerção / submissão. Ou seja, uma das partes envolvidas no processo, no caso os camponeses ou autóctones, aceitavam as regras de comportamento impostas pela parte mais forte – as autoridades administrativas coloniais – mas nem sempre sem resistência.

Em meados do século XX, finalmente o governo da Metrópole consegue convencer um maior número de camponeses a emigrar para Angola. Porém, inúmeros problemas são percebidos como o fato deles estabelecerem nas grandes cidades (como Luanda), a fraca preparação dos colonos, a visão da busca rápida pela fortuna na colônia, entre outros.

O ideal luso-tropicalista moveu os discursos das elites políticas o qual afirmava que a tolerância e a assimilação dos valores tropicais pelos portugueses colocava-os como pioneiros das civilizações tropicais modernas. A base da ideologia do luso-tropicalismo era a concepção da singular ausência de racismo do colonizador português.

No campo da agricultura demonstrei, ainda no capítulo um, que o sistema dual era basicamente dividido (inclusive em termos de estatística) entre a agricultura tradicional e a empresarial. A primeira, grosso modo, estava ligada aos autóctones (sendo o meio de vida da maioria do povo angolano), fornecendo alimentos básicos para o mercado interno (mas com participação também na exportação) e com recursos bem limitados em termos de investimento; a segunda, em oposição ao tradicional, seguiu um modelo europeu, produzia bens de exportação, com significativos investimentos na produção e com concentração em um número limitado de produtos. A tese procurou mostrar alguns números, principalmente na região da Nova Lisboa (Huambo), no Planalto Central, onde as estatísticas feitas pela Metrópole eram mais comuns, e com isso apontando as diferenças dessas duas realidades.

Aliás, Nova Lisboa foi à região onde mais se incentivou a ida de colonos. Diversas estratégias foram montadas para isso, salientando sempre a região como o “celeiro de Angola”, ou seja, o local no qual dever-se-ia investir pela qualidade das terras e do clima. Mas, no entanto, como foi apontado no primeiro capítulo da tese, no final do período colonial, pesquisas desenvolvidas pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) já demonstravam que essas terras não eram tão boas para a agricultura, com significativa falta de estrutura para a produção e com a grande necessidade de fertilizantes. Portanto, fez-se o reconhecimento do fracasso da colonização em termos de produção agrária, apesar de alguns números positivos nos anos que antecederam a independência angolana.

A Revolução dos Cravos desencadeou o processo de independência em Angola. No entanto não houve entendimento entre os três principais movimentos de libertação nacional, e, deste modo, deu-se o fracasso com as violações do Acordo de Alvor. O MPLA mais forte no centro do país e com o apoio da URSS e de Cuba consegue militarmente o poder, deixando

marginalizados a FNLA e a UNITA. O primeiro perde o apoio do Zaire de Mobutu para o MPLA nos primeiros anos da independência, e enfraquece rapidamente. O segundo ganha força com o apoio da África do Sul e dos Estados Unidos, e torna-se, ao longo dos anos, no grande movimento militar em oposição ao Partido Único que instalou-se no poder.

O sistema político, econômico e social do marxismo-leninismo do MPLA não valorizou a produção agrária, mesmo com o ano de 1978 ter sido dedicado a agricultura. A tese aponta ainda que saída de colonos portugueses e daqueles que ocupavam os quadros técnicos foi muito importante para a diminuição da produção. Além disso, o sistema da cooperativa de camponeses proposto pelo partido no poder não deu certo, devido ao sistema político que determinava o Estado como detentor de todas as terras (não incentivando a produção de excedentes), a desorganização das ações que envolviam os camponeses e a falta de conhecimento, seja técnico, ou da realidade angolana.

No campo da sociedade civil, a tentativa fracassada de golpe de Estado por Nito Alves gerou milhares de mortes e perdas relevantes nos quadros do próprio MPLA. A repressão, que já era visível no contexto do Partido Único, aumentou bastante após a tentativa de golpe. Assim, a participação social que estava restrita as organizações de massas, como a UNTA (União Nacional dos Trabalhadores de Angola) e a OMA (Organização das Mulheres Angolanas), torna-se ainda mais reduzida e delicada.

Ao longo da década de 1980 o setor agro-alimentar perde completamente as suas características de auto-suficiência. A produção começa a decrescer em todos os domínios e as exportações desaparecem progressivamente. Com a falta de meios técnicos e financeiros, Angola perde também uma grande parte da sua capacidade de importação. O país torna-se então dependente de ajuda alimentar internacional, no mesmo momento que cresce a produção de petróleo através da atuação das multinacionais (o paradoxo do marxismo-leninismo angolano).

A situação tornou-se mais dramática na década de 1990 com o aumento do conflito armado entre as partes beligerantes. O governo perdeu o controle de boa parte do território. A produção agrária praticamente desapareceu. Angola suportava altos índices de insegurança alimentar, principalmente em áreas próximas ao conflito e nos arredores da capital devido ao inchaço urbano, consequência direta da guerra.

A tese procurou apontar em seu primeiro capítulo os diversos aspectos que envolvem a idéia de segurança alimentar. Devido às características do acesso aos alimentos em Angola, a

segurança alimentar está intimamente ligada à produção agrária, principalmente nas zonas rurais. Desta maneira tentei aplicar o conceito na difícil e complexa realidade angolana, salientado o impacto da guerra na produção agrária, como a colocação de minas terrestres (por parte tanto da UNITA, como do Governo) e a destruição das infra-estruturas, como pontes, estradas, que impossibilitou o escoamento da decadente produção agrária.

Com o fim do conflito armado em 2002 à situação começou a dar sinais de melhora, no entanto, ainda longe do ideal. Apesar dos discursos políticos, percebe-se um forte assistencialismo no que diz respeito às ações políticas do MINADER.

Do mesmo modo afirmei que os programas do Ministério são impostos de cima para baixo, sem debate no seio sociedade angolana. Isso demonstra muitas vezes o desconhecimento da realidade. Um exemplo é a distribuição de sementes, que muitas vezes não são adaptadas ao terreno, perdendo, portanto sua utilidade. O que evidencia claramente a falta de diálogo entre o poder político oficial constituído e os camponeses.

Pude constatar, segundo algumas entrevistas realizadas, que o MINADER não tem programa concreto de desenvolvimento rural, muito menos de segurança alimentar. Suas ações são pontuais. Aliás, o grande exemplo de política na área de segurança alimentar é o Programa da Campanha Tele – Alimento (que tem o respaldo da FAO como parceira), uma campanha anual de programas de rádio e TV, e que envolvem concertos, eventos sociais, e apelos a personalidades para a contribuição voluntária em prol da melhoria da produção agrária e do combate à fome. No entanto, pouquíssimas são as ações realizadas pelo Programa (eles mesmos utilizam o termo “micro-realizações” nos trabalhos vindo com as doações da campanha). Da mesma forma, percebe-se pouquíssima transparência no que diz respeito aos valores doados em favor do Programa, e nem a sociedade civil é convidada para debater o destino dos recursos, cabendo aos políticos apontar onde deve-se investir³⁵⁴.

A seguir discorro sobre o papel da sociedade civil diante da transformação do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. As mudanças ocorridas no Estado, num contexto democrático, pressupõem um maior envolvimento da sociedade civil na formulação de políticas públicas e na própria atuação dos governos.

³⁵⁴Mas a sociedade civil é convidada para contribuir para a Campanha através de doações, de compra de CDs musicais, estimulada a participar dos concertos, entre outros.

Espera-se, dessa maneira, uma sociedade mais atuante e um governo mais transparente e democrático, aberto a participação da população seja fiscalizando seus atos, pressionando, seja buscando a implementação de projetos, ou desenvolvendo parcerias.

Em seguida trago diversos autores que pensam no papel da sociedade civil. Como exemplo Hegel, afirmando que o Estado e a sociedade civil são esferas complementares que se necessitam mutuamente, o que não se percebe no caso angolano, pois diversas organizações da sociedade civil angolana não participam da formulação de políticas públicas, nem trabalham com o governo para a melhoria das condições de vida da população. O Estado só dá apoio e atua nas organizações que giram na esfera governamental.

Outro é Gramsci que observa a visão da sociedade civil como política e que articula-se em torno da idéia de que a autoridade deve ser compartilhada entre os membros da comunidade, contrapondo e desafiando a hegemonia do Estado (este no caso angolano é extremamente centralizado, mas acenando aos poucos em termos de mudança). Habermas também contribui para o tema definindo a esfera pública (limitada em termos de participação social em Angola) como o espaço institucional no qual as pessoas deliberam acerca dos seus problemas comuns, discutem assuntos cívicos e da vida comunitária, permitindo que a opinião do povo seja canalizada e assim, incorporada nas políticas dos governos.

O setor da sociedade civil no mundo (e também em Angola) não está emergindo somente como um claro ator social, mas também como um ator diverso na sua natureza e composição. Isso demonstra a complexidade das diferentes abordagens que giram em torno da idéia de sociedade civil. Acredito que novas contribuições serão feitas, pois a sociedade a cada dia se transforma diante dos novos desafios que são colocados. A discussão teórica proposta por mim não tem a intenção de esgotar o tema em debate, muito pelo contrário, tem como idéia alimentar as contribuições dando ênfase na necessidade de entender as particularidades da sociedade estudada.

No caso angolano, a experiência colonial trouxe autoritarismo e repressão na sociedade. Após o onze de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, o ideal marxista-leninista de Partido único, e a tentativa fracassada de Golpe de Estado de Nito Alves, em maio de 1977, fez aumentar essa sensação de repressão e autoritarismo.

Além disso, o conflito armado da década de 1980, 1990 e início do século XXI também contribuiu para uma cultura do medo, da violência, da insegurança e da desconfiança, caracterizando em grande dificuldade de participação social por parte da sociedade angolana.

Contudo, depois da passagem da Primeira República para a Segunda (no qual foi criada a Lei das Associações), assistiu-se, em Angola, a um grande crescimento do número de organizações da sociedade civil (como a ADRA, por exemplo). Muitas eram claramente oportunistas e visavam somente um rápido financiamento em torno de lucros, sem preocupação com aspectos sociais que emergiam naquele momento.

Excluídas das negociações de paz dos Acordos de Bicesse e de Lusaka, a sociedade civil angolana começou a atuar com mais presença no cenário político para o fim dos conflitos no final da década de 1990³⁵⁵, com manifestos, palestras e mobilizações em busca da paz. Esse tema propiciou certo consenso, mas nem tanto, já que guerra também servia a interesses, inclusive de grupos da sociedade civil que se organizaram na forma de partidos. Dessa forma, a ADRA atuou como instituição importante que se situou na mobilização efetiva pela paz.

Como apontado ao longo da tese, o Estado angolano controlava os meios de comunicação social e criou organização de massas, como a Organização de Mulheres Angolanas (OMA), União dos Jornalistas, entre outras. Assim, a configuração do espaço público em Angola que já comandada pelo Estado desde a época colonial impondo severos limites à participação de atores não-estatais permaneceu após a independência. É na fragilidade desse espaço público (dentro do contexto de um Estado privatizado – como o caso da FESA) que se insere a participação da sociedade civil.

No entanto nota-se dificuldades da atuação da sociedade na participação de formulação de políticas públicas, pois o sistema político e administrativo angolano ainda é muito centralizado, e a atuação de ONGs ou Associações é vista com desconfiança por muitos políticos, principalmente os mais antigos e conservadores³⁵⁶. Essa é a **primeira** conclusão que pode-se tirar nesse capítulo, em que determinadas regiões de Angola percebe-se uma maior ligação entre governantes e a sociedade civil, como na Província de Benguela. O Programa Onjila da ADRA é um exemplo que demonstra que ações da sociedade civil angolana podem influenciar na qualidade das políticas públicas no país.

³⁵⁵ Com exceção das igrejas que há bastante tempo já acenava na busca da paz em Angola.

³⁵⁶ É bom salientar também as organizações sociais oportunistas, que visavam apenas o lucro e cresceram basicamente após o Protocolo de Lusaka.

Ademais, procuro salientar outra dificuldade da participação da sociedade angolana nas políticas públicas está justamente na estrutura política ligada ao Orçamento Geral do Estado (OGE).

Nesse ponto está a **segunda** conclusão do segundo capítulo e que tem ligação com o primeiro, pois os Municípios e as Comunas não recebem nenhum repasse do OGE. O poder é extremamente centralizador, e somente o Governador da Província (nomeado pelo Presidente José Eduardo dos Santos) recebe os recursos do Orçamento. Do mesmo modo, o Governo considera que as próprias organizações é que devem mobilizar esses recursos através do financiamento de projetos através de recursos que consigam mobilizar junto às instituições internacionais e agências bilaterais³⁵⁷. A corrupção é um problema muito sério em Angola, o executivo é acusado por diversas instituições internacionais de desviar dinheiros dos recursos naturais do país. O poder centralizador não favorece a transparência, e a sociedade civil tem um importante papel a desempenhar no que diz respeito a fiscalização e utilização dos recursos públicos.

A descentralização vem acompanhada de democratização, o administrador municipal atuando em parceria com os agentes representativos da sociedade civil teria mais autonomia para decidir ações prioritárias, principalmente em Angola, onde o desconhecimento da realidade de diversos grupos sociais em função do conflito armado ainda é grande. Seria interessante pensar na alocação dos recursos para um respectivo setor em sua localidade, obviamente limitando-se a um volume pré-definido de recursos disponíveis que estariam sujeitos às diretrizes e normas do programa do governo em referência.

É extremamente importantes a descentralização política e administrativa em Angola para o aumento da participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. Além disso, um pressuposto essencial a considerar no processo de desenvolvimento local é justamente a adoção do princípio da descentralização³⁵⁸. Por meio desta, a autoridade e o comando para as realizações são transferidos para os níveis de execução que estão mais próximos de onde os resultados finais

³⁵⁷ É comum ouvir das ONGs a dificuldade em termos de financiamento. Para citar um exemplo, o Secretário Geral da Liga Internacional da Defesa dos Direitos Humanos, João Castro “Freedom” apontou com destaque a escassez de recursos financeiros como o maior obstáculo para a implementação com plenitude de seus projetos e programas. Em entrevista, em Luanda, 30 de novembro de 2007.

³⁵⁸ Claro que descentralização pressupõe também um monitoramento das ações.

são obtidos. Para que a descentralização e a participação sejam instrumentos efetivos no processo de desenvolvimento local é preciso que se cultive um clima social cooperativo³⁵⁹

Dessa forma, afirmo que a falta de recursos financeiros está na base das debilidades das organizações da sociedade civil, que ficam dependentes dos doadores internacionais³⁶⁰. Exceto claro a Fundação Eduardo dos Santos e outras que foram criadas e giram em torno da esfera do poder, como a Organização das Mulheres Angolanas do MPLA, o Fundo Lwini (da Primeira Dama Ana Paula dos Santos), entre outras.

Saliento uma recomendação importante que é saber o papel que a sociedade civil angolana deve ter nos próximos anos, dentro do contexto de eleições (Legislativas previstas para 2008, e Presidenciais previstas para 2009). Além de observadores, a sociedade angolana deve atuar de forma significativa nas eleições com o intuito de organizar o processo eleitoral, denunciar e corrigir irregularidades que venham a ocorrer. O alargamento do prazo para as eleições (previstas inicialmente para 2005) é um perigoso sinal do governo tentando perpetuar-se no poder. Nesse sentido é fundamental a participação ativa da sociedade angolana, tanto no Registro Eleitoral (em curso) quanto no processo em si.

Por consequência, é importante buscar e facilitar as condições de viabilidade das liberdades políticas (o fechamento da organização de direitos humanos de Cabinda Mpalabanda não é um bom sinal), e com papéis institucionais claros, ou seja, torna-se fundamental a diminuição da centralização política e administrativa no país, inclusive para o controle da corrupção, um mal entre os governantes do país.

Ainda hoje Angola continua com problemas na relação entre governo e sociedade civil. A polícia continua a cometer execuções extrajudiciais. O desaparecimento de cidadãos ainda é elevado, principalmente em Cabinda, o foco de abuso das forças da ordem.

A participação da sociedade civil em Angola é extremamente necessária, principalmente na formulação de políticas no sentido de influenciar a qualidade das políticas governamentais. Elas podem contribuir na identificação de prioridades para os investimentos, salientando os principais grupos vulneráveis, comunidades e áreas, ajudando desta forma, na implementação dos programas e na aplicação dos orçamentos.

³⁵⁹ A formação de redes fortalece a comunidade em torno de um objetivo comum de desenvolvimento.

³⁶⁰ Em muitos casos essa dependência financeira é também uma dependência de agendas, com as organizações abandonando seus objetivos sociais em que estavam ligados inicialmente.

Talvez mais do que isso, Angola não pode errar novamente. A prevenção do conflito também é função da sociedade civil. Tensões políticas ainda ocorrem no país, como um exemplo trouxe-nos o jornal Ondaka, da ONG canadense DW, em Huambo, no qual afirma que Deputados da UNITA foram apedrejados em Galanga³⁶¹. Deste modo, percebe-se que as marcas e feridas do conflito armado ainda estão presentes no coração de muitos angolanos.

Isso tudo mostra a enorme tarefa que tem a sociedade civil organizada angolana em termos de “pacificar os espíritos”. Além das graves feridas de guerra, o país tem alto grau de pobreza. As dificuldades do governo de resolver sozinho o problema social são visíveis. É necessário contar com a sociedade para trabalhar junto em prol da melhoria de condições da vida da população.

No campo do desenvolvimento agrário, indico algumas sugestões que podem melhorar a produção no país, e com isso a melhorar a condição de segurança alimentar em Angola.

A primeira sugestão está na promoção da fertilização dos solos empobrecidos no Planalto. Estudos realizados por técnicos da ADRA, e também por instituições internacionais salientam que atualmente é pobre a fertilização do solo naquela região, principalmente porque foi demasiado explorado durante um longo período de tempo, pois se acreditava que naquela área era considerado o “celeiro de Angola”; O desenvolvimento de um uso mais amplo de tração animal, pois esse instrumento foi muito utilizado na agricultura antes da guerra, e hoje faz-se presente de forma significativa apenas no sul do país. Reconstituir recursos pecuários teria muitas vantagens além do aumento potencial da superfície que uma família pode cultivar.

Outra sugestão está na experiência FAO com relação à organização de feiras de sementes. O princípio na base das feiras de sementes é a distribuição humanitária. As sementes são compradas pelos agricultores em troca de recibos remetidos a eles por instituições como ONGs, que são contratadas pela FAO e pelo governo para organizarem e promoverem as feiras. Os vendedores são companhias de sementes ou agricultores que têm excedentes de sementes multiplicadas. Os vendedores subseqüentemente trocam os recibos por dinheiro. Tal promoção promove a economia local e cria laços mercantis que podem ser úteis numa fase posterior para a venda da produção. A experiência regional em feiras de sementes é extremamente valiosa e

³⁶¹Segundo o jornal, naquela região chegou uma delegação composta por pessoas da UNITA para reunir-se com a administração local e com entidades religiosas e tradicionais. No momento do encontro acontece uma invasão de populares com cantanas, pedras e paus e agridem todos que lá estão. Inúmeros são os feridos. Ao explicar os motivos da agressão, os populares disseram querer vingança e fazer justiça. In Jornal Ondaka, nº38, Huambo, agosto de 2004.

deveria ser reproduzida em Angola. No entanto acredito seja fundamental a valorização de sementes apropriadas para a prática naquela região para que não se cometa erros de adaptação ao solo. Além disso, a divulgação destes eventos podem ser feitos através de rádios comunitárias. A ADRA tem levado a cabo um projecto de implementação de rádios comunitárias em diversas regiões em que atua;

Ainda na linha de produção de sementes, o armazenamento delas ao nível das aldeias é muito importante. Nesse caso deve-se buscar métodos tradicionais que ainda estejam sendo aplicados, ser reproduzidos e valorizados, principalmente onde se perderam essas práticas;

No campo institucional, é necessária uma melhor relação entre o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e as ONGs (ou associações), principalmente no que diz respeito à distribuição de sementes. É fundamental evitar o assistencialismo político, valorizar as práticas sustentáveis e buscar entender as demandas das comunidades. A parceria entre o governo e essas organizações, portanto, devem dar bons frutos;

A importância de desenvolver a manufatura local de instrumentos e equipamentos agrícolas básicos. Como foi visto em alguns países como a Libéria (FAO / PAM, 2004:19), projetos visando à promoção da manufatura local de instrumento de cultivo podem ajudar eficientemente a restaurar a produção agrícola. Observa-se facilmente que os agricultores angolanos carecem muitas vezes de instrumentos básicos e que matérias primas necessárias para sua manufatura são abundantes, já que existe um grande material de guerra destruído em boa parte das Províncias, e que poderiam ser aproveitados.

Do mesmo modo, vamos perceber que os instrumentos feitos localmente são mais baratos e podem ajudar a ativar a economia local, efeito este que não é o da distribuição de instrumentos importados (feito atualmente pelo MINADER). Este tipo de conclusão deve necessitar do componente do micro-crédito (cada vez mais sendo desenvolvido tanto pelo governo³⁶², como por organizações da sociedade civil, como a ADRA), assim também a participação de comerciantes para aumentar a boa comercialização dos equipamentos produzidos;

A rotação de culturas é fundamental, pois não se devem cometer os erros de algum tempo atrás. É importante também análise técnica para melhorar a combinação da produção de culturas

³⁶² No entanto, segundo dados do Banco Mundial (2005), o componente micro-crédito tem apenas 0,2% em termos de custo dos principais projetos em curso no setor de agricultura e desenvolvimento rural em Angola.

nos terrenos. Nesse sentido, é extremamente importante incentivar a investigação científica com base nas diversas realidades dos terrenos de Angola.

Os conflitos que marcaram Angola ao longo das décadas foram marcantes para a diminuição da produção agrária e que teve consequência imediata à situação de insegurança alimentar de boa parte da população. Além disso, esses conflitos também assinalaram a fragilidade da população em termos de participação social. A experiência autoritária sofrida pela maioria da população angolana no período colonial, acrescentada com regime centralizado do Partido Único e a guerra interna após a independência, trouxe para a população uma cultura do medo e da omissão. A participação social em prol da melhoria de condições de vida da própria população angolana ainda é um desafio instigante.

Do mesmo modo, a ADRA surge na passagem da Primeira para a Segunda República de Angola. Era um momento de esperança com o fim do conflito armado a partir dos Acordos de Bicesse. Outras instituições surgiam como a AAD (Associação Angolana para o Desenvolvimento). Apesar de ter nascido com quadros do governo, a ADRA procurou seguir seu próprio caminho.

A trajetória foi traçada pela capacidade de seu núcleo inicial, muito forte e determinado, conhecedor do país e com projetos que buscavam a sustentabilidade de suas ações, mesmo em contextos de conflito armado, como os que seguiram Bicesse pós-1992. Tudo isso proporcionou a ADRA uma visibilidade e uma presença no espaço público angolano que até hoje, “fomenta” a história da organização, constituindo como uma estrutura de segurança.

A ADRA possui uma visão diferente das outras organizações da sociedade civil angolana, pois as suas soluções não se limitam num curto prazo, contrariando todas as tendências, mesmo numa conjuntura de guerra, no qual os financiadores pressionavam as instituições para rapidamente resolver determinadas situações. Essa pode ser considerada uma **primeira** conclusão do trabalho realizado pela ADRA. A instituição manteve, ao longo dos seus dezesseis anos de existência, um corpo de funcionários coesos com os princípios da organização. Isso ficou claro no momento da “crise do crescimento”, nos anos 1990, que a ADRA procurou se reestruturar-se seguindo a linha de atuação dos seus principais fundadores. Basicamente, os líderes da ADRA

continuaram a trabalhar na organização mesmo com a saída de quadros relevantes para outras instituições.

Posso deduzir desta maneira, após as pesquisas bibliográficas, que a principal visão diferenciada da ADRA está justamente na sua perspectiva de longo prazo. Isso é fundamental em termos de participação social. Pelo fato da ADRA ter essa duração, ela não apenas passa a melhor conhecer os terrenos de atuação, mas também passa a adquirir credibilidade, seja em instituições do governo, de organismos internacionais, de associações e da própria população.

A participação social no contexto de conflito armado, como aconteceu em Angola, necessita de instituições estáveis³⁶³. Por ter durado a esse período turbulento, a ADRA conquistou experiência em participação social. A sua sobrevivência nesse momento de instabilidade deve-se, em primeiro momento, ao fato dela ter sido tolerada pelo MPLA (lembro que os principais quadros da ADRA eram agrônomos vindo do Partido Único); em segundo lugar a sua estratégia, pois desde do início da instituição era desejo dos líderes realizar trabalhos em longo prazo; em terceiro, o contato com outras organizações internacionais deu a ADRA maior experiência no trabalho de campo, e com isso passou a desenvolver pesquisas de investigação; e finalmente, essa credibilidade conquistada por suas ações chamou atenção de financiadores para desenvolverem parcerias.

A experiência da ADRA está no trabalho com as comunidades, com as lideranças, uma trajetória que reforçou a valorização do conhecimento tradicional, sem negar aspectos importantes da cultura ocidental. Tudo isso em prol de um desenvolvimento sustentável das comunidades, essa pode ser considerada uma **segunda** conclusão. Exemplos disso são as rádios comunitárias, sempre presentes nos trabalhos de campo desenvolvidos pela instituição; e o conceito de Segurança Alimentar desenvolvido pela instituição que inclui a questão da cultura. A forma de atuação da ADRA resgata aspectos da diversidade da realidade angolana, e outras organizações não consideram a questão cultural por estarem financeiramente submissas, como o próprio governo.

O modelo ocidental é trazido e aplicado na maioria das vezes sem levar em consideração aspectos relevantes das culturas africanas. Diversas ONGs ultrapassam aspectos importantes da

³⁶³ Mesmo com apenas 17 anos de vida, considero a ADRA uma instituição estável em Angola, principalmente pelo surgimento e desaparecimento de inúmeras ONGs em pouco tempo

cultural local, negando a importância do multiculturalismo, em prol de concepções globais de desenvolvimento, o que gera diversos conflitos em regiões tradicionais da África (Pain, 2006:42).

Nesse sentido, um exemplo do trabalho da ADRA está valorização do Onjango, ou seja, um órgão coletivo de apoio à gestão da vida comunitária, presente em quase toda Angola. Contudo, no entanto, também pode ser espaço de reunião, tribunal ou escola de educação para os mais jovens para a vida, para o conhecimento da história e da cultura do seu povo.

Um dos aspectos negativos dessa instituição tradicional era a exclusão das mulheres em termos de participação (claro que em determinadas regiões em Angola ainda existe essa exclusão). Assim, a ADRA e outras organizações têm trabalhado para se alterar essa situação.

Deste modo, o trabalho junto às comunidades também favorece a participação social. Após entrevistas, pude concluir que a ADRA atua em conjunto com essas comunidades, trazendo elas para suas ações e desenvolvendo suas capacidades para no fim dos projetos, as próprias possam caminhar sozinhas. Ademais, a ação de ouvir as comunidades para o trabalho em conjunto estimula a participação. A ADRA também busca organizar associações em busca de fazer valer os seus direitos.

Uma **terceira** conclusão importante está no investimento do diagnóstico da pesquisa, ou seja, uma forte característica da ADRA. Essa é uma carência das Organizações Não-Governamentais de todo mundo, e principalmente na África. Um diferencial da ADRA se comparado às outras instituições é o investimento na formação de quadros, na preocupação da tentativa criação de condições de trabalho (como escritórios, bibliotecas, centro de estudos) e a tentativa de tornar conhecido algumas publicações periódicas, como o informe Humbi-Humbi e a série divulgação. Não obstante, nesse momento, as divulgações das ações das instituições ainda são razoáveis, carecendo, por exemplo, de uma página oficial e atualizada na rede mundial de computadores de seus trabalhos. A Internet é a principal ferramenta na busca de uma sociedade civil global interligada³⁶⁴.

A ADRA, por seu lado, procura através da investigação, desenvolver um conhecimento que respeite a diversidade cultural angolana nas suas ações. Em um país que pouco se conhece por causa da guerra, no qual os estudos deram mais ênfase nos conflitos e interesses, a

³⁶⁴ De acordos com estudos recentes, os ativistas de ONGs enfatizam que o desenvolvimento e interconexão das ONGs nos anos noventa tem sido possível graças as oportunidades da rede mundial de computadores (Roth, 2003:269)

investigação das populações e das variedades culturais em Angola representa uma importante característica dessa instituição em prol do desenvolvimento social.

Dessa maneira, deduzo que a influência de pedagogos, principalmente do brasileiro Paulo Freire, tem importância fundamental nas suas ações. Além disso, essa falta de conhecimento das populações do país estimulou a instituição a desenvolver pesquisas nos terrenos em que atua. A busca do conhecimento da realidade, mesmo numa conjuntura de conflito armado, facilitou o estímulo à participação social dos atores envolvidos. Era necessário compreender o que se passava, inclusive para a própria sobrevivência. Em Huambo, por exemplo, era comum a incursão em determinadas comunidades, tanto do governo, como da UNITA. Essas incursões muitas vezes traziam o caos, com enormes prejuízos a pequena plantação, além da destruição de casas e seqüestro de pessoas para a guerra.

A contribuição da ADRA na busca de uma maior participação da sociedade civil angolana na formulação de políticas públicas está na **quarta** conclusão da tese. Existe uma grande dificuldade na comunicação entre o governo e a sociedade civil em termos de planejamento de políticas públicas, inclusive com pontos de conflito. Após consulta bibliográfica e entrevistas, pude concluir que ainda que oficialmente se considere que os novos instrumentos legais (como exemplo as novas Leis) foram produzidos em ambiente de consulta entre o Estado e a sociedade, e que organizações desta tenham-se mobilizado para participar efetivamente nessas consultas, as experiências com os processos de preparação e aprovação do Regulamento das Associações, Leis de Terras, entre outros, demonstram que as instituições do executivo e do legislativo angolano continuam pouco abertas ao debate de idéias e à incorporação de opiniões e expectativas de atores fora da esfera do Estado.

Todavia, no próprio seio da sociedade civil angolana existe a sensação de que é na própria estrutura do Estado que está a dificuldade de desenvolver uma maior participação das organizações na construção de políticas.

Dessa maneira, a experiência da ADRA comprova a busca da valorização da participação da sociedade civil na própria realização dos trabalhos que a instituição desenvolve (através de parcerias com organizações de base ou associações de camponeses). Além disso, essa participação por um lado esteve diretamente inserida nos trabalhos realizados pela ADRA para o Fundo de Apoio Social (FAS), e por outro, na tentativa de mobilização de diversas organizações

da sociedade civil em termos de promoção de palestras e workshops com participação inclusive de setores do governo.

Pode-se afirmar, destarte, que a ADRA estimula a participação social de diversos atores, como organizações da sociedade civil, governo, igrejas, mídia, entre outros. Diversos segmentos da sociedade e do governo são convidados para as palestras e workshops da ADRA³⁶⁵, com a idéia de buscar uma aproximação entre eles. Existe um esforço da instituição na aproximação de segmentos da comunidade com o governo.

A **quinta** conclusão da tese está nos valores de governança que a ADRA utiliza. Noções bastante conhecidas como transparência e empoderamento estão na ótica da instituição, principalmente no que diz respeito à prestação de contas com os agentes de financiamento. Essa preocupação ficou evidente nas entrevistas coletadas.

É graças a esses princípios consagrados, e acrescentado com o bom trabalho da organização, que a ADRA é uma das mais tradicionais e respeitadas ONGs angolanas, sendo exemplo para organizações mais novas e referências para diversas instituições internacionais que buscam conhecer melhor a realidade angolana.

Vale apontar também que diversas organizações não governamentais surgiram da ADRA. A instituição estimula a criação de outras organizações a partir do trabalho realizado pela própria ADRA. O caso da Província de Benguela é muito significativo nesse exemplo.³⁶⁶

Nesse sentido, a estratégia da ADRA para o reforço da sociedade civil fundamentou-se em duas linhas de atuação: a primeira, nessa linha de organização de debates, de discussão de idéias, e também de encontros de discussão de questões relevantes no cenário nacional. A segunda linha dirigiu-se para o apoio à estruturação e organização de grupos que se constituem ou que tenham potencial para constituir organizações da sociedade civil em Angola. Dessa forma, ADRA pretendeu apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento do movimento associativo angolano, tarefa que vem desempenhando com afinco como demonstrou a tese.

No campo da segurança alimentar, a tese tentou demonstrar que, apesar dos esforços, o corpo de funcionários da ADRA ainda não possui uma idéia muito clara de segurança alimentar. No contexto de conflito armado, falar em desenvolvimento agrícola e em segurança alimentar era

³⁶⁵ Como por exemplo, a Conferência realizada pela ADRA sobre Participação, Cidadania e Novos Desafios Democráticos, no dia 01 de dezembro de 2006, em Luanda. Pude perceber que existiam algumas poucas autoridades governamentais, além de diversos representantes de variadas organizações da sociedade civil.

³⁶⁶ Inclusive ao longo da tese aponto alguns conflitos que surgiram entre a ADRA e as próprias instituições surgidas no seio dela em Benguela.

bastante distante da realidade. O trabalho estava mais focalizado na dimensão da produção sustentável e com disponibilidade de acesso, e agora começa a existir um olhar maior para questões ligadas a comercialização e transformação de produtos. Apesar do tema estar presente nos discursos das organizações, das autoridades, pouco ainda se conhece dos mecanismos de prevenção da insegurança alimentar. No entanto, percebe-se um grande interesse pelo tema. Um exemplo está na parceria do projeto de capacitação em segurança alimentar entre a Universidade Ryerson do Canadá, o Centro de Referência em Segurança Alimentar (CERESAN/UFRRJ) e a ADRA.

A fuga de cérebros também é outra questão importante no seio da instituição³⁶⁷. A instituição preza pela formação de quadros. O desenvolvimento do pessoal é uma área que a ADRA assumiu com muito vigor. Através de entrevistas, pude perceber que o recurso mais importante para a organização é o pessoal e que devido aos problemas de capacitação no país, a ADRA tem que formar seus próprios quadros. No entanto, em busca de melhores salários, muitos funcionários qualificados da ADRA vão buscar empregos em outras organizações internacionais e no seio do próprio governo.

Ao longo da pesquisa, a emoção foi o sentimento que mais me marcou nessa trajetória. Nos primeiros livros que li sobre Angola lá na graduação, falava-se sobre guerra, influências externas, acusações, corrupção, petróleo, diamantes, interesses, entre outras coisas. O povo era esquecido.

Esta tese tentou buscar uma experiência importante de uma organização angolana, que lutou e luta contra todos os problemas em prol desse povo.

Como Cascant, questioneei-me se por acaso os universitários que estudam em Angola tem a oportunidade de passar um tempo no Brasil, dar sua opinião sobre o país e voltar para casa para contá-lo (2006:38). Senti-me privilegiado.

Sentir África. Sentir Angola. Sentir o povo. Isso foi fundamental na tese. O conhecimento precisa ser experimentado e vivido.

Foi sentindo as pessoas, percebendo os traumas, as angústias, os dramas, que vi no olhar de cada angolano a esperança.

³⁶⁷ Não só da ADRA, mas como também de Angola e de outros países em desenvolvimento.

É essa esperança que moveu muitos africanos ao longo de tantos séculos de exploração. Eles continuam sendo explorados, sejam por próprios africanos gananciosos, ou por estrangeiros que vão atrás de diamante, petróleo, terras e outras riquezas naturais.

Mas a esperança eles não vão conseguir explorar. Nem a força de mudança desse povo.

CRONOLOGIA

Século VI a.C –

Início da expansão bantu na África e ocupação de parte do território que hoje conhecemos como Angola, vindo do Norte, provavelmente da região do país hoje chamado Camarões.

Século XIII –

Surgimento do Reino do Congo, sendo a agricultura sua principal riqueza.

1482-83 –

Portugueses chegam no rio Congo e iniciam os contatos com o Reino do Congo. Em 1484 reinava Nzinga Nkuvu quando chegou à notícia de que tinham aparecido na foz do Rio Zaire uns barcos de grandes velas com homens brancos que desembarcaram e fizeram contatos com os habitantes da Província de Soyo e com o próprio Mani Soyo³⁶⁸.

1489 –

Foi enviada para Lisboa a primeira embaixada conguesa.

Século XVI –

Reino do Congo dividia-se em seis províncias e contava com alguns reinos tributários, como o Ndongo, no sul.

1575 –

Fundação de Luanda por Paulo Dias de Novais.

1641 até 1648 –

Holandeses ocupam Luanda, se aliando a Rainha Jinga. No entanto, uma armada vinda da América Portuguesa, chefiada por Salvador Correia retomou a cidade em nome dos portugueses.

Século XVII, XVIII e XIX –

Aumento do tráfico de escravos.

1836 –

Proibição da exportação de escravos para América.

1844 –

³⁶⁸ Aristocrata geralmente encarregado do governo de uma Província no antigo reino do Congo.

Portos de Angola abertos ao mercado estrangeiro.

1884-1885 –

O processo da Conferência de Berlim traça fronteiras do Norte de Angola com o Estado Livre do Congo e concede a Portugal o território sul, para além do enclave de Cabinda. Portugal só na década de 1920 consegue “pacificar” a totalidade do país e concluir a definição de suas fronteiras orientais e meridionais.

1885 –

Tratado de Simulambuco entre Portugal e as autoridades autóctones Cabindesas. Cabinda colocado sob a proteção de Portugal.

1912 –

Descobrem-se diamantes em Angola.

Década de 1950 –

Formam-se diversos movimentos nacionalistas em Angola no final da década. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) forma-se a partir de movimentos de resistência menores de Luanda, embora a data precisa de sua fundação ainda seja discutível.

1961 –

Em janeiro é violentamente reprimido um protesto de camponeses contra o cultivo forçado de Algodão, em Malange. Outros eventos seguintes, como um ataque contra uma prisão em Luanda, em fevereiro (cuja autoria mais tarde seria reivindicada pelo MPLA), e em março uma revolta armada da União dos Povos de Angola (UPA) no norte, marcam o início da luta armada pela independência.

1962 –

A UPA une-se ao Partido Democrático Angolano (PDA), formando a Frente de Libertação de Angola (FNLA), sob a liderança de Holden Roberto.

1963 –

Forma-se a Frente de Libertação de Cabinda (FLEC).

1966 –

Jonas Savimbi, então Ministro das Relações Exteriores da FNLA, abandona a Frente e funda a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA); Descobre-se petróleo em Cabinda.

1973 –

Em setembro, a Guiné-Bissau declara-se independente unilateralmente, com significativa repercussão internacional.

1974 –

Abril, em Portugal unidades das forças armadas portuguesas tomam o poder. O general António Spínola é nomeado líder do regime do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Junho, Portugal suspende as atividades militares contra nacionalistas angolanos.

1975 –

Janeiro, Portugal convida o MPLA, a UNITA e a FNLA para participarem num governo de transição, de acordo com detalhes desenvolvidos nos Acordos de Alvor, assinados em 15 de janeiro.

O governo de transição toma posse em 31 de janeiro. É formado pelos três movimentos de independência, sendo as posições ministeriais divididas entre os movimentos e Portugal. O esquema fracassa e logo irrompem combates entre o MPLA e FNLA.

Abril – Agosto - O MPLA expulsa a FNLA de Luanda, em julho, depois de violentos combates de rua e a UNITA envolve-se totalmente em combates noutras regiões do país.

Chegam os primeiros militares cubanos do MPLA; Unidades do Zaire (hoje República Democrática do Congo) penetram no norte de Angola, em apoio ao FNLA; As tropas da Força de Defesa Sul-Africanas (SADF) ocupam a região limítrofe do Cunene com a Namíbia.

Novembro – No dia 11, Portugal transfere formalmente a soberania para o povo angolano. O MPLA, que tem o controle da capital, enquanto o conflito incendeia o país, proclama a República Popular de Angola. A FNLA e a UNITA formam um governo próprio em Huambo, mas que rapidamente é desfeito.

Dezembro – O Senado norte-americano acaba com a assistência velada as forças anticomunistas em Angola.

Em meados de dezembro, forças sul-africanas e da UNITA estão colocadas a 290 quilômetros do Sul de Luanda.

1976 –

A África do Sul retira a maioria de suas forças em março.

Em novembro, a ONU reconhece Angola como membro pleno.

1977 –

Em 27 de maio, uma facção dentro do MPLA, liderada por Nito Alves tenta um golpe que é sangrentamente sufocado, resultando num maior controle e centralização pelo governo de Agostinho Neto, além do aumento da repressão política.

No primeiro congresso do MPLA, realizado em dezembro, o partido modifica sua denominação para MPLA – Partido do Trabalho (MPLA – PT), e adota formalmente uma ideologia marxista-leninista.

1979 –

O Presidente Agostinho Neto morre de câncer na URSS, em setembro. Em seu lugar entra o Engenheiro de Petróleo, José Eduardo dos Santos.

1981 –

Em agosto, a África do Sul invade novamente o sul de Angola, com o objetivo declarado de perseguir os revoltosos da SWAPO (que lutavam em prol da independência da Namíbia), embora o grosso do combate fosse entre a SADF e as tropas angolanas.

1987 –

A África do Sul admite abertamente seu apoio à UNITA e envolve-se em confrontos diretos contra tropas cubanas e soviéticas. O governo angolano envia as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) numa grande ofensiva contra a UNITA-SADF.

1988 –

No seguimento de acordos assinados em julho e agosto, assinam-se, em dezembro, sob o auspício da ONU, os Acordos de Nova Iorque; pelo Protocolo de Brazzaville, de 13 de dezembro, os governos de Cuba, Angola e África do Sul comprometem-se em assinar um acordo para a retirada de tropas cubanas.

O Conselho de Segurança da ONU cria a Missão de Verificação das Nações Unidas para Angola (UNAVEM) para supervisionar a retirada cubana.

1990 –

Realizam-se em Lisboa novas conversações entre o governo e a UNITA.

Em outubro o MPLA abandona o marxismo-leninismo.

Ano de fundação da ONG angola Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

1991 –

Primeiros projetos de deslocados são desenvolvidos pela ADRA.

Em 11 de maio o governo de partido único é abolido por lei.

As últimas tropas cubanas retiram-se de Angola.

Em 31 de maio são assinados os Acordos de Bicesse. Fim da considerada a primeira guerra civil.

1992 –

É aberto o escritório – sede da ADRA, em Luanda.

São criadas estações de rádio não estatais em Luanda, Benguela, Lubango e Cabinda.

Em junho, de quatro a dez, o Papa João Paulo II visita Angola.

Em 26 de agosto, o país passa a designar-se República de Angola, com um sistema semipresidencialista.

Em 29 e 30 de setembro são realizadas as primeiras eleições presidenciais e legislativas. São consideradas em geral “livres e justas” por observadores internacionais, inclusive a ONU.

Em 17 de outubro são proclamados os resultados eleitorais. O MPLA ganha as eleições legislativas com maioria absoluta (53,74%) e 129 deputados, contra 34,10% da UNITA e 70 deputados. Já na eleição para Presidente, José Eduardo dos Santos fica com 49,57% e Jonas Savimbi 40,07%, portanto, com necessidade de segundo turno.

Savimbi afirma que as eleições se caracterizam por fraude e irregularidades.

Em 31 de outubro, forças armadas e unidades de milícia da UNITA e do MPLA confrontam-se em combates nas ruas de Luanda, iniciando o regresso da violência e rumo à terceira guerra em Angola (primeira de libertação nacional, e a segunda com atores externos no cenário interno). Nas semanas seguintes, muitas pessoas morrem em combates entre militantes armados nas cidades.

1993 –

Ano de legalização da ONG ADRA e a realização do seu primeiro encontro nacional.

A UNITA inicia ofensivas em grande escala em áreas fora da capital. Em março conquista Huambo depois de um cerco de 55 dias.

Em maio, os Estados Unidos concedem reconhecimento diplomático pleno ao governo do MPLA.

Em 27 de maio, são concluídas, sem qualquer resultado, após sucessivos adiamentos, as negociações de Abidjan. Antes tinha fracassado negociações no Namibe e em Adis-Adeba (Etiópia).

Em setembro, o Conselho de Segurança da ONU impõe um forte embargo contra a UNITA. Nesse momento, a UNITA controla cerca de 70 por cento do território.

Em 15 de novembro, início das conversações em Lusaka entre o governo angolano e a UNITA.

1994 –

Entre relatos constantes de avanços militares do governo, e com cinco dias de atraso em relação ao que foi planejado, o Protocolo de Lusaka é assinado em 20 de novembro. Jonas Savimbi não aparece, e Eugénio Manuvakola, secretário-geral, assina pela UNITA. Fim da considerada segunda guerra.

1995 –

Em 01 de março, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi reúnem-se em Lusaka. O líder da UNITA reconhece José Eduardo dos Santos como Presidente de Angola. Ambos concordam em formar um Governo de Unidade Nacional.

1996 –

Nesse ano, a ADRA e a AWEPA (Associação dos Parlamentares Europeus para África Austral) realizaram um workshop de Educação Cívica com o objetivo de refletir sobre a ausência de

consciência cívica no país, violação de direitos humanos e dos direitos e deveres dos cidadãos. Participaram partidos políticos, ONGs, Governo e órgãos de comunicação social.

Em 01 de março, realiza-se a quarta reunião entre Dos Santos e Savimbi, em Libreville (Gabão). O Presidente de Angola oferece a Savimbi o cargo de Vice-Presidente, o que é rejeitado pela UNITA.

Em maio, a Assembléia Nacional angolana aprova uma ampla anistia dos crimes contra a segurança do Estado.

Em dezembro, generais da UNITA são incorporados pelas Forças Armadas Angolanas.

1997 –

Nesse ano, fruto da experiência desenvolvida pela ADRA, a instituição redefine sua estratégia de trabalho com a temática voltada para a criança.

Em 9 de abril, 63 deputados eleitos pela UNITA, em 1992, tomam lugar na Assembléia Nacional angolana.

Em 11 de abril, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) toma posse em Luanda, incluindo representantes da UNITA. Jonas Savimbi não comparece.

Em junho. Entre tensões crescentes, é criada a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), com a chefia de Alioune Blondin Beye, com um efetivo de cerca de 1500 soldados.

Em agosto, o Conselho de Segurança da ONU proíbe viagens de funcionários da UNITA ao exterior e impede vôos com origem ou destino nas áreas controladas pela UNITA.

Em novembro, o governo assume o controle de cidades em poder da UNITA nas zonas diamantíferas na região das Lundas.

1998 –

Janeiro e fevereiro – As partes aceitam um calendário para as tarefas restantes necessárias à implementação do Protocolo de Lusaka, mas os prazos se esgotam sem o cumprimento de algumas tarefas. O prazo de conclusão do processo de paz para 28 de fevereiro não é cumprido.

Em março, a UNITA torna-se um partido legalizado e desmobiliza-se formalmente, mas acredita-se amplamente que terá conservado as suas unidades de combate de elite e cerca de vinte mil soldados.

Em junho registram-se combates em 14 das 18 Províncias de Angola.

Em Julho, o Presidente Dos Santos afirma que os ataques armados da UNITA nos últimos dois meses obrigam o governo a “adotar medidas para enfrentar o que é um estado não declarado de guerra”.

Em agosto, a UNITA cessa a sua cooperação com a Troika (Portugal, Rússia e Estados Unidos, países observadores que coordenavam o processo de paz), alegando imparcialidade desta. O governo afirma que este fato significa o fim do processo de Lusaka, e suspendem do GURN os quatro ministros da UNITA. No final do mês, a UNITA retomara um terço da área cedida a controle do governo no âmbito do Protocolo de Lusaka.

No mesmo mês ganha força na ADRA o processo de descentralização da instituição, com o surgimento das Antenas e da ADRA – Agência de Desenvolvimento.

Em setembro o governo anuncia que negociará apenas com a recém formada UNITA –Renovada, uma facção de dissidentes da UNITA, conhecida também como “galo negro” pelo símbolo da bandeira do partido.

De 5 a 10 de dezembro realiza-se em Luanda o IV Congresso do MPLA. O Presidente angolano declara que a única via para alcançar a paz é o isolamento de Jonas Savimbi e de seu movimento. A terceira guerra já é uma realidade em Angola.

1999 –

Em janeiro, uma aeronave da ONU é abatida sobre território da UNITA, não havendo sobreviventes.

Em fevereiro são retiradas as forças restantes da ONU, que dá por terminada a sua missão de manutenção da paz, com o argumento de que não há paz para ser mantida.

Em 28 de junho, dezesseis organizações da sociedade civil, incluindo a ADRA, entregam na Assembléia Nacional propostas para a nova Constituição.

Em julho, um Manifesto pela Paz em Angola apela a um cessar – fogo imediato, diálogo entre as partes em conflito e abertura de corredores humanitários. O Manifesto é assinado por centenas de angolanos amplamente conhecidos de todos os setores da sociedade e, em seguida, é colocado em circulação para o endosso da população em geral.

2000 –

Em março, um relatório da ONU sobre as sanções expõe as pessoas e países que ajudaram a UNITA a montar o seu arsenal através do tráfico de diamantes e outros meios.

Em abril, o Conselho de Segurança da ONU estabelece um mecanismo de fiscalização e cumprimento de sanções contra a UNITA e abre caminho para ações adicionais contra os Estados que as desrespeitam.

No mesmo mês associações religiosas criam o Comitê Inter – Eclesial para a Paz em Angola (COEIPA).

Em 11 de junho, a COEIPA organiza a Marcha pela Paz, em Luanda.

Em julho, o Congresso Pró – Peace, organizado pela Igreja Católica, pede um cessar-fogo imediato.

Em setembro, as Forças Armadas Angolanas continuam a ter sucesso. Um relatório da ONU estima que o número de deslocados cresceu para 2,7 milhões desde janeiro de 1998.

2001 –

Em junho, as Forças Armadas Angolanas informam ter ocupado diversas cidades e ter repellido um importante ataque da UNITA contra Uíge.

No mesmo mês acontece a Primeira Conferência de paz organizada pelas mulheres, com o tema “Pelo direito a vida, busquemos a paz com amor”.

Em dezembro, as tropas do governo empreendem uma ofensiva contra a UNITA. Grupos da sociedade civil exigem novamente um cessar-fogo imediato. O Sub-Secretário da ONU para Assuntos Africanos, Imbrahim Gambari, anuncia que o governo está preparado para aceitar que a ONU retome o seu papel de mediação e para trazer a UNITA de volta à mesa de negociações.

2002 –

Em 22 de fevereiro, as forças do governo matam Savimbi no Moxico. O Vice-Presidente da UNITA, António Dembo, morre três dias depois.

Em 13 de março, o governo faz uma declaração unilateral de trégua e revela um plano de paz, prometendo permitir que a UNITA se reorganize e se integre na vida política nacional, propondo anistia e oferecendo-se para trabalhar em conjunto com as igrejas e a sociedade civil.

Em 04 de abril é assinado o Memorando de Entendimento de Luena. É o fim da terceira guerra em Angola.

Em maio, o comandante militar da UNITA afirma que 85 % das suas tropas estão recolhidas em campos de desmobilização, contudo, existe a preocupação sobre a escassez de alimentos.

Em agosto, a UNITA renega oficialmente a sua ala armada.

Em outubro, as Forças Armadas Angolanas lançam uma campanha “final” de contra-revolta em Cabinda, alegadamente utilizando soldados da UNITA recém-incorporados.

2003 –

O Secretário para Assuntos Políticos da UNITA, Abílio Camalata “Numa pede para que o povo perdoe a UNITA pelos erros cometidos e pelas mortes que ocorreram durante a guerra, insistindo que a luta armada fora impulsionada por um “projeto político” e não fora uma aventura de uma só pessoa.

Em maio, o Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados começa a repatriar 150.000 refugiados angolanos, principalmente da Zâmbia e República Democrática do Congo.

2004 –

Em janeiro, o governo angolano anuncia ser provável a realização de eleições em 2006 que permitam a adoção de uma nova constituição e de uma nova lei eleitoral, e a realização de um censo e recenseamento nacionais. A UNITA e os outros partidos de oposição criticam o repetido atraso.

Em março, algumas cidades dão-se protestos esporádicos de rua contra abusos de poder e falta de progresso sócio – econômico, depois de dois anos de paz. Alguns protestos são reprimidos violentamente pelos “ninjas” (polícia antimotim).

No mesmo mês é lançada em Cabinda uma nova associação cívica chamada Mpabalanga, que reivindica um diálogo renovado, como também o respeito pela identidade e desenvolvimento de Cabinda.

2005 –

Surge o Plano Estratégico da ADRA (2005-2009) com o intuito de aperfeiçoar o desenvolvimento da instituição para os próximos anos.

ANEXO 1

Projetos da ADRA e Comentários

A ADRA difere os Programas como eixos estratégicos de orientação, e os Projetos, que implicam na intervenção direta da organização, independente do tamanho da região.

Os projetos da ADRA levam em consideração diversos aspectos, seja sociais, culturais, econômicos, tradicionais, enfim, são trabalhados por equipes interdisciplinares e analisados dentro da própria instituição, como também com avaliações externas (principalmente para a prestação de contas e na melhoria de seus trabalhos).

Isso demonstra a preocupação com a qualidade do trabalho desenvolvido pela organização. Nesse sentido, busquei ao ter em mãos os documentos de análise da própria instituição, e tentei separar o que considero de mais importante para demonstrar esse tipo de ação por parte da ADRA. Minha maior dificuldade foi na desorganização do material dos diversos projetos. Apesar da biblioteca funcionar de forma relativamente estável, com boa estrutura (se comparado às grandes dificuldades das pouquíssimas bibliotecas angolanas) e servir como fonte de pesquisa para muitos estudantes, o material referente aos trabalhos da ADRA ao longo dos anos, estavam fora de ordem, dispersos, inacabados, muitas vezes sem referência e com ausência de trechos.

No entanto, fiz uma seleção de alguns projetos que considero relevantes. De alguma maneira, esses relatórios contendo os projetos, apontam o caminho seguido pela instituição em sua trajetória, com suas dificuldades e conquistas.

Análise dos projetos que envolvem a Antena de Luanda -Bengo está baseada nos relatórios:

ADRA – Projeto de apoio às populações de Kikoca, 1999.

ADRA – Relatório da avaliação externa ao Programa Luanda – Bengo, 1999.

ADRA – Relatório anual do Projeto Kikoca, 1999.

ANTENA LUANDA / BENGO

Contexto Geral da Província do Bengo.

A Província do Bengo está situada na faixa ocidental de Angola, envolvendo a província de Luanda, e divide-se administrativamente em oito municípios – Ambriz, Bula-Atumba, Dande (Município cuja sede é a capital da Província, Caxito), Dembos, Icolo, Kissama, Nambuangongo e Pango-Aluquém, alguns dos quais se encontravam, em 1999, apenas sob o controle das Forças Armadas Angolas (exército governamental), ou seja, sem a Administração do Estado propriamente restabelecido.

A circulação de pessoas era problemática, pois havia à existência e localização de minas terrestres, com a informação desatualizada. Acreditava-se que parte dos municípios de Nambuangongo, do Dembos, de Bula-Atumba e a Comuna do Ukua ainda se encontravam minadas, dificultando igualmente a circulação da população naquelas regiões, como também o desenvolvimento seguro da produção agrícola, contribuindo para grande insegurança alimentar.

O Programa Alimentar Mundial (PAM) e algumas ONGs prestavam aos deslocados internos (cerca de 42.000 segundo o Ministério da Assistência e Reinserção Social) assistência humanitária e de emergência a estes deslocados em termos de ajuda alimentar, saúde e educação, mas com muitas limitações dadas as necessidades sempre crescentes e já por si muito altas.

A província está servida por sete bacias hidrográficas principais (Loge, Onzo, Lifune, Dande, Bengo/Zenza, Kwanza e Longa), mas as populações, principalmente as da faixa litoral, vivem dificuldades associadas à água, em casos devido às cheias, que ocorrem periodicamente na estação chuvosa (Outubro – Abril), noutros casos devido à escassez de chuva, com fortes repercussões sobre a segurança alimentar das populações.

A pesca, tanto fluvial, como marítima, é uma atividade virada para o mercado, com recurso a métodos tradicionais de pesca. Este recurso poderia reduzir-se rapidamente devido á pressão exercida pela população em número sempre maior (Luanda é o grande centro consumidor onde viviam naquela altura cerca de três milhões de habitantes, com 60% dos quais haviam sido deslocados também).

Na área da saúde, a algumas endemias causadoras de elevados índices de mortalidade estão presentes, como a tripanossomíase, a malária e a tuberculose.

Na área de educação, era altíssimo o índice de analfabetismo e de crianças fora do sistema de ensino, este último devido principalmente à escassez de infra-estruturas adequadas e de professores devidamente formados.

A situação de emprego na Província do Bengo era dramática naquela altura: não havia indústrias, escassas eram as empresas prestadoras de serviços e, apesar do Estado ser o principal empregador, os salários eram baixos e pagos irregularmente. Nas principais localidades, os mercados (praças), tal como acontece por Angola afora, eram dominados pelas mulheres que comercializam de tudo um pouco, principalmente alguns produtos agrícolas e, em menor escala, produtos industriais adquiridos nos mercados de Luanda³⁶⁹.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a população da Província do Bengo vivia naquele contexto, numa condição de pobreza muito acentuada, tanto pelo fato de muita gente ser deslocada, como pelo fato de serem escassas oportunidades de emprego e baixas as remunerações. Para as populações deslocadas essas condições agravam-se pelo fato de ser diminuta a terra disponível para agricultura, apesar do Estado ter distribuído pequenas parcelas onde exista segurança.

Relevância do Projeto

A intervenção da ADRA nas províncias de Luanda e Bengo começou em 1994, como consequência do reacender da guerra em 1992, que provocou o aumento do fluxo de deslocados para a área peri-urbana de Luanda, basicamente com a idéia de buscar de maior segurança.

O projeto da Comunidade de Kudimuena, na Província do Bengo, é relevante para tese, pois a ADRA desenvolveu um relevante trabalho junto ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, dando ênfase na legalização de terras com o respectivo diploma. Isso é importante principalmente quando se pensa na problemática das terras em Angola, ou seja, a dificuldade de ter um respaldo “oficial” com a posse do terreno. No entanto, podemos refletir sobre qual a legitimidade do Ministério na ação de conceber a terra? Porém, com o trabalho da sociedade civil organizada na comunidade, ouvindo os atores sociais envolvidos, as ações

³⁶⁹Esta forma de geração de rendimento, geralmente funciona apenas como um mecanismo alternativo para garantir a sobrevivência, não produz os rendimentos necessários para sustentar condignamente uma família que apresenta um agregado médio de 5 a 6 pessoas.

tornam-se mais fáceis, inclusive ultrapassando a burocracia estatal, uma característica ainda da legalização de terras em Angola.

A equipe do projeto também desenvolveu ações em algumas comunidades de Cacucaco (região de Luanda, próximo ao Bengo). A importância está na parceria com o Fundo de Apoio Social do governo angolano, e também na contribuição da ADRA para a construção de infraestruturas.

A aproximação junto ao PARPA (Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta) da União Europeia, em termos de financiamento, também é digno de ser salientado, pois a instituição já fez relevantes parcerias na África Austral com organizações da sociedade civil.

Percebe-se também o envolvimento da comunidade em termos de participação em eventos, o que é uma característica da ADRA.

A importância do crédito agrícola também surge no Projeto da Comunidade de Kudimuena, ações voltadas para isso aconteceram naquela região.

Trabalho de capacitação para o reforço de instituições locais, ou seja, ligado a gestão de conflitos e educação cívica (cidadania) também tiveram presentes nas ações em Kudimuena.

A importância também do trabalho da ADRA junto instituições como a Development Workshop e à igreja católica em participação de seminários e workshops merecem destaque, pois também é característica da organização a mobilização de parceiros.

Segue abaixo trechos dos relatórios sobre o trabalho na Comunidade de Kudimuena.

Contexto do ano de 1999, segundo ANTENA LUANDA-BENGO.

Projeto da Comunidade de Kudimuena

O ano de 1999 foi novamente mau para Angola, particularmente para a sua população, com o reacender da guerra que já dava sinais em 1998. A província do Bengo não escapou, de tal maneira que se reduziram as possibilidades de livre circulação de pessoas e mercadorias, afetando diretamente os processos e a estabilidade que haviam sido alcançados na área de intervenção no primeiro semestre de 1998.

O contexto prevalecente nas áreas de intervenção (Bengo e Luanda) caracterizou-se pelo efeito do retorno à guerra, à predominância de um clima de desconfiança generalizada, com novos fluxos de deslocados, o que forçou a adaptação de várias intervenções, principalmente de

ONGs para ações do tipo emergencial. A população de Kudimuena, por essas razões, já que não foi exceção, foi forçada a abandonar temporariamente a aldeia por várias vezes, perdendo assim as sua colheitas e a maioria dos seus haveres. Assistiu-se a uma tendência a iniciar conflitos de poder na aldeia de Kudimuena entre as estruturas partidárias do MPLA e a autoridade local estabelecida.

Em 1999, ao nível da Comunidade de Kudimuena, desenvolveram-se os seguintes trabalhos:

a) Abastecimento de 54.000litros de água por cisternas (mesmo assim, per capita continuou baixo na ordem dos 20 litros de água por família /dia);

b) Conclusão da legalização de 2.515 hectares de terra junto do MINADER (Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural) tendo-se obtido o respectivo diploma (processo que foi iniciado no ano anterior, mas atrasou devido à burocracia ao longo do processo)

c) Reativação da construção da escola do Nível Primário, com duas salas de aula, paralisada desde Novembro de 1998 devido à prioridade dada à construção do Posto de Socorro (com financiamento do FAS, com acordo estabelecido em 1998).

d) Fornecimento de mais de mil galinhas e mecanismos de distribuição de cabritos, que faz parte de um micro-projeto financiado pelo PARPA – EU - Plano de Ação Para a Redução da Pobreza Absoluta - União Européia (1997);

e) Realizado um diagnóstico para a identificação dos atuais problemas e prioridades daquela comunidade e ainda das motivações que lhes fazia estar em Kudimuena;

f) Promovido uma reunião ampla com a comunidade beneficiária, como corolário do diagnóstico para discussão alargada e divisão de responsabilidade entre a comunidade e a ADRA e, ainda, um exercício sobre aquilo que deveria ser responsabilidade do Estado.

g) Participação em eventos importantes para a vida da Comunidade³⁷⁰.

³⁷⁰Paralelamente, a equipe do Projeto desenvolveu ações junto de algumas comunidades de Cacuo, em parceria com a FAS-Cacuo, como a construção de uma fonte no Bairro Seteca e a promoção de um grupo comunitário para a coordenação das ações; a construção de quinze latrinas familiares no Bairro Orlog e a reativação do grupo comunitário do mesmo nome; e a construção de uma lavanderia no Bairro Vidrul e respectiva reativação do grupo comunitário.

Já as atividades iniciadas em 1999, e não concluídas no mesmo ano, podem ser apontadas como:

a) Estímulo a criação de animais de pequeno porte (como pintos, por exemplo). Faltou a definição de mecanismos de alargamento dos beneficiários;

b) Estudo e melhoria das técnicas de conservação de sementes (esta atividade ficou pelo levantamento das técnicas utilizadas pela comunidade para a conservação de sementes);

c) Apoio à negociação e legalização de terras (devido às dificuldades burocráticas no MINADER – a legalização das terras do Kudimuena a favor daquela comunidade não aconteceu);

d) Apoio à comunidade com materiais de construção de latrinas (esta atividade iniciou com a formulação de uma proposta de micro-projeto que foi submetida ao FAS, tendo sido aprovada, mas não financiada);

e) Apoio à instalação de viveiro comunitário de árvores de sombra (esta atividade havia sido suspensa devido às inundações que ocorreram no final da estação chuvosa 1997/98, acabando por inviabilizar a sua operacionalização);

f) Apoio à construção de escolas no Surilo e em N'Dala Muleba (esta ação foi iniciada com a construção de uma escola no Surilo com o recurso e materiais de construção locais e ajuda alimentar prestada pela própria comunidade que, no entanto, penou por falta de recursos financeiros. Em N'Dala Muleba não iniciou-se nada).

Como atividades programadas, mas não realizadas, pode-se destacar:

a) O estabelecimento de critérios de crédito agrícola (uma primeira aproximação);

b) A promoção de ações de capacitação para o reforço das instituições locais (gestão de conflitos e educação cívica)

c) A reflexão com a comunidade do Kudimuena sobre os efeitos do paternalismo.

No âmbito institucional, as ações da Antena Luanda -Bengo apontaram:

- a) Promoção e coordenação do 1º Encontro com as Comunidades, realizado em Caxito;
- b) Prestação de apoio pra a organização de três grupos juvenis;
- c) Elaboração e apresentação de uma proposta de Plano Agrícola 1999-2000, ao Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA- Bengo);
- d) Realização de uma reunião de avaliação da parceria ADRA/Luanda-Bengo e FAS-Cacuaco;
- e) Participação em reuniões de coordenação da UTCAH/ Bengo – Unidade de Coordenação das Ajudas Humanitárias na Província do Bengo, bem como respectivas reuniões do subgrupo de segurança alimentar, dada a feição agrária da área de intervenção;
- f) Participação da Avaliação do Programa de micro realizações da União Européia;
- g) Promoção e facilitação das reuniões da Antena;
- h) Realização da avaliação de desempenho do Núcleo de Gestão da Antena;
- i) Participação em ações de formação promovidas pela ADRA/UEF (Unidade de Estudos e Formação) - diagnósticos às Organizações de Base (dois técnicos); Segurança Alimentar (dois técnicos);
- j) Participação em duas ações de formação promovidas pelo FAS: Planificação estratégica – Quadro lógico (um técnico) e administração, contabilidade e finanças (um técnico);
- k) Participação em seminários e workshops promovidos por parceiros: Segurança Alimentar, uma promoção do MINADER /Gabinete de Segurança Alimentar e Alerta Rápido(um técnico); Recursos Fitogenéticos e Segurança Alimentar, uma promoção do Comitê Nacional dos Recursos Fitogenéticos; Participação no workshop promovido pelo Programa Onjila /Luanda subordinado ao tema “O papel dos pais /comunidade na vida da escola; Participação no “Seminário sobre Direitos Humanos” – Promoção do Grupo de Direitos Humanos do Centro da Luz da Paróquia de Fátima – Igreja Católica; Participação no workshop promovido pela Development Workshop para apresentação do seu Programa de micro crédito /micro finanças;
- l) Preparação e participação em encontros de reflexão com a ADRA-Sede;
- m) Participação na avaliação externa à intervenção do Luanda/Bengo;

- n) Participação no Encontro Anual do Serviço de Monitoria;
- o) Participação no Encontro Anual do Programa Onjila;
- p) Participação no Primeiro Conselho Consultivo da ADRA;

PROVÍNCIA DE BENGUELA

Projeto Catumbela

Análise do projeto Catumbela que envolvem a Antena Benguela está baseada nos relatórios:

ADRA – Unidade de Projectos. Memorando da avaliação externa do Projeto Catumbela, 1999.

ADRA - Memorando da avaliação do Programa de Desenvolvimento Institucional Benguela, 1999.

ADRA – Relatório narrativo de atividades da 3ª fase de implementação do projeto, Catumbela, 2000.

ADRA – Relatório da formação em desenvolvimento comunitário – 2º módulo, 23/09 a 05/10, 2001.

Contexto da Província

A província de Benguela, cuja capital tem o mesmo nome, está situada no centro-oeste de Angola, abrangendo uma área de 39.826 quilômetros quadrados, o que corresponde a cerca de 3,19% do território da República de Angola. A fronteira ao norte é com a província do Kwanza Sul, a sudoeste com Huíla, sul com Namibe e oeste com Oceano Atlântico.

Na qualidade de província, Benguela está dividida em 9 Municípios, três dos quais – Lobito, Benguela e Baía Farta, estão situados na faixa do Litoral e os restantes – Balombo, Bocoio, Chongoroi, Caiambambo, Cubal e Ganda, no interior. Cada um desses Municípios está

dividido em comunas, cujo total, na administração administrativa oficial é de 27 comunas em toda a província³⁷¹.

A região é habitada por alguns grupos etnolinguísticos, mais ou menos homogêneos entre os povos falantes da língua Umbundu, predominantemente agricultores subsistentes em todo o interior da Província e a zona norte da faixa litoral, enquanto que a faixa sul tem conhecido diversas presenças de povos mais ou menos heterogêneos entre os Vandombe, Vakwandu, Vacilenge, caracterizados com atividades essencialmente agro-pastoris, para além dos Ovimbundu que ali, também, se fazem presentes.

Relevância do Projeto Catumbela

A idéia de apontar o Projeto Catumbela na tese é demonstrar a preocupação da instituição com seus trabalhos. Inicialmente eu aponto a relevância do Projeto em termos de ações. A seguir trago documentos da equipe da ADRA, que trabalhou no campo, e que traz informações sobre os pontos fortes e fracos do projeto. Chamo atenção para a crítica interna que a própria ADRA desenvolve nas suas ações, buscando assim a melhoria qualitativa dos seus trabalhos.

A ADRA começou seu trabalho na comuna de Catumbela, na Província de Benguela, em 1993, voltado basicamente para a área agrícola. Naquela altura, morriam pessoas de fome devido ao estado de guerra.

Foram três fases do Projeto. Durante a implementação das ações, viveram-se algumas mudanças no contexto, o que provocou a equipe do Projeto e as comunidades beneficiárias a refletirem sobre a intervenção, identificando alternativas para a sua reorientação, através da percepção do grau de metodologia participativa por parte das famílias beneficiadas no processo de trabalho comunitário, e da capacidade de resposta da equipe técnica do Projeto face ao estágio evolutivo do grupo alvo. É assim que de acordo com a nova realidade, algumas atividades constantes no quadro lógico tiveram de ser reformuladas.

Assim, a ação agrária foi a mais importante experiência que o Projeto trabalhou e fruto dos resultados obtidos na primeira fase sobre o trabalho de reordenamento de terras, consubstanciados no aumento da produção através da limpeza e manutenção do sistema de

³⁷¹ Ajustes práticos à divisão administrativa foram realizados nos últimos anos, constituindo-se as comunas sedes dos Municípios e dividindo-se o território da comuna sede de Benguela em zonas cada uma das quais com o estatuto de Comuna. Funcionam, dessa forma, 41 unidades administrativas com o estatuto de comuna em toda a província.

irrigação por intermédio da organização das famílias camponesas, provocando o despertar do Governo da Província em instalar o Gabinete da Agricultura na região, bem como a implementação de programas agrícolas dirigidos.

De acordo com o memorando de avaliação externa do Projeto Catumbela (1999), a equipe de avaliação teve vários contatos com diferentes atores que operam na comuna da Catumbela, dos quais se destacam os encontros realizados com o Administrador Comunal, com o Gabinete da Agricultura e Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), o ODLAC (Organização para o Desenvolvimento de Liga e Ambiente Comunitário), AADC e com as Comunidades. Isso demonstra a preocupação da ADRA no que diz respeito ao contato com instâncias do poder público e com organizações locais.

O discurso da Administração e dos serviços ligados à agricultura apontava para a valorização e necessidade de continuidade do Projeto, que para eles, reunia as melhores condições de trabalho e com reconhecida capacidade técnica³⁷².

A restituição do trabalho de avaliação do Projeto Catumbela ocorreu em dois momentos distintos: o primeiro foi com a equipe do projeto e serviu para situá-la no atual contexto da sua intervenção e as possíveis mudanças a serem introduzidas; o segundo foi com a Direção da Antena, com a análise do trabalho realizado, e a tomada de decisões sobre o futuro do projeto.

Dessa maneira, o trabalho com a equipe constituiu em caracterizar os pontos fortes e fracos do Projeto.

Eis os pontos fortes segundo a equipe do projeto:

- a) Resultados visíveis na área de intervenção;
- b) Ações no campo da produção agrária com impacto na segurança alimentar;
- c) O projeto serviu de referência para muitas ONGs locais e instituições do Estado, incluindo a Administração Comunal;
- d) O projeto passou a trabalhar (após – 1999) sem o recurso da ajuda alimentar da União Européia;

³⁷²De acordo com o documento, de forma sincera, reconheceram a falta de capacidade financeira e material dos serviços do Governo e das instituições do Estado e assumiram, que, sem a ADRA, qualquer projeto de exploração e gestão do perímetro de regadio estaria condenado ao fracasso.

e) O projeto conseguiu trabalhar o reforço organizacional de algumas Associações / Comissões de trabalho das comunidades.

Eis os pontos fracos (vale notar que alguns estão ligados ao serviço prestado pela Antena e Sede):

a) O projeto não possuía uma memória institucional sistematizada (como exemplo, o total geral dos valores monetários e da ajuda alimentar da União Européia desde o início do Projeto em 1993).

b) Os cálculos de eficácia / eficiência dos rendimentos por família não eram feitos;

c) A gestão dos fundos rotativos nunca foi feita durante as duas fases iniciais do Projeto;

d) Os indicadores múltiplos (trabalho realizado pelo próprio Projeto em 1997) não eram utilizados pela equipe como indicadores de referência;

e) O impacto das várias formações recebidas pelos membros da equipe não produziu os resultados desejados no trabalho dos técnicos (que não existiu controle sobre o impacto dessas formações);

f) O projeto apontou trabalhar com o gênero. Esse componente existiu, mas, no entanto, nada mostrou que este aspecto esteve a ser trabalhado. Da mesma forma dizia-se trabalhar com a segurança alimentar, mas não se tinha conhecimento dos índices de má nutrição atual, moderada e crônica;

g) A monitoria só controlou o desempenho dos técnicos, mas os indicadores utilizados não foram claros, ou seja, percebidos;

h) Vários estudos foram feitos a favor do projeto, mas não se sabia como eram feitos os mesmos, e como foram aproveitados para melhorar a intervenção - alguns nem eram traduzidos para o português.

i) O trabalho de várias unidades e serviços de apoio ao projeto era feito de forma individualizada (não existia nenhuma forma de articulação);

j) O apoio da Sede não era direto. A equipe do projeto tinha algumas dúvidas sobre o tipo de apoio que as unidades da sede poderiam dar - questionava-se se isto tinha a ver com o processo de descentralização;

k) Dentro da ADRA existe uma cultura de reuniões, que na verdade são muito abstratas. As reflexões nem sempre conduziam a um trabalho concreto;

l) O trabalho com as ONGs locais não estava claro, sobretudo para aquelas em que a ADRA é agência de enquadramento – elas encontravam-se com muitas dificuldades materiais e financeiras e a agência deveria servir de intermediário / padrinho, para facilitar o trabalho.

Apesar desses constrangimentos, os resultados alcançados na área agrícola foram visíveis, fruto do reordenamento de 605,5 hectares do perímetro regado, que beneficiou 2422 famílias camponesas (¼ ha. por família). A rotação de culturas e as práticas agrícolas começam a ser assumida pelos próprios camponeses. As culturas mais praticadas eram: o milho, o feijão, a batata doce, a mandioca e a banana. O feijão oferecia os maiores rendimentos, mas o clima da Catumbela permitia apenas uma a duas colheitas por ano. O milho, apesar de permitir maior produtividade por hectare ofereceu menos rendimentos as famílias.

PROVÍNCIA DE HUAMBO

Análise dos relatórios:

ADRA. Projeto Ekuatiso. Intervenção de emergência. Huambo/Cáala, 1999.

ADRA. Relatório anual. Antena Huambo. Huambo, 1999.

ADRA. Relatório anual. Antena Huambo. Huambo, 2000.

ADRA. Programa de Desenvolvimento Institucional(2001-2003). Antena Huambo. Huambo, setembro, 2000.

ADRA. Programa de Educação Cívica. Workshop de formação de promotores – Relatório. Cáala, abril, 2000.

PACHECO, Fernando, RYLE, John e KATIAVALA, José. Comunidades rurais de Huambo. Mimeo, s/d.

PROJETO ELINALISO

Contextualização da Província

A Província de Huambo merece destaque na contextualização da Província porque foi alvo, ao longo dos anos, do conflito armado em Angola. Portanto, ao citar o contexto de Huambo, faz-se necessário buscar o passado recente da região para compreender as dinâmicas que envolvem toda conjuntura social e política daquela área.

Como já afirmado todo Planalto Central angolano, como também o Huambo, não sofreu incidências diretas da guerra pela independência. Com a queda do regime colonial português, as elites locais envolveram-se diretamente na política e optaram em sua grande maioria pelo apoio a UNITA.

O Huambo foi uma das principais áreas do conflito, com consequências sérias para a população. A falta de uma política ajustada aos interesses da população da região por parte do MPLA, os erros na administração e a repressão que se fez sentir sobre aquelas elites favoreceram a adesão progressiva à oposição armada contra o regime.

As incidências do conflito em Huambo variaram no espaço e no tempo. Nem toda a Província foi igualmente atingida. O corredor do Caminho de Ferro de Benguela - uma estreita faixa de cerca de 20 km de um e de outro lado do caminho de ferro e da estrada que liga o litoral ao Bié – foi de longe a área mais afetada durante todo o período, enquanto as áreas mais a norte e a sudeste não conheceram combates praticamente desde o final da década de 1980 e algumas desde bastantes antes.

Até 1981, o Governo manteve um relativo controle sobre o território. No entanto, pouco tempo depois o trem deixou de chegar regularmente ao Huambo e isso teve consequências de vulto na atividade comercial e produtiva. Até então, eram distribuídos anualmente bastantes fertilizantes.

Apesar do ambiente pouco favorável ao comércio, o sistema de trocas entre a cidade e o campo ia garantindo a satisfação de algumas necessidades. Nas aldeias estudadas pelo relatório da ADRA, “Comunidades rurais de Huambo”, encontravam-se pessoas que comprovavam essas informações, avaliando de forma positiva - mas não sem senso crítico – a ação do Estado no apoio a agricultura e ao comércio rural. Porém, Fernando Pacheco, organizador do relatório

final, acredita que isso aconteceu mais por comparação com o vazio no contexto de guerra, do que por efetivo mérito do desempenho dos serviços daquela época.

A virada na guerra aconteceu no ano de 1981. O incremento dos apoios norte-americanos e sul-africanos a UNITA teve repercussões significativas no teatro de operações. As áreas rurais de Huambo foram passando progressivamente para controle da UNITA, restando ao governo pouco mais do que as sedes dos municípios e de algumas comunas, quase transformadas em praças militares. A Província ficou praticamente sitiada, e a única comunicação terrestre com o litoral passou a ser, a partir de 1982, a estrada para Benguela, mas o trânsito só era possível com fortes dispositivos militares e sujeito a constantes emboscadas, com elevadas perdas humanas e militares.

O envolvimento das populações na guerra pode ter tido a ver mais com as estratégias de sobrevivência das populações do que com razões de caráter político-ideológico, embora estas, naturalmente, não deixassem de estar presentes³⁷³. Os baixos rendimentos dos camponeses – praticamente reduzidos a uma agricultura de sobrevivência – e a falta de empregos e de outras oportunidades podem ter facilitado o recrutamento de jovens, pois a tropa representava alguma garantia de alimentos, roupa e calçado, além de certo poder.

No entanto, durante o estudo do relatório “Comunidades rurais de Huambo”, nas áreas controladas pelo Governo e nas áreas controladas pela UNITA, as citações mais frequentes sobre o envolvimento direto de elementos das comunidades nos exércitos apontavam para o recrutamento compulsivo, as rusgas, o que justificava a fuga de muitos jovens para as cidades, onde podiam mais facilmente escapar ao serviço militar obrigatório.

A ADRA está presente em Huambo desde 1992, quando iniciou a implementação do projeto Tchitula, em parceria com a Organização Não Governamental portuguesa Oikos, cujo objetivo principal era a reintegração sócio-econômica de militares desmobilizados, ao abrigo dos acordos de paz de Bicesse. No entanto, a crise pós-eleitoral ocasionou a paralisação do projeto e, conseqüentemente, a retirada da ADRA na Província.

³⁷³Ficou patente na distribuição dos votos nas eleições de 1992 que o domínio da Unita era claro, mas era mais flagrante em alguns Municípios do que em outros.

Relevância do Projeto

Com a assinatura do protocolo de Lusaka, reanimaram-se as perspectivas de paz e de reconstrução do país e aproveitando a oportunidade, a ADRA retornou ao Huambo com uma proposta de trabalho virada para o reforço da sociedade civil. Nesse contexto nasce o **projeto Elinaliso**.

É importante apontar no projeto a sua disposição em trabalhar com instituições governamentais e locais. Isso é uma característica da ADRA no campo das suas ações.

A criação de espaços de reflexão também merece destaque, principalmente quando se trabalha com pessoas que sofreram com a guerra, e que, de alguma maneira, estão com o fardo do conflito ainda sobre suas cabeças.

Chama atenção também a dificuldade do trabalho devido à situação de conflito. Até hoje na ADRA, a Antena de Huambo é vista com muito respeito por toda dificuldade que seus funcionários passaram ao longo da guerra.

Minha intenção ao apontar esse projeto é descrever as dificuldades da ADRA em Huambo, no contexto de guerra. Para isso, dei ênfase nos documentos da instituição no ano de 1999.

Assim, como afirmado, foram estabelecidas parcerias com as instituições governamentais locais – (Instituto de Investigação Agronômica e Delegação Provincial do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural através das Estações de Desenvolvimento Agrário) e apoiaram-se em três Organizações Não Governamentais – Grupo de Apoio a Criança(GAC), Corpo de Apoio aos Deslocados(CAD) e Obra de Inserção Social da Criança(OISC). O trabalho com essas organizações consistiu no apoio a identificação e execução de atividades de recuperação de infra – estruturas sociais e produtivas e no seu envolvimento em ações de capacitação e formação em técnicas de diagnóstico, identificação e planificação dos projetos, formação de promotores de educação cívica e prestação de assessoria na gestão, monitoria e avaliação das suas ações de acordo com as solicitações.

No entanto, o retorno às confrontações militares entre o Governo e a UNITA em finais de 1998, depois que o Protocolo de Lusaka foi violado, criou-se constrangimentos sérios à implementação da proposta de trabalho, na medida em que o clima de insegurança que se instalou na Província comprometeu significativamente as perspectivas de desenvolvimento. A equipe da

ADRA teve que se esforçar para adaptar-se ao novo contexto, fazendo os reajustes necessários às ações previstas, mantendo, no entanto, a lógica inicial da proposta.

Em termos de resultado, as ações realizadas incidiram na capacitação e apoio as iniciativas de projetos de ONGs locais, igrejas e associações de camponeses, o que permitiu reforçar a sua capacidade de intervenção; um segundo resultado foi de promover debates e reflexões de interesse ligados, fundamentalmente, ao exercício da cidadania, direitos humanos e sociedade civil, envolvendo nesses debates várias sensibilidades políticas e sociais da Província com destaque para os responsáveis de partidos políticos, governantes, religiosos, jovens e estudantes. Com o programa de educação cívica, ampliou-se o espaço de diálogo e reflexão. Em particular foi centralizado na divulgação da Lei Constitucional com enfoque para os direitos e deveres dos cidadãos, no funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judicial e ainda a compreensão da estrutura e funcionamento do poder tradicional. Para a implementação destas ações foram selecionados e capacitados membros das comunidades que trabalharam como promotores nas suas aldeias, sendo assessorados metodologicamente, pela área de educação para o desenvolvimento e, muitos desses promotores desempenharam um papel ativo no encaminhamento de vários aspectos ligados à vida da comunidade³⁷⁴. Em algumas aldeias, os promotores passaram a ser a principal referência, emergindo dessa maneira um novo tipo de lideranças comunitárias ao lado da autoridade tradicional.

O acesso aos bens e serviços foi trabalhado no quadro dos projetos e terrenos que, em sua essência, procurou atender as necessidades básicas da população nas vertentes da segurança alimentar – com o fornecimento de sementes diversas, instrumentos de trabalho e reabilitação de pequenos sistemas de regadio -, reabilitação de infra –estruturas sociais (educação, saúde, acesso à água potável) e reparação de vias de acesso (estradas terciárias).

O ano de 1999 foi particularmente agitado na história de Angola, basicamente pelo reinício dos combates entre as forças governamentais e as Forças da UNITA, já sentido no segundo semestre de 1998. Huambo foi uma das Provinciais mais afetadas, tendo aumentado consideravelmente o número de deslocados, numa proporção jamais vista, e até meados de 1999 a cifra era de aproximadamente cem mil pessoas que tinham saído das suas zonas a procura de segurança nas cidades como Caála e Huambo.

³⁷⁴Na resolução de conflitos, na intermediação de interesses / problemas das comunidades junto as instituições externas, no resgate de valores morais, no incentivo do espírito de reconciliação, entre outros.

A economia que parecia estar saindo da situação crítica em que se encontrava voltou a decair, a população teve muitas dificuldades em adquirir bens para o sustento, porque o poder de compra continuava muito baixo e também porque deixou de haver livre circulação de pessoas e bens. Com isso aumentou a dependência dos produtos transportados via aérea. Isso causou uma subida de preços dos principais produtos, deixando as populações rurais e peri-urbanas dependentes da ajuda humanitária proporcionada pela comunidade internacional³⁷⁵.

Nesse contexto, a ADRA realizou ações tendentes a provocar o surgimento de um espaço criador de oportunidades de reflexão e diálogo para vários atores sociais, como ONGs locais, associações, cooperativas de camponeses, instituições do governo e religiosas, numa perspectiva de uma discussão aberta sobre novas práticas para mudança social, de que são exemplo alguns debates e programas radiofônicos realizados sobre a sociedade civil e democracia, com a participação de membros do governo, representantes de partidos políticos, ONG, jornalistas e figuras independentes.

O projeto Elinaliso teve como grupo alvo as ONGs locais (GAC, CAD, AFRABEDA, OFRACRISTÃ, CAAPI, INACAD, IACA, ICEU, IECA, IELA, UAJCA, AFCA), cooperativas agrícolas, associação de agricultores, Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA), contribuindo para o reforço institucional através de ações de capacitação, debates sobre temas ligados aos direitos humanos, democracia e cidadania³⁷⁶.

O Projeto Elinaliso foi uma das primeiras intervenções de terreno da Antena da ADRA em Huambo, sendo financiado em maior percentagem pela SOH-Holanda, e também outros financiadores que prestaram apoio, como a Ação das Igrejas de Angola (AIA), Save the Children (Reino Unido), Development Workshop (Canadá) e UNICEF.

Ao longo dos últimos anos, a educação cívica constituiu um dos eixos principais do **projeto Elinaliso**. Adaptando uma estratégia de trabalho assente na compreensão dos problemas concretos das comunidades, as atividades de educação cívica foram realizadas transversalmente, ou seja, a abordagem foi feita por cima das necessidades sentidas pelas comunidades, evitando-se trazer para as discussões pacotes de conceitos e princípios. O que se pretende com a educação cívica é que se torne um instrumento pedagógico privilegiado para despertar consciências e

³⁷⁵Os setores da administração pública não geram empregos em número significativo e não garantem remuneração que possa fazer face às inúmeras dificuldades sociais dos cidadãos.

³⁷⁶Os apoios pontuais a grupos organizados e pessoas singulares foi tarefa dos quadros do Projeto Elinaliso – o primeiro da Antena -, no âmbito do reforço da sociedade civil.

saberes adormecidos, num processo que contribua para o surgimento de atitudes e comportamentos de reflexão e crítica social.

Após recomendações do Conselho de Representantes (2000), foi apontado à necessidade de criação de centros cívicos nas comunidades a funcionarem como espaços de reflexão e discussão de problemas e transmissão de idéias e conhecimentos. Sendo assim, no Huambo, adotou-se essa recomendação iniciando com as comunidades uma abordagem sobre a dimensão do “ondjango” (na língua nacional Umbundu, este termo significa encontro, reunião, ou o local onde as pessoas se reúnem) e o seu papel enquanto instrumento de educação sendo que o desafio que se coloca nesse contexto é resgatar essa forma de organização tradicional no sentido de servir de espaço de debates e partilha de idéias, tendo em consideração os elementos daquela cultura e os valores da modernidade ligados, fundamentalmente, às relações de gênero, democracia, direitos humanos, entre outros.

Apesar de todos os constrangimentos vividos durante o ano de 1999, aumentou a dimensão positiva da imagem da ADRA como instituição, na qualidade dos seus serviços, nas relações com parceiros e na implementação do primeiro projeto de terreno. No entanto, sentiu-se certa fragilidade no trabalho com a sociedade civil nas práticas democráticas, devido à situação conturbada que se viveu na Província.

PROVÍNCIA DE HUÍLA

PROJETO DE GAMBOS

Contextualização da Província

Gambos é o nome de um dos quatorze Municípios da Província de Huíla. O Município localiza-se no planalto interior angolano, no sul da Província, ocupando uma superfície de 8.200 quilômetros quadrados, e envolvendo uma população estimada em 38.700 habitantes. Esta região faz parte da área semi-árida do sudoeste com escassa e irregular distribuição de chuvas e reduzidos aquíferos superficiais.

Habitam no Município de Gambos, para além da população que se pode considerar urbana, residente na sede Change, e que pode ser da mais variada proveniência geográfica e cultura, populações rurais pertencentes a dois grupos etno-lingüísticos fundamentais: o Nhaneca

– Humbi, ao que pertencem os Ngambwe e os Muila, e o grupo Herero, ao que pertencem os Cuvale e os Hakavona.

Relevância do Projeto

A parceria entre a ADRA e a Organização britânica ACORD foi extremamente importante no projeto. A construção de metodologias de trabalho e a experiência dessa ONG foram fundamentais para criar sinergias de ação.

A especificidade da preocupação ecológica merece destaque, como também a metodologia participativa, características da ADRA.

A parceria com instituições do Estado e a intenção de alar a participação social estão presentes no Projeto de Gambos. Percebe-se, dessa maneira, que a ADRA valoriza suas características ns projetos que desenvolvem.

Assim, a ADRA identificou, em 1992, em parceria com a ACORD (ONG britânica), um programa de intervenção em três setores (setor ou povoação cujo espaço territorial divide a Comuna) do Município de Gambos, ao sul da Província de Huíla. Foram seis razões de trabalho:

a) Porque se pretendia construir uma metodologia de desenvolvimento participativo e sustentável que fosse útil às duas organizações, e a outras que se dispunham intervir em Angola, na perspectiva da reconstrução do país dentro de um contexto de possível fim da guerra;

b) Porque se tratava de uma zona muito específica no quadro da divisão de Angola do ponto de vista agroecológico, na transição entre as zonas agropastoris e as tipicamente pastoris, todas elas integrando o conjunto mais geral designado por complexo de leite ou da ordenha (o leite tem um papel importante na economia e no sustento da população daquela região), e uma vez que ACORD e a ADRA já tinham identificado outros projetos com o mesmo objetivo em zonas agrícolas;

c) Porque se tratava de uma zona com condições ecológicas precárias, traduzindo um equilíbrio instável nas regiões entre animais, a água e as pastagens, equilíbrio que os homens souberam preservar ao longo dos tempos, mas que intervenções mal equacionadas (ainda que bem intencionadas) poderiam por em causa e provocar um desastre ecológico e humano – na linha da “modernização acelerada” como gosta os diferentes poderes angolanos;

d) Porque isso permitiria o estudo e o conhecimento dos sistemas sociais e de produção locais e, assim, a contribuição para a sua melhoria tanto quanto possível a partir de “dentro”, da perspectiva das populações e não dos agentes externos (do Estado, das ONGs, ...), que privilegiam freqüentemente o modelo de substituição dos sistemas “tradicionais” por outros mais “racionais”;

e) Porque a intervenção conjunta ACORD-ADRA poderia auxiliar a população dos Gambos a enfrentar os desafios de uma integração brusca nos mercados (como tudo indicava que fosse acontecer) e de outras pressões externas (devidas à construção de um matadouro num Município vizinho, à proximidade da fronteira com a Namíbia, entre outras coisas);

f) E finalmente, porque se tratava de um Município com relativa estabilidade política e de segurança, onde a destruturação provocada pela guerra e suas conseqüências não era tão assinalável como em outros cantos, o que permitiria, mais facilmente, um trabalho de médio ou longo prazo.

Portanto, houve uma preocupação com a temática ecológica logo desde a identificação. Isso deriva da constatação de que o “homem local” (nos Gambos, o que significa os pastores e agropastores) atua sem se preocupar com a adaptação da paisagem a objetivos econômicos, bem pelo contrário, a sua atuação deriva do conhecimento pragmático, de que dispõe por herança dos antepassados, de que os seus interesses vitais estão diretamente relacionados com uma determinada gestão de ambiente ou da paisagem, no sentido da sua preservação, o que implica a utilização de tecnologias muito simples. A criação de gado é uma forma de vida, mais do que uma atividade econômica, e vista a produção de leite para alimentação e de carne para comercialização ou para acumulação de riqueza. A agricultura era muito aleatória devido à escassez e irregularidade das chuvas e tem por objetivo, sobretudo, a produção de cereais (milho sorgo e particularmente massango). Em anos difíceis, a população procura obter tais cereais nos mercados onde eles estão disponíveis e isso levou a mudanças nas estratégias de produção, incrementando-se a produção de caprinos, aves e suínos, criações que se adaptam melhor ao tipo de comércio, também precário e instável, que se faz sentir na região. A questão da pastagem e a gestão do equilíbrio animal-água-pastagem constituem, dessa maneira, o núcleo de dinâmicas

sociais, econômicas, culturais e técnicas, conformando um sistema que garante em primeiro lugar a subsistência e a reprodução dos grupos humanos.

A intervenção da ACORD / ADRA nos Gambos pautou-se, desde do início, por uma abordagem no sentido da construção de uma metodologia participativa adaptada às condições locais. Isso significa o reforço de capacidades locais e uma grande preocupação com a sustentabilidade da intervenção. Por esse motivo, decidiu-se agir em dois níveis. No primeiro, ao nível das comunidades, no qual a estratégia adaptada incidiu na criação de comissões (ou grupos de interesses) integradas por indivíduos residentes, para tratar dos assuntos identificados como prioritários pelo diagnóstico realizado em 1993, ou seja, água, educação, saúde, infraestruturas. Essas comissões têm sido importantes na mobilização das populações, na circulação das informações, na gestão de infraestruturas e na intermediação entre a equipe do Programa e as comunidades e as autoridades e, nesse aspecto, os resultados são visíveis³⁷⁷.

O outro nível de intervenção é concretizado no Município, com as instituições do Estado e outras que, no entanto, emergiram como resultado da ação do Programa junto dos residentes da vila de Chiange, sede do Município dos Gambos, e junto da paróquia católica de Kihita, que se situa próxima dessa vila. O interesse da intervenção desse nível tem ligação principalmente com a sustentabilidade, e isso que leva a equipe do Programa a admitir que, nesta fase em que as comunidades se apresentam ainda frágeis e isoladas, estas novas organizações e instituições podem jogar um papel importante na multiplicação e alargamento da intervenção para outras áreas do Município. Constatadas as dificuldades que as comunidades enfrentam para se apropriarem dos processos em curto prazo, a estratégia foi, dessa maneira, encontrar um nível intermediário onde a apropriação dos novos saberes e dos métodos participativos seria mais rápida. Isso permitiria também, alargar a ação social tornar possível a intermediação entre as comunidades e os espaços envolventes, procurando-se uma visão equilibrada e integradora no todo da província e do país³⁷⁸.

³⁷⁷Questionamentos surgem ao longo do Programa. Será que a equipe sabe o suficiente dessas comunidades do ponto de vista cultural, das dinâmicas de produção, das relações sociais, das relações com o espaço, para afirmar que através destas comissões, vão contribuir para resolver os problemas identificados? Não representam as comissões uma linha de intervenção modernizante e, como tal, introdutória de fatores não domináveis e controláveis pelas comunidades? Por que tem -se a necessidade de criar tais comissões? Por que não trabalhar com as instituições comunitárias “tradicionais”? Será que estas existem? Ou não são visíveis aos olhos da equipe? Será que o nível da aproximação às populações já foi suficiente para elas se “abrirem” aos estranhos da equipe?

³⁷⁸Novamente surgem indagações nesse ponto. Qual a legitimidade das instituições e pessoas que trabalham na sede do Município? O que representam elas se não tem ligação direta com as populações? Não representam um poder do Estado que é estranho a essas populações? Que perigos poderão existir a partir de uma visão “global” que não integra

A intenção de salientar nesses quatro projetos é perceber alguns aspectos que envolvem o trabalho da ADRA, principalmente no que diz respeito às dificuldades que a instituição enfrentou ao longo dos anos e os princípios que norteiam a organização.

o sistema, antes o ignora e o marginaliza? Será que o Município tem poder real, material, financeiro ou institucional para desempenhar o papel que se pretende atribuir?

Tabela 7. Produção das culturas principais (em milhares de toneladas)

	Milho			Milhete			Arroz		
	1965	1980	1987	1965	1980	1987	1965	1980	1987
África Subsaariana									
Total	9.895	12.871	15.588	8.084	9.229	10.125	3.677	6.295	7.593
Excluída a Nigéria	8.735	12.227	14.288	5.355	6.142	6.775	3.446	5.205	6.193
Economias de baixa renda									
Total	8.013	10.013	13.138	6.850	7.963	8.440	3.245	5.736	6.718
Excluída a Nigéria	6.853	9.369	11.838	4.121	4.876	5.090	3.014	4.646	5.318
1 Etiópia	788	948	1.360	147	205	180	0	0	0
2 Chade	14	25	34	614	450	500	25	47	20
3 Zaire	330	594	777	14	16	37	49	234	313
4 Guiné-Bissau	3	7	25	7	9	20	47	42	155
5 Malawi	890	1.165	1.228	0	0	0	5	60	34
6 Moçambique	390	380	300	10	5	5	93	70	55
7 Tanzânia	751	1.726	2.337	117	380	297	73	363	571
8 Burkina Fasso	109	105	131	315	351	632	25	40	40
9 Madagascar	123	128	153	0	0	0	1.589	2.109	2.286
10 Mali	88	45	143	720	708	1.130	162	132	190
11 Gâmbia	1	6	18	42	29	104	37	43	35
12 Burundi	108	140	160	21	40	50	2	11	20
13 Zâmbia	800	937	954	72	50	30	0	2	13
14 Níger	3	10	9	790	1.364	1.020	12	31	60
15 Uganda	270	286	357	511	458	490	5	17	38
16 São Tomé e Príncipe	0	1	1	0	0	0	0	0	0
17 Somália	105	111	355	0	0	0	0	17	5
18 Togo	78	138	145	136	43	82	16	15	19
19 Ruanda	44	85	120	2	2	2	0	4	5
20 Serra Leoa	10	12	10	10	14	23	399	513	508
21 Benin	219	271	278	6	7	22	1	10	9
22 Rep. Centro-Africana	32	41	45	50	46	70	7	13	16
23 Quênia	1.301	1.620	2.170	130	90	50	14	40	40
24 Sudão	12	43	25	253	491	131	1	8	2
25 Comoros	3	5	7	0	0	0	12	14	17
26 Lesoto	110	106	90	0	0	0	0	0	0
27 Nigéria	1.160	844	1.300	2.729	3.087	3.350	231	1.090	1.400
28 Gana	209	382	553	57	82	121	33	78	88
29 Mauritânia	4	5	8	100	37	95	1	11	20
30 Libéria	0	0	0	0	0	0	135	243	280
31 Guiné Equatorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32 Guiné	60	47	45	0	0	0	272	480	480
Economias de renda média									
Total	1.882	2.858	2.450	1.234	1.266	1.685	432	559	875
33 Cabo Verde	13	9	20	0	0	0	0	0	0
34 Senegal	41	57	120	557	553	1.078	122	65	130
35 Zimbabwé	822	1.511	1.094	253	180	102	3	0	0
36 Suazilândia	32	97	92	0	0	0	6	5	3
37 Costa do Marfim	180	380	415	34	34	44	250	420	595
38 Congo, Rep. Popular	5	9	8	0	0	0	5	3	3
39 Camarões	330	414	380	330	441	400	13	48	123
40 Botswana	2	12	2	1	2	1	0	0	0
41 Maurícias	0	1	9	0	0	0	0	0	0
42 Gabão	8	10	10	0	0	0	1	1	1
43 Seychelles	0	0	0	0	0	0	0	0	0
44 Angola	450	360	300	60	57	60	32	20	20
45 Djibuti	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seis economias mais populosas	4.342	5.575	7.969	3.389	4.268	4.050	368	1.735	2.325
Economias sahelianas	273	269	508	3.144	3.500	4.579	430	409	850
Exportadores de petróleo	1.953	1.437	1.998	3.119	3.585	3.810	282	1.159	1.546
Todas as economias de baixa renda									
Total	38.726	61.422	98.402	20.745	23.477	23.228	178.989	284.215	323.189
Excluídas a China e a Índia	14.937	18.722	22.097	14.545	18.032	17.428	88.779	142.835	145.989
Ásia Meridional	1.524	1.618	2.252	163	207	345	37.923	49.825	57.339
Excluída a Índia	1.385	1.518	2.147	163	207	345	35.423	48.355	55.639

ANEXO 6 - PRODUÇÃO PESQUEIRA
Quadro 6.1 - Captura da Pesca Artesanal - Período 2000-2004

Anos	Un	Provincias							Total
		Cda	Zra	Lda	Bgo	K.S.	Bla	Nbe	
2000	Ton	1.466	2.169	8.939	2.188	2.918	11.933	10.278	39.891
2001	Ton	4.813	2.238	9.768	7.048	6.573	9.113	10.863	50.416
2002	Ton	3.691	5.707	25.125	2.032	6.843	46.660	36.810	126.577
2003	Ton	3.807	6.286	7.996	931	12.747	29.354	29.607	90.728
2004	Ton	8.997	15.811	14.377	2.079	12.407	23.925	27.364	104.960

Fonte: IPA - MIN-PESCAS

Quadro 6.2 - Capturas das Maiores Espécie Durante Ano de 2004

Anos	Un	Provincias							Total
		Cda	Zra	Lda	Bgo	K.S.	Bla	Nbe	
Cachucho	Ton	1.168.903	25.299	1.995.656	162.224	0	3.723.883	10.997.061	18.073.026
Corvina	Ton	961.609	2.853.387	648.909	255.088	507.322	516.018	7.662.775	13.405.108
Espada	Ton	156.608	366.346	435.910	10.827	386.500	2.806.177	519.503	4.681.871
Sardinha	Ton	82.335	366.843	798.020	108.800	364.290	4.620.321	397.983	6.738.592
Savelha	Ton	3.250.401	2.230.970	480.340	112.889	22.046	162.374	0	6.259.020

Fonte: IPA - MIN-PESCAS

Tabela 7. Produção das culturas principais (em milhares de toneladas) — cont.

	Cocoate			Amendoim			Dendê		
	1965	1980	1987	1965	1980	1987	1965	1980	1987
África Subsaariana									
Total	1.269	1.545	1.675	5.500	4.083	4.306	844	706	702
Excluída a Nigéria	1.170	1.455	1.575	3.522	3.408	3.566	382	361	342
Economias de baixa renda									
Excluída a Nigéria	1.082	1.258	1.193	4.087	3.231	3.072	749	602	607
1 Etiópia	0	0	0	18	26	50	0	0	0
2 Chade	0	0	0	150	100	90	0	0	0
3 Zaire	0	0	0	180	340	411	82	69	70
4 Guiné-Bissau	25	25	25	42	30	30	9	9	14
5 Malawi	0	0	0	157	177	190	0	0	0
6 Moçambique	275	450	415	120	90	65	0	0	0
7 Tanzânia	274	310	340	49	54	60	1	5	6
8 Burkina Fasso	0	0	0	73	54	100	0	0	0
9 Madagascar	16	68	81	35	39	33	0	4	6
10 Mali	0	0	0	153	135	60	0	0	0
11 Gâmbia	0	0	0	128	60	120	2	1	2
12 Burundi	0	0	0	4	56	80	1	2	3
13 Zâmbia	0	0	0	44	16	14	0	0	0
14 Níger	0	0	0	277	126	42	0	0	0
15 Uganda	0	0	0	130	70	120	0	0	0
16 São Tomé e Príncipe	55	35	35	0	0	0	4	0	1
17 Somália	1	1	1	4	3	5	0	0	0
18 Togo	20	14	14	21	24	37	22	19	15
19 Ruanda	0	0	0	5	16	18	0	0	0
20 Serra Leoa	2	3	3	23	10	19	52	30	30
21 Benin	40	20	20	33	63	67	50	36	20
22 Rep. Centro-Africana	0	0	0	61	123	146	1	1	1
23 Quênia	65	90	72	4	8	9	0	0	0
24 Sudão	0	0	0	305	707	360	0	0	0
25 Comoros	55	53	47	0	0	0	0	0	0
26 Lesoto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27 Nigéria	99	90	100	1.978	675	740	462	345	360
28 Gana	229	160	110	27	142	128	22	30	30
29 Mauritània	0	0	0	1	1	2	0	0	0
30 Libéria	5	7	7	2	3	3	12	7	8
31 Guiné Equatorial	6	7	8	0	0	0	2	3	3
32 Guiné	15	15	15	65	84	75	27	40	40
Economias de renda média									
	68	197	382	1.413	852	1.234	95	103	95
33 Cabo Verde	10	10	10	1	0	0	0	0	0
34 Senegal	3	4	5	1.121	523	876	5	5	6
35 Zimbabwé	0	0	0	61	78	79	0	0	0
36 Suazilândia	0	0	0	3	1	1	0	0	0
37 Costa do Marfim	18	153	340	32	81	90	17	41	41
38 Congo, Rep. Popular	0	0	0	18	14	16	6	0	1
39 Camarões	6	3	4	141	126	140	48	44	35
40 Botswana	0	0	0	0	1	1	0	0	0
41 Maurícias	18	5	3	1	1	2	0	0	0
42 Gabão	0	0	0	3	7	9	0	0	0
43 Seychelles	34	22	21	0	0	0	0	0	0
44 Angola	0	0	0	32	20	20	19	12	12
45 Djibuti	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seis economias mais populosas									
Economias sahelianas	438	490	512	2.533	1.809	1.629	545	420	436
Exportadores de petróleo	38	39	40	1.945	1.028	1.320	16	15	22
	105	93	104	2.172	842	925	536	402	408
Todas as economias de baixa renda									
Total	7.453	7.939	9.227	11.848	12.882	15.935	763	645	662
Excluídas a China e a Índia	7.372	7.850	9.103	9.896	9.279	9.922	753	605	612
Ásia Meridional	361	558	956	466	471	904	4	0	1
Excluída a Índia	330	528	912	442	468	891	4	0	1

Tabela 8. Agricultura e alimentos

	Valor agregado na agricultura (em milhões de dólares correntes)			Importação de cereais (em milhares de toneladas)		Ajuda alimentar em cereais (em milhares de toneladas)	
	1970	1980	1987	1974	1986	1974/75	1987/86
África Subsaariana							
Total	15.676	60.937	45.197	4.108	8.084	910	3.107
Excluída a Nigéria	10.596	34.751	37.818	3.719	7.408	903	3.107
Economias de baixa renda	13.523	51.576	34.189	2.977	5.704	846	2.858
Excluída a Nigéria	8.443	25.391	26.810	2.587	5.028	839	2.858
1 Etiópia ^a	931	1.870	2.031	118	609	54	570
2 Chade ^b	142	388	418	37	71	20	29
3 Zaire ^c	585	2.961	1.857	343	415	1	56
4 Guiné-Bissau ^b	37	47	83	33	32
5 Malawi	119	393	411	17	11	0	10
6 Moçambique	..	1.129	747	62	408	34	344
7 Tanzânia	473	2.030	1.882	431	188	148	55
8 Burkina Faso	126	496	626	99	164	28	22
9 Madagáscar ^b	266	1.179	879	114	140	7	115
10 Mali ^b	207	951	1.051	281	86	107	77
11 Gâmbia	16	64	60	13	70
12 Burundi	159	532	681	7	13	6	2
13 Zâmbia ^a	191	552	222	93	150	5	116
14 Níger ^b	420	1.080	729	155	83	73	11
15 Uganda	929	1.216	2.710	36	26
16 São Tomé e Príncipe	6	17	9	3	7
17 Somália	167	415	632	42	343	111	156
18 Togo ^b	85	312	354	6	86	11	6
19 Ruanda ^b	136	533	784	3	11	19	16
20 Serra Leoa	108	334	402	72	152	10	43
21 Benin	121	498	726	7	77	9	8
22 Rep. Centro-Africana	60	300	415	7	37	1	6
23 Quênia	484	1.951	2.139	15	274	2	107
24 Sudão	757	2.097	3.044	125	707	46	890
25 Comoros	71	19	19
26 Lesoto	23	90	57	48	94	14	32
27 Nigéria	5.080	26.186	7.379	389	677	7	0
28 Gana ^b	1.030	2.575	2.568	177	223	33	64
29 Maurítânia	58	202	310	115	206	48	30
30 Libéria	91	359	368	42	117	3	2
31 Guiné Equatorial	2	8
32 Guiné	..	748	659	63	203	49	92
Economias de renda média	2.159	9.342	13.996	1.131	2.380	64	249
33 Cabo Verde ^b	..	28	..	45	54
34 Senegal ^b	208	568	1.024	341	431	27	80
35 Zimbabué	214	702	570	56	71	0	38
36 Suazilândia	34	116	89	14	44
37 Costa do Marfim	462	2.830	2.728	172	675	4	0
38 Congo, Rep. Popular ^b	49	199	262	34	97	2	0
39 Camarões ^b	364	2.089	3.009	81	290	4	6
40 Botswana ^b	28	107	48	21	137	5	44
41 Maurícias	30	119	220	160	197	22	15
42 Gabão ^b	60	310	379	24	56
43 Seychelles	..	10	13	9	7
44 Angola	685	2.187	..	149	280	0	67
45 Djibuti	25	40
Seis economias mais populosas	8.311	37.094	18.332	1.421	2.870	258	1.678
Economias sahelianas	1.221	3.824	4.338	1.119	1.198	303	249
Exportadores de petróleo	6.238	30.970	12.222	678	1.399	13	73
Todas as economias de baixa renda							
Total	83.666	324.599	236.213	22.767	27.750	6.002	6.662
Excluídas a China e a Índia	28.413	92.719	80.006	11.472	11.807	4.420	5.871
Ásia Meridional	32.198	76.544	88.877	9.404	2.833	4.522	2.562
Excluída a Índia	8.977	17.652	23.629	4.142	2.737	2.940	2.354

Nota: As medidas resumidas de valor agregado agrícola incluem estimativas de dados nacionais em falta. O processo de ponderação pode resultar em discrepâncias entre as somas das cifras dos subgrupos e os totais gerais. As medidas resumidas para os demais indicadores não incluem estimativas de dados nacionais em falta. As medidas resumidas de consumo de fertilizantes são ponderadas pela área arável total; as medidas resumidas de produção de alimentos *per capita* são ponderadas pela área arável total; as medidas resumidas de produção de alimentos *per capita* são ponderadas pela população.

Tabela 15. Exportações agrícolas principais – continuação

	Volume (milhares de toneladas)			Crescimento do volume (percentagem)			Percentagem do valor total das exportações de mercadorias		
	1965	1980	1987	1965-73	1973-80	1980-87	1965	1980	1987
Senegal									
Algodão	0	6	5	73,5	6,2	5,7	..	2,1	0,9
Óleo de amendoim	143	74	105	-4,9	-2,8	5,4	41,6	12,8	7,1
Torta e farinha de oleaginosas	197	104	158	-0,6	4,6	4,5	8,1	4,6	2,8
Zimbabué									
Algodão	1	54	66	55,9	5,2	5,5	0,1	6,3	5,9
Tabaco	123	93	100	1,9	1,6	-0,4	33,5	12,8	21,3
Açúcar	254	169	283	2,5	3,2	6,6	5,0	5,2	4,1
Suazilândia									
Algodão	1	4	5	10,4	11,0	-3,9	..	1,9	1,5
Tabaco	0	(.)	(.)	14,8	-0,5	-18,5	..	0,1	0,0
Açúcar	100	300	436	6,8	7,6	5,8	..	44,9	35,1
Costa do Marfim									
Cacau	140	338	543	4,6	6,1	6,2	17,6	29,9	36,6
Café	186	210	163	1,7	-1,1	-2,9	36,6	22,0	13,7
Algodão	2	39	68	26,3	14,1	10,7	0,22	2,2	2,5
Congo									
Cacau	1	2	1	7,6	2,0	-7,2	0,7	0,6	0,3
Café	(.)	2	1	2,9	21,0	-11,3	0,8	0,6	0,2
Açúcar	7	(.)	24	7,3	-58,9	85,6	1,2	0,0	1,0
Camarões									
Cacau	94	106	133	1,7	-1,7	3,1	31,1	20,1	13,9
Café	48	92	50	3,3	-0,2	-6,4	26,7	21,0	7,5
Algodão	16	26	21	-1,9	11,5	-4,4	7,6	2,9	1,6
Botswana									
Algodão	2	1	0	0,0	0,0	0,0	2,2	0,1	..
Amendoim (descascado)	(.)	(.)	(.)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Maurícias									
Milho	(.)	(.)	5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Chá	1	4	7	18,0	2,8	10,6	2,0	1,3	0,8
Açúcar	569	618	657	1,9	-0,6	2,1	96,0	65,4	36,6
Cabo Verde									
Cacau	3	4	2	1,5	2,9	-12,4	1,0	0,5	0,3
Café	1	1	1	-15,2	15,9	2,5	0,4	0,1	0,1
Óleo de dendê	1	0	2	-15,3	0,0	0,0	0,3	..	0,0
Seychelles									
Angola									
Café	159	47	11	2,4	-21,9	-19,0	46,7	9,7	..
Algodão	5	0	1	25,0	-11,9	0,0	1,5
Tabaco	2	2	0	3,0	-15,5	5,9	0,7	0,2	..
Djibuti									

Nota: (.) indica menos de 500 toneladas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. Participação faz diferença? Reflexões sobre a avaliação da intervenção do Fundo de Apoio Social (FAS), no sudoeste angolano. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, UCAM, Rio de Janeiro, 2001.

———. Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia. Tese de doutorado. IUPERJ, UCAM, Rio de Janeiro, 2006, 251p.

ACORD – ADRA. Programa de Apoio as Comunidades Agro-Pastoris dos Gambos. Relatório do workshop sobre a terra e o poder. Lubango, agosto, 1996.

ACOSTA, Daniel. “Um ‘Vietname’ africano”. A revolução angolana em debate, Lisboa, 1976.

ADRA. Conflito e desenvolvimento rural. Uma experiência em Caluquembe, Planalto Central angolano, Centro de Informação e Documentação da ADRA, Luanda, 1993.

———. Riscos e desafios da participação. ADRA – Série Divulgação, Luanda, março, 1994.

———. “Relatório de avaliação intermediária do Programa Onjila”. Luanda, 1998.

———. Programa de Desenvolvimento Institucional. Lubango, maio, 1999.

———. Reconciliação ao nível de base: o caso da ADRA na província de Huambo. Seminário “Reflexão angolana sobre a construção da paz (II) – construção da paz, governação transparente e iniciativas de desenvolvimento rural”. Amsterdã, maio, 2001.

———. “Análise comparativa dos vários modelos de intervenção rural em Angola”. Antena Luanda / Bengo, primeiro módulo, 2003.

———. Primeiro Encontro da ADRA. Relatório final. Luanda, março, 1993.

———. ADRA: o vôo do Humbi-Humbi. Luanda, 1995.

———. Formação em Segurança Alimentar e Nutrição. Relatório. Benguela/Catumbela, maio, 1999.

———. Programa de Desenvolvimento Institucional. Lubango, maio, 1999.

———. Unidade de Projectos. Memorando da avaliação do PDI de Benguela. Benguela, 1999.

———. Programa de Educação Cívica. Workshop de formação de professores – Relatório. Cáala, abril, 2000.

———. Programa de Autonomização e Desenvolvimento Estratégico da Antena Huíla – 2001 - 2004 (PADEAH). Lubango, 2001.

———. Relatório da formação em Desenvolvimento Comunitário – 3º Módulo. Huíla, maio, 2003.

———. Plano Estratégico (2005-2009). Documento de Orientação Estratégica. Luanda, 2005.

———. Projeto de Micro-Crédito Greater Plutônio. Antena Benguela, 2005.

AGRISUD INTERNACIONAL. Consumo e abastecimento de produtos alimentares em Luanda. Relatório de Estudo. Luanda, 2002

AMARAL, José Gonçalves Dias. “Angola: a crise económica na Primeira República”. Lucere. Revista académica da Universidade Católica de Angola. Ano um, nº 1, Luanda, 2004.

AMIN, Samir. Los desafíos de la mundialización. Siglo veintiuno editores. Madrid, 1997.

ANDERSON, Perry. Portugal e o fim do ultracolonialismo. Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

———. “Balanço do neoliberalismo”. In Sader, Emir e Gentili, Pablo(orgs.). Pós-liberalismo. As políticas sociais e o estado democrático. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1995.

ANDRADE, Mario Pinto de. As origens do nacionalismo africano. Lisboa, 1997.

ANDRÉ, Bento Salazar. Direitos individuais na constituição angolana e a construção da cidadania. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. Departamento de Direito. Rio de Janeiro, 2001.

ANGOLA. Província de Portugal em África. Realização gráfica de Publicação, Luanda, 1953.

ANISTIA INTERNACIONAL. Angola: extinta organização de direitos humanos. Declaração Pública, 4 de agosto de 2006.

ARAÚJO, A . Correia. Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola. Centro de Estudos do Serviço Social e de Desenvolvimento Comunitário. Lisboa, 1964.

BANCO MUNDIAL. World Development Report (WDR). Oxford University Press, New York, 1997.

———. Nongovernmental Organizations in Bank-Supported Projects. Operations Evaluation Departmente (OED). Washington, 1998.

———. Angola. Revisão da gestão das despesas públicas e responsabilização financeira. Washington, 2005.

BARROS, Manuel Correia., Njele, Felisberto. Segurança humana em Angola. Problemas. Causas. Consequências. O que está feito? O que falta fazer? Editora Nzila, Luanda, março, 2006.

BARRY, Boubacar. Senegâmbia: o desafio da história regional. Centro de Estudos Afro Asiáticos. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2000.

BENDER, Gerald J. Angola: mito y realidad de su colonizacion. Siglo Veintiuno Editores, Mexico, 1980.

BENEYTO, José Vidal. Hacia una sociedade civil global. Unesco, Madri, 2003.

BITTENCOURT, Marcelo. Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana. Ed. Vega, Lisboa, 1999.

_____. “Partilha, resistência e colonialismo”. In: BELLUCCI, Beluce. Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2003.

_____. “Angola: influências e persistências indesejáveis”. CODESRIA, XIª Assembléia Geral. Maputo, dezembro, 2005.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1990.

BORÓN, Atílio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In Sader, Emir e Gentili, Pablo(orgs.). Pós-liberalismo-As políticas sociais e o estado democrático. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Ed. Vozes, Petrópolis, 1998.

_____ e SAYAD, Abdelmalek. “A dominação colonial e o saber cultural”. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº26, junho, 2006.

BIRMINGHAM, David e MEIJER. “Angola from past to present”. From military to social justice? The Angolan peace process. Accord, Londres, 2004.

CARDOSO, António. “A análise da situação do sector agrário em Angola”. Conferência Nacional: O papel da agricultura no desenvolvimento sócio-econômico de Angola. Luanda, 2004.

CARVALHO, Rui Moreira de. Compreender África. Teorias e prática de gestão. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

CASCANT, Maria José. Participatory pedagogies, educational, associativism e knowledge production in angolan schools: exploring institutional spaces for gender conscientisation. Dissertação de Mestrado. Institute of Development Studies, Londres, 2006.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.

CHICOSSE, Gusmão. “Extensão rural e desenvolvimento comunitário”. Humbi-Humbi, ADRA, nº35, Luanda, 2003.

COHEN, Jean L. “Sociedade civil e globalização: repensando categorias”. In: Dados. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2003.

COMITÊ PERMANENTE DE NUTRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Estudo de caso de Angola sobre o direito humano à alimentação. Luanda, fevereiro, 2005.

COMERFORD, Michael G. The peaceful face of Angola: Biography of a peace process(1991 to 2002). John Meinert Printing, Windhoek, 2005.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1999.

COSTA, Vergílio Pereira da. A colonização de Angola. Boletim geral das colônias. Agência Geral das Colônias, nº 84, ano VIII, Lisboa, 1932.

CORREIA, Pedro de Pezarat. Angola. Do Alvor a Lusaka. Ed. Hugin, Lisboa, 1996.

- DAVIDSON, Basil. Angola no centro do furacão. Edições Delfos, Lisboa, 1974.
- . O fardo do homem negro. Os efeitos do estado-nação em África. Edições Chá de Caxinde, Luanda, 2000.
- DEVELOPMENT WORKSHOP (DW). Terra. Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento. Luanda, 2005.
- DUPAS, Gilberto. “Hegemonia norte-americana, governabilidade global e impasse nos grandes países da periferia”. Contexto Internacional. Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.
- DUPAS, Gustavo. Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego e o futuro do capitalismo. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- ELINDO, Cecílio Sambi. In. Humbi-Humbi, Adra, nº 22, Luanda, 2000.
- ESPÍRITO, Heráclito dos Santos. “O papel dos sindicatos na economia angolana”. Lucere. Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola, nº 3, Luanda, 2006.
- FANON, Franz. Os condenados da terra. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.
- FAO. Alimentación, agricultura y seguridad alimentaria. La dimension mundial. WFS 96/TECH/1, Marzo, 1995.
- . Projecto Uíge – Programa especial para a segurança alimentar. Diagnóstico Rápido Participativo nos Municípios do Uíge e Songo. Uíge, 1999.
- . Declaración de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación: cinco años después. WFS: fly 2002/3, Roma, 2002.
- . El estado de inseguridad alimentaria em el mundo. Roma, 2004.
- . Missão conjunta FAO / PAM de avaliação da produção interna e das necessidades alimentares em Angola. Relatório Especial. Roma, agosto, 2004.
- . Declarações de intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República de Angola, o Governo da República de Cabo Verde, o Governo da República de Moçambique e a FAO para a identificação, elaboração e implementação de projetos com base na experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar Brasileiro, Roma, 2005.
- FAS. Avaliação participativa de beneficiários. Luanda, nov., 2003.
- . Relatório anual de actividades. Luanda, 2004.
- FERREIRA, Manuel Ennes. Angola: da política às relações económicas com Portugal. Cadernos económicos Portugal – Angola. Lisboa, 1993.
- . A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-1991). Instituto de Defesa Nacional, Ed. Cosmos, Lisboa, 1999.
- FEIO, Mariano. “As causas do fracasso da colonização de Angola”. Instituto de Investigação Científica Tropical – Ministério da Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1998.

- FERRERA, Vicente. Estudos Ultramarinos. Agência Geral do Ultramar, v.4, Lisboa, 1955.
- FIAN. Seguridad alimentaria y el derecho a alimentarse. Cinco reivindicaciones de FIAN de la Cumbre Mundial de Alimentación y sus alcances. Heidelberg, 1997.
- FIDA. Informe sobre la pobreza rural. Roma, 2001.
- FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. “As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)”. Fórum de Quadros Angolanos e Angolanistas. http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm .
- FIORI, José Luís. “Globalização, hegemonia e império”. In TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.
- FMI. “Preliminary conclusions of the IMF mission”. Angola – 2002 Article IV Consultation. Luanda, 2002. Também disponível na página: <http://www.imf.org/external/np/ms/2002/021902.htm>.
- FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné Bissau. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- FREUDENTHAL, Aida. “Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912”. Revista Internacional de Estudos Africanos. Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, nº 8-9, Lisboa, 1988.
- FRY, Peter. “Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral”. Revista Afro-Ásia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- FREITAS, Amadeu José de. Angola. O longo caminho da liberdade. Moraes editores, Lisboa, 1975.
- FREYRE, Gilberto. O luso e o trópico. Lisboa, 1961.
- GALLI, Rosemary E. “A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona”. Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 6-7, Lisboa, dez, 1987.
- GARRISON, John W. Do confronto à colaboração. Relação entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Banco Mundial, Brasília, 2000.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Ed. Unesp, São Paulo, 1990
- . Para além da esquerda e da direita. Ed. Unesp, São Paulo, 1995.
- GINER, Salvador. “Avatares de la sociedad civil: pasado, presente y porvenir”. In: BENEYTO, José Vidal. Hacia una sociedad civil global. UNESCO, Madrid, 2003.
- GOMES, Alberta. In. Humbi-Humbi. Adra, nº 37, Luanda, 2004.
- GONÇALVES, José. “O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola”. Centro de Estudos Africanos. ISCTE. Lisboa, 2004.
- . “Impactos da água na economia angolana”. Colóquio Internacional Sobre a Lusofonia em África. CODESRIA, Maputo, 2005.

GRIFFITHS, Aaron. “The end of the war: the Luena Memorandum of understanding. In: From military peace to social justice? The angolan peace process. ACCORD, Luanda, 2004.

GRINSPUN, Ricardo e Kreklewich. “Consolidación de las reformas neoliberales. El comercio como sistema condicionante”. In Integración. Políticas y democracia. Alimonda, Héctor (coordinador). Cuadernos Nueva Sociedad. Segundo semestre. Venezuela, 1998.

GUILHERME, Vítor H. e ABREU, Cesaltina. FAS. Caderno Amigo. Luanda, 2005.

GURGEL, Alexandre Nascimento do Amaral. Angola – a festa e o luto – 25 anos de independência. Ed. Vega, Lisboa, 2000.

HIRSCHMAN, A. Auto-Subversão – teorias consagradas em xeque. Cia das Letras, São Paulo, 1996.

HODGES, Tony. “The role of resource management in building sustainable peace”. In: From military peace to social justice? The angolan peace process. ACCORD, Luanda, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. Angola explicada. Ascensão e queda do Processo de Paz em Lusaka. Nova Iorque, 1999.

———. Briefing sobre Angola apresentado ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas ao Abrigo da Fórmula Arria. Nova Iorque, março, 2002.

———. O contingente esquecido. Crianças-soldados de Angola. Volume 15, nº 10, abril, Nova Iorque, 2003.

HOSBAWM. Eric. A era dos extremos. Cia das Letras, 1992.

IANNI, Octávio. Teorias da globalização. Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

———. “Globalização: novo paradigma das ciências sociais”. Estudos avançados. USP, São Paulo, 1994.

JALEMBI. In. Humbi-Humbi, Adra, nº 36, 2004.

KATIAVALA, José Maria. “A promoção do microcrédito nas comunidades rurais”. In Humbi-Humbi, Adra, nº35, Luanda, 2003

LIBERATTI, Marco Antonio. A guerra civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LOPES, Carlos. A pirâmide invertida – Historiografia africana feita por africanos. Colóquio: construção e ensino da história de África. GTCDP, Lisboa, 1995.

LOPES, Carlos M. “Candongueiro, Kinguilas, roboteiros e zungueiros. Uma digressão pela economia informal de Luanda”. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

LOPES, Filomeno Vieira. “The challenges of democratization”. From military peace to social justice? The Angolan peace process. Accord, Londres, 2004.

LUCUTUCA, Gilberto Buta. Revista Angola Hoje. FESA, nº 10, Rio de Janeiro, 2003.

MALAQUIAS, A. Angola: The challenges of democratic transition. Tese de doutorado. Dalhousie University, Nova Scotia, 1995.

MALUF, Renato. “O novo contexto internacional de abastecimento e da segurança alimentar”. In MALUF, Renato S. e BELIK, Walter (orgs.). Abastecimento e segurança alimentar. Os limites da liberalização. IE/ UNICAMP, Campinas, 2000.

———. “Segurança alimentar e desenvolvimento na América Latina”. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1995.

———. “Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil”. Revista de Economia Política. Vol. 15, nº (57), jan/mar, Campinas, 1995.

MANUEL, Adão Avelino. “Cidadania e civismo: entre a interpretação e a reinterpretação da sociedade angolana”. Revista Lucere. Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola, Luanda, 2006.

MATIAS, Nicásia Casimiro. “Os boers portugueses da Humpata: um fracasso da política de assimilação portuguesa?”. In Actas do Seminário: Encontros de Povos e Culturas em Angola. Ministério da Cultura de Angola, Luanda, maio de 1997.

MAXWELL, Kenneth. O império derrotado. Revolução e democracia em Portugal. Cia das Letras, São Paulo, 2006.

MAZULA, Brazão e MBILANA, Guilherme. “O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique”. Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais na região da SADC. Luanda, novembro, 2003.

MC MICHAEL, Phillip. “Food security and social reproduction: issues and contradictions”. In Power, production and social reproduction. York University, Canadá, 2003.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Vozes vindas do silêncio. Testemunhos de Angola. Canadá, 2004.

MEIJER, Guus. “Lessons from the Angolan peace process”. From military peace to social justice? The Angolan peace process. Accord, Londres, 2004.

MELLOR, John W. “O papel do governo, sociedade civil e sector privado no desenvolvimento rural. Conhecer as enormes potencialidades de Angola”. Documento apresentado na Conferência Nacional sobre a Agricultura, Luanda, 2004.

MENDES, Afonso. O trabalho assalariado em Angola. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1966.

MESSIANT, Christine. “A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil”. In Politique Africaine, nº 70, 1999.

MIGUEL, Adão Avelino. “Cidadania e civismo: entre a interpretação e a reinterpretação da sociedade angolana”. Revista Lucerne. Universidade Católica de Angola, nº3, Luanda, 2006.

- MILANDO, João. “O colonialismo em Angola: Dinâmicas do pós-independência”. Revista Lucere. Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola, nº 3, Luanda, 2006.
- MILLER, Joseph C. “Angola central e sul por volta de 1840”. Estudos Afro-Asiáticos. Universidade Cândido Mendes, nº 32, Rio de Janeiro, 1997.
- MINADER. Monitoria da Campanha Agrícola 2004/2005. Avaliação da produção agro-alimentar. Luanda, junho, 2006.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Estratégia de Combate à Pobreza. Reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização econômica. Luanda, set., 2004.
- MISSÃO DE INQUÉRITOS AGRÍCOLAS DE ANGOLA (MIAA). Plano de desenvolvimento do distrito de Huambo. Projeto de extensão rural. Volume quatro, Lisboa, 1971.
- MUCUVELE, Firmindo Cabriel. “O papel do NEPAD na resolução de conflitos, reconciliação, reinserção social e reconstrução nacional”. In: FESA. VIII Jornada Técnico Científica da FESA, Luanda, agosto, 2003.
- NEGRÃO, José. “A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres”. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2002.
- . “Modelo do comportamento econômico da família rural africana”. Coleção Estudos. Instituto de Investigação Cruzeiro do Sul, Maputo, 2004.
- NGO / CSO. Forum for food sovereignty. Rome, junho, 2004.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo. Povoamento e promoção social em África. Lisboa, 1971.
- OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola. Coimbra Editora, Coimbra, 1999.
- ORDEM DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DE ANGOLA. Boletim. Nº 2, ano 1, dezembro, Luanda, 2005.
- PACHECO, Fernando. “Para cá do petróleo: a agricultura angolana em questão”. Ciclo de conferências da Alliance Française”, Luanda, 1997.
- . “Democracia e sociedade civil em Angola”. XII Conferência Internacional de Lisboa. Instituto de Estudos Estratégicos, Lisboa, 1994.
- . Editorial. Humbi-Humbi, ADRA, nº39, Luanda, 2004.
- . “Os papéis da sociedade civil e dos média no presente contexto sócio -político em Angola e das ONGs na construção de paz”. ICCO/NIZA Conferência. Reflexões angolanas sobre a paz. Haia, 1999.
- . “Contribuição para definição de uma estratégia de agricultura sustentável para Huambo”. Comunicação do Workshop, Huambo, novos tempos, novos desafios. Huambo, 2003.
- . “A reforma da terra em Angola: força motriz ou obstáculo para o desenvolvimento democrático?”. Colóquio Internacional Sobre a Reforma Agrária na África Austral. Berlim, 2003.

———. “A problemática da terra no contexto da construção da paz em Angola: desenvolvimento ou conflito?” ADRA, Luanda, 2003, mimeo.

———. A terra e a constituição. Instituto nacional democrático para os assuntos internacionais. Ordem dos advogados de Angola. Palestra proferida por Fernando Pacheco. Lubango, agosto, 2000.

———. “Cultura e desenvolvimento rural”. Colóquio realizado no I Festival Nacional de Cultura, Luanda, 1990.

———. “Caminhos para a cidadania: poder e desenvolvimento a nível local na perspectiva de uma Angola nova”. ADRA, Luanda, 2004, mimeo.

———. “Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade”. Lucere. Revista académica da UCAN. Universidade Católica de Angola. Ano 1, vol. 1. Luanda, 2004.

———. Angola: construindo cidadania num país em reconstrução: a experiência da ADRA. “V Colóquio Internacional, Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas”. Recife, 2005.

PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO DE ANGOLA. República Portuguesa – Estado de Angola, Luanda, 1972.

PAIN, Rodrigo de Souza. “ONG’s e segurança alimentar na África: cooperação, interesses e conflitos”. Revista Transdições. Conflito: multiculturalismo e pobreza. APG, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

PARREIRA, Adriano. Economia sociedade em Angola na época da Rainha Jinga. Ed. Estampa, Lisboa, 1990.

PEREIRA, António Avelino Fernando Soares. “Angola no parlamento da primeira República (1911-1913)”. Centro de Estudos Africanos e Orientais. Universidade Portucalense, nº 23, Porto, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A crise do Estado. Ensaios sobre a economia brasileira. Ed. Nobel, São Paulo, 1992.

PEREIRA, Plínio. “O conceito de segurança alimentar: debates e controvérsias”. Textos CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

PERSON, Imogen. “Beyond the silencing of guns: desmobilizations, disarmament and reintegration. In From Military peace to social justice? The Angolan peace process. ACCORD, Luanda, 2004.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. Segurança Alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1998, 305p.

PESTANA, Nelson. “As dinâmicas da sociedade civil em Angola”. Centro de Estudos africanos, ISCTE. Lisboa, 2004.

———. “A classe dirigente e o poder em Angola”. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE HUAMBO - Caracterização genérica da Região. Vol. 1, Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola(MIAA), Lisboa, 1971.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano – Angola, 2005.

PÖSSINGER, Herman. O papel da agricultura no desenvolvimento de Angola, Simmerath, 1996, Luanda, Mimeo.

PIEIDADE, Domingos Gomes da. In. Humbi-Humbi. Adra, nº 39, Luanda, 2004.

RAIMUNDO, António e PAIS, Rita. “As relações Europa – África: o caso de São Tomé e Príncipe”. Universidade de Aveiro, Aveiro, 2005.

ROBERTSON, Roland. Globalisation: social e theory and global culture, 1992.

ROCHA, Alves da. “O impacto das reformas macroeconómicas no setor agrário”. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Instituto de Desenvolvimento Agrário, Luanda, 2004.

———. Opiniões e reflexões. Centro de Estudos e Investigação científica. Universidade Católica de Angola (UCAN). Luanda, 2004.

ROCHA, Alves da. Documento informativo sobre a actual situação econômica em Angola. Fundação Friedrich Ebert. Luanda, 2004.

———. “As questões macroeconômicas essenciais do modelo estratégico de desenvolvimento de Angola”. Revista Lucene. Universidade Católica de Angola, nº1, ano1, Luanda 2004.

ROTH, Roland. “Lãs ONGs y las políticas internacionales”. In: BENEYTO, José Vidal. Hacia una sociedade civil global. UNESCO, Madri, 2003.

RPA (República Popular de Angola). “Técnicas de desenvolvimento rural intensivo em Angola”. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Instituto de Desenvolvimento Agrário. Huíla, Lubango, 1991.

SANTOS, Boaventura Sousa. Revista Visão, em 21 de agosto de 2003. Também disponível na página: <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/086.php>

———. A globalização e as ciências sociais. Cortez Editora, São Paulo, 2002.

———. Globalização. Fatalidade ou utopia? Edições Afrontamento, Porto, 2002.

SANTOS, Daniel. “Sociedade política e formação social angolana (1975-1985)”. Estudos Afro-Asiáticos. Universidade Cândido Mendes, nº 32, Rio de Janeiro.

SANTOS, José Eduardo dos. Discurso do Presidente angolano no encontro nacional sobre administração local. Luanda, agosto, 2004.

———. Discurso pronunciado por sua Exelência José Eduardo dos Santos na ocasião do 29º aniversário nacional. Luanda, 2004. Também disponível na página: http://www.mpla-angola.org/disc_29_anos.php

SCHEJTMAN, Alejandro. “Dilemas (reales o falsos) que enfrenta el enfoque de la política alimentaria”. In MALUF, Renato e BELIK, Walter. Abastecimento e segurança alimentar. Os limites da liberalização. IE / UNICAMP, Campinas, 2000.

SEN, Amartya. “O desenvolvimento como expansão de capacidades”. Lua Nova, São Paulo, nº28/29, 1993.

———. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Cia. Das Letras, 2000.

——— e DRÈZE, Jean. Hunger and public action. Oxford University Press, Nova Iorque, 1989.

SIMÕES, Joaquim Cardoso. A comercialização como factor de promoção social em Angola. Luanda, 1972.

SINGER, Paul. “Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado”. In: Novos Estudos. CEBRAP, nº 48, julho, São Paulo, 1997.

———. “Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado”. In: Alimonda Héctor(org.). Integração. Políticas y democracia. Cuadernos de nueva sociedad. Segundo semestre. Venezuela, 1998.

STIGLITZ, Joseph E. “Liberalización de los mercados de capitales, globalización y el FMI”. In. Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales. Instituto de Desarrollo Económico y Social. Nº177. Abr/jun, Buenos Aires, 2005.

STRIPECKE, Marlene. In. Humbi-Humbi. ADRA, nº 38, Luanda, 2004.

TIMOCHENKO, V. N et Alli., In GROMIKO, Anatóli. A África e os problemas globais da actualidade. Moscú, 1984.

UNIÃO AFRICANA. Declaration of Abuja food security summit. Abuja, 2006.

URANI, André. Desenvolvimento local com justiça social: uma estratégia alternativa de combate à pobreza em Angola. Fundação Friedrich Ebert. Luanda, 2005.

VAN DÚNEM, José Octávio Serra. Fundos Sociais: um colírio no combate à pobreza? Um estudo de caso do Fundo de Apoio Social no município de Viana – Angola. Tese de doutorado. IUPERJ, UCAM, Rio de Janeiro, 2003.

VINES, A. Peace postponed, Angola since the Lusaka Protocol. CIIR, Londres, 1998.

———. “La troisième guerre angolaise”. Politique Africaine, nº 57, Paris, 1995.

YUNUS, Muhammad. O Banqueiro dos pobres. Editora Difel, Lisboa, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. Después del liberalismo. Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1998.